



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS SOBRE
MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

“NÓS POR NÓS”:

**Refletindo a produção dos estudos sobre mulheres, gênero
e feminismos na interface aos estudos de raça e racismo
nos cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal da
Bahia**

AMANDA ALVES DA SILVA

SALVADOR

2021

AMANDA ALVES DA SILVA

“NÓS POR NÓS”:

Refletindo a produção dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos na interface aos estudos de raça e racismo nos cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia

Tese apresentada no Programa de Pós graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Janja C. Araújo

Coorientadora: Profa. Dra. Paula Cristina da Silva Barreto

SALVADOR

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586 Silva, Amanda Alves da
Refletindo a produção dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismo na interface aos estudos de raça e racismo nos cursos de pós graduação da Universidade Federal da Bahia / Amanda Alves da Silva. – 2021.
203 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosângela Costa Araújo
Coorientadora: Prof^a. Dr^a Paula Cristina da Silva Barreto
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

1. Mulheres. 2. Feminismo. 3. Gênero - Estudos e pesquisa. 4. Raças. 5. Racismo.
1. Araújo, Rosângela Costa. II. Barreto, Paula Cristina da Silva. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 305.4

AMANDA ALVES DA SILVA

“NÓS POR NÓS”:

Refletindo a produção dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos na interface aos estudos de raça e racismo nos cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia

Tese apresentada no Programa de Pós graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Aprovada em 21 de dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosângela Janja Araújo Costa
(UFBA – Orientadora)

Profa. Dra. Paula Cristina da Silva Barreto (coorientadora)
(UFBA – Coorientadora)

Profa. Dra. Márcia Santana Tavares
(UFBA – Membro Interno)

Profa. Dra. Dyane Brito Reis Santos
(UFRB - Membro externo)

Profa. Dra. Régia Mabel da Silva Freitas
(UNIRUY – Membro externo)

Profa. Dra. Zuleide Paiva da Silva
(UNEB – Membro externo)

*Para minha avó, Maria Edelzuita Alves
(in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

O processo de doutoramento consiste não somente na entrega do texto final da tese, mas também consiste no longo processo de construção e descobertas como pesquisadora, e também pessoais, durante os cinco anos que passei no curso. Durante esse período pude ter o prazer de conhecer, partilhar e aprender com pessoas que me ajudaram no início, no meio e no final dessa jornada. Engana-se quem pensa que a escrita de uma tese (ou dissertação) é algo isolado e que acontece somente entre a pesquisadora e o computador à sua frente. Posso afirmar que meus melhores *insights* se deram quando me permiti sair da ideia do isolamento científico, frequentemente imposto a nós pesquisadoras e pesquisadores, e debater sobre minha produção com outras pessoas.

Durante esses anos de doutoramento, entre distanciamentos (forçados por conta da pandemia) e aproximações, lembro com gratidão de todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse dar seguimento e finalizar mais uma etapa da minha jornada acadêmica e profissional.

Por isso, agradeço ao Programa de Pós-Graduação de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo que me acolheu durante esses sete anos de vivências, entre mestrado e doutorado. Lugar onde muito aprendi e que faz parte da minha construção como pessoa e profissional. Sou imensamente grata às professoras, e as/os funcionárias/os (Aline, Rita, Cleiton, Kelly, Nancy, Alex, Sandro) do programa.

Agradeço à Profa. Dra. Janja Araújo, minha orientadora, que acolheu minhas ideias e me conduziu durante esse processo de pesquisa e escrita com compreensão e paciência. Me orgulho de ter sido sua orientanda.

À Profa. Paula Barreto, pela coorientação e conselhos preciosos.

Às colegas e amigas/os que fiz dentro do PPGNEIM, Ermildes Lima, Nzinga Mbandi, Dayane Sobreira, Gilmar Lisboa, Márcia Paim, Wellington Pereira, Leandro Brito, Rodrigo Márcio, Gabi Monteiro pelas trocas e conversas.

À Cíntia Tâmara, grande amiga, pelos conselhos, parceria e acolhimento durante o árduo processo de escrita.

À Nara Mascarenhas, irmã de vida, pela atenção e preocupação constante e às ótimas risadas.

Às companheiras e companheiros do Programa A Cor da Bahia pela acolhida e trocas enriquecedoras.

À minha mãe, Ivana Maria, minha avó, Maria Edelzuita, e meu pai, Ataíde Cerqueira, pela compreensão e por sempre acreditarem que eu seria capaz de fazer qualquer coisa.

Ao meu companheiro de jornada, Thiago Melo, pela paciência, dedicação e suporte, e as nossas gatas, minhas companheiras de escrita, que fizeram dos meus dias mais leves.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo auxílio financeiro que me possibilitou condições para a pesquisa.

RESUMO

A produção de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e sua interseção com os estudos sobre raça e racismo tem possibilitado a formação de um conhecimento crítico, antirracista e antissexista dentro das universidades. Tendo em vista a emergência dessas produções, o presente trabalho teve como objetivo verificar a incidência da produção dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e sua interseção com os estudos sobre raça e racismo nos cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia(UFBA). Para tal, foram levantadas as produções de teses e dissertações de doze programas de Pós-graduação da UFBA defendidas entre os anos 2004 e 2018, totalizando 3.753 produções. A pesquisa tomou como principal fonte de dados o catálogo online de teses e dissertações da Capes. Foi possível verificar um aumento dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos nos programas de pós-graduação da UFBA, em destaque para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo que apresentou uma considerável produção no campo da interseção, tornando-se assim um importante espaço de geração de pesquisas antissexistas e antirracistas dentro da universidade.

Palavras-chave: Mulheres; Feminismos; Estudos de Gênero; Raça; Racismo

ABSTRACT

The production of women, gender, and feminist studies and their intersection with race and racism studies has enabled critical, anti-racist, and anti-sexist knowledge formation within universities. This study aimed to verify the incidence of the production of women, gender, and feminisms studies and its intersection with race and racism studies in graduate courses at the Federal University of Bahia (UFBA). To this end, the productions of theses and dissertations from twelve UFBA graduate courses defended between 2004 and 2018 were surveyed, totaling 3,753 productions. The primary data source for the research was the Capes online theses and dissertations catalog. It was possible to verify an increase in women, gender, and feminist studies in UFBA's graduate courses, especially the Interdisciplinary Program in Women, Gender and Feminist Studies, which presented a large production in the field of intersection, making thus an essential space for generating anti-sexist and anti-racist research within the university.

Key words: Women; Feminism; Gender; Race; Racism

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Variáveis do levantamento de dados.....	94
Figura 02 – Produções levantadas pela pesquisa.....	95
Figura 03 – Total de produções encontradas por.....	96
Figura 04 – Total de dissertações encontradas em cada programa.....	98
Figura 05 – Porcentagem das produções de mestrado por programa.....	99
Figura 06 – Total de teses encontradas de acordo com cada programa.....	100
Figura 07 – Porcentagem das produções de doutorado por programa.....	101
Figura 08 – Divisão dos campos de estudos levantados pela pesquisa.....	102
Figura 09 – Descritores base do Campo 1.....	103
Figura 10 – Descritores base do Campo 2.....	104
Figura 11 – Descritores base do Campo 3.....	105
Figura 12 – Presença dos descritores no total das produções levantadas.....	106
Figura 13 – Dissertações por selecionadas por programa com pelo menos um descritor.....	108
Figura 14 – Teses selecionadas por Programa de Pós graduação com pelo menos um descritor	110
Figura 15 – Quantidade de produções selecionadas por campo de estudos.....	111
Figura 16 – Quantidade de produções selecionadas no campo 1.....	112
Figura 17 – Quantidade de produções selecionadas no campo 2.....	112
Figura 18 – Quantidade de produções selecionadas no campo 3.....	112
Figura 19 – Total de Produções quando somados os Campos 1 e 3.....	113
Figura 20 – Total de Produções quando somados os Campos 2 e 3.....	114
Figura 21 – Progressão das produções durante o período analisado.....	114

Figura 22 – Número de dissertações selecionadas por cada ano.....	116
Figura 23 – Número de teses selecionadas por cada ano.....	116
Figura 24 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Antropologia.....	118
Figura 25 – Nuvem de palavras do Programa de Antropologia.....	119
Figura 26 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Ciências Sociais.....	121
Figura 27 – Nuvem de palavras do Programa de Ciências Sociais.....	122
Figura 28 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Difusão do Conhecimento.....	125
Figura 29 – Nuvem de palavras do Programa de Difusão do Conhecimento.....	125
Figura 30 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Direito.....	127
Figura 31 – Nuvem de palavras do Programa de Direito.....	128
Figura 32 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Educação.....	131
Figura 33 – Nuvem de palavras do Programa de Educação.....	132
Figura 34 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Filosofia.....	135
Figura 35 – Nuvem de palavras do Programa de Filosofia.....	137
Figura 36 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Geografia.....	138
Figura 37 – Nuvem de palavras do Programa de Geografia.....	138
Figura 38 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de História.....	140
Figura 39 – Nuvem de palavras do Programa de História.....	141

Figura 40 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Estudos Étnicos e Africanos.....	144
Figura 41 – Nuvem de palavras do Programa de Estudos Étnicos e Africanos.....	144
Figura 42 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Cultura e Sociedade.....	146
Figura 43 – Nuvem de palavras do programa de Cultura e Sociedade.....	147
Figura 44 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Psicologia.....	149
Figura 45 – Nuvem de palavras do programa de Psicologia.....	150
Figura 46 – Progressão das produções selecionadas de acordo com ano, curso e campo.....	160
Figura 47 – Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Psicologia.....	160
Figura 48 – Nuvem de palavras do programa de Psicologia.....	162

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 01: Programas analisados na pesquisa.....	92
Quadro 02: Dissertações que citam pelo menos um descritor do campo de raça e racismo no PPGNEIM.....	163
Quadro 03: Teses que citam pelo menos um descritor do campo de raça e racismo no PPGNEIM.....	166
Quadro 04: Quadro de docentes PPGNEIM.....	176
Tabela 01: Total de produções levantadas por Programa de Pós-Graduação e Ano de defesa.....	97
Tabela 02: Presença de descritores por curso de Mestrado (M) e Doutorado(D).....	107
Tabela 03: Presença de descritores por curso de acordo com o programa.....	107
Tabela 04: Dissertações selecionadas por Programa de Pós-Graduação.....	115
Tabela 05: Teses selecionadas por Programa de Pós-Graduação.....	117
Tabela 06: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Antropologia.....	120
Tabela 07: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Ciências Sociais.....	124
Tabela 08: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Difusão do Conhecimento.....	127
Tabela 09: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Direito.....	130
Tabela 10: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Educação.....	134
Tabela 11: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Geografia.....	139

Tabela 12: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de História.....	143
Tabela 13: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Estudos Étnicos e Africanos.....	146
Tabela 14: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade.....	148
Tabela 15: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Psicologia.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CRH – Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades
DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
DMMDC – Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento
FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES – Instituições de Ensino Superior
IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e mais
MGF – Mulheres, gênero e feminismos
MGFI – Mulheres, gênero, feminismos e interseção
NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PósAfro – Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos
PósCult – Pós-graduação em Cultura e Sociedade
PPGA – Programa de Pós-graduação em Antropologia
PPGCS – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PPGH – Programa de Pós-graduação em História

PPGNEIM – Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo

PUC-Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

REDOR – Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero

UCSAL – Universidade Católica de Salvador

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFC– Universidade Federal do Ceará

UFF– Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFJF– Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade Federal de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

URCA – Universidade Regional do Cariri

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....	19
Capítulo I.....	28
1.1 Parte I: gênero, mulheres, feminismos.....	28
1.1.1 O acesso à educação.....	28
1.1.2 Acessamos às universidades (um degrau dentro da onda)	32
1.1.3 Acontecimentos importantes.....	38
1.1.4 A formação de um campo de estudos.....	42
1.1.5 A emergência dos estudos de gênero.....	47
1.1.6 <i>Black feminism</i> e feminismos latinos.....	52
1.2 Parte II - relações raciais no brasil	60
1.2.1 A formação de um campo.....	60
1.2.2 As políticas de Ações Afirmativas.....	71
Capítulo II	77
2.1 Caminhos já trilhados.....	77
Capítulo III	91
3.1 Caminhos da pesquisa.....	91
3.1.1 A primeira fase.....	91
3.1.2 Números iniciais.....	95
3.1.3 A segunda fase.....	101
3.1.4 Produções selecionadas.....	106
3.1.5 Os dois campos e sua interseção.....	110
3.1.6 Separadas por mestrado e doutorado.....	115
3.1.7 Olhando caso por caso.....	118
3.1.8 Algumas considerações.....	153
Capítulo IV.....	155
4.1 O PPGNEIM.....	155
4.2 Teses e dissertações do PPGNEIM.....	159
4.3 Quadro docente.....	174
4.4 Nova geração.....	180

Considerações finais	181
Referências.....	185
Anexo I – Descritores.....	195

INTRODUÇÃO

De fato, muita coisa mudou desde os primeiros escritos sobre gênero no Brasil, assim como também na luta feminista, que cresceu e se reformulou nos últimos tempos. Recordo-me que há pouco mais de dez anos era escasso o debate sobre feminismos e igualdade de gênero nas escolas ou nas rodas de conversas de adolescentes. O feminismo foi conquistando os espaços de ensino com a inserção de militantes feministas nas salas universitárias como discentes e docentes, nos espaços de trabalho, nos espaços de lazer e, principalmente, no espaço virtual, através das redes sociais, sites, blogs e vídeos que permitem a chegada de informações e discussões em qualquer lugar e a qualquer momento. A celeridade dos tempos da internet, com intenso acesso à informações entre jovens (crianças e adolescentes), possibilitou o acesso à debates que muitas vezes ficavam restritos aos espaços acadêmicos.

Começo essa tese recordando a Marcha das Mulheres, no dia 30 de setembro de 2018, na cidade de Salvador, Bahia, em uma caminhada que fazia parte de um movimento nacional intitulado “#ELENÃO”, e aconteceu em todas as capitais brasileiras como forma de protesto contra a candidatura de um político misógino e racista para presidência do país. Para mim, geração nascida nos anos noventa, que não vivera o terror da ditadura, a luta por democracia e o movimento de impeachment de Fernando Collor no início da década, que cresceram em meio à chamada redemocratização e com o país em profundo desenvolvimento econômico e social, nunca tinha visto uma movimentação social tão forte em meus poucos anos de vida.

Foi uma multidão de mulheres, jovens, adultas, idosas, negras, brancas, indígenas, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, transexuais, queers, urbanas, do campo, universitárias, trabalhadoras, estudantes secundaristas, todas, desde dentro de uma identidade política, marchavam em prol de uma luta contra o patriarcado racista, classista, legbtfóbico e autoritário. Erámos diversas lutando contra o retrocesso de nossas conquistas, por nossas vidas e corpos. Essa experiência me fez recordar do movimento sufragista no Brasil no início do século XX e a movimentação das mulheres para a criação de uma Constituição mais igualitária após o terror da ditadura.

Os movimentos feministas são pulsantes e se refazem a cada nova geração de mulheres que estendem suas vozes em busca de igualdade. Por isso, para compreender sua/nossa história e conquistas não podemos desassociá-los do contexto político e social no qual estão imersos. Alguns episódios tornaram-se marcantes na história das lutas feministas, como a luta pelo direito ao voto, a união das mulheres para a construção de uma nova Constituição após os anos amargos da ditadura, a Marcha da Margaridas¹, as diversas marchas das mulheres² convocadas em todo país em favor da democracia.

Quero lembrar-lhes também da eleição da primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta do país, Dilma Rousseff, em 2010. Sua eleição refletia as lutas e vidas de tantas mulheres que dedicaram seu tempo, conhecimento e ousadia a combater as desigualdades nas relações de gênero e nas discriminações sofridas por serem mulheres. Uma mulher, em um dos mais altos cargos de poder no Brasil, nos deu esperanças de uma possível transformação social com vistas à garantia de mais igualdade e direitos para as mulheres em sua diversidade.

Durante o primeiro e segundo mandato da presidenta foi escancarada a face de um país misógino e que conservava (e conserva) sua estrutura patriarcal. A presidenta sofreu ataques de segmentos conservadores, incluindo a imprensa brasileira que por vezes a retratavam como uma pessoa pouco afeita à figura do feminino consagrado como universal e de difícil controle. Retratavam-na como uma mulher masculinizada, linha dura, características que não são bem-vindas ao comportamento de uma mulher e que são atribuídas àquelas que ocupam espaços majoritariamente masculinos. Por vezes, teve também sua sexualidade atacada e sua imagem violada através de adesivos, mensagens e vídeos. Nunca ousaram fazer tal afronta com qualquer um dos presidentes, homens. Por que era permitido fazê-lo com a presidenta?

Recordo da imagem emblemática da presidenta Dilma Rousseff após o processo de impeachment (golpe de Estado) de seu segundo mandato, em 2016. Acompanhada de uma “barreira” feminina ao seu lado, dentre elas Eleonora

¹ Em homenagem a Margarida Maria Alves, líder sindicalista e trabalhadora rural assassinada em 1983 na Paraíba, a Marcha das Margaridas leva milhares de mulheres trabalhadoras rurais, quilombolas, pescadoras, indígenas, camponesas, de todo o Brasil à Esplanada Federal em Brasília anos afim de levar as reivindicações das mulheres rurais. Em 2015 a marcha levou 100 mil mulheres à Brasília, tornando o ato um feito histórico.

² Marcha das mulheres negras, marcha das vadias, marcha das mulheres indígenas.

Menicucci, socióloga e ministra da Secretaria de Política para as Mulheres no governo Dilma; Maria do Rosário; Gleisi Hoffmann, Jandira Feghali; Carina Vitral, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) na época, entre outras mulheres e homens (em sua maioria brancas/os), Dilma fez o seguinte fala:

“Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar” (Dilma Rousseff, 2016).

Ao mesmo tempo que alguns avanços eram conquistados pelos movimentos feministas, como as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, um maior debate as relações de gênero e a denúncia da dominância e privilégio masculino, o gênero e os movimentos feministas tornaram-se alvos de conservadores políticos, sobretudo entre os da chamada bancada da bíblia, ou seja, políticos vinculados à grandes corporações neopentecostais. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida antes do golpe militar de 1964, se reinventara cinquenta anos depois com as marchas pró governo em 2019 após a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência. Sempre vestidos nas cores verde e amarelo e carregando a bandeira do país, os/as manifestantes marchavam contra o que chamavam de “ameaça comunista”, a favor da preservação da família e também contra a ideologia de gênero e contra as feministas. Assim como em 1964, muitas mulheres, em sua grande maioria, brancas e de classe média, militavam pelos valores cristãos, contra a descriminalização do aborto, pela constituição da família heterossexual, além da intervenção militar.

O termo ideologia de gênero passou a ser usado pela parcela conservadora e religiosa da bancada política e da sociedade civil como referência aos estudos e pesquisas sobre as relações de gênero e sexualidade. A palavra gênero foi condenada pelos guardiões da moral e dos bons costumes, como aquela que deveria ser proibida nos livros didáticos e nas salas de aula. O discurso religioso conservador ainda tentava reafirmar que as diferenças entre homens e mulheres são biológicas e fazem parte de uma ordem natural, defendendo a formação da família heterossexual e suas hierarquias.

Acusadas de acabarem com os ideais de família e corromperem a sexualidade das crianças, os movimentos feministas e o movimento LGBTQIAP+³ tornaram-se os vilões contra os valores e a moral da família tradicional brasileira. O gênero é então ressignificado. Criou-se uma guerra e “*caça às bruxas*” ao gênero, inclusive no campo da educação. A eleição de um presidente misógino (Jair Messias Bolsonaro) abriu espaço para que ocorresse com maior intensidade manifestações de ódio e intolerância às mulheres, feministas, a pessoas LGBTQIAP+. Perseguem-se àquelas/aqueles que trabalham e estudam com as relações de gênero e sexualidade e fazem parte da militância. O patriarcado sempre tentará manter seu domínio. Como já afirmava Simone de Beauvoir: “basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.

Mas apesar do conservadorismo instalado no Brasil, os movimentos políticos seguem produzindo e levando militâncias, não apenas para as ruas, mas para dentro dos espaços de poder como a academia e a produção do conhecimento.

No primeiro semestre de 2020, o mundo vivenciou o início da pandemia do Coronavírus, também conhecida como COVID-19. O vírus que ainda não era conhecido pela ciência, disseminou-se entre todos os países causando milhões de mortes e forçando as cidades a decretarem quarentena e isolamento social como forma de controlar a pandemia. No Brasil não foi diferente.

Além da crise política que se instaurava no país devido a eleição de um presidente conservador, a população teve que se adaptar à quarentena, ao distanciamento social e ao uso de máscaras. Comércio, escolas, universidades, teatros, cinemas foram fechados e somente serviços essenciais tinham a permissão de funcionamento como os hospitais, farmácias e supermercados. Milhares de pessoas perderam sua fonte de renda. Somava-se à crise política no país, a pandemia e a crise econômica. Tal cenário também influenciou na produção de conhecimento, e particularmente, na escrita desta tese, não apenas pelo não acesso à universidade e os documentos da biblioteca, mas também ao sentimento de incerteza e medo causado pela experiência da pandemia do COVID-19.

É neste contexto político e social que escrevi esta tese e com ela a importância de olhar sobre a militância e o desenvolvimento dos estudos sobre mulheres, gênero

³ Sigla para a designação Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual outras variações de identidade de gênero e sexualidade.

e feminismos dentro das nossas universidades e também a produção dos estudos sobre raça e racismo que denunciam o a estrutura machista e racista dentro e fora dos espaços acadêmicos.

Como mulher branca vinda de uma família inter-racial, reconheço o lugar de privilégios que minha cor proporciona na sociedade brasileira. Então, escrevo esta tese não só a partir do lugar de uma mulher baiana, nordestina, latino-americana, feminista, mas também do lugar de uma branquitude antirracista. A construção da minha consciência crítica se deu principalmente através das disciplinas optativas durante minha graduação e minha pós-graduação, além do convívio com os movimentos sociais de mulheres e vou explicar-lhes o porquê.

Ainda nos primeiros semestres de minha graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), tive a oportunidade de pegar uma disciplina optativa chamada de “Gênero e Sexualidade”, ministrada pela Profa. Dra. Suzana Maia. Naquela época, em 2011, o debate sobre as questões de gênero e sexualidade não tinham a mesma proporção que tem nos dias de hoje, eram debates realizados por poucos e pequenos grupos. A partir daquela disciplina, que o campo de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos me foi apresentado. Ao mesmo tempo, tive a oportunidade de conhecer a Profa. Dra. Ângela Figueiredo e participar de seu recém formado grupo de estudos. Com ela conheci o pensamento de feministas negras, lésbicas e latino-americanas.

Tais experiências foram primordiais na minha escolha do campo de estudos e pesquisa que eu iria atuar. Foi através de disciplinas optativas que as discussões de desigualdades de gênero, relações raciais, feminismos, decolonialidade, estudos queers, etc., em sua grande maioria ofertada por docentes mulheres, chegaram até mim. À essas docentes comprometidas com a educação e a disseminação de tais pensamentos críticos que devo a minha formação, e hoje me somo a elas nesse trabalho. Por isso, afirmo que a produção do conhecimento antissexista, antirracista e decolonial é feito de “nós por nós”.

Somos nós, feministas, antirracistas, lésbicas, queers, pensadoras decoloniais, entre tantas outras dissidências, responsáveis pela formação de novas/os pensadoras/es críticos que terão o mesmo compromisso.

A crítica a ciência moderna realizada pelas epistemologias feministas e raciais colocam em xeque os aspectos racistas e androcêntricos de seu fazer científico. Questionam o discurso do conhecimento universal que exclui e deslegitima mais da metade da população mundial, e expõem a ausência de mulheres, negros e não-brancos como pesquisadores/as e professores/as em suas academias. Sueli Carneiro (2005) nos chama atenção para o epistemicídio que vai além “da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados” agregando também a falta de acesso à educação de qualidade e a inferiorização intelectual.

O avanço das epistemologias feministas vem rompendo paradigmas androcêntricos e sexistas dentro da produção científica, possibilitando um olhar atento e sensível às desigualdades entre os gêneros e as relações de poder que as acompanham, contribuindo assim para o fomento de pesquisas científicas que buscam compreender e denunciar tais desigualdades, além de fornecer dados que contribuem para a promoção de políticas públicas, por exemplo. Ao mesmo tempo os estudos sobre raça e racismo denunciam o racismo brasileiro, apontam para a violência genocida do Estado e promovem um intenso debate para com o Estado e a sociedade civil sobre as relações raciais no país.

Neste sentido, pergunto-me em quais condições de produção os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos estão sendo realizados em nossas universidades? Tais estudos têm conseguido chegar na mesma proporção em todas as áreas? Em qual momento os dois campos de estudos (de mulheres, gênero e feminismos e o de raça e racismo) são utilizados simultaneamente, interseccionalmente, no mesmo trabalho/pesquisa?

Algumas pesquisas já versam sobre a produção dos estudos de gênero (mais especificamente) como por exemplo a tese de Tainan Pauli Tomazatti (2019), as pesquisas realizadas por Fúlvia Rosemberg (2001) e Arlene Martinez Ricoldi (2017); e outras abordam sobre a produção dos estudos sobre relações raciais como o levantamento realizado por Paula Barreto, Flávia Rios, Paulo Sérgio Neves e Dyane Brito (2020), o levantamento realizado por Luiz Augusto Campos e Ingrid Gomes (2016) e a dissertação de Lourenço Cardoso (2008). Tais pesquisas estão inseridas em áreas como a educação, a psicologia, a comunicação e as ciências sociais, e tem apontado para o avanço dos estudos sobre gênero e relações raciais no Brasil.

Durante o segundo capítulo desta tese falarei mais sobre essas pesquisas e levantamentos.

Esta tese tem como objetivo verificar a incidência da produção dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e sua interseção com os estudos sobre raça e racismo⁴ nos cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pensemos então em dois grandes campos de estudos, o campo de estudos de mulheres, gênero e feminismos, e o campo de estudos de raça e racismo, a junção desses dois campos, ou sua área de interseção, é composta por àquelas produções que transitam pelas duas áreas, formando então um novo campo de estudos.

Deste modo, busquei identificar em qual momento ocorreu a interseção de tais campos de estudos; verificar a incidência dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos em cada programa de pós-graduação; compreender se tais estudos chegaram na mesma proporção em todas as áreas ou se teriam programas mais abertos para o desenvolvimento dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos.

Para tal, foram levantadas as dissertações e teses produzidas em doze cursos de pós-graduação da UFBA, pertencentes à grande área das ciências humanas. A escolha dos cursos se deu baseada na divisão utilizada pelo catálogo online da Capes para delimitar a grande área das ciências humanas e a delimitação utilizada pela própria universidade em seu sistema. Já o recorte temporal utilizado pela pesquisa, compreende o período a partir do ano de 2004 ao ano de 2018, totalizando assim, quinze anos de produções científicas. Considerando a importância da atuação da políticas de cotas para a inserção de novas sujeitas, sujeitos e sujeites e com ela novas visões e questionamentos, a escolha por iniciar o levantamento de dados a partir do ano de 2004 converge com a adoção desta política de Ações Afirmativas na graduação pela UFBA. Desde modo, foi possível acompanhar a desenvolvimento dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e de raça e racismo na instituição.

Para a coleta dos dados foi utilizado como fonte principal o site do catálogo de teses e dissertações online da CAPES. Neste repositório é possível encontrar todas as produções dos cursos de mestrado e doutorado das universidades federais e estaduais do Brasil, além de oferecer informações como: autor(a), título, palavras-chave, resumo, orientação, instituição, programa e ano de defesa de cada trabalho.

⁴ Durante o trabalho optei por seguir utilizando a terminologia de estudos sobre raça e racismo independente do uso que alguns autores/as façam do uso de etnia.

Entretanto, algumas dificuldades foram encontradas na realização desse levantamento. As produções realizadas no período de 2004 a 2011 são anteriores a adesão da Plataforma Sucupira⁵ pela instituição, não constando no site dados importantes dos trabalhos como resumos e palavras-chave, ou o próprio arquivo do trabalho.

Tendo em vista essa dificuldade, foi necessário recorrer ao repositório online da UFBA e à ferramentas de busca na internet. Em alguns casos não foi possível encontrar a produção em nenhuma das possibilidades apresentadas. Além do mais, alguns trabalhos defendidos no período de 2012 a 2018, também apresentaram dados incompletos dentro do catálogo online da Capes e não foram encontrados nem no repositório online da UFBA, nem nas ferramentas de busca.

A fase seguinte consistiu na análise de conteúdo dividida em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento de dados (GIL,2008). A primeira etapa consistiu na leitura dos títulos, palavras-chave e resumos de todas as produções coletadas na primeira fase. Essa etapa teve como objetivo de organizar e selecionar os trabalhos que apresentavam em seu título, palavras-chave e/ou resumos alguma menção aos estudos de mulheres, gênero e feminismos e aos estudos de raça e racismo.

Aqueles trabalhos que apresentaram alguma ou algumas das palavras procuradas passaram para a segunda fase da análise de conteúdo que consistiu na sistematização dos dados. De acordo com Gil (2008), foi o momento de codificar o material, classificando-os em categorias. Assim, separadas por dois grandes blocos: 1) estudos de gênero, mulheres e feminismos e 2) estudos de raça e racismo, levei em consideração quantos trabalhos foram selecionados em cada ano e em cada curso.

A terceira fase consistiu no “tratamento dos dados, a inferência e a interpretação [que], por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos” (Gil, 2008, p.153). A pesquisa prende não ser somente um levantamento quantitativo, mas também ao trazer um olhar qualitativo para análise e interpretação final dos dados ao observar em que contexto os termos foram utilizados, o ano de sua defesa e a orientação obtida para a produção.

⁵ É uma ferramenta para coleta de dados e serve como base de referência para o Sistema Nacional de Pós-graduação.

O levantamento realizado poderá nos ajudar a compreender em que medida os estudos de gênero, mulheres e feminismo estão sendo inseridos em diferentes áreas do conhecimento.

Isto posto, o trabalho está aqui dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo consiste em uma revisão teórica sobre os dois campos de estudos analisados durante a pesquisa. O segundo capítulo aborda os levantamentos bibliográficos já realizados no campo de estudos de gênero e no campo dos estudos de raça e racismo. No terceiro capítulo apresento como foi realizada a pesquisa, os desafios e as incongruências encontradas durante o levantamento das produções, também apresento os dados encontrados de cada programa de pós-graduação separadamente. Já ao quarto e último capítulo, foi reservado à análise qualitativa, tomando como foco o Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, o PPGNEIM, e suas produções.

CAPÍTULO I

Parte I - Os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos

O acesso à educação

A predominância das mulheres no corpo discente da educação brasileira é uma realidade cada vez mais constante. A reversão do hiato de gênero ocorrido na metade do século XX indicou a predominância das meninas e mulheres em todos os níveis de educação no Brasil (BELTRÃO; ALVES, 2009). Tal fato foi uma vitória da luta das mulheres pelo acesso ao ensino básico e superior que enfrentaram as proibições e barreiras criadas pela estrutura política, social e religiosa dos séculos anteriores pautadas no patriarcado. Mesmo que as desigualdades de gênero estejam presentes no espaço educacional e na produção de conhecimento de variadas formas (como por exemplo, através da invisibilidade da produção de mulheres, das violências sofridas por elas no espaço da escola ou da universidade), a inserção de meninas e mulheres em tais espaços tem uma grande importância e veremos o porquê.

Primeiro, ao trazer o termo hiato de gênero me refiro as desigualdades nos níveis de escolarização entre homens e mulheres que nos ajuda a evidenciar as desigualdades no acesso à educação (BELTRÃO; ALVES, 2009). Até início do século XX, por exemplo, os homens ocupavam predominantemente o ensino básico e o ensino superior. Já às mulheres não era destinado o acesso à educação e sim o dever da procriação e do cuidado da família, justificando assim o não-ensino das letras e da escrita, afinal não haveria necessidade para tal.

A socióloga Heleieth Saffioti (2013) trata sobre a educação feminina durante sua tese de doutoramento defendida em 1967⁶ argumentando como o espaço de

⁶ A tese de Saffioti foi publicada como o livro: “A Mulher na Sociedade de Classes”, publicado em 1969, período da ditadura militar no Brasil, e se tornou uma importante referência para os estudos sobre as mulheres no país. A obra desafiou o pensamento e governo da época, primeiro por ser uma mulher defendendo uma tese de livre docência, e segundo por se tratar de um estudo que buscava compreender com o fator “sexo” atuava nas sociedades classes excluindo as mulheres da estrutura ocupacional, e se as raízes dessa exclusão provinham da tradição que cabe as mulheres as tarefas do lar ou de teorias que explicitam as deficiências do organismo e da personalidade feminina (SAFFIOTI, 2013, p. 39). Veremos mais sobre esse debate nas páginas a seguir.

ensino para as mulheres foi aos poucos sendo conquistado. Como nos lembra a autora, os primeiros espaços educacionais brasileiros estavam ligados ao ensino religioso através da Igreja Católica por meio dos Jesuítas⁷ que tinham como uma de suas atribuições a catequese dos colonos e da população indígena. Seguindo os preceitos do catolicismo, apenas aos homens e meninos era destinada a educação, não só das letras, mas também o ensino religioso. Além do mais, os jesuítas tiveram um importante papel na doutrinação das mulheres (brancas e burguesas) preparadas para a submissão aos dogmas da igreja e para a obediência aos seus maridos⁸.

Seguindo a linha de debate da autora, dois fatores contribuíram para o início da educação feminina no país. Em primeiro lugar, o surgimento dos conventos como uma possibilidade de educação voltada para as mulheres que as instruíam na escrita e na leitura, ainda que fossem acompanhadas por aulas de música, canto e afazeres doméstico, além do ensino religioso⁹. E logo no início do século XIX, a educação feminina contou também com o ensino de senhoras estrangeiras vindas da França, Portugal e mais tarde Alemanha, que começaram a educar as mulheres hospedes de suas pensões ou oferecer aulas particulares para as moças (SAFFIOTI, 2013).

Na primeira metade do século XIX, algumas barreiras para o ensino feminino foram rompidas em decorrência de acontecimentos como a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a qual demandou a realização de melhorias na colônia, inclusive no aspecto educacional; e também a promulgação da Constituição de 1824, a qual afirmava que o ensino primário seria gratuito a todos os cidadãos brasileiros. Entretanto, em uma sociedade patriarcal quando uma barreira é quebrada (a de

⁷ Os jesuítas chegaram no Brasil em 1549 durante o período denominado pelos historiadores de Brasil Colônia (1530-1822) e atuaram até o ano de 1759 quando foram expulsos do país.

Para um maior aprofundamento no debate sobre a educação jesuítica no Brasil ver: SILVA JÚNIOR, Alfredo Pinto da. *O Seminário de Belém de Cachoeira: educando os filhos dos principais em santos e honestos costumes (1686-1759)*. Dissertação (Mestrado em História) UFBA, Salvador – Bahia, 2016, 180f.

⁸ A autora faz o seguinte comentário: “O princípio da segregação sexual, integrante da tradição ibérica e validado pela Igreja Católica, iria, assim, pesar profundamente na formação da personalidade feminina, fazendo da mulher um ser sedentário, submisso, religioso, de restrita participação cultural” (SAFFIOTI, 2013, p.267). Devo aqui levantar algumas ressalvas a esta opinião, como por exemplo a falta de agencia das mulheres implícita em sua argumentação. Ainda que houvesse um controle exacerbado sobre os corpos e condutas femininas, muitas foram aquelas que de diversas formas subverteram o sistema vigente. Além do mais, também devemos levar em consideração, e que a autora traz ao longo de seu trabalho: que o lugar de “mulher” é ocupado pela mulher branca e burguesa.

⁹ De acordo com Saffioti (2013, p. 270) o primeiro convento foi fundado na Bahia em 1678 e alguns anos depois foi fundado outro em São Paulo, 1685. Algum tempo depois foram instalados dois conventos no Rio de Janeiro, um no ano de 1750 e outro em 1780 e também em São Paulo em 1774 e em 1811. Ou seja, tais instituições eram uma possibilidade bastante limitada para as mulheres, tendo visto que haviam apenas seis em todo o país.

acesso das meninas e mulheres à educação básica) prontamente outras barreiras são criadas¹⁰ para a garantir a manutenção do sistema.

Mesmo após a abertura das escolas para a frequência das meninas, a distinção de gênero continuou nos currículos ofertados. Além da segregação entre alunas e alunos nas escolas pós-primárias, somente mulheres poderiam lecionar para as turmas femininas. Ademais, mais barreiras eram postas no alcance das professoras ao cargo de direção dos colégios. Existia aqui um círculo vicioso, a deficiência educacional feminina impossibilitava que mais mulheres fossem habilitadas para concorrer com a parcela masculina, mais preparada. Como somente mulheres podiam ensinar para as mulheres, não haviam professoras o suficiente para lecionar, diminuindo assim a oferta de vagas nas escolas para as meninas.

A distinção de gênero também continuava no currículo oferecido para as meninas que envolvia o cuidado doméstico, bordado e costura, pois de acordo com a mentalidade da época a função mais importante das mulheres era a maternidade e o casamento, logo deveriam ser instruídas para o cuidado do lar. Tais ensinamentos não adentravam no currículo masculino, pois os mesmos deveriam exercer um outro papel social. Ademais, o ensino secundário era voltado para a formação de professoras, também conhecido como “magistério”, que se tornou uma profissão feminina. Ainda que a educação básica e secundária fosse permitida às mulheres, o acesso ao ensino superior era quase impossível.

De acordo com Kaizô Iwakami Beltrão e José Eustáquio Diniz Alves (2009), foi somente em 1881, através de um decreto imperial, que as mulheres puderam ingressar nas universidades. Entretanto, o problema não fora resolvido. Os estudos secundários eram caros, o que constituiu mais um empecilho ao acesso ao ensino superior para as mulheres. É possível observar que a cada barreira transposta para a educação feminina, outras mais eram criadas, como por exemplo a definição de carreiras femininas e carreiras masculinas, onde as profissões que tinham prestígio eram consideradas masculinas como a medicina e advocacia, enquanto outras, geralmente voltadas ao ensino e ao cuidado, eram vistas como femininas, tinham

¹⁰ A criação da Lei de 1827: “A realidade brasileira frustrava, assim, a aplicação do primeiro plano de educação feminina, o qual oferecia à mulher o mínimo em matéria de instrução. Na verdade, a lei de 1827 constituía um verdadeiro instrumento de discriminação dos sexos. Embora fosse a primeira legislação concedendo à mulher o direito de instrução, e daí constituir um marco histórico, só admitia as meninas nas escolas de primeiro grau, ou seja, nas pedagogias reservando os níveis mais altos – liceus, ginásios e academias – para a população masculina” (SAFFIOTI, 2013, p.275-276).

menos prestígio e baixa remuneração. De certo, ainda possuímos alguns resquícios dessa época.

[...] é importante destacar que somente em 1961, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB –, foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares. Portanto, foi a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras tiveram maiores chances de ingressar na universidade, e foi nos anos 1970 que começou a reversão do hiato de gênero no ensino superior (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

O debate sobre a questão educacional no Brasil passa por vários fatores como os interesses políticos e econômicos, pelo debate das taxas de analfabetismo, sobre o número de instituições e vagas para os cursos de graduação e pós-graduação e também pela gratuidade e manutenção do sistema. São questões que necessitam um pouco mais de tempo e fôlego. Essa breve explanação sobre a educação feminina no país serve para podermos entender um pouco sobre o contexto em que as mulheres estavam/estão inseridas. Poder ler e saber escrever é uma das formas (não as únicas) de adquirir e passar conhecimento. O sistema patriarcal, racista e capitalista exerceu (e ainda exerce) o controle de determinados indivíduos colocando barreiras no acesso à educação de qualidade.

As tentativas de controle dos corpos e do pensamentos das mulheres manifestam-se de variadas formas, seja na proibição do ensino básico às meninas e na proibição do acesso à educação superior pelas mulheres; na deslegitimação e inferiorização do conhecimento produzido por elas; na delimitação de áreas masculinas e femininas; na diferença salarial entre os gêneros e até mesmo na precarização das escolas e do ensino. Além do mais, soma-se a tais fatores as questões culturais e sociais que delegam às meninas/mulheres o trabalho doméstico e o cuidado da família, sobrecarregando-as.

Então, a quem interessava/interessa o não-acesso feminino ao conhecimento escolar/acadêmico? O controle dos corpos e da vida das mulheres foi e é um aspecto vantajoso para a sociedade baseada em poderes patriarcais, nos quais homens detém o poder de decisão. Ainda que, como vimos anteriormente, no século XIX algumas mulheres tenham conseguido acessar as instituições educacionais, o racismo e o classismo impediram que grande parcelas delas acompanhassem tal conquista.

Atualmente, o cenário da educação superior no Brasil é um pouco diferente. De acordo com o Censo da Educação Superior referente ao ano de 2019, as mulheres

compunham 55,8% das matrículas em cursos de graduação presenciais, ou seja, mais da metade do corpo discente¹¹. Em outro estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no relatório *Education at Glance* 2019, constata que 25% das mulheres brasileiras na faixa etária de 25 a 34 anos possuem ensino superior, enquanto 18% dos homens na mesma faixa etária possuem tal instrução. Ainda de acordo com a pesquisa, as mulheres possuem 34% mais probabilidade do que os homens de se formarem no ensino superior¹².

Essa reversão no hiato de gênero ocorreu de maneira gradual e foi acompanhada de mudanças sociais, políticas e econômicas. De certo, a entrada das mulheres no ensino básico e superior pôs em xeque a posição de subalternidade imposta pela construção social. Assim, quanto mais mulheres adentram os espaços de ensino, maior é a probabilidade que elas ocupem espaços de poder, inclusive os cargos de docência, conseqüentemente, maiores são as chances do desenvolvimento do conhecimento antissexista e antirracista destruindo as bases do paradigma moderno.

Isto posto, falar sobre a produção dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos também é falar sobre o acesso à educação pelas mulheres e meninas; sobre a ocupação dos espaços acadêmicos (cursos de graduação e pós-graduação); e também o acesso à docência e cargos de chefia (como coordenações, diretorias e reitorias, por exemplo).

Acessamos às universidades (um degrau dentro da onda)

A entrada das mulheres no ambiente universitário pode também ser tomado um dos fatores para o fomento dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos. Assim como na experiência de outros países como França, Inglaterra e Estados Unidos,

¹¹ De acordo com os dados levantados pelo Censo, das 6.153.560 matrículas em cursos de graduação presenciais em todo o Brasil, 3.430.115 matrículas foram do “sexo” feminino e 2.723.445 do “sexo” masculino. Entretanto, quando olhamos para o número de docentes do ensino superior em exercício (em instituições públicas e privadas) no Brasil, do total de 399.428 docentes, 212.614 (53,2%) são do “sexo” masculino e 186.814 (46,8%) do sexo feminino. Ainda que as mulheres sejam maioria no ensino superior o mesmo não ocorre nos espaços de trabalho (INEP, 2020). Esse é um tema que discutiremos ao longo do texto.

¹² Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm dificuldades em encontrar emprego. Paula Adamo Idoeta. BBC News Brasil, São Paulo, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49639664> > Acesso em 15 de março de 2021.

quando as mulheres feministas começaram a acessar os campos de pesquisa e produção científica trouxeram consigo questionamentos e críticas às desigualdades nas relações sociais, apontando inclusive, tais desigualdades dentro da própria universidade e na produção de conhecimento.

A entrada das mulheres nos espaços acadêmicos provocou novos questionamentos sobre o fazer científico e o lugar de objeto conferido às mulheres pela ciência. Campos de conhecimento como o da antropologia e da história foram criticados por teóricas feministas que apontaram o domínio da visão androcêntrica dentro de seus estudos e a ausência das mulheres, enquanto sujeitas e produtoras de suas pesquisas. Formou-se então, campos específicos de pesquisa, como a história das mulheres e a antropologia feminista, que tinham como intuito abrir novos caminhos de reflexão sobre os lugares impostos às mulheres e a dominação exercida pelos homens através de pesquisas voltadas para o sujeito feminino e para a análise das desigualdades entre os gêneros.

No Brasil, de acordo com Neuma Aguiar (1997), foi durante a década de sessenta que ocorreu a ampliação do sistema universitário e um maior ingresso das mulheres no ensino superior. A reforma universitária de 1968 implementaria o sistema de departamentos buscando a integração entre ensino e pesquisa, além do mais, os cursos de graduação passaram a ter um ciclo de formação básica e outro profissionalizante, “[...] junto a esse último são concedidos incentivos à pesquisa, de tal modo que a universidade passa a priorizar a formação de pesquisadores e pesquisadoras, nas mais diversas áreas do conhecimento” (AGUIAR, 1997, p.14).

A ampliação dos cursos de pós-graduação, a criação de núcleos de pesquisa e também o fomento de incentivo à pesquisa, como por exemplo o concurso de doações para pesquisa sobre mulher e gênero realizada pela Fundação Chagas e a Fundação Ford que durou de 1978 a 1988, ajudou no desenvolvimento de núcleos dedicados aos estudos sobre mulheres e aos estudos de gênero. A exemplo, temos a formação dos Grupos de Trabalho (GTs) como o GT Mulher e Força de Trabalho e o GT Mulher e Política criados pela Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 1979 e 1980 respectivamente, ajudaram na consolidação das pesquisas sobre as mulheres na academia (COSTA, A.A.; SADENBERG, C., 1994; COSTA, A., 1992).

Segundo Albertina Costa (1994), antes da década de setenta haviam poucas pesquisas referentes a mulher no país, as que existiam se encaixavam em temas quistos pelas ciências sociais como trabalho, população e desenvolvimento. Segundo a autora,

[...] sob o impacto da mobilização feminista, assiste-se à emergência do tema para o olhar científico. Os estudos pioneiros concentram seus esforços em dar visibilidade à mulher, em recuperar sua presença na história e, no mundo social, em apontar o androcentrismo como um vício para o conhecimento científico, em legitimar o novo campo de estudos. Nesta tarefa foram bem sucedidos (COSTA, 1994, p.404).

Uma dessas poucas referências as quais a autora supracitada se refere é a obra de Heleieth Saffioti, que nos chama atenção por já relacionar as questões de gênero - ainda que naquele momento se trabalhasse com a categoria “sexo” - com as questões raciais e de classe, como fatores importantes para o funcionamento da dinâmica capitalista. Segundo a referente autora, “[...] seria ilusório, [...] imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente” (SAFFIOTI, 2013, p.128). Sua obra tornou-se um ponto importante de reflexão para os movimentos feministas brasileiros.

Aos poucos o debate feminista foi adentrando as salas de aula e compondo as ementas das disciplinas. Temos como exemplo o trabalho da socióloga e feminista Zahidé Machado Neto, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) durante as décadas de 1970 e 1980. Zahidé é considerada uma das primeiras a promover os estudos de gênero na Universidade Federal da Bahia¹³. A professora ministrou a disciplina “Sociologia da família e das relações entre os sexos” no ano de 1974 no mestrado de Ciências Humanas¹⁴. Para Elizete Passos (1998), ainda que a discussão feminista não estivesse tão explícita na ementa da disciplina ofertada, o debate estava presente nas entrelinhas em termos como “literatura ativista”, “discurso polêmico” ou outros termos que remetiam a novos estudos como “sociologia futura” e “estudos atuais”¹⁵.

¹³ Ver: FERNANDES, Felipe Bruno; DANTAS, Míria; PEREIRA, Maiara Diana. Zahidé Machado Neto: Uma pioneira dos Estudos sobre a Mulher na Bahia. **ACENO**, vol 3, n. 5, jan-jul 2016, p. 108-124.

¹⁴ Mais tarde o curso de Ciências Humanas seria transformado na pós-graduação em Ciências Sociais.

¹⁵ A ementa da disciplina encontra-se em PASSOS, Elizete, 1998, p.40.

Seguindo os passos de Zahidé Machado, anos mais tarde a professora Alda Britto da Motta, ofertaria duas disciplinas com debates referentes às mulheres e ao feminismo, seriam elas “Sociologia das desigualdades sociais” no curso de mestrado em Ciências Sociais no ano de 1983; e “Teoria Sociológica e realidade social” no curso de graduação em sociologia em 1986, ambas na UFBA. Alda Motta também viria a ser uma das fundadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher em 1983 juntamente com as professoras Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa.

A criação de Núcleos de Estudos nas universidades como o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1980; o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM) na Universidade Federal do Ceará (UFCE) em 1981; o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais de Gênero (NEIRGS) na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) em 1983, abriram mais uma etapa para a promoção dos estudos sobre mulheres e gênero nas universidades brasileiras e a consolidação do campo de pesquisa.

O ensino expandiu-se a um ritmo bem mais lento que a pesquisa. Por razões históricas, os estudos da mulher começaram a se implantar de cima para baixo. A maioria dos cursos tem sido oferecida no nível de pós-graduação, onde existe grande flexibilidade curricular, ou então na graduação, como créditos optativos. Não existem cursos reguladores sobre gênero ou mulher, mas a universidade brasileira não tem a tradição de inserir no currículo cursos temáticos. A oferta de cursos está na dependência da iniciativa dos professores e entre eles não existe a possibilidade de dedicação exclusiva à questão (COSTA, 1994, p.405).

De certa forma, quase trinta anos depois a constatação de Albertina Costa ainda é verdadeira, salvo algumas exceções. A maioria dos cursos de graduação oferecem a temática em sua grade de optativas, ficando como opção da/o discente incluí-la ou não em seus estudos e da disponibilidade das/os docentes, com exceção do curso de Bacharelado em Estudos sobre Gênero e Diversidade da UFBA¹⁶. Alguns programas de pós-graduação passaram a inserir em suas linhas de pesquisa temas referentes a mulheres, gênero e feminismos possibilitando o desenvolvimento de

¹⁶ O primeiro curso de graduação em um instituto de ensino federal voltado para a formação de profissionais e pesquisadoras/es na área. O curso foi uma conquista do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM).

novos trabalhos. Entretanto, grande parte dos programas estão em áreas de concentração das ciências humanas e sociais.

Além da formação de núcleos de pesquisa nas universidades, a promoção de encontros regionais e nacionais sobre os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos possibilitou a troca e debate entre as pesquisadoras brasileiras. A formação da Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR)¹⁷ em 1992, composta por núcleos das universidades do Norte e do Nordeste do país foi um importante passo para a interação entre as pesquisadoras dessa região e a elaboração de ações conjuntas¹⁸. Também serve de exemplo a construção do “Fazendo Gênero – Seminário de Estudos sobre a Mulher” realizado em 1994 e organizado pelo Programa de Pós Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que se tornou um grande espaço de discussão nacional e internacional sobre os estudos de gênero, feministas e sobre mulheres no país. Atualmente o Fazendo Gênero reúne milhares de pesquisadoras/es, ativistas, artistas a cada dois anos.

Neste contexto, campos de pesquisa foram desenvolvidos no intuito de debater a questão da mulher, como “mulher e saúde”, “violência contra mulher”, “mulher e educação”, e os estudos sobre “mulher e trabalho”, sendo este último um dos mais importantes campos de pesquisa nos estudos sobre a mulher no Brasil. De acordo com Cristina Bruschini (1994), o tal tema foi uma das portas de entrada dos estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras e o primeiro dentre tais a ganhar legitimidade na academia. Com a influência das teorias marxistas, as feministas acreditavam que a remuneração do trabalho doméstico poderia ser um dos pontos para promover a libertação das donas de casa (BRUSCHINI, 1994).

O desenvolvimento dos estudos feministas nas universidades e sua consolidação como um campo científico não foi recebida de maneira pacífica. Tais

¹⁷ Atualmente com o desenvolvimento dos Núcleos e da temática nas universidades contamos inúmeros eventos nacionais como por exemplo o Fazendo Gênero realizado na Universidade Federal de Santa Catarina a cada dois anos, a Redor também promove seus encontros a cada dois anos com sedes diferentes a cada encontro; o Desfazendo Gênero que se tornou um importante espaço dos feminismo dissidentes

¹⁸ Atualmente o Encontro da REDOR, assim como o Simpósio Baiano de Pesquisadoras/es sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (parceria NEIM/PPGNEIM) se tornaram importantes eventos para debate e disseminação de pesquisas, que acontecem a cada dois anos, atraindo pesquisadoras e pesquisadores de e extrapolando as fronteiras do Norte e Nordeste e, mais recentemente, de todas as regiões do país. Em 2018 foi realizado seu vigésimo encontro da Redor. O encontro aconteceu na UFBA, em Salvador, sob a coordenação do NEIM.

estudos foram acusados de não desenvolverem um aprofundamento científico suficiente por se valerem de bases empíricas, dando um maior valor as experiências e as narrativas, ou de não produzirem ciência e sim apenas uma denúncia da militância. Os núcleos de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos eram tidos como espaços restritos dentro das universidades e por vezes alvo de comentários e “piadas” preconceituosas afim de diminuir as produções ali produzidas. Até hoje atitudes semelhantes acontecem, ainda que o trânsito de pesquisadoras/es sobre a temática entre as diferentes áreas do conhecimento tenha se intensificado.

Para além do espaço universitário e do espaço público/político, os movimentos feministas também atuaram através das Organizações Não Governamentais (ONGS), apesar de divergências quanto a possível institucionalização do movimento. Entretanto, a criação das ONGs nos anos oitenta teve como objetivo contribuir para a educação popular, promover grupos de apoio e reflexão, dedicando-se a temas como sexualidade, violência, direitos humanos, além de pressionarem o governo na elaboração das políticas públicas. Formadas em sua maioria por mulheres com formação universitária e de classe média, as ONGs feministas se distinguiam por ir além da assistência as outras mulheres, mas também para modificar as relações de poder que elas próprias estão imersas, pois acreditavam fazer parte de um movimento maior de mulheres (ALVAREZ, 1998, p.267). As ONGs funcionaram como importante instrumento de articulação entre as demandas feministas e o Estado¹⁹.

Como exemplo do trabalho das ONGs feministas no país temos a criação de organizações como o SOS Mulher em São Paulo em 1980, SOS Mulher no Rio de Janeiro em 1981, e o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher em Belo Horizonte em 1980²⁰. Essas organizações tinham como finalidade de acolhimento as vítimas de

¹⁹ Exemplo de ONGs no Brasil: a *Casa da Mulher do Nordeste* em Recife e a *Rede Mulher de Educação* em São Paulo, criadas em 1980; o *SOS Corpo* em Recife em 1981; o *Geledés – Instituto da Mulher Negra* em São Paulo criado no ano de 1988; o *Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)* em Brasília no ano de 1989; em 1990 foi criada a *Casa da Cultura da Mulher Negra* no estado de São Paulo. De acordo com Maria Salete F. Novellino (2006, p.10), a criação das ONGs feministas se deu entre os anos de 1980 e 1999, não havendo mais novos registros após o ano 2000. Segundo a autora, as ONGs criadas se concentraram na região sudeste (13 ONGs), seguida da região centro-oeste (4 ONGs), região nordeste (3 ONGs) e na região sul (1 ONG).

²⁰ Em 1979 foi adotada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) pela Assembleia Geral das Nações Unidas que classifica a discriminação contra a mulher como “qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício da mulher, independentemente de seu estado cível, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. A convenção também propõe a criação de políticas pelos Estados-Parte como forma de eliminar a discriminação contra as mulheres.

violência e promoviam grupos de reflexão sobre a violência. A experiência dessas ONGs levou a uma promoção de estudos sobre violência contra as mulheres que foram baseados no atendimento e funcionamento dessas organizações, como por exemplo o trabalho de Maria Filomena Gregori, “Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminina”. Em 1985 foi criada a primeira Delegacia Especializada ao Atendimento à Mulher (DEAM) nas cidades de São Paulo e Recife, se espalhando posteriormente por todo o país.

O desenvolvimento do campo de estudos de violência contra as mulheres denunciou os abusos sofridos pelas mulheres dentro do ambiente doméstico e a omissão do Estado frente ao problema. Chamaram a atenção para um tipo de violência que até então era naturalizado e justificado pelas leis do Estado. Os estudos focavam na existência de uma dicotomia entre homem e mulher a qual distinguia os espaços sociais entre o público e o privado, sendo este último atribuído às mulheres.

O lema “o pessoal é político” foi levantado nas ruas e dentro da academia. Os movimentos apontavam para os riscos enfrentados pelas mulheres dentro de suas próprias casas, e como o controle de seus corpos e sexualidade estavam a cargo de seus pais e maridos. Lutavam contra a moral e o costume patriarcal que perpetrava a ideia de que o que acontece dentro do lar – espaço doméstico/privado – não deve sofrer interferência do Estado e nem da sociedade. Até hoje frases como “entre briga de marido e mulher não se mete a colher” são recorrentemente utilizadas e, até mesmo a alegação da “legítima defesa da honra” do homem, tem servido como justificativa de defesa para os casos de violência e feminicídio contra mulheres²¹.

Acontecimentos importantes

As mudanças sociais e políticas ocorridas no país na década de oitenta atentavam cada vez mais para as desigualdades entre os gêneros e a necessidade

²¹ Somente em março de 2021 que o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu o uso da tese de legítima defesa da honra em casos de feminicídio e declarou-a como inconstitucional. Ver: Supremo Tribunal Federal. **STF proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio**. Segunda-feira, 15 de março de 2021. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336>

de combater os estereótipos sexistas na sociedade brasileira²². Em 1988²³ com a promulgação da nova Constituição, conhecida também por “Constituição Cidadã”, homens e mulheres seriam iguais em direitos e deveres. Tal determinação em forma de lei foi bastante significativa em um país que há tempos atrás as mulheres eram tuteladas por seus pais, maridos, filhos ou irmãos, e não tinham direito a educação, ao voto, ou até mesmo o direito de gerir seus próprios bens. A Constituição cidadã foi possível por causa da junção e luta de tantas mulheres, nos espaços acadêmicos, políticos e nas ruas. Como afirma a professora Salete Maria da Silva (2011, p.298) em sua tese de doutoramento, “o real significado da expressão ‘Constituição Cidadã’ pode ser melhor e mais eficazmente compreendido através do reconhecimento e da propagação do fato de que este é, também, uma Carta que elas [as mulheres] escreveram”. A constituição de 1988 é vigente até os dias atuais.

A década de 1990 traria o IV Congresso Mundial de Mulheres realizado em Beijing, em 1995, organizada pela ONU. Foi uma conferência de grande impacto não só para o Brasil, mas para todo o cenário internacional. De acordo com Cecília Sardenberg (2018), a conferência foi uma das mais importantes ocorridas na década de 1990, que também ficou conhecida como a “década das conferências”.

A Declaração de Beijing²⁴ e a Plataforma de Ação estão dentre os documentos internacionais mais avançados na construção da justiça de gênero. A Plataforma, em especial, promove a equidade de gênero como questão de relevância para toda a sociedade – e não apenas de interesse das mulheres – afirmando-se ser da responsabilidade dos governos dos países signatários a construção dessa sociedade mais justa. Ali se estabeleceu o empoderamento das mulheres como uma de suas principais metas, definindo a transversalização do enfoque de gênero (*gender mainstreaming*) como estratégia fundamental para a construção da equidade

²² A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985 foi um grande passo para os movimentos feministas no país. O conselho era vinculado ao Ministério da Justiça e tinha autonomia administrativa e financeira, e tinha como finalidade a promoção de políticas públicas para o combate à discriminação contra as mulheres e assegurar a sua plena participação nas atividades políticas, culturais e econômicas do país. Em sua organização era assegurado a participação dos movimentos “femininos” e grupos de mulheres da sociedade civil ou da comunidade acadêmica ou outros setores interessados na defesa dos direitos das mulheres.

²³ Em 1986 teve início a campanha para as eleições dos representantes para composição da Assembleia Nacional Constituinte. Com o slogan “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” ou “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher” a CNDM lançava uma campanha nacional para a candidatura de mulheres para compor a Assembleia Constituinte. A mobilização e campanha para a eleição reuniu duas mil mulheres no Encontro Nacional Mulher e Constituinte ocorrido em Brasília, que promoveu debates sobre temas caros às mulheres. O encontro propiciou a elaboração da “Carta das mulheres” pela CNDM em conjunto com as mulheres participantes do evento.

²⁴ Tratados e convenções afim de garantir os direitos das mulheres e combater e prevenir as desigualdades e violência de gênero já vinham sendo realizados, como por exemplo Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres” (CEDAW) de 1979 e ratificada em 1981.

de gênero e comprometendo os referidos governos a se empenharem nesse processo [...] (SARDENBERG, 2018, p.29).

Após quinze anos do movimento das mulheres na Assembleia Constituinte para a inclusão das pautas feministas na Constituição de 1988, foi aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, na cidade de Brasília no ano de 2002, a Plataforma Política Feminista, fruto da articulação de quase 2000 mulheres de todo o Brasil. A Plataforma chamou a atenção para a pequena participação das mulheres nos cargos políticos, e sugeriu o fortalecimento da democracia representativa através das políticas de ação afirmativa. Reconheceu também as dificuldades vivenciadas por mulheres negras, indígenas, pobres e portadoras de necessidades especiais, além de tocar em pontos importantes como a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres e a necessidade de reforma agrária (CFEMEA, 2002). O documento foi apresentado aos candidatos à Presidência da República das eleições do mesmo ano.

A criação da Secretaria de Política para as Mulheres²⁵ (SPM) no Governo Lula, em 2003, inaugurou uma nova fase para os movimentos feministas. A secretaria foi um importante instrumento para a implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres. Além da regulamentação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que foi integrado a Secretaria.

Em 2004, foi elaborado o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), que teve como objetivo promover a transversalização de gênero nas políticas do governo, afim de combater as discriminações de gênero e promover a igualdade, levando em consideração aspectos raciais, étnicos, geracionais e de orientação sexual. A atenção para a educação inclusiva e não sexista fazia parte desse primeiro plano nacional, que tinha como objetivo garantir um sistema educacional não discriminatório, a promoção do acesso às mulheres jovens e adultas à educação básica, além de ampliar o acesso infantil a educação básica com creches e pré-escola.

²⁵ Em sua criação a SPM desfrutava do status de ministério, que lhe garantia uma maior autonomia. Em 2015 a secretaria perdeu o status e foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, já em 2016 com a extinção de tal ministério a Secretaria passou para o Ministério da Justiça e da Cidadania, atualmente a SPM faz parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. É curioso notar como no decorrer dos anos e das mudanças políticas do país o assunto referente ao direito das mulheres é tratado. No fim, perdeu-se a pluralidade (de mulheres para mulher) e juntou-se à temática família remetendo-nos no período em que os direitos da família se misturavam com os direitos das mulheres.

O II PNPM²⁶, elaborado em 2007, consolidou o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que orientava a execução das políticas voltadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Além do mais, em 2006 com a promulgação da Lei Maria da Penha²⁷, o Estado brasileiro se tornou referência no combate à violência contra as mulheres no mundo. Em 2015, o assassinato de mulheres causado por razões de gênero foi considerada crime hediondo, sendo conhecida como a Lei do Femicídio²⁸. A preocupação com a educação também ampliaria os horizontes no segundo plano nacional que buscava por uma educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica.

O terceiro e último PNPM (2013-2015) reafirmava a importância da educação como uma ferramenta fundamental para o combate das desigualdades de gênero, raça, classe, etnia, etc. e a necessidade de avaliar os processos educacionais através das lentes de gênero. Entre os objetivos propostos pelo plano para a redução da desigualdade na educação brasileira estava a eliminação de conteúdos sexistas e discriminatórios e a inserção de temas sobre igualdade de gênero e diversidade nos currículos escolares e materiais didáticos e o estímulo à produção de conhecimento sobre relações de gênero, identidade de gênero, raça, etnia²⁹.

Tais planos foram importantes para o avanço das discussões sobre as questões referentes às desigualdades de gênero na educação brasileira e também em outros setores da sociedade. A parceria entre pesquisadoras feministas, movimentos feministas e os órgãos políticos brasileiros, ainda que passível de críticas, possibilitou um progresso nas políticas públicas para as mulheres.

Neste sentido, para compreendermos melhor as questões referentes as desigualdades de gênero na sociedade precisamos entender como o campo de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos foi formado e quais caminhos foram seguidos pelas teóricas feministas ao longo dos séculos. Acredito que já devam saber

²⁶ http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf

²⁷ A Lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha define violência doméstica como: “qualquer ação ou omissão baseada no **gênero** que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, grifo meu).

²⁸ A Lei utiliza as seguintes palavras: “Femicídio: contra a mulher por razões da condição de **sexo feminino**: § 2º - Considera-se que há razões de condição de **sexo feminino** quando o crime envolve: I – violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à **condição de mulher**” (BRASIL, 2015, grifo meu).

²⁹ Soma-se a tais objetivos no plano a promoção de políticas para o acesso e permanência das mulheres no ensino superior, profissional e tecnológico; a promoção de políticas para reduzir o analfabetismo feminino, principalmente entre mulheres negras, indígenas e com mais de 50 anos e contribuir para a redução de gênero no ambiente escolar universitário (BRASIL, 2013)

que o movimento feminista não é um movimento homogêneo que podemos utilizá-lo no singular, mas sim um movimento plural, com pautas, correntes de pensamento e discursos diferentes. Os movimentos feministas são formados através das experiências de diversas mulheres ao redor do mundo.

A formação de um campo de estudos

O discurso do determinismo biológico foi utilizado para justificar as desigualdades entre homens e mulheres e a subordinação dessas últimas, concebendo assim uma ideia de fixidez e naturalidade para o domínio masculino³⁰. A ideia de naturalidade conferiu ao discurso o caráter de uma situação imutável. Sendo assim, em qualquer lugar ou em qualquer época as mulheres teriam o propósito de serem subordinadas aos homens. Simone de Beauvoir, em seu livro “*O Segundo Sexo*”³¹, revolucionou a literatura e o movimento feminista hegemônico da época, ao discorrer como a história e os mitos foram controlados por homens e como sua concepção de sujeito universal, forte, ativo, racional, conferiu à mulher o lugar do outro sexo, o sexo dominado. Assim, durante sua narrativa, a autora utiliza dos discursos reproduzidos socialmente, os quais associam a condição física da mulher (menstruação, maternidade, hormônios e ovários) a sua subalternização, para desconstruí-los e revelar o caráter naturalizante de cada um deles. A icônica frase “não se nasce mulher, torna-se”, põe em xeque a justificativa biologizante da diferença entre mulheres e homens e abrindo caminho para pensar o papel da sociedade na construção dos sujeitos.

As ideias do “Segundo Sexo” de Beauvoir corroboram com o pensamento do movimento feminista estadunidense e europeu da década de sessenta. De acordo com Adriana Piscitelli (2002, p.9), o pensamento feminista desta década considerava que a subordinação feminina poderia variar com o tempo e o local, entretanto sempre existiu em todos os momentos da história conhecidos pela humanidade. O termo “mulher” comumente utilizado durante essa primeira fase dos estudos, exemplifica o sentido de universalidade do conceito.

³⁰ Essa é uma visão ocidental/europeia, não sendo universal.

³¹Sua primeira publicação foi no ano de 1949. No Brasil, o livro foi dividido em dois volumes, o primeiro “Fatos e Mitos”, o segundo volume “A experiência vivida”.

Mesmo afirmando que sua pesquisa não se tratava sobre os direitos da mulher, sobre feminismo, ou se haveria ou não diferenças reais entre os sexos, a antropóloga Margaret Mead também contribuiu para o debate com o livro “Sexo e Temperamento”³² resultado do trabalho de campo realizado na ilha de Papua-Nova Guiné, onde a autora estudou três diferentes sociedades: os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli. As três sociedades analisadas pela autora apesar de próximas apresentavam distinções em suas configurações sociais. Segundo Mead (2003, p. 22) “cada uma dessas tribos dispunha, como toda sociedade humana, do ponto de diferença de sexo para empregar como tema na trama da vida social, que cada um desses três povos desenvolveu de forma diferente”, a autora continua, “comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor que elementos são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo” (MEAD, 2003, p.22). A afirmação abriu caminho para a constatação que as diferenças entre os sexos eram construções sociais e culturais, podendo diferir de cultura para cultura, indo contra o discurso do determinismo biológico. Mead (2003) trouxe na introdução do seu livro a seguinte afirmação:

Impus-me como problema o estudo do condicionamento das personalidades sociais dos dois sexos, na esperança de que tal investigação lançasse alguma luz sobre as diferenças sexuais. Eu compartilhava a crença geral da nossa sociedade de que havia um temperamento ligado ao sexo natural, que no máximo poderia ser distorcido ou afastado da expressão normal. Nem de leve eu suspeitava que os temperamentos que reputamos naturais a um sexo pudessem, ao invés, ser mera variações do temperamento humano a que os membros de um ou ambos os sexos pudessem, com maior ou menor sucesso no caso de indivíduos diferentes, ser aproximados através da educação (MEAD, 2003, p.26-27).

Em concordância com essa ideia, Sherry Ortner (1979), em seu artigo “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?”, afirmava que cada cultura possuía uma maneira própria de subordinar os sujeitos femininos, assim poder-se-ia encontrar mulheres subordinadas aos homens em toda cultura conhecida. A tese proposta por Ortner (1979, p.114) foi de que “a desvalorização universal feminina pode ser explicada demonstrando que a mulher é encarada como mais próxima da natureza do que o homem, que inegavelmente é visto ocupando o importante território da cultura”, assim nessa análise, a mulher ocuparia uma posição intermediária ente a natureza e a cultura. Entretanto, a autora enfatiza que tal

³² Sua primeira edição foi publicada em 1935.

separação não passa de mais um construto da cultura. Tal posição implicaria em três questões, primeiro, a mulher não desvencilhou-se da natureza tão quanto os homens, por isso seu status de inferior; segundo, a mulher pode desempenhar o papel de mediadora entre a natureza e a cultura, como por exemplo na socialização e educação das crianças onde haveria supostamente a conversão da natureza para a cultura, devido a essa função estaria sujeita a mais regras e restrições; e em terceiro, a figura feminina teria uma maior ambiguidade simbólica, exemplo, pura/impura, virgem/prostituta, anjo/demônio.

Assim como Ortner, outras antropólogas feministas empreenderam em pesquisas voltadas para analisar a função e as atividades femininas nas diferentes culturas, em busca de evidências da origem da subordinação das mulheres e de provas da construção social das diferenças entre os sexos. Michele Rosaldo (1979, p.35) converge com o pensamento de Sherry Ortner ao argumentar que “toda sociedade conhecida reconhece e elabora algumas diferenças entre os sexos e embora haja grupos onde os homens vestem saias e as mulheres calças, em todo lugar há tarefas, maneiras e responsabilidades características”. A referente autora também argumenta haver uma posição entre o espaço doméstico e o público, no qual o primeiro absorve as mulheres devido a maternidade e o cuidado com os filhos que restringiria sua participação em outros espaços, e em contraposição por não possuir esse vínculo e dever com a prole, aos homens seria destinado ao espaço público. A separação natureza e cultura também refletiria essa oposição entre os sexos, onde as mulheres seriam associadas a natureza e os homens a cultura.

Neste sentido, a ausência das mulheres em espaços públicos de poder seria fruto de construções e determinações sociais. Logo, se não é algo dado ou natural do ser humano, e sim uma construção, pode ser modificado.

Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. Por esse motivo, o pensamento feminista colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais destas desigualdades (PISCITELLI, 2002, p.9-10)³³.

³³ Como vimos acima, o Brasil passava por uma ditadura militar no início da década de sessenta e por consequência a censura e perseguição dos movimentos sociais, incluindo o movimento feminista. As discussões travadas pelas feministas dos Estados Unidos e dos países europeus, ganharam corpo durante as décadas seguintes com a abertura política e a redemocratização, a exemplo do lobby do batom que também vimos anteriormente. Mas prosseguimos com o desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres e os estudos de gênero.

O perigo dessa linha de pensamento é que também submete as mulheres ao fator biológico, destinando-lhes a maternidade/reprodução, em outras palavras, por possuírem o sexo biológico feminino estão fadadas a determinados tratamentos, assim como as dicotomias criadas para explicar as desigualdades como cultura e natureza, doméstico e público, se tornam fatores deterministas. Logo, tal discurso acaba caindo no mesmo caráter determinista que critica. Além do mais, outros fatores contribuem para a formação do indivíduo como a classe, a raça, a geração, a sexualidade, etc. e o próprio “sexo biológico” que também não passa de uma mera construção social ocidental.

Como explicação para a ocorrência da subordinação feminina em todas as culturas e durante toda a história, os movimentos feministas passaram a utilizar do conceito de patriarcado. Ademais, durante todos os momentos de sua vida a mulher estaria submissa ao controle de um homem, seja pai, irmão, marido, filho e também a instituições que reproduziam a dominação masculina, como o Estado e a Igreja, por exemplo. Seu caráter a-histórico e generalizador foi alvo de críticas e, segundo Adriana Piscitelli (2002), tornou-se um conceito vazio, na maioria das vezes utilizado como sinônimo de dominação masculina. Ainda assim, concordo com a autora que o conceito foi devesas importante para demonstrar a não-naturalidade da subordinação feminina. Posteriormente veremos como tal conceito foi trabalhado por teóricas brasileiras.

A divisão espaço público versus espaço doméstico/privado também teve sua importância e suas devidas críticas. Essa dicotomia pautou-se na ideia de que as mulheres estariam submetidas aos limites do espaço doméstico/privado, onde teriam como função o cuidado da casa, família, alimentação e educação dos filhos. A tutela e o controle da figura feminina (seus corpos, sexualidade e pensamentos) era exercido pelo patriarca (papel assumido por diferentes figuras masculinas como vimos acima). Podemos exemplificar tal situação com o exemplo do Código Civil brasileiro de 1916 que considerava a mulher como um ser incapaz, necessitando da autorização do marido para ter uma profissão, além de não poder gerir suas próprias finanças³⁴.

Essa ideia de divisão também fomentou campanhas para a inserção das mulheres nos espaços poder, como por exemplo a participação de eleições para

³⁴ Ver: CORTÊS, Iáris Ramalho, 2013.

cargos políticos, além de denunciar a violência sofrida pelas mulheres nos espaços domésticos cometidas por companheiros e/ou familiares.

Entretanto, a noção de dicotomia presente entre o espaço público e o espaço privado generaliza, de certa forma, a experiência feminina a uma realidade única para todas as mulheres, além de separar campos que na realidade não são desassociados, pois um influencia/interfere no outro. Ademais, nem todas as mulheres estavam “destinadas” apenas ao cuidado da casa, a depender de outros fatores como classe e raça, por exemplo, poderiam transitar por ambos os espaços.

Alguns anos depois dessa discussão, Michele Rosaldo (2005) em seu artigo “O uso e abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural”³⁵ reconhece o determinismo por trás de seu antigo discurso, conferindo um olhar crítico à antropologia feminista na sua busca das origens da subordinação das mulheres e da dominação masculina. Rosaldo (2005) afirma que a preocupação dos estudos anteriores de encontrarem o lugar destinado às mulheres e relacioná-las com espaços previamente delimitados, não possibilitou compreender que o “lugar da mulher” não é produto do que ela faz ou de suas funções biológicas, “mas sim do sentido que suas atividades adquirem através da interação social concreta”. Para a autora, “gênero, em todos os grupos humanos, deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” (ROSALDO, 2005, p. 22). Em suas palavras:

Falar do status da mulher é pensar sobre um mundo social em termos no fundo dicotômicos onde a ‘mulher’ é universalmente oposta ao ‘homem’ da mesma forma em todos os contextos. Assim, tendemos repetidamente a contrastar e insistir em diferenças presumivelmente dadas entre homens e mulheres ao invés de perguntar como essas diferenças são elas mesmas criadas por relações de gênero. Assim, nos tornamos vítimas da tradição conceitual que vê ‘essência’ nas características naturais que nos distinguem dos homens e então declara que a condição atual das mulheres deriva do que, ‘em essência’, as mulheres são, descrevendo papéis sociais e regras como produtos não de ações e relações em um mundo realmente humano, mas de indivíduos que servem a si mesmos através de uma *performance* mecânica (ROSALDO, 2005, p.23).

O abandono do termo “sexo” e a adoção do termo “gênero” para referir-se as diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres, foi uma medida

³⁵ Publicado originalmente em 1980.

utilizada pelas pesquisadoras feministas como uma forma de superar discurso do determinismo biológico. Assim criou-se uma nova distinção, o sexo biológico e o gênero.

Precisamos ter em vista três momentos para o desenvolvimento dos estudos de gênero. O primeiro, quando se tratava das diferenças sexuais, e o sexo é o fator primordial para a discussão, pois percebe-se que há distinções entre os sexos feminino e masculino e que essa distinção leva a subordinação das mulheres. Um segundo momento, onde sexo e gênero são próximos e quase se confundem, o sexo é base para se entender o gênero, assim o sexo é algo fixo e o gênero atribui significado. O terceiro momento, percebe-se que as relações de gênero podem variar de cultura para cultura, sem determinações de quem será ou não subordinado.

A emergência dos estudos de gênero

A publicação do artigo *“The traffic in women”* de Gayle Rubin em 1975, foi um dos marcos nos estudos de gênero. Nele a autora propunha pensar em um “sistema sexo/gênero” que poderia ser definido como: “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p.2). Na visão de Rubin, o sistema sexo/gênero é moldado pela intervenção humana e social que tem como matéria-prima o fator biológico do sexo e a procriação. Assim, a identidade de gênero, a sexualidade e desejos são produtos sociais, inclusive a heterossexualidade³⁶.

Segundo Linda Nicholson (2000, p.11), se antes tínhamos o “gênero” sendo utilizado como oposição ao “sexo” e ao determinismo biológico, agora temos o gênero como suplementar ao conceito de sexo, “mais do que isso, não só o ‘gênero’ não era visto com substituto de ‘sexo’ como também ‘sexo’ parecia essencial à elaboração do próprio conceito de ‘gênero’”. Seguindo a lógica de Rubin, o sexo seria algo dado, algo fixo que a história e as relações sociais e as culturais o moldariam. Nicholson associa esse pensamento a um “porta-casacos da identidade” onde o corpo é um tipo de cabide e as roupas, cachecóis, chapéus, etc., que são nele jogados seriam a

³⁶ Rubin trava um debate com o sistema de parentesco elaborado por Lévi-Strauss e o complexo de Édipo e Electra defendido por Freud para explicar como seu sistema sexo/gênero funciona e é construído.

personalidade e comportamento de cada indivíduo. Essa relação entre corpo, personalidade e comportamento, para autora, constitui um fundacionalismo biológico.

Em comum com o determinismo biológico, meu rótulo postula uma relação mais do que acidental entre a biologia e certos aspectos de personalidade e comportamento. Mas em contraste com o determinismo biológico, o fundacionalismo biológico permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento (NICHOLSON, 2000, p.12).

O artigo da historiadora Joan Scott intitulado “*Gender: A Useful Category of Historical Analysis*”³⁷, publicado em 1986, foi um divisor de águas nos estudos sobre as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Devido sua importância cabe demandar um pouco mais de tempo em sua análise. No referente artigo, a autora traz críticas contundentes as/aos historiadoras/es que utilizavam o termo “gênero” para se referir as relações entre os sexos, cabendo em temas como mulheres, família, crianças e ideologia de gênero, enquanto os temas referentes a poder, política, diplomacia, etc. o “gênero” não era utilizado. Deste modo, reproduzia a ideia de dicotomia entre mulheres e homens, público e privado, sendo apenas descritivo e relacionado ao estudo das mulheres, não explicando por exemplo como as relações sociais entre os “sexos” seriam construídas ou como funcionariam (SCOTT, 1995).

A autora identifica três linhas teóricas na abordagem do gênero pelas historiadoras/es. Primeiro, a tentativa de explicar as origens do patriarcado colocando a necessidade da dominação pelos homens o motivo da subordinação feminina. Neste discurso, questões como a reprodução biológica, a capacidade de gerar vida pelas mulheres e o controle dessa reprodução pelos homens, a exemplo da teórica Shulamith Firestone³⁸, se fazem presentes. Entretanto, explica a autora, tal linha não relaciona as desigualdades de gênero com as demais, e acaba reproduzindo a ideia de que as diferenças físicas entre homens e mulheres são universais e imutáveis, transformando então as desigualdades de gênero como fixas, imutáveis e a-históricas.

³⁷ No Brasil o artigo foi traduzido como “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” publicado em 1990.

³⁸ Shulamith Firestone foi uma das expoentes da segunda onda do movimento feminista e também uma das figuras mais importantes para o feminismo radical. Sua obra mais conhecida foi o livro “*The Dialectic of Sex: The case for feminist revolution*” (A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista) publicado em 1970. Para Firestone a questão biológica (período fértil, menstruação) e com ela reprodução (gestação) tornava as mulheres dependentes dos homens que por sua vez passaram a controlar a reprodução.

A segunda linha de pensamento é composta pelo feminismo marxista. A autora afirma que a busca por uma explicação materialista do gênero acabou por delimitar sua produção

“[...] tanto no caso em que se propõe uma solução baseada no conceito de sistemas duais (que afirma a existência dos domínios separados, mas em interação, do capitalismo e do patriarcado), quanto no caso de uma análise baseada mais firmemente discussões marxistas ortodoxas sobre os modos de produção, a explicação das origens e das transformações dos sistemas de gênero encontra-se fora da divisão sexual do trabalho. Famílias, lares e sexualidade são, no fim das contas, todos, produtos de modos cambiantes de produção” (SCOTT, 1995, p.78).

Nessa linha, o gênero não tem um caráter analítico próprio, está submisso às estruturas econômicas do capital. Já a terceira linha, utiliza duas vertentes da psicanálise, o pós estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas, “ambas se centram nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança a fim de encontrar pistas sobre a formação da identidade de gênero.” (SCOTT, 1995, p.80). Enquanto as pós-estruturalistas focam no desenvolvimento da linguagem e interpretação (como sistemas de significação), “as teóricas das relações de objeto enfatizam a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com aqueles que se ocupam dela, em particular, obviamente, com seus pais)” (SCOTT, 1995, p.80-81). Criticando as teorias em relação ao objeto, Scott demonstra que sua interpretação é limitante, pois se atém ao espaço doméstico, não o relacionando com outros espaços sociais.

Scott então propõe utilizar gênero como uma categoria de análise histórica dividida em duas partes, a primeira considerando o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, implicando em quatro elementos inter-relacionados: os símbolos culturais que carregam as representações simbólicas; os conceitos normativos que interpretam os símbolos presentes, por exemplo, nas instituições religiosas e educativas; uma noção de ser fixo e imutável; e por último a identidade subjetiva do gênero. Na segunda parte, o gênero é a forma primária de dar significado as relações de poder, “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p.88).

A partir de então, a categoria de gênero proposta por Scott toma conta das discussões acadêmicas e consolida um campo de estudos que convencionamos a

chamar de “estudos de gênero”³⁹. No Brasil a chegada de tais estudos fomenta as discussões sobre a categoria de gênero e a validade do termo patriarcado que começa a cair em desuso.

De acordo com o pensamento da socióloga brasileira Heleieth Saffioti⁴⁰ (2015, p.58), patriarcado dá nome a dominação masculina. É um sistema que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, quase sem restrições, ou seja, qualquer “mulher” estaria disponível sexualmente. Tal sistema constituiria uma relação hierárquica presente em todos os espaços sociais e que pode ser baseada na violência e na ideologia. A autora vai mais além e conclui que o patriarcado “não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração” (SAFFIOTI, 1987, p. 50) e atinge os campos político, ideológico e econômico. Saffioti defende a existência da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, que de acordo com ela, são três sistemas inseparáveis, pois transformaram-se em um único sistema de dominação-exploração. Essa relação não destitui de todo o poder da parte subalterna, ao contrário, todos os envolvidos nessa relação o possuem, “porém em doses desiguais”, Saffioti afirma que

[...]em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços interstícios da falocracia. As mulheres, portanto, não sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas também mercê da luta que travam com os homens pela ampliação-modificação da estrutura do campo do poder *tout-court* (SAFFIOTI, 1992, p. 184)

Ao discutir sobre o uso dos conceitos patriarcado e de gênero pelas feministas brasileiras, Lia Zanotta Machado (2000), argumenta que o gênero não contrapõe o uso do patriarcado. Na verdade, para a autora, o conceito de gênero abre possibilidades para novas indagações que o conceito de patriarcado não permite devido seu caráter determinante das relações.

O conceito de ‘relações de gênero’ não veio substituir o de ‘patriarcado’, mas sim, o de ‘condições sociais da diferença sexual’, o de ‘relações sociais de sexo’, e o de ‘relações entre homens e mulheres’. Entendeu-se que estas

³⁹ Discussões sobre “gênero” já vinham sendo travadas, entretanto considero o artigo de Joan Scott como um marco para o avanço do debate.

⁴⁰ A autora segue a linha de pensamento da feminista Carole Pateman e seu livro “O Contrato Sexual” no qual a autora defende que além do Contrato Social defendido pelos contratualistas, há um segundo contrato, que não é mencionado, que coloca as mulheres à disposição e dominação dos homens. Esse é realizado durante o casamento e se faz no direito conjugal, do marido sobre sua “mulher”. É um acordo entre desiguais, segundo Pateman, pois não há igualdade entre os acordantes.

expressões permaneciam aprisionadas nas narrativas da naturalização e da biologização das relações entre homens e mulheres, dificultando o desenvolvimento das análises que pretendiam chegar à radical ruptura com a naturalização da situação das diferenças sexuais (MACHADO, 2000, p.4).

Além do mais, o conceito de gênero tem a flexibilidade de ser utilizado como ferramenta de análise em qualquer sociedade, pois cada cultura constrói suas próprias relações de gênero. Não há predeterminações no modo como cada indivíduo deve se relacionar, ou quem será o dominante e quem será o dominado, ou seja, cada cultura terá sua própria configuração de gênero. “[...] Nada há de determinante no sexo biológico que faça com que feminino e masculino se definam ou se relacionem desta forma. As ideias mesmas da diferença sexual são engendradas no campo simbólico (cultural e social)” (MACHADO, 2000, p.6).

De todo modo, não podemos negar a importância do conceito de patriarcado para a compreensão das desigualdades de poder contidas nas relações de gênero. Atualmente, os termos “patriarcal”, ou “sociedade patriarcal”, ou ainda “relação patriarcal” caiu no senso comum e acabam sendo utilizados como sinônimo de machismo/machista ou sexista, ou pra conotar alguma relação de opressão contra as mulheres.

Ao contrário do que afirma Piscitelli (2002), de que o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio, acredito em uma reinterpretação do conceito que pode nos ser útil para explicar determinados contextos onde prevalece a dominação e a vontade masculina de forma que as mulheres são prejudicadas, porém descartaríamos seu caráter ahistórico e sua determinação de se fazer presente em todas as sociedades.

Assim, a categoria mulher utilizada no início dos estudos feministas foi questionada devido ao seu caráter universal e essencialista ao acreditar que toda e qualquer mulher sofria a mesma opressão patriarcal devido sua condição biológica. O avanço do debate sobre diferenças de sexo, construções sociais e opressão feminina pelos estudos sobre a mulher foram incorporados pelo o que chamamos de estudos de gênero. Tais estudos tomaram as discussões acadêmicas e também políticas. Hoje o gênero está presente nas discussões acadêmicas, nas políticas públicas, nas empresas, na educação, nos jornais, novelas e propagandas televisivas.

No entanto, os estudos sobre a mulher e os estudos feministas foram erroneamente substituídos pela terminologia estudos de gênero. A mudança de nomenclatura, muitas vezes proposital, deixou de lado a conotação política que a

palavra mulher e feminista continha. De certo, o termo “mulher” já era devidamente criticado por sua generalidade e é mais tarde substituído por seu plural “mulheres” que discutiremos um pouco mais adiante.

Os estudos de gênero em certos momentos tomaram um sentido de neutralidade quando comparados aos estudos sobre as mulheres. Vejamos, tomarei como exemplo os estudos sobre violência. Há uma diferença quando falamos de violência contra as mulheres e violência de gênero. O que os diferencia é a falta de sujeito, no primeiro sabemos que se trata de um estudos sobre mulheres, no segundo não há sujeito, pode ser qualquer indivíduo, assim mina, à primeira vista, o cunho político de que um estudos sobre mulheres carrega. Muitas pesquisadoras de forma estratégica escolheram trabalhar com o termo gênero por conferir uma maior legitimidade científica. Além do mais, gênero é uma categoria mais ampla, abarcando não só mulheres, mas todos aqueles que fazem parte dessa relação.

Entretanto, o gênero não é a única forma de dar significado as relações de poder. Desde a década de setenta as mulheres negras brasileiras, influenciadas pelo movimento feminista negro (*Black Feminism*) em ascensão nos Estados Unidos, vem alertando para o caráter racista dos movimentos feministas brasileiros e as generalizações contidas nos estudos sobre a mulher. Elas questionam como é possível lutar pela igualdade entre os gêneros se entre as próprias mulheres há fontes de desigualdade e discriminação. A história e a construção da sociedade latino-americana sob bases colonialistas não nos permite falar de “um feminismo” que não seja antirracista e plural.

Black feminism e feminismos latinos

Vimos que a construção desse campo de estudos de gênero foi composto por descobertas e críticas, o mesmo acontece com o movimento feminista. Durante a década de 1970, nos Estados Unidos, uma nova vertente do feminismo ganhou força. O “*Black Feminism*” ou Feminismo Negro, alertava para a centralidade que o gênero tomou como fonte das desigualdades invisibilizando outros sistemas de opressão como a raça, a classe, a sexualidade e a etnia. As mulheres negras denunciaram também a supremacia branca e o racismo dentro do movimento feminista. Autoras como Angela Davis, Patricia Hill Collins, Audre Lorde, bell hooks tornaram-se

expoentes desse movimento e influenciaram não só o movimento feminista negro brasileiro como também os estudos feministas latinos e decoloniais.

As feministas negras apontaram como o discurso do movimento feminista norte-americano foi construído utilizando a figura da mulher branca, de classe média ou alta, e letrada como referência universal a todas as mulheres. A exemplo, a crítica tecida por bell hooks (2019) sobre a obra de Betty Friedan, “A mística feminina”, na qual Friedan argumentava que as mulheres estadunidenses estavam sofrendo com um “problema sem nome” por não se satisfazerem apenas com o dever de esposa de cuidar da casa, dos filhos e do marido. No entanto, ainda que o problema fosse legítimo de debates, não refletia a experiência de todas as mulheres. hooks afirma que a Friedan ignorou a existência das mulheres não-brancas, ou brancas pobres, que viviam em um outra realidade. hooks (2019, p.29) afirma que:

Os problemas e dilemas específicos das esposas brancas da classe do lazer eram questões reais e dignas de preocupação e mudança, mas não eram as questões políticas prementes da maior parte da população feminina. A maior parte das mulheres estava preocupada com a sobrevivência econômica, a discriminação racial e étnica etc. Quando Friedan escreveu *A Mística Feminina*, mais de um terço das mulheres estavam na força de trabalho.

Contraditoriamente, os movimentos feministas hegemônicos acabaram por praticar o que tanto criticaram e lutaram, reproduziram a opressão contra mulheres. O “esquecimento” da existência de outras mulheres com experiências diferentes revelou o racismo presente nos movimentos feministas e que a tentativa de sobrepor o gênero as demais relações de poder era infundada. Pesquisadoras não-brancas produziram diversos relatos que demonstravam como o gênero, o racismo e o capitalismo atuavam de maneiras diferentes para as diferentes mulheres. Ângela Davis em “Mulheres, raça e classe” argumenta por exemplo, os efeitos da escravização de homens e mulheres negras nos Estados Unidos e como estes foram marginalizados e estigmatizados socialmente.

Para Patricia Hill Collins (2017, p.13), “usar o termo ‘feminismo negro’ desestabiliza o racismo inerente ao apresentar o feminismo como uma ideologia e um movimento político somente para brancos”, ao inserir o adjetivo “negro” ao termo

feminismo, afirma a autora, acaba com o sentido universal desse termo expondo o domínio branco dentro do movimento⁴¹.

No Brasil, em 1980, Lélia Gonzalez apresentava “Racismo e Sexismo na sociedade brasileira” na IV ANPOCS e denunciava como o racismo mascarado pelo mito da democracia racial e o sexismo afetavam de modo particular as mulheres negras. Ao mesmo tempo, Luiza Bairros denunciava a ausência de pautas voltadas para as mulheres negras dentro do movimento feminista. Segundo Bairros (2008), enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar, as mulheres negras estavam a muito no mercado de trabalho para garantir a sua sobrevivência e da sua família, as mesmas mulheres brancas que militavam no movimento, também reproduziam o discurso de democracia racial.

O embate travado por ativistas negras contra o racismo presente no movimento feminista, levando a construção de um movimento feminista negro, contribuiu para a construção de encontros feministas nacionais e internacionais, e a formação de grupos, conselhos, associações de mulheres negras que denunciavam a subalternização e exploração que as mulheres brancas cometiam. O III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado na cidade de Bertioga em São Paulo, foi um dos momentos de acirramento do debate sobre a falta de pautas voltadas para as questões das mulheres negras, pobres, indígenas dentro do movimento feminista brasileiro (SONIA et al, 2003; RIBEIRO, 1995).

O debate prosseguiu no IX Encontro Nacional Feminista (ENF) em 1987, na cidade de Garanhuns, Pernambuco. Segundo Matilde Ribeiro (1995, p.449), o Encontro nacional feminista “foi mesclado por fortes pressões e críticas das mulheres negras em relação a ausência da questão racial em pauta. A partir de um intenso debate as mulheres negras decidiram pela realização do Encontro Nacional de Mulheres Negras”, que ocorreu na cidade de Valença, no Rio de Janeiro, em 1988. Sob acusações de estarem promovendo um “racha” dentro do movimento feminista e do movimento negro, as mulheres negras declararam que tinham como objetivo construir seus próprios referenciais e deixar de olhar o mundo através dos olhos dos homens brancos e negros ou dos olhos das mulheres brancas (RIBEIRO, 1995).

⁴¹ Entretanto, Collins expõe como o termo feminismo pode ser rejeitado por algumas mulheres negras/afro-americanas por esta associado muitas vezes com o que ela chama de “brancura”.

Sonia Álvarez et al (2003, p.548) afirma que diferentemente do movimento feminista branco e de classe média do início, “[...] o movimento de mulheres dos anos 1980 floresceu com uma composição predominante de mulheres pobres, trabalhadoras, e/ou negras e indígenas”. Ademais, novos pontos de debates surgiram, como por exemplo, saúde, sexualidade, combate à violência contra as mulheres, políticas públicas e a participação feminina nos espaços políticos.

Enegrecer o feminismo, como sugere Sueli Carneiro, ainda é uma importante pauta dentro dos movimentos feministas e das pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismos. O debate racial tem sido pautado majoritariamente por mulheres negras e frente a omissão das mulheres brancas. Enquanto as feministas brancas conseguem acessar as universidades e produzir conhecimento com olhares sobre as desigualdades de gênero “esquecendo” muitas vezes o aspecto racial, o acesso às universidades pelas mulheres negras e indígenas ainda é mais difícil.

Falamos no início desse capítulo sobre a reversão do hiato de gênero na educação no começo do século XX, entretanto como foi apontado pelo III PNPM (2013), as desigualdades referentes a questões raciais continuam. Segundo o Censo da Educação Superior de 2016 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 0,4% do corpo docente na pós-graduação são mulheres pretas com doutorado, e quando somado com o número de professoras doutoras pardas, não chegam a 3% dos docentes no Brasil⁴². Uma porcentagem baixíssima quando consideramos que mais da metade da população brasileira é negra.

A publicação do artigo de Kimberlé Crenshaw intitulado “*Background Paper of the Expert Meeting on Gender-Related Aspects of Race Discrimination*”⁴³, tornou conhecido o conceito interseccionalidade. No referente documento a autora aponta a importância da incorporação da discriminação de gênero na análise do racismo, não apenas para compreender a discriminação racial contra as mulheres, mas também contra os homens. De acordo com Crenshaw (2002), todas as mulheres estão sujeitas a algum tipo de discriminação de gênero, assim como fatores como raça, classe, sexualidade, etnia, religião, nacionalidade, etc, “são diferenças que fazem a diferença”

⁴² Geledés, Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia, 31/03/2019. Ver <https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>

⁴³ Traduzido no Brasil como “Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” e publicado em 2002.

na forma como cada mulher experiencia a discriminação. “Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres” (CRENSHAW, 2002, p.173). Neste sentido, Crenshaw define a interseccionalidade como

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Os estudos sobre interseccionalidade e o desenvolvimento de pesquisas que trouxeram para o debate as experiências e demandas de mulheres não-brancas, dissidentes, possibilitaram novos rumos para o movimento feminista e os estudos de gênero. Não cabe mais a estes tratar mulher como sujeito universal, não cabe mais falar em desigualdades de gênero sem observar quais outros sistemas de opressão interagem com elas. Onde estão as mulheres pesquisadoras e sujeitas de nossos estudos, como são vistas nas lentes de raça, sexualidade, etnia, geração? E não menos importante, em qual país experienciam suas realidades?

As mulheres dos países do Sul Global apontam que para se compreender melhor o gênero também é necessário levar em consideração em qual contexto histórico podemos utilizá-lo e a partir de qual conhecimento ou pré-juízo estabelecem a existência dessas relações. Maria Lugones (2008), em seu artigo “Colonialidade e Gênero”, com base no conceito de colonialidade proposto por Aníbal Quijano, no qual a criação das “raças” foi fundamental para o domínio colonial, propõe um “sistema moderno-colonial de gênero”, pois segundo a autora, assim como a raça, a imposição gênero também serviu de controle colonial.

No es necesario que las relaciones sociales estén organizadas en términos de género, ni siquiera las relaciones que se consideren sexuales. Entender los rasgos históricamente específicos de la organización del género en el sistema moderno/colonial de género (dimorfismo biológico, la organización patriarcal y heterosexual de las relaciones sociales) es central a una comprensión de la organización diferencial del género en términos raciales. Tanto el dimorfismo biológico, el heterosexualismo, como el patriarcado son característicos de lo que llamo el lado claro/visible de organización colonial/moderna del género. El dimorfismo biológico, la dicotomía

hombre/mujer, el heterosexualismo, y el patriarcado están inscriptos con mayúsculas, y hegemonicamente en el significado mismo del género (LUGONES, 2008, p.78)

Concordo com a teórica feminista dominicana Yuderkys Espinosa-Miñoso (2014), ao afirmar que as epistemologias feministas descoloniais caminham lado a lado com os movimentos feministas negro e terceiro-mundista dos Estados Unidos, que se tornaram contribuições importantes para a construção do debate.

A proposta de uma epistemologia feminista descolonial⁴⁴, para tal autora, é uma aposta epistêmica que dialoga com o pensamento produzido nas margens, e que tem como objetivo desconstruir os sistemas de opressão eurocêntrico. O pensamento feminista decolonial também se propõe a:

[...]recuperar el legado crítico de las mujeres y feministas afrodescendientes e indígenas que desde América Latina han planteado el problema de su invisibilidad dentro de sus movimientos y dentro del feminismo mismo, iniciando un trabajo de revisión del papel y la importancia que han tenido en la realización de sus comunidades. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p.8)

Essa busca de teóricas feministas que já pensavam, ou apontavam, para a necessidade da descolonização do pensamento e do movimento feminista propiciou que nomes antes esquecidos e pouco conhecidos tivessem o devido reconhecimento. Ademais, tais escritos nos ajudam a compreender o processo da construção de uma epistemologia decolonial através dos contextos históricos vividos, a partir das narrativas e críticas de mulheres negras e não-brancas, que utilizam da experiência vivida para questionar e revelar colonialidade do saber e do poder.

Como já apontava Spivak (2015), os/as subalternos/as são diversos/as e sua pluralidade se apresenta em experiências diferenciadas, inclusive quando falamos de colonização. A descolonização do pensamento se dá através da crítica a universalização dos sujeitos. A homogeneização das mulheres subalternizadas apaga as suas histórias de lutas, suas individualidades, e todo o processo de opressão que são submetidas. De acordo com Curiel (2009, p.3), as propostas do feminismo latino americano se opõem ao feminismo branco, heterossexual, institucional e estatal, e propõem a construção de uma política que considere *“la imbricación de los sistemas de dominación como el sexismo, racismo, heterosexismo y el capitalismo”*. Deste modo, segundo a autora,

⁴⁴Yuderkys Espinosa-Miñoso utiliza o termo descolonial.

La descolonización para nosotras se trata de una posición política que atreviese el pensamiento y la acción individual y colectiva, nuestros imaginarios, nuestros cuerpos, nuestras sexualidades, nuestras formas de actuar y de ser en el mundo y que crea una especie de “cimarronaje” intelectual, de prácticas sociales y de la construcción de pensamiento propio de acuerdo a experiencias concretas. Se trata del poder, al tiempo que reconoce propuestas como la hibridación, la polisemia, el pensamiento otro, subalterno y fronterizo. (CURIEL, 2009, p.3)

Visibilizar autoras e teorias latinas faz parte do processo de desconstrução de uma universalidade imposta não só aos feminismos como também à ciência. E esse papel político cabe a nós mulheres. A muito tenho adotado como ato político utilizar em meus textos mulheres que escrevem a partir de um lugar subalternizado e que questionam os moldes de pensar e fazer ciência eurocêntrico e estadunidense. Tem sido uma tarefa desafiadora, pois além da barreira linguística, alguns textos são inacessíveis, dificultando assim o conhecimento e a propagação dessa teorias.

Claudia Pons Cardoso, em seu artigo “Amefricanizando o Feminismo: O pensamento de Lélia Gonzalez”, afirma que Lélia foi uma das pioneiras ao criticar o pensamento feminista hegemônico e evidenciar as histórias de lutas e resistência das mulheres negras e indígenas da América Latina, inaugurando também, segundo a autora, a proposta da descolonização do saber e do conhecimento (CARDOSO, 2014, p.965). O problema é que poucas de nós conhecemos e reconhecemos a importância que Gonzalez teve, e tem, para os movimentos feministas e para os estudos decoloniais, assim como pouco conhecemos das produções e trajetórias de mulheres latino americanas, principalmente quando estas são negras e indígenas.

A questão racial é o ponto fundante para entender a dinâmica social e de opressão dos países latinos, e se não é abordada e compreendida devidamente teremos pesquisas incompletas e que não alteram a realidade do local que se inscrevem. A colonização deixou feridas sem cura que reverberaram na doentia continuidade das hierarquias e opressões impostas pelo seu sistema, ainda reproduzido e presente, das mais diversas formas, nas sociedades que sofreram o processo de colonização.

A pluralidade de culturas e a multiplicidade racial é um fator que para Gonzalez (1988b) tem grande importância para o fortalecimento do feminismo latino americano.

“Hablar de opresión de la mujer latino-americana es hablar de una generalidad que oculta, que enfatiza, que saca de escena la dura realidad vivida por

millones de mujeres que pagan un precio muy caro por el hecho de no ser blancas” (GONZALEZ, 1988b, p. 135).

Essa generalização que a autora nos chama a atenção, traz consigo o perigoso discurso da democracia racial que difunde a ideia de um paraíso de igualdades raciais, onde não há preconceitos, nem discriminações, portanto não há racismo. Tal pensamento ainda faz parte do imaginário da população brasileira. Gonzalez (1988a) classificará esse racismo como “racismo por denegação”, um racismo disfarçado, onde “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da democracia racial” (GONZALEZ, 1988a, p.72). A autora afirma que

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais (GONZALEZ, 1988a, p.72).

Nos fizeram acreditar, desde a invasão colonial, que os nossos saberes eram errados, que nosso modo de pensar não era correto, que não produzíamos conhecimento e que tínhamos, e temos, muito ainda o que “evoluir”, afinal, seríamos os subdesenvolvidos. A interiorização da ideia de superioridade branca segundo Gonzalez (1988b), tem como efeito a fragmentação da identidade étnica dos povos subjulgados através do desejo do embranquecimento, quanto mais branco melhor, negando assim, para a autora, a própria raça e a cultura. Não há um reconhecimento racial e cultural com seu próprio povo, há uma procura desesperada por se encaixar em padrões culturais e raciais ocidentais.

A questão é que discussões sobre as relações de gênero nunca estiveram desassociadas da raça. A raça existia oculta pelos privilégios da branquitude. O problema é que a branquitude não é racializada como as demais por estar em uma posição de poder. As relações de gênero sempre estiveram ligadas a “raça” branca, neste caso, eram as experiências entre mulheres e homens brancos o foco de suas discussões. Foi através dos olhos da Europa que foram determinados os sexos biológicos feminino e masculino, assim como classificaram os homens e as mulheres. A sua própria ideia de superioridade perante os demais impediu de olhar além de seu próprio umbigo. Os estudos interseccionais, pós-coloniais e decoloniais alertam a

existência de outras histórias e experiências além da branquitude, para além da experiência branca europeia e norte-americana.

PARTE II – RAÇA E RACISMO NO BRASIL

A formação de um campo

A questão racial foi por muito tempo negada no Brasil. Suas relações sociais construídas durante o processo de colonização, o qual estruturou hierarquias de raça, gênero e classe em diversos âmbitos da sociedade brasileira, perdurou durante séculos se refazendo/remodelando às diversas mudanças históricas. A diferenciação racial imposta pelos colonizadores espanhóis e portugueses na América Latina foi de extrema importância para que a colonização e a exploração das suas colônias obtivessem sucesso⁴⁵. Atribuindo assim, significado às características físicas (fenótipo) ao relacioná-las com determinados comportamentos e conhecimentos. “A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços [...]” (QUIJANO, 2005, p.107). O discurso racial conferiu a legitimidade necessária para a invasão, dominação e o genocídio indígena e escravização dos povos africanos para cá trazidos.

Destarte, como a categoria de gênero foi socialmente construída e ao mesmo tempo que é estruturada, ela estrutura as relações de poder. Assim como o gênero se pauta em características biológicas para ganhar significado e as utiliza como meio de justificação de sua distinção para subordinar determinados indivíduos, a racialização entre os humanos utiliza do mesmo viés ao tomar como justificativa “natural” a cor da pele e os traços fenótipos de determinados indivíduos como prova de sua inferioridade.

A partir de então, dicotomias são criadas afim de separar o grupo dominante do dominado. Razão/emoção; cultural/natural; civilizado/selvagem; branco/negro; ocidente/não-ocidente; superior/inferior; humano/animal. A dominação se dá não só através do genocídio dos corpos físicos de indígenas e negros, como também na

⁴⁵ Ver Quijano, Aníbal, 2005.

imposição da cultura daqueles que dominavam. São destituídos de sua “alma”, de sua humanidade, da suas crenças e de seus deuses e deusas. Todo e qualquer conhecimento não-branco é deslegitimado.

A sociedade formada a partir dessa realidade escravocrata e colonialista naturalizou a concessão de privilégios à uma classe dominante, branca, burguesa, e mascarou a exploração e o genocídio de uma população negra e indígena sem o acesso à direitos básicos para a vida. Ademais, a negação do racismo no país propiciou que a discussão sobre “raça” se transformasse em um tema denso e com muitas leituras e, portanto, com diversas narrativas.

O retrato do país racista pode ser vislumbrado/visto através das discussões que foram levantadas com a criação e a implementação do sistema de cotas raciais⁴⁶ para as Instituições de Ensino Superior no Brasil (IES), que por vezes negaram a necessidade de tal política de ações afirmativas ou a consideraram inconstitucional. O amplo debate gerado pela implementação desse sistema inseriu a temática racial na pauta nacional, possibilitando que o debate chegasse também a outros setores da sociedade.

O processo de adoção de políticas de cotas raciais nos cursos de graduação na Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁴⁷, anterior ao implementado em toda federação, foi fruto das lutas e debates travados pela comunidade acadêmica

⁴⁶ A criação da Lei 12.711 e sancionada em 2012, também conhecida como Lei de Cotas, tem possibilitado a inserção de jovens negros e negras, (também de indígenas e quilombolas) e/ou de baixa renda, ou que estudaram em escola pública através da reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico de nível médio do país. A lei garante o mínimo de 50% das vagas por curso e turno para as cotas a cada processo seletivo, porcentagem essa que é dividida em metade para estudantes de escola pública com renda igual ou inferior a um salário mínimo meio e outra metade para estudantes com renda superior a um salário mínimo e meio. Nos dois casos também é levado em consideração ao total mínimo de vagas à proporção de pretos, pardos e indígenas da população de cada estado, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).

A política de cotas atua como um instrumento das ações afirmativas para a promoção da igualdade racial nos espaços de ensino superior no Brasil. Ainda que a Lei de cotas tenha sido sancionada somente no ano de 2012, algumas universidades implementaram em seus processo de seleção a reserva de vagas para alunos negros, indígenas, de escola pública e de baixa renda antes da referida lei.

⁴⁷ Outras mais seguiram o exemplo, assim como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que adotou as cotas no ano de 2004 e foi implementada na seleção do ano seguinte. Segundo Santos e Queiroz (2013), o sistema era destinado “[...] para candidatos que cursaram os três anos do ensino médio e mais um ano do ensino fundamental na rede pública de ensino. A medida estabeleceu o percentual de 43,0% das vagas para todos os cursos, e tem um diferencial em relação à condição étnico-racial do estudante: 85,0% dessa reserva, ou seja, 36,5% do total são direcionadas para os autodeclarados pretos e pardos, e 15,5% (6,5%) aos autodeclarados não negros (brancos e/ou amarelos). Um percentual de 2,0% é destinado aos índios descendentes, e uma reserva de duas vagas extras, em cada curso, para índios aldeados e estudantes oriundo de comunidades quilombolas (SANTOS; QUEIROZ, 2013, p.37)”.

(estudantes, docentes, técnicos) negra e dos movimentos sociais. Um intenso debate foi travado com a comunidade contra e a favor da implementação de tal política pela universidade. Os professores Jocélio Teles dos Santos e Delcele Mascarenhas Queiroz (2012), expuseram essa luta em forma de artigo “As cotas na Universidade Federal da Bahia: história de uma decisão inédita”, e inclusive o longo debate travado pelo corpo docente com a troca de e-mails no ambiente virtual. Algumas das opiniões defendidas pelos/as docentes da instituição contra as cotas raciais nos ajudam a refletir o grave problema do racismo no país e como ele se esconde em gestos que, à primeira vista, parecem despreziosos e repletos de boas intenções.

[...]Cotas discrimina o próprio negro, essa é a minha opinião e um afrodescendente amigo, professor e médico. Como ficarão os **quase-negros**? Os **pardos**? Os **mulatos**? [...] (SANTOS; QUEIROZ, 2012, p.61).

[...] Me preocupa uma questão básica: de que negros estamos falando? Dos 85% da população baiana identificada como tal pelo IBGE? A grande maioria da população nordestina miscigenada e segregada como definitiva por Euclides da Cunha? Ou os descendentes desses que se **miscigenaram** mais ainda desde então? (SANTOS; QUEIROZ, 2012, p.63).

[...] Advogo que o mais justo e democrático seria ampliar as vagas, criar cursos noturnos [...] O que é ser negro na Bahia? Existe branco na Bahia? Se somos todos **mestiços**, afrodescendentes, por que não enfrentarmos a questão política e pedagógica de reorganização de uma educação pública de qualidade inclusiva? (SANTOS; QUEIROZ, 2012, p.67).

[...] A proposta é populista e oportunista. Acho vergonhosa uma instituição pública de ensino adotar sistemas de separação racial, num Estado onde somos predominantemente **mestiços** (seja lá de que raças ou tribos formos). (SANTOS; QUEIROZ, 2012, p.69)⁴⁸.

[...] Os que me conhecem pessoalmente sabem que sou, para usar a mais nova expressão ‘politicamente correta’, ‘fenotipicamente branco’. Me vejo agora instado a me ‘identificar em termos de cor’ para emitir minha opinião. Serei desqualificado para discordar das cotas, por ser louro de olhos azuis? (SANTOS; QUEIROZ, 2012, p.69).

As falas representadas acima demonstram a defesa contrária às cotas com base na miscigenação do povo brasileiro. A ideia de miscigenação parte de um pressuposto biológico da mistura entre os povos indígenas, africanos e portugueses na formação da sociedade brasileira. Considerando o fato de que esses pressupostos biológicos só possuem significação quando inseridos em percepções sociais, o discurso da miscigenação foi condenado como forma de preservar o grupo dominante, e também reproduzido e defendido pela população e pelo próprio governo brasileiro

⁴⁸ Destaques meus.

como uma opção para o embranquecimento populacional e a negação das diferenças raciais.

O antropólogo Kabengele Munanga (1999, p.18) traz a seguinte reflexão:

O que significa ser 'branco', ser 'negro', ser 'amarelo' e ser 'mestiço' ou 'homem de cor'? Para o senso comum, estas denominações parecem resultar da evidência e recobrir realidades biológicas que se impõem por si mesmas. No entanto, trata-se, de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico.

A manipulação do biológico pelo ideológico, como assinala Munanga, é utilizada como instrumento de dominação colonial. Assim como tal manipulação é responsável pela ideia da superioridade “branca”, também está presente na construção do “indígena”, do “preto” e do “mestiço”. A mestiçagem torna-se uma das preocupações para identidade nacional. Onde se encaixaria esses indivíduos fruto de grupos localizados em posições sociais diferentes?

Regressando aos primeiros debates sobre “raça” no Brasil, temos Sylvio Romero (1902) em “História da Literatura Brasileira”, que afirmava que o povo brasileiro é o resultado de três raças diversas, formando então uma “sub-raça” mestiça e crioula. Na suposição do autor, o número de mestiços aumentaria durante os anos, enquanto a população indígena e negra “pura” diminuiria em consequência de guerras, doenças e trabalhos forçados. Destarte, segundo Romero, a raça branca seria a mais numerosa no país e haveria uma linha evolutiva da população na qual os negros seriam os mais atrasados, os indígenas um pouco mais avançados, e os portugueses mais à frente dos dois. “O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco *quasi* [sic] puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir” (ROMERO, 1902, p.54). O autor, previa o embranquecimento da população, ainda que afirmasse veemente que qualquer que fosse o resultado o povo brasileiro sempre seria miscigenado.

Ainda que concordasse com Romero sobre todo o povo brasileiro ser mestiço “se não no sangue, pelo menos nas ideias”, Nina Rodrigues não acreditava em uma unidade étnica brasileira e nem que a raça branca estaria em maior número no país. Ao contrário, acreditava em um país povoado por variadas “combinações”, havendo

classificações e hierarquias entre elas, e poucos indivíduos de “raça pura”. Em seu livro “As raças humanas e a responsabilidade penal”, Rodrigues questiona se as diferentes raças poderiam responder pela mesma responsabilidade penal. O autor defende que distintas “raças” não possuem o mesmo grau de consciência de seus atos, não podendo responder perante a mesma lei como iguais.

Dos mestiços, eu não pretendo certamente que sejam todos irresponsáveis. Tanto importaria afirmar que são todos degenerados.

Mas acredito e afirmo que a criminalidade no mestiço brasileiro é, como todas as outras manifestações congêneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada às más condições antropológicas do mestiçamento no Brasil (RODRIGUES, 2011, p.71).

Tanto nos escritos de Nina Rodrigues e de Sylvio Romero a percepção racial é construída com base em fatores biológicos, estes justificavam características ditas como culturais e comportamentais, por exemplo quando Nina Rodrigues associava a “selvageria” aos povos negros e indígenas. Partindo desse pressuposto, Munanga (1999), supõe que se a elite brasileira tivesse seguido as recomendações de Nina Rodrigues talvez poderíamos ter tido um *apartheid*⁴⁹ brasileiro.

Para Thomas Skidmore (1976), tal rígida de divisão era impossível de acontecer, já que sempre houve em território brasileiro a presença de mestiços, negar a sua existência ou considerá-los como degenerados ameaçaria uma condição já firmada pela sociedade brasileira. Skidmore afirma que (1976, p.72),

[...]Na realidade, a miscigenação não despertava a oposição instintiva da elite branca no Brasil. Pelo contrário, era o processo reconhecido (e tacitamente aprovado) pelo qual uns poucos mestiços (quase invariavelmente mulatos claros) tinham ascendido ao topo da hierarquia social e política.

Não foi por espírito de igualdade racial que a elite brasileira reconheceu a presença e importância da população mestiça no país. Assim como Sylvio Romero, a elite acreditava que a mistura racial levaria ao embranquecimento populacional com a prevalência das características do grupo dominante. Deste modo, a ideia de uma possível associação dos mestiços (mais claros) com o grupo branco, garantiria a elite

⁴⁹ Política de segregação racial instaurada na África do Sul em 1948 e durou 46 anos.

branca, segundo Munanga (1999), a continuação do comando do país e a falta de conflitos raciais. Formou-se a conhecida teoria do “branqueamento”

[...]baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doença, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas (SKIDMORE, 1976, p. 81).

A ideia da mestiçagem como símbolo da identidade nacional surgiu com Gilberto Freire na década de 1930. Famoso pela sua narrativa no livro “Casa-grande e Senzala” ao expor a importância e as contribuições das populações indígenas e negras para a formação do país, Freire vai de contramão das teorias raciais difundidas no país ao pensar a mestiçagem como o diferencial do Brasil e que deveria ser motivo de orgulho nacional. Entretanto, Skidmore (1976) aponta que a análise de Freire não objetivava promover a igualdade entre as raças, mas sim a permanência do ideal de branqueamento, ao mostrar “de maneira vívida que a elite (primitivamente branca) adquirira preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano (e com o índio, em menor escala)” (SKIDMORE, 1976, p. 211).

Além do mais, Freire romantiza em seus escritos, as relações entre os grupos raciais que estavam contidas em um contexto de dominação e exploração colonial, sugerindo haver uma harmonia entre as relações raciais, só existente no Brasil. Segundo o autor, a troca “harmoniosa” entre indígenas, portugueses e negros favoreceu a riqueza cultural brasileira.

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências de povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistados com a do conquistado (FREIRE, 2001, p. 163).

Todavia, sabemos que onde há relações de dominação e poder, não há harmonia. Além do mais, ainda que convivência entre três povos com culturas distintas tenha favorecido a riqueza cultural brasileira, não significa dizer que essa troca se deu

devido a uma convivência pacífica. O contexto de “harmonia racial” defendida por Freire abriu espaço para a ideia de democracia entre as raças. A mestiçagem passou a ser a prova de que não existia preconceito racial ou preconceito de cor no Brasil.

As relações raciais no Brasil, são bem mais complexas que a simples divisão entre negros e brancos, ou a ideia de que somos todos mestiços. Oracy Nogueira (2006), explicita tal relação ao fazer uma comparação entre o preconceito racial do Brasil e dos Estados Unidos, classificando-os enquanto preconceito de marca *versus* preconceito de origem⁵⁰, respectivamente. Esta comparação nos permite visualizar como as relações raciais no Brasil se dão através de diferentes formas de preconceito aliadas à gradação da cor da pele, dos tipos de cabelos e traços físicos. Neste sentido, no preconceito de marca, a identificação de branco e não-branco pode mudar de acordo com cada região no país, do local e da situação em que se encontra. Diferentemente do preconceito de origem, que independentemente de sua aparência, mesmo que seja um indivíduo de fenótipo branco, sua herança genética é o fator determinante para sua afiliação racial.

Entretanto, isso não significa dizer que o preconceito racial no Brasil é mais brando quando comparado a realidade estadunidense. A existência do “mestiço” dá a falsa sensação que o preconceito racial aqui é mais comedido, ou até mesmo que não exista. Além do mais, o racismo brasileiro se esconde na educação e na preocupação de não se falar sobre cor no país, condenando por vezes o debate antirracista entre a população. Acaba por ser mais um dos paradoxos do racismo brasileiro, pois não falamos nem sobre raça e nem sobre racismo, por acreditarmos que não somos racistas, por isso impedimos a discussão antirracista e findamos praticando o racismo todos os dias.

Ainda que seja verdadeira a afirmação que não exista uma pureza racial e que toda população brasileira seja mestiça geneticamente, o que fato é que seguimos com uma escala de cor do tom de pele que vai do tom mais claro ao tom mais escuro. Nesta escala, quanto mais branco for a/o sujeita/o, maior a probabilidade de usufruir dos privilégios da branquitude, quanto mais escura/o mais marginalizada/o e passível de preconceito será⁵¹.

⁵⁰ O autor utiliza tais conceitos como “conceitos ideais”, são dois exemplos exacerbados que se assemelham com a realidade, podendo haver pontos diferentes no mundo real.

⁵¹ Essa condição também passa por interferências de outros fatores como o de classe, o de gênero e de sexualidade.

Neste sentido, a colonialidade do pensamento e do ser opera nesse contexto racial ao disseminar a ideia de inferioridade na parcela da população subordinada fazendo-os negar a própria identidade e história, e a buscarem continuamente se assemelhar com a figura do dominante. Tal situação pode ser vista no recenseamento do IBGE de 1980, como aponta Clóvis Moura (1988), no qual aparecem 136 autoclassificações⁵² de “cor” entre os entrevistados pela pesquisa. De acordo com Moura (1988, p.63), essa fuga da realidade das pessoas não-brancas significa

[...] que a nossa realidade étnica [...] não se iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade.

Albert Memmi (2007), no livro o “Retrato do Colonizado precedido pelo retrato do colonizador”, atribui tal fato à própria dinâmica da colonização que desumaniza e pinta um “retrato mítico” do colonizado com características opostas daquelas atribuídas ao colonizador. O colonizado não tem particularidades, é generalizado. Não é inteligente, não é ativo, não é dotado de racionalidade, não é belo. Diante de tal situação com a imposição de sua imagem, afirma Memmi, o colonizado acaba por reconhecer tal condição. “A acusação o perturba e o inquieta na mesma proporção em que admira e teme seu próprio acusador”, continua ele, “Desejado, difundido pelo colonizador, esse retrato mítico e degradante termina, em certa medida, por ser aceito e vivido pelo colonizado” (MEMMI, 2007, p. 125).

Diante desta “mistificação”, como denomina Memmi, o colonizado recusa sua existência, seu ser, e uma das primeiras de suas tentativas para a negação desse lugar é a mudança da cor de sua pele. O colonizado procura assemelhar-se àquela

⁵² “[...] acastanhada, agalegada, alva, alva-escura, alvarenta, alva-rosada, alvinha, amarelada, amarela-queimada, amarelosa, avermelhada, azul, azul marinho, baiano, bem branca, bem clara, bem morena, branca, branca avermelhada, branca melada, branca morena, branca pálida, branca sardenta, branca suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha, escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo verde, café, café-com-leite, canela, canelada, cardão, castanha, castanha clara, cobre corada, cor de café, cor de canela, cor de cuia, cor de leite, cor de ouro, cor de rosa, cor firme, crioula, encerada, enxofrada, esbranquiçento, escurinha, fogoió, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira clara, loura, lourinha, malaia, marinheira, marrom, meio amarela, meio branca, meio morena, meio preta, melada, mestiça, miscigenação, mista, morena bem chegada, morena bronzeada, morena canelada, morena castanha, morena clara, morena cor de canela, morenada, morena escura, morena fechada, morenã, morena prata, morena roxa, morena ruiva, morena trigueira, moreninha, mulata, mulatinha, negra, negota, pálida, paraíba, parda, parda clara, polaca, pouco clara, pouco morena, preta, pretinha, puxa pra branca, quase negra, queimada, queimada de praia, queimada de sol, regular, retinha, rosa, rosada, rosa queimada, roxa, ruiva, russo, sapecada, sarará, saraúba, tostada, trigo, trigueira, turva, verde, vermelha [...]” (MOURA, 1988, p.63).

figura dotada de privilégios e riquezas. Àquele que não é explorado, nem tão pouco subalternizado (MEMMI, 2007). Quero explicitar que essa negação de si pelo colonizado é mais uma de tantas faces da colonialidade. E pergunto: à quem interessa essa negação, essa procura pela branquitude?

O discurso da desigualdade socioeconômica, identificada como desigualdades de classe, também é usado como explicação para marginalização/subordinação da população negra e indígena na sociedade, tornando-se assim a causa exclusiva das desigualdades sociais. Este ponto de vista compartilha da perspectiva de democracia racial e invisibiliza a discriminação racial existente no país, chegando então a conclusão que o indivíduo não é discriminado pela cor de sua pele, mas sim por pertencer a determinada classe social.

De acordo com Florestan Fernandes⁵³ (2008, p.311), o mito da democracia racial foi útil para três planos distintos, o primeiro atribuiu-se a ideia de que a desigualdade econômica, social e política nas relações sociais eram frutos da irresponsabilidade e incapacidade da população negra de se inserir na sociedade. Segundo, isenta-se o “branco” de qualquer culpa ou obrigação sobre a situação socioeconômica da população negra no pós-abolição. E terceiro, o forjamento de uma falsa consciência racial através de avaliações das relações entre negros e brancos baseadas em aparências. Essa falsa consciência, afirma Fernandes (2008, p.312), propiciou o surgimento de concepções etnocêntricas como:

1º - a ideia de que ‘o negro não tem problemas no Brasil’; 2º - a ideia de que, pela própria índole do povo brasileiro, ‘não existem distinções raciais entre nós’; 3º - a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistinta e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial na cidade de São Paulo; 4º - a ideia de que ‘o preto está satisfeito’ com sua condição social e estilo de vida em São Paulo; 5º - a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao ‘negro’ executando-se o que foi resolvida pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania [...].

Ainda que tenha sido abolida a escravidão, as relações senhoriais permaneceram. Os brancos conservaram a posição de dominação, enquanto os

⁵³ Florestan Fernandes em seu estudos sobre a situação da população negra no estado de São Paulo aborda como a passagem do sistema escravista para o sistema de classes e as novas relações sociais que nela se instauram, não foram capazes de incorporar a população negra.

negros eram mantidos em posições subalternas. Existia assim não apenas uma sociedade de classes, mas uma sociedade de classes influenciada pelas hierarquias raciais construídas durante séculos de colonização. A não inserção dos negros nessa nova dinâmica após abolição e a falsa consciência racial culminou na ideia de que por se pertencer a uma sociedade democrática não havia diferenças raciais, apenas de classe (FERNANDES, 2008).

O embate sobre a discriminação ser baseada em aspectos raciais ou de classe faz parte da sociologia brasileira e tem sido debatida por teóricos que seguem com os estudos iniciados por Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Antônio Sergio Guimarães, Luiza Bairros, entre outros/as. O debate sobre classes nas ciências sociais brasileira é extenso e não pretendo distender-me em sua vasta produção neste trabalho.

De acordo com Guimarães (2012), o termo classe no Brasil é associado a noção de privilégios e honra social, características do sentido pré sociológico do termo, “e pode ser compreendido como pertencendo à ordem das desigualdades de direitos, da distribuição da honra e do prestígio sociais” (GUIMARÃES, 2012, p.43) em sociedades que mantêm a hierarquia de privilégios sociais. Para o autor, combater esse sentido “vulgar” do termo é um dos desafios para a sociologia brasileira. Guimarães (2012, p.47) afirma que:

[...] os brasileiros, em geral, atribuem à discriminação de classe a destituição material a que são relegados os negros. O termo ‘classe’, utilizado dessa maneira, passa a significar, ao mesmo tempo, condição social, grupo de *status* atribuído, grupo de interesse e forma de identidade social. Além disso, para muitos, falar em discriminação racial significaria incorrer num equívoco teórico, já que não existem raças humanas.

Deste modo, temos um conjunto de fatores que ao mesmo tempo que nega a existência de diferenças raciais (no sentido sociológico), atribui a causa das desigualdades à dinâmicas de classe e aponta a população negra como responsável por sua situação social. Além do mais, a questão racial aparece com um fator sem grande importância.

Imbricados à raça encontram-se também outros fatores, como o gênero, a classe, sexualidade, que contribuem para o funcionamento das relações sociais de poder. Sabemos que tal processo de negação faz parte do racismo imbricado nas relações sociais e na manutenção de suas hierarquias.

Classifico a negação da existência das desigualdades raciais pela população brasileira em três linhas principais: A primeira que utiliza como argumento a miscigenação da população, logo não poderíamos classificar quem é ou não é negro, pois seríamos todos mestiços. Vimos no decorrer desse capítulo como a ideia de mestiçagem contribuiu para invisibilização do preconceito racial no país. Ainda que a população brasileira seja fruto desta miscigenação e toda/todo brasileira/brasileiro seja mestiça/mestiço, tal fato não impede que crie-se diferenciações hierárquicas entre nós baseadas na “cor” de pele e nos traços físicos.

Segundo, “não é um problema de “cor”, mas uma questão socioeconômica”, logo as políticas afirmativas deveriam ser voltadas para a melhoria da educação básica pública por exemplo, ao invés da implementação de um sistema de cotas raciais no ensino superior. Melhores condições de trabalho, saneamento básico, acesso à cultura e lazer também são pontos que devem ser levados em consideração. Entretanto, será que resolvendo as diferenças de classe acabaríamos com as discriminações raciais?

A desigualdade econômica entre negros e brancos nos demonstra o quão a classe, a raça e o gênero estão relacionados. A exemplo do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, realizado pelo IBGE em 2018, aponta que quando comparado o rendimento médio mensal de pessoas brancas e negras, os primeiros recebem 73,9% a mais que os últimos, quando agregado o fator gênero, os homens brancos seguem com o maior rendimento, em contrapartida as mulheres negras recebem menos da metade que os homens brancos (IBGE, 2019). De acordo com a pesquisa,

Em relação ao nível de instrução, as pessoas ocupadas de cor ou raça preta ou parda receberam rendimentos por hora trabalhada inferiores aos das pessoas brancas, independentemente ao nível considerado. Nota-se que quanto maior o nível de instrução, maior o rendimento, sendo significativo o prêmio para quem possui o ensino superior completo. Entretanto, as disparidades de rendimentos do trabalho quando analisado o aspecto cor ou raça, mantêm-se presentes em todos os níveis de instrução, inclusive no mais elevado: as pessoas brancas ganham cerca de 45% a mais do que as pessoas de cor ou raça preta ou parda (IBGE, 2019, p.4).

A disparidade entre brancos e negros (pretos e pardos) pode ser constada em diferentes setores da sociedade como a educação, mercado de trabalho, renda familiar, etc.

O negacionismo referente a existência da raça social no Brasil, é o terceiro ponto. A ideia de que não existe raça e tampouco racismo no país ainda é utilizado como justificativa contrária a qualquer política de ação afirmativa que tenha como objetivo minimizar as desigualdades raciais. Reconhecer a existência da “raça”, mesmo no seu sentido sociológico, significaria, para essa linha de argumentação, estabelecer diferenças inexistentes entre os indivíduos.

Em concordância com Antônio Sérgio Guimarães, entendo raça como um conceito sociológico e analítico. O conceito de raça pensando sociologicamente se distancia da ideia de “raça biológica” a qual utilizou do discurso científico para categorizar seres humanos como superiores e inferiores de acordo com seu fenótipo e naturalizar as formas de dominação. Ao contrário, o conceito de raça utilizado pelas ciências sociais refuta esse tipo de pensamento e acredita que as diferenças raciais são parte de uma construção social que se vale das diferenças fenotípicas das populações para justificar a dominação e colonização, negando assim qualquer discurso de inferiorização entre os povos.

No Brasil, o conceito analítico de raça coexiste com a categoria nativa de “cor” (GUIMARÃES, 2008). Para Guimarães (2008, p.76) “[...] ‘cor’ não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação”. Assim, por vezes “cor” também é utilizada pelos estudos sobre relações raciais para referenciar-se a desigualdades raciais.

As políticas de ações afirmativas

A unificação do Movimento Negro no final dos anos 1970⁵⁴ foi um marco para a luta da população negra no Brasil. A ressignificação da raça e da negritude elaborada pelo movimento expôs o racismo brasileiro ao contestar a democracia racial tão quista pela população e pelo governo. A denúncia dos movimentos negros sobre a existência da raça em seu sentido sociológico e sua interrelação com as

⁵⁴ Petrônio Domingues (2007), aponta três fases do Movimento Negro brasileiro. A primeira entre os anos de 1889-1937, com organizações de clubes, grêmios, associações, etc. Nessa fase é importante ressaltar a criação da Frente Negra Brasileira na década de 1930. A segunda fase entre os anos de 1945-1964, onde atuava na esfera política, educacional e cultural; e a terceira fase, entre 1978-2000 com a unificação do movimento, Movimento Negro Unificado (MNU), que passou a atuar conjuntamente com sindicatos e partidos políticos. Nessa fase, segundo o autor, a cultura negra passou a ser valorizada pelo movimento e adota-se a terminologia “negro” em sua auto identificação.

desigualdades sociais, foi de fundamental importância para a adoção e consolidação de medidas e políticas públicas de enfrentamento ao racismo no Brasil.

É neste contexto que voltamos para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância ocorrida no ano de 2001, na cidade de Durban, África do Sul. Em seu Programa de Ação no Parágrafo 66, a conferência convida todos os Estados participantes “a estabelecerem e implementarem, sem demora, políticas e planos de ação nacionais para combater o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, incluindo as manifestações baseadas em gênero” (2001, p.55). Ainda em seu Programa de Ação, no parágrafo 100, a conferência

Insta os Estados a estabelecerem, com base em informações estatísticas, programas nacionais, inclusive programas de ações afirmativas ou medidas de ação positiva, para promoverem o acesso de grupos de indivíduos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial nos serviços sociais básicos, incluindo, educação fundamental, atenção primária à saúde e moradia adequada (2001, p.65).

Sueli Carneiro (2002) nos chama a atenção para a importância da conferência, não só para a previsão de políticas de cotas, mas também por advogar “a necessidade de uma intervenção decisiva nas condições de vida das populações historicamente discriminadas” (CARNEIRO, 2002, p. 213). Ademais, a Conferência traz em seu programa de ação não só a esfera da discriminação racial, mas a relação dessa esfera com as discriminações de gênero, classe e etnia.

No Brasil houveram articulações de movimentos negros e de mulheres negras como preparação para a Conferência de Durban. Em seu relato sobre a experiência de Durban, Carneiro (2002) aponta para a importância das articulações pré conferência entre os movimentos negros, e principalmente de mulheres negras brasileiras, as quais reivindicavam maior visibilidade para os problemas sofridos por elas no Brasil. A autora destaca a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban que alertava em sua declaração para os efeitos perversos do racismo e do sexismo na vida das mulheres negras, como danos na saúde mental e na autoestima, na baixa expectativa de vida em relação com as mulheres brancas, ocupações de menor prestígio social e baixa remuneração, etc. (CARNEIRO, 2002, p.210).

Após Durban, o debate sobre Políticas de Ações Afirmativas ganhou destaque no cenário brasileiro. A necessidade de uma política de cotas para garantir o acesso da população negra e pobre nas universidades explicitava a tamanha desigualdade

de acesso à educação superior no país, e o distanciamento entre a população negra e branca. O embate entre contrários e favoráveis à adoção das cotas atingiu diferentes espaços, desde os meios de comunicação, professores, políticos, juristas, artistas, etc.

A política de cotas foi acusada de ser inconstitucional, de promover o racismo no Brasil, de incitar a discriminação racial e de conceder privilégios a um determinado grupo social. Em 2006 foi divulgado um manifesto ao Congresso Nacional intitulado “Todos têm direitos iguais na República Democrática”⁵⁵ encabeçado por Arlindo Chinaglia (na época Presidente da Câmara de Deputados) e Renan Calheiros (na época Presidente do Senado Federal), contendo dezenas de assinaturas, inclusive de pesquisadores/as renomados/as das ciências humanas brasileiras e também por celebridades. Tal documento alegava que a reserva de cotas feria o princípio da igualdade política e jurídica da população

A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos ‘raciais’ estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância. A verdade amplamente reconhecida é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos. Essas metas só poderão ser alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade política e jurídica (Todos têm direitos iguais na República Democrática, 2006).

Os defensores desse pensamento “esqueceram” que o racismo já estava fincado e institucionalizado no país. Além do mais, a falta de uma crítica consistente aos privilégios exercidos pela branquitude culminou no discurso de que as políticas que visam a reparação de desigualdades são concessões de privilégios. A branquitude camufla seus privilégios nos espaços de poder com o discurso da meritocracia. Para ocupar determinado espaço é preciso “fazer por merecer” e ainda utilizam dos poucos exemplos das pessoas negras que conseguiram acessar o espaço destinado para a branquitude para legitimar tal discurso. É curioso notar como os discursos contrários às cotas se repetem disfarçados de boas intenções, mas que na verdade escondem a manutenção dos privilégios e do racismo no país.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/todos-tem-direitos-iguais-na-republica-democratica/>

Tal comportamento faz parte da construção da própria branquitude que encontra-se em um lugar de conforto perante as desigualdades sociais, ao ponto de dizer que elas não existem. Edith Piza (2012), em seu artigo “Porta de vidro: entrada para a branquitude”, cita a pesquisa de Ruth Frankenberg (1995) com mulheres feministas brancas,

Frankenberg vai definir branquitude a partir do significado de ser branco, um universo racializado: um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo (FRANKENBERG, 1995, p.43 apud PIZA, 2012, p.71).

Aos indivíduos brancos, tudo é permitido e suas ações quando graves são individualizadas e minimizadas, enquanto que para outros sujeitos racializados, as ações do indivíduo reverberam em todo seu grupo racial. Piza (2012) denominou tal condição como lugar de raça.

Um lugar de raça é o espaço de visibilidade do outro, enquanto sujeito numa relação, na qual a raça define os termos dessa relação. Assim o lugar do negro é o seu grupo como um todo e o do branco é o de sua individualidade. [...] Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial para outros (PIZA, 2012, p.72).

Essa neutralidade racial da branquitude também atua na manutenção dos espaços de poder. Maria Aparecida Silva Bento (2005) argumenta que a população branca brasileira possui uma cota de 100% nos espaços de poder no país, que foram construídas silenciosamente, reproduzindo-se de forma quase automática. Em contrapartida às cotas para negros precisam ser reivindicadas. O domínio da branquitude nos espaços acadêmicos é posto em xeque. No levantamento realizado pela FONAPRACE/ANDIFES sobre o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais, essa cota invisível, ao qual se refere Bento, fica evidente.

Segundo o estudo, no ano de 2003, 59,4% dos estudantes de graduação eram brancos, 28,3% pardos, 5,9% pretos (totalizando 34,2% de estudantes negros), 0,2% indígenas e 4,5% amarelos. Quando comparado ao total da população brasileira onde 52,0% da população se considerava branca, 41,5% parda, 5,9% preta (47,4% de negros), 2,0% de indígenas e 0,4% amarelos, observamos que indivíduos brancos ocupavam mais da metade das vagas nas universidades e da população. Já em 2018, o número de estudantes pardos e pretos nos cursos de graduação cresce, sendo

39,2% pardos, 12% pretos (51,2% negros), 43,3% de brancos, 0,9% indígenas e 2,1% amarelos. Quando comparado a totalidade populacional temos 52,5% de autodeclarados pardos, 8,1% pretos (60,6% negros)⁵⁶, 38,6% brancos, 0,4% indígenas e 0,4% amarelos. Aqui temos um aumento de estudantes negros e uma diminuição de estudantes brancos nas universidades, e também mais da metade da população passa a se considerar parda ou preta. (FONAPRACE/ANDIFES, 2019).

Com as políticas de ações afirmativas voltadas para a inserção da população negra nas instituições de ensino superior o perfil das universidades federais no Brasil vem se transformando. A criação da Lei 12.711 e sancionada em 2012, também conhecida como Lei de Cotas, tem possibilitado a inserção de jovens negros e negras, (também de indígenas e quilombolas) e/ou de baixa renda, ou que estudaram em escola pública através da reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico de nível médio do país. A lei garante o mínimo de 50% das vagas por curso e turno para as cotas a cada processo seletivo, porcentagem essa que é dividida em metade para estudantes de escola pública com renda igual ou inferior a um salário mínimo meio e outra metade para estudantes com renda superior a um salário mínimo e meio. Nos dois casos também é levado em consideração ao total mínimo de vagas à proporção de pretos, pardos e indígenas da população de cada estado, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).

A política de cotas atua como um instrumento das ações afirmativas para a promoção da igualdade racial nos espaços de ensino superior no Brasil. Ainda que a Lei de cotas tenha sido sancionada somente no ano de 2012, algumas universidades implementaram em seus processo de seleção a reserva de vagas para alunos negros, indígenas, de escola pública e de baixa renda antes da referida lei.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira a adotar tal política no ano de 2002, fazendo sua primeira seleção para alunos de graduação com reserva de cotas no ano posterior⁵⁷. Seguida pela a Universidade Estadual da Bahia

⁵⁶ Apesar dos números serem animadores, temos que levar em consideração a categoria “parda” ainda pouco debatida no Brasil. A linha tênue entre a população branca e parda tem que ser levada em consideração.

⁵⁷ No ano de 2003 foram realizadas duas seleções, uma destinado a alunos das escolas públicas e outro para os demais alunos. Ambos reservavam vagas para alunos negros. Em 2004, a universidade adota também a reserva com base na renda familiar, reservando 45% das vagas para o novo sistema, sendo 20% para estudantes de escolas públicas, 20% para estudantes negros e 5% para minorias étnicas e pessoas com deficiência. Em 2013 a reserva era dividida da seguinte forma: 20% para

(UNEB) que adotou a política de cotas para seus cursos de graduação e pós-graduação no ano de 2002, reservando 40% das vagas para candidatos negros e em 2007 acrescentou a sua política a reserva de mais 5% das vagas para candidatos indígenas. A UNEB foi a segunda universidade do país e a primeira do nordeste a adotar tal política, destacando seu pioneirismo nas ações afirmativas do país, fruto da gestão de Ivete Sacramento, a primeira reitora negra a dirigir uma universidade no Brasil. Já a Universidade de Brasília (UnB), foi a primeira federal a adotar a reserva de vagas, destinando 20% delas para estudantes negros.

Outras mais seguiram o exemplo, assim como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que adotou as cotas no ano de 2004 e foi implementada na seleção do ano seguinte. Segundo Santos e Queiroz (2013, p.37), o sistema era destinado

[...] para candidatos que cursaram os três anos do ensino médio e mais um ano do ensino fundamental na rede pública de ensino. A medida estabeleceu o percentual de 43,0% das vagas para todos os cursos, e tem um diferencial em relação à condição étnico-racial do estudante: 85,0% dessa reserva, ou seja, 36,5% do total são direcionadas para os autodeclarados pretos e pardos, e 15,5% (6,5%) aos autodeclarados não negros (brancos e/ou amarelos). Um percentual de 2,0% é destinado aos indíodescendentes, e uma reserva de duas vagas extras, em cada curso, para índios aldeados e estudantes oriundo de comunidades quilombolas.

O aumento no ingresso de pessoas negras nas universidades públicas, grande parte pelas políticas de cotas no início do século XXI, assim como o maior acesso das mulheres em meados do século XX, tem transformando a produção do conhecimento acadêmico possibilitando a construção de um pensamento crítico com bases antissexistas e antirracistas. É dentro desse contexto de enfrentamentos que se dá a formação de um campo de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos cada vez mais firmado na direção ao que, sobretudo no contexto do Sul Global, tratamos por estudos decoloniais, hoje também já um campo aberto à calorosos debates e disputas.

estudantes de escolas públicas, 20% para estudantes negros e indígenas e 5% para pessoas com deficiência, filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária mortos ou incapazes de exercer a profissão. Ver: UERJ em Questão. Jornal Bimestral, jan./fev. de 2013, ano XIX, n. 97. <https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2019/01/uerjemquestao97.pdf>.

CAPÍTULO II

CAMINHOS JÁ TRILHADOS

Quando falamos sobre produção do conhecimento acadêmico falamos também sobre quem o produz, de qual lugar o produz e sobre o que produz. Assim buscamos saber “quem”, “onde” e “o que” são fatores importantes para analisarmos a disseminação de determinados campos de estudos. De fato, muitas dessas questões foram negligenciadas pela ciência moderna e retomadas por teóricas e teóricos negras/negros, pós-coloniais e decoloniais que põem em xeque a geopolítica do conhecimento vigente e propõem novas lugares, olhares e experiência para a produção de conhecimento.

Ramón Grosfoguel, sociólogo porto-riquenho, questiona: como homens de cinco países (França, Alemanha, Inglaterra, Estados-Unidos e Itália) se tornaram cânones das universidades ocidentalizadas e como foi possível alcançarem o privilégio epistêmico, tornando seu conhecimento superior ao resto do mundo? Como tudo o que conhecemos se baseia na visão de mundo de homens desses cinco países? Para Grosfoguel (2016, p.25),

[...] o privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão o que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo.

O privilégio do homem ocidental os concebe o poder de classificar o que é e o que não é conhecimento, o que é e o que não é verdadeiro. Esse controle sobre o conhecimento tem gerado, “estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/ coloniais/ patriarcais que regem o sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).

A diferença entre o conhecimento daqueles que foram colonizadores e daqueles que foram colonizados, essa tradição, afirma Walter Mingnolo (2004), sociólogo argentino, era a diferença necessária para justificar a modernidade.

Este privilégio oculto, disfarçado de triunfo celebratório da espécie humana, que se arroga o poder e o conhecimento que permitem classificar e dominar o resto da humanidade, é a colonialidade do poder. Ou melhor, a colonialidade de poder enquanto a condição de possibilidade embutida na modernidade, mas que não é possível sem a disfarçada violência e justificação de negações que constituem a colonialidade (MIGNOLO, p.677, 2004).

O racismo/sexismo epistêmico faz parte do sistema modernidade/colonialidade também está presente em nossas universidades que foram formadas em bases ocidentais. O surgimento das epistemologias feministas e das epistemologias etno-raciais apontaram para uma epistemologia dominante branca e masculina. Enquanto uma denuncia o sexismo e o androcentrismo do paradigma dominante, a outra denuncia o racismo e a geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2004). Mignolo argumenta que ainda que as duas epistemologias não sejam independentes uma da outra, a epistemologia feminista advém de pensadoras situadas em países de “primeiro mundo⁵⁸” em sua maioria brancas, e a epistemologia etno-racial de pensadores/as “terceiro mundistas”.

Bem, chamo a atenção para a produção das mulheres feministas e dos países do Sul, como prefiro chamarmo-nos, que se propõem a criticar ambas as epistemologias. Como apontam Grosfoguel e Mignolo precisamos desprendermos da **universalidade** dos conhecimentos e partirmos para a **pluriversalidade**, perceber os diversos caminhos que a produção do conhecimento pode adotar.

Isto posto, finalmente começo essa capítulo com as seguintes perguntas: quantos dos cânones de seu campo de estudo e/ou pesquisa são mulheres? Quantas destas pessoas se classificam como não-brancas (negras, indígenas, latinas, chicanas, etc.)? Quantas escritoras e escritores latino-americanos já foram citadas ou lidas em suas produções?

Ainda que os movimentos de descolonização⁵⁹ estejam sendo levantados dentro das universidades, a estrutura do paradigma dominante e com ele o privilégio epistêmico da branquitude ainda persiste na manutenção do racismo/sexismo epistêmico. Critico, por exemplo, os processos seletivos pelos quais todas/os/es nós passamos (defesas de graduação, seleções de mestrado e doutorado) que não abrem espaço em suas listas de bibliografias recomendadas para outras vozes que não apenas aqueles considerados “cânones” ou para projetos que trabalhem com epistemologias dissidentes. Ainda que tenhamos a política de cotas raciais na graduação, e mais recentemente a reserva de cotas para a pós-graduação para pessoas negras, indígenas, quilombolas, trans e pessoas com deficiência, é

⁵⁸ Os termos “primeiro mundo” e “terceiro mundistas” são utilizados pelo autor para fazer referência aos países do Norte e do Sul Global respectivamente.

⁵⁹ Não só no viés racial, mas também de gênero se levarmos em consideração que as imposições de gênero também são imposições coloniais, como aborda Maria Lugones.

necessário que os concursos docentes também adotem efetivamente a reserva de vagas. Afinal, são ou não são as/os docentes também responsáveis pelas mudanças de ementas e pela criação de linhas de pesquisa?⁶⁰

O trabalho antissexista e antirracista consiste em uma constante vigilância. Frequentemente questiono-me o porquê de não utilizarmos em nossas referências as teorias e reflexões aqui produzidas. Não falo de negar e descartar todo o conhecimento já produzido dentro da academia. Insisto que para além desses conhecimentos, olhemos para o nosso redor e nos reconheçamos na produção de conteúdos e de análises. Que olhemos também para as diversas tramas e relações de poder que nós, sujeitas, sujeitos e sujeites, estamos inseridas/os/es. Portanto, compreender como essas relações de poder operam diferentemente em cada experiência, entender que tais relações podem interseccionar-se e criar diferentes realidades é fulcral para a produção de conhecimentos que rompam com o racismo/sexismo epistêmico.

Destarte, este trabalho não foi o primeiro e nem será o último a realizar levantamento sobre as produções realizadas que trabalham com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e também com os estudos sobre raça e racismo. Sendo assim, farei um breve levantamento dos estudos já realizados sobre as produções nas duas áreas de estudos. De fato, muita coisa tem sido produzida, por isso não tenho como objetivo esgotar esse vasto campo de produções, mas trazer àquelas que se fazem essenciais para compreendermos os dados dos próximos capítulos.

A maioria das pesquisas já indicam o aumento da produção de tais estudos no ambiente acadêmico, inclusive de produções que trabalham com os dois campos de estudos de gênero e raça.

A tese de Tainan Pauli Tomazetti (2019) chamada: “Genealogias Dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015)”, por exemplo, se propôs a investigar a produção dos estudos de gênero nos programas de pós-graduação em comunicação no Brasil e demonstrou como tal campo de estudos trabalhou com a temática de gênero e sexualidade ao longo de 43

⁶⁰ A aplicação da Lei 12.990/2014 que reserva 20% das vagas para pessoas negras nos concursos públicos sempre que o número de vagas for igual ou superior a três, também é aplicada para os concursos de magistério superior das universidades federais. Porém, na maioria das vezes tais concursos não oferecem vagas o suficiente para que haja a aplicação da lei (MELLO; RESENDE, 2019).

anos (1972 – 2015). O autor separa as produções encontradas no que chama de “genealogia dos estudos feministas” e “genealogia dos estudos LGBT e/ou queer”. Segundo Tomazetti (2019, p.201), das 13.265 produções de mestrado e doutorado encontradas pela pesquisa, 316 possuíam alguma referência aos estudos de gênero, grande parte delas localizadas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

As produções selecionadas pela referente pesquisa encontram-se distribuídas entre 28 programas de pós-graduação, sendo a USP e UFRJ as que mais possuem produções na área dos estudos de gênero. A região Sudeste apresentou 66% das produções selecionadas, seguida da região Sul com 19%; a região Centro-oeste com 8%, a região Nordeste com 6%, e a região Norte com 1% (TOMAZETTI, 2019, p.41). Porém, o autor também nos chama a atenção para as assimetrias em relação a quantidades de programas de pós-graduação em cada região.

De acordo com Tomazetti, a partir do ano de 2010 houve um aumento significativo nas produções, contabilizando 11 pesquisas, e o ano de 2015 é o que mais contabiliza produções com 35 pesquisas na área, quase o dobro de produções do ano anterior, 2014 que teve 16 pesquisas (TOMAZETTI, 2019). Entretanto, aponta o autor, tal crescimento também se deve ao aumento de programas de pós-graduação em comunicação no país.

O autor adota como estratégia a divisão das produções entre estudos feministas que representa 76% das produções e estudos LGBT e/ou queer. Estes últimos só começaram a aparecer nas pesquisas a partir da década de 1990.

Outra importante constatação é o aumento das pesquisas que interseccionam gênero e raça na área de comunicação na década de 2000. A primeira pesquisa que trouxe ambos os campos foi a tese de Solange Lima em 1984 na USP chamada “Mulher e família negra: realidade e representação na obra de Nina Rodrigues na USP” (TOMAZETTI, 2019). Sobre essa questão o autor afirma que:

Essas problematizações quase inexistentes nas décadas anteriores formam um conjunto de pesquisas que se destaca em relação a maioria das investigações do período, pois buscam pensar as representações e os estereótipos das mulheres negras por meio dos contextos históricos e ideológicos que as configuram, ligados ao cotidiano e a realidade brasileira e nas relações entre o racismo e o machismo (TOMAZETTI, p.87, 2019).

Ainda que atente para a categoria raça nas pesquisas selecionadas, o autor foca toda sua análise nos estudos sobre gênero e sexualidade.

Já o artigo publicado por Bianca Mattos, Heloisa Helena de Oliveira Santos e Suzana Mattos (2020) intitulado “Os estudos sobre mulheres negras no Brasil: levantamento quantitativo sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema no país” levantou teses e dissertações do Catálogo online da Capes entre os anos de 1978 a 2017 que trabalham sobre mulheres negras. Através de 56 descritores sobre o tema pesquisado, as autoras chegaram a 817 produções de 120 universidades. Dos 34 descritores identificados pela pesquisa o termo “mulheres negras” aparece como o mais citado. Ademais, as autoras também chamam a atenção para a concentração das pesquisas na região sudeste, fator que vem a se repetir em grande parte das pesquisas que levantam as produções sobre gênero e sobre raça no Brasil. No ranking de produções válidas por universidade, a UFBA aparece em terceiro lugar, atrás da USP e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que tiveram o primeiro e o segundo lugar respectivamente, foram 16 universidades no total (MATTOS et al, 2020).

As referidas autoras ainda apresentam a quantidade de trabalhos por programa de Pós-Graduação nos quais destacam-se os programas de História, seguido de Educação, Ciências Sociais e Letras. Mattos et al afirmam que existe uma invisibilidade frente ao tema da mulher negra devido a dupla invisibilidade sofrida pela identidade em questão.

Esta invisibilidade não se dá apenas na exclusão das mulheres negras do espaço acadêmico, mas também a partir da ‘universalização’ e subsunção da experiência da mulher negra ao longo da história, a partir do uso recorrente de categorias como ‘população negra’, ‘população escrava’ e ‘gênero’ (MATTOS et al, p.199, 2020).

Porém, é possível verificar um avanço dos estudos sobre mulheres negras entre os anos de 2006 a 2017, alcançando o maior pico em 2008. Através de tal pesquisa podemos olhar de um outro modo para a interseção dos campos de estudos de raça e dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos no país.

Grande parte dos levantamentos no campo dos estudos de mulheres, gênero e feminismos, trazem gênero como foco principal da análise e em campos de estudos específicos como educação, pedagogia, entre outros. A exemplo o artigo “Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica” de Fúlvia Rosemberg (2001); o artigo “O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução” de Francisca Jocineide da Costa e Silva e de Maria Eulina Pessoa de Carvalho (2014) e o artigo de Émerson Silva Santos e Ronaldo Laurentino

de Sales (2019) intitulado “Produção do conhecimento em sexualidade e gênero nos programas de Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil: um estudo a partir das pesquisas socializadas no encontros anuais da ANPOCS”.

Um exemplo das pesquisas elaboradas na área de gênero é a pesquisa realizada por Francisco Welton Silva Rios e Maria Naires Alves de Souza (2017), intitulada “Gênero e Sexualidade como temas de teses e dissertações”, os pesquisadores utilizaram como fonte de dados a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no período de 2004 a 2014, e o Banco de teses e dissertações da CAPES no período de 2010 a 2013, com o objetivo de apresentar os registros numéricos das produções que utilizaram os descritores “gênero” e “sexualidade” no BDTD e no repositório Capes a busca foi feita através do cruzamento dos descritores “gênero x educação”, “gênero x comunicação”, “sexualidade x educação” e “sexualidade x comunicação”. Porém, os autores nada falam sobre os falso positivos que o termo “gênero” pode apresentar.

Os autores encontraram no repositório Capes um total de 504 dissertações e 163 teses. Dessas 426 dissertações e 137 teses estavam no cruzamento “gênero x educação x comunicação”, e 78 dissertações e 26 teses estavam no cruzamento de “sexualidade x educação x comunicação”. No período pesquisado o repositório Capes contava com um total de 182.296 dissertações e 53.213 teses. No repositório da BDTD foram encontradas pela pesquisa em um total de 67.575 teses, dessas apenas 420 teses no tema gênero e sexualidade, e em um universo de 204.473 dissertações apenas 798 dissertações se encaixaram no mesmo tema (Rios e Souza, 2017, p.1855).

Assim como há uma grande produção com a perspectiva do que tem se convencionado a chamar de “estudos de gênero”, e mais ao final deste capítulo eu explico o porquê das aspas, há também àqueles que trabalham com a perspectiva principal dos estudos sobre as relações raciais. Nestes, nota-se a presença das ações afirmativas como as cotas raciais como um importante fator que vem contribuindo com as produções da temática.

O artigo “A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil”, escrito por Paula Barreto, Flávia Rios, Paulo Sérgio Neves e Dyane Brito, e publicado em 2020, traz uma importante contribuição ao levantar os trabalhos apresentados em

Simpósios e Grupos de Trabalhos com a temática das relações raciais de dois importantes eventos nacionais na área das Ciências Sociais. Além do mais, o texto dialoga constantemente com outros levantamentos já realizados sobre a produção acadêmica no campo dos estudos de relações raciais no Brasil.

O universo de pesquisa consistiu nos artigos publicados de 2014 a 2018 em revistas *Qualis A* encontradas no site do SciELO, e também os trabalhos apresentados no encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e no congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) nos anos de 2012 a 2019. Foram um total de 422 trabalhos analisados pela pesquisa.

De acordo com Paula Barreto et al (2020), justifica-se essas fontes devido a exclusão da maioria das produções quando tratadas apenas as revistas com qualificação A, deixando de fora a vasta produção presentes em congressos e encontros. Os encontros analisados foram Anpocs e SBS que, segundo as autoras, possuem uma maior concentração do debate sobre relações raciais, contendo inclusive Grupos de Trabalho específicos para a temática. O recorte temporal se justifica por capturar efeitos indiretos da política de cotas. As autoras indicam que a implementação da política de cotas possibilitou a mudança do perfil discente das universidades e também o perfil das pesquisas acadêmicas, o que pode ter possibilitado o aumento das pesquisas referentes ao campo das relações raciais.

Partindo para a análise quantitativa, dos 5.211 artigos publicados nos periódicos selecionados pela pesquisa existentes na plataforma SciELO de 2014 a 2018, apenas 181 estavam dentro do campo de estudos das relações raciais. Apesar de parecer um número relativamente baixo, Barreto et al chama a atenção para os dados referentes às produções sobre a temática em 20 anos anteriores, tem-se um total de 266 publicações. Ou seja, em apenas quatro anos atingiu-se mais da metade das produções quando comparamos com as duas décadas anteriores.

Por meio da leitura dos resumos e palavras-chave, os 181 resumos foram divididos em 17 subtemas, ganhando destaque os subtemas: gênero e sexualidade; intelectuais; cultura e identidade; ações afirmativas e educação. O interessante dessa pesquisa foi que as autoras utilizaram a mesma linha de análise para poder cruzar os dados e agregar novos resultados com o que já tem sido apontado pelo estudo

publicado por Luiz Augusto Campos, Márcia Lima e Ingrid Gomes em 2018, e de Luiz Augusto Campos e Ingrid Gomes em 2016.

As autoras destacam que nos trabalhos recentes sobre produções acadêmicas na área de estudos das relações sociais, é possível verificar um aumento na produção entre os anos de 1993 e 2013 e que há uma diversificação da temática nesse campo de estudos, e constatou também que houve um crescimento de publicações sobre a temática no período de cinco anos. Assim, as principais novidades na produção recente, para Barreto et al, é a diversificação temática dentro do campo de estudos, com destaque para os temas de gênero e sexualidade e ações afirmativas. Atribuem tal acontecimento a ampliação dos cursos de pós-graduação no país e a implementação da política de cotas nas instituições de ensino superior.

Como foi feito durante o artigo de Barreto et al, alguns dados e análises precisam ser trazidos para que possamos partir para nossa própria análise e pesquisa. Tomarei aqui um olhar mais atento para aqueles dados que relacionam com o campo de estudos de mulheres, gênero e feminismos. Adotando como foco de análise as produções de teses e dissertações de programas de pós-graduação, inseridos na grande área das ciências humanas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a pesquisa aqui desenvolvida verificou a incidência dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e dos estudos sobre raça e racismo. A seleção das produções se deu por meio de descritores nos títulos, resumos e palavras-chave das produções coletadas no Banco de Teses e Dissertações online da Capes e no repositório online da UFBA. A pesquisa considera três campos de estudos: (1) o campo de estudos de mulheres, gênero e feminismos; (2) o campo de raça e racismo; (3) e aquele que consiste na interseção dos dois campos. É a partir destes estudos sobre mulheres, gênero e feminismos que passo a olhar para a produção dos estudos sobre raça e racismo.

Entretanto, é fato que os estudos sobre raça no Brasil advém de uma longa história de estudo e pesquisa nas ciências sociais brasileiras. Alguns expoentes desse campo de estudos como Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Arthur Ramos, Oracy Nogueira, Gilberto Freire, Carlos Hasenbalg, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Antônio Sérgio Guimarães, entre outros/as compõem a extensa lista de referências sobre a temática. Isso não significa dizer que o campo de estudos sobre raça e racismo não venha se renovando a cada ano, principalmente a partir da

implementação de políticas de cotas pelas universidades federais em 2012, quando o debate sobre questões raciais e racismo se estendeu para a sociedade, como tem sido apontado por várias/os autoras/es.

O levantamento realizado por Luiz Augusto Campos e Ingrid Gomes (2016, p.89), trabalhou com os artigos publicados em revistas científicas Qualis A disponibilizados no site SciELO afim de mapear as características das produções sobre relações raciais nas ciências sociais brasileiras no período de 1994 a 2013. Foram um total de quinze revistas analisadas. Os autores verificaram que no período de 1994 a 1998, 2,5% dos artigos tinham como tema a questão racial. A porcentagem aumenta no decorrer dos anos, em 1999 a 2003, 3,3% dos artigos trabalhavam com a questão; 2004 a 2008, 3,9% das publicações, e em 2009 a 2013, a porcentagem foi de 4,7. Quando divididos os 266 artigos selecionados pela pesquisa em subtemas, o campo de “gênero e sexualidade” ocupa o segundo lugar com 24,1% das publicações, atrás apenas do subtema “Cultura” que teve 31,2%. Vale salientar, assim como foi apontado por Barreto et. al. (2020), a pesquisa deixou de fora a Revista de Estudos Feministas pertencente ao campo de estudos de gênero, mulheres e feminismos, que possui um grande volume de publicação. Além do mais, também não entraram na análise a Revista Feminismos, pertencente ao PPGNEIM, e a Coleção Bahianas, pertencente ao NEIM/UFBA, que trazem uma vasta publicação na temática.

Mantendo o olhar mais atento para a interseção entre os estudos de relações raciais e os estudos de gênero, é possível verificar na tabela oferecida pelos autores a recorrência do subtema “gênero e sexualidade” durante os quatro períodos colocados. Saindo de 3% no período de 1994 a 1998, 4% no período 1999 a 2003, salta para 10% no período de 2004 a 2008 e sobe mais um pouco, para 11% no período de 2009 a 2013. Quando partimos para a pesquisa produzida por Barreto et al (2020) que analisou os artigos publicados também nas revistas Qualis A disponíveis no SciELO no período de 2014 a 2018, também foi possível verificar um aumento das produções no subtema citado, que alcançou a primeira posição no ranking dos subtemas mais trabalhados nas publicações sobre relações raciais.

Concordo com Barreto et al (2020) quando coloca que avanço do referido subtema sofre influência da crescente discussão sobre interseccionalidade, principalmente com a tradução do artigo de Kimberlé Crenshaw, publicado no Brasil

em 2002, e a recuperação dos escritos de feministas negras brasileiras e latinas pelos feminismos negros no país.

No entanto, nos trabalhos apresentados em simpósios e congressos de 123 trabalhos encontrados no SBS, o subtema gênero e sexualidade aparece em sexta posição com seis trabalhos. Dos 118 trabalhos encontrados na ANPOCS – (simpósio de pesquisa pós graduada e simpósios temáticos) o subtema “gênero e sexualidade” ficou em décima terceira colocação com três trabalhos. Contudo, houve um aumento de produções quando comparado a anos anteriores (Barreto et al, 2020).

Campos e Gomes (2016) trazem o perfil de quem publicou sobre a questão racial, é interessante observar que as oito primeiras colocações são de autoria masculina, com sete a quatro artigos publicados nas revistas científicas. A primeira mulher na lista ocupa a nona posição no ranking total com três publicações.

Já na pesquisa realizada por Amélia Artes e Jesús Mena-Chalco que tomou como fonte de dados o Banco de Teses e Dissertações da Capes, analisando 4.204 produções (teses e dissertações) entre os anos de 1987 e 2011, observaram que a maioria das dissertações e teses produzidas sobre a temática racial é de autoria feminina, situação inversa ao que foi demonstrado por Campos e Gomes (2016). Se as mulheres produzem mais teses e dissertações sobre a temática, por que tal situação não é refletida na publicação dos artigos? Como coloca Paula Barreto (2015, p.45), grande parte da literatura já demonstrou que há uma desigualdade no meio acadêmico, ainda que as mulheres estejam em maior número em ambientes de ensino superior, ocupam menos os espaços de prestígio e poder (Barreto, 2015). As revistas *qualis A*, de certa forma, também se tornam um lugar de prestígio.

Outro dado que deve ser levado na análise das produções, os três trabalhos aqui debatidos constataram que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são os que mais produzem sobre a temática, fator também constatado nas pesquisas que tiveram uma perspectiva de gênero e foram colocadas acima. A geopolítica do conhecimento fica evidente aqui com a concentração das produções na região sudeste do país, local que possui um maior contingente de universidades e programas de pós-graduação e também um maior número de vagas quando comparado às outras regiões. A Universidade de São Paulo (USP) por exemplo, ocupa a 1ª posição com 24 artigos e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em segundo lugar com 18 artigos sobre a temática racial nas revistas científicas na pesquisa de Campos e Gomes

(2016), enquanto a Universidade Federal da Bahia ocupa a 4ª posição com 11 produções. Neste caso, a UFBA e a Universidade Federal de Sergipe (UFS) são as únicas universidades da região nordeste que aparece no levantamento, não houve nenhuma universidade da região norte.

Barreto et al (2020) também analisou a distribuição geográfica das autorias dos artigos e trabalhos apresentados. A liderança do estado de São Paulo e Rio de Janeiro se manteve nas duas situações analisadas pelas autoras. No entanto, nota-se uma maior diversificação de estados nas classificações posteriores. Como por exemplo, dos artigos publicados entre 2014 – 2018, o estado do Rio Grande do Sul e Distrito Federal ocupam o segundo lugar; em terceiro lugar Bahia e Minas Gerais; em quarta posição os estados de Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Pará, Goiás, Paraná e Santa Catarina. Os demais estados do país não tiveram nenhuma autoria. Nos trabalhos apresentados entre 2012 a 2019 na ANPOCS, os estado da Bahia, Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba ocupam a segunda posição, em terceiro os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraná e Santa Catarina.

Destinam essa concentração de trabalhos no eixo Rio-São Paulo à tradição de estudo e pesquisa sobre relações raciais e também por um maior número de programas de pós-graduação em ciências sociais. As autoras apontam que é importante ressaltar que tal aumento nas produções também se deve ao fato do aumento de cursos de pós-graduação nas áreas de ciências sociais, sociologia, antropologia e ciência política durante o período analisado, e que é preciso levar em consideração também as discussões sobre a construção das identidades regionais e nacionais, principalmente na Bahia.

Resultado similar também é encontrado na pesquisa de Artes e Mena-Chalco (2017), quando verificado as produções de teses e dissertações sobre a temática racial por estado. O estado da Bahia ficou em terceiro lugar com o maior número de dissertações, ficando atrás de São Paulo e Rio de Janeiro com 865 e 527 dissertações respectivamente. Na quantidade de teses defendidas a Bahia manteve a posição, porém a discrepância entre sua posição e o primeiro colocado é enorme, ao passo que enquanto a Bahia possui 71 teses, o estado de São Paulo possui 418 teses.

Podemos concluir que o estado da Bahia está entre os que mais produzem no campo de estudos sobre raça. Será que o mesmo acontece no campo dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos? Bom, ainda que não seja possível responder

esse questionamento no momento, alguns trabalhos já estão sendo realizados em torno de saber como anda a produção de gênero no Brasil. Contudo, a maioria das pesquisas analisam os estudos de gênero dentro de uma área específica, ou então, acompanhado com o levantamento sobre os estudos de sexualidade.

Primeiro é necessário compreender que o campo de **“estudos de gênero”** é tão vasto como o campo de estudos de raça e racismo, e contém uma infinidade de subtemas dentro dele. Segundo, a chegada dos estudos de gênero e a assimilação da categoria pela academia acabou por “engolir” estudos sobre mulheres/mulher e feminismos, fazendo que os dois campos se tornassem sinônimos de “gênero”. É importante deixar explícito que o que muitas vezes tratamos de “estudos de gênero” é o campo em que estão situados os estudos de gênero, os estudos sobre mulheres e os estudos feministas. Nem sempre os estudos que têm mulheres com sujeitas de análise são estudos de gênero. E em terceiro, comumente “gênero e sexualidade” tem sido trabalhado de maneira equivocada como um único campo de estudos.

Outro ponto importante a ser tratado é a falta de estudos sobre branquitude. Apesar de Lourenço Cardoso (2008) em sua dissertação “O branco ‘invisível’: um estudos sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007)” apontar para a emergência dos estudos sobre a branquitude nas pós-graduações brasileiras a partir dos anos 2000, poucos foram os trabalhos que trouxeram algum descritor que fazia referência aos estudos sobre branquitude durante a pesquisa realizada por esta tese. Os estudos ficam ainda mais escassos quando trabalhamos tal categoria no campo dos estudos de mulheres, gênero e feminismos.

Para fins de conclusão deste capítulo, acredito que alguns fatores devem ser abordados durante a análise dos levantamentos produzidos. Primeiro, é inegável que a política de cotas propiciou a mudança do perfil discente dentro das universidades brasileiras, como tem sido mostrado várias vezes por pesquisadores/as, assim como é inegável a importância dos movimentos feministas e dos movimentos negros para o fomento de tais estudos e discussões dentro da academia. Essa diversificação no perfil possibilita que sejam travados debates e questionamentos à ciência moderna, colonial, racista e sexista nesse espaço que ainda é preponderante o privilégio epistêmicos de homens brancos. Porém, não significa dizer que o racismo e sexismo dentro das universidades tenham acabado. Ao contrário, quanto mais enfrentamentos

mais evidentes eles se tornam. Em segundo lugar, é importante o olhar mais atento para àquelas/es que orientam os trabalhos produzidos (quando falamos de teses e dissertações principalmente) qual é o perfil dessa rede docente nas universidades?

Marcia Rangel Candido, João Júnior e Luiz Campos (2018), no levantamento realizado pelo Boletim do Observatório das Ciências Sociais sobre a configuração do perfil docente dos cursos de pós-graduação em ciências sociais, sociologia, antropologia e relações internacionais, chegaram a dados que contribuem para a nossa análise. De cento e dez cursos de pós-graduação creditados pela Capes, 55% dos docentes eram homens e 45% mulheres, quando abordado a questão racial os números apresentaram uma maior disparidade, 77% do quadro docente é composto por pessoas brancas, enquanto 12% composto por pardos, 3% pretos, 8% outros (Candido et al, 2018). De acordo com o mapa apresentado pela pesquisa, os cursos de pós graduação na área das ciências sociais do estado da Bahia possuem uma maior porcentagem de docentes homens (ainda que a diferença seja pequena quando comparada a outros estados), em relação a distribuição racial há uma grande maioria branca, seguida do que os autores classificam como “outros”, e posteriormente os pardos, a porcentagem de pessoas pretas não é sequer visível no gráfico.

Seguindo os dados fornecidos pela pesquisa, pode-se observar que o quesito gênero (a presença de professoras e professores) no quadro docente possui uma diferença menor quando comparada as diferenças raciais. Por exemplo, das cento e dez instituições analisadas pela pesquisa, apenas duas apresentaram um quadro composto totalmente por homens, enquanto isso, oito instituições apresentaram um quadro docente inteiramente branco. Nas duas situações o inverso não acontece.

Paula Barreto (2015) também apresentou dados interessantes sobre o perfil docente na UFBA. A autora analisou a distribuição docente entre três grandes áreas do conhecimento na universidade (exatas; biológicas; humanidades) e aponta que ainda que em alguns cursos haja uma paridade de gênero, ou que as mulheres sejam em maior quantidade, em áreas e carreiras de prestígio as mulheres ainda estão em menor quantidade.

A presença de Linhas de pesquisa e grupos de estudos também influenciam nessa produção dos estudos sobre raça e racismo e dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos que em grande parte dos cursos são matérias opcionais na grade de disciplinas.

Por último, considero a celeridade da informação um importante fator [e aliado] para a produção desses estudos. Há um maior acesso à artigos, livros, vídeos, filmes por meio da internet que não era tão possível quando comparamos com décadas atrás. A influência das redes sociais e a movimentação feminista e antirracista dentro e fora desses espaços têm possibilitado que mais pessoas se interessem pela causa e fomentem o debate em outros espaços sociais.

CAPÍTULO III

CAMINHOS DA PESQUISA

A primeira fase

A pesquisa tomou como principal fonte de dados o catálogo de teses e dissertações online da Capes⁶¹, o qual possibilita ter acesso às produções defendidas nos programas de pós-graduação do Brasil. É possível encontrar informações como título, resumo, palavras-chave, ano de defesa, orientação, instituição pertencente e até mesmo o arquivo do trabalho. Entretanto, o catálogo encontra-se dividido em duas etapas, entre o antes e o depois da adesão à Plataforma Sucupira⁶². Assim, os trabalhos defendidos no ano de 2012 ou anteriores a essa data possuem apenas as informações de título, autoria, ano de defesa, programa de pós-graduação e instituição pertencente; somente a partir do ano de 2013 as informações encontram-se mais completas fornecendo o resumo, palavras-chave, orientação banca de defesa e possibilitando também o acesso ao arquivo do trabalho⁶³.

Deste modo, o levantamento inicial compreendeu na coleta e sistematização das dissertações e teses defendidas em 12 programas de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) entre o período de 2004 e 2018⁶⁴ disponíveis no repositório online da Capes. A escolha dos programas se deu com base na divisão existente no catálogo da Capes e no site da UFBA. Os programas escolhidos fazem parte da grande área das ciências humanas e sociais, incluindo aqueles de caráter interdisciplinar e multidisciplinar⁶⁵.

Segue abaixo a relação dos programas que fizeram parte da pesquisa:

⁶¹ <https://catalogodeteses.capes.gov.br>

⁶² A Plataforma Sucupira tem o objetivo de coletar informações sobre os cursos de pós-graduação no país e estabelecer procedimentos de avaliação. A Plataforma foi criada em 2012 em uma parceria com a Capes e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁶³ Alguns poucos trabalhos entre o segundo período (2013 – 2018) apresentaram informações incompletas ou não fornecidas dentro da plataforma.

⁶⁴ Utilizei a seguinte ordem de busca: Universidade Federal da Bahia> Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA)> Nome do Programa> Mestrado ou Doutorado> Ano de defesa.

⁶⁵ Pertence ao campo dos estudos interdisciplinares o Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, e ao campo de estudos multidisciplinares os programas de Pós Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), o Programa de Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO) e o doutorado em Difusão do Conhecimento que além de ser multidisciplinar também é multiinstitucional.

Quadro 01: Programas analisados na pesquisa

PROGRAMAS	CURSOS
ANTROPOLOGIA	MESTRADO E DOUTORADO
CIÊNCIAS SOCIAIS	MESTRADO E DOUTORADO
CULTURA E SOCIEDADE	MESTRADO E DOUTORADO
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	DOUTORADO
DIREITO	MESTRADO E DOUTORADO
EDUCAÇÃO	MESTRADO E DOUTORADO
ESTUDOS SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMOS	MESTRADO E DOUTORADO
ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS	MESTRADO E DOUTORADO
FILOSOFIA	MESTRADO E DOUTORADO
GEOGRAFIA	MESTRADO E DOUTORADO
HISTÓRIA	MESTRADO E DOUTORADO
PSICOLOGIA	MESTRADO E DOUTORADO

Fonte: Própria (2021).

Todas as produções dos programas pesquisados a partir do ano de 2004 até o ano de 2018 encontradas no Catálogo da Capes foram previamente sistematizadas.

A segunda fase do levantamento se deu na procura dos resumos e palavras-chave das produções que não continham tais informações no catálogo online da Capes. Foi necessário recorrer a ferramentas de busca na internet e ao repositório online da UFBA, além das páginas online dos programas de pós-graduação. No entanto, é possível notar que os programas de pós graduação da UFBA ainda estão passando por um processo de digitalização e registro das produções nas plataformas online, principalmente aquelas defendidas a mais de quinze anos. Com isso, encontrei dificuldades em acessar algumas informações, pois ainda não tinham sido disponibilizadas nos repositórios. Como complemento desta etapa da pesquisa estava previsto a consulta das produções que tiveram dados incompletos na biblioteca física da universidade, mas devido a pandemia da Covid-19 e a quarentena adotada pelas instituições de ensino, foi impossível realizar tal procedimento.

Também foram encontradas algumas produções no repositório online da UFBA que não constavam no banco de dados do catálogo online da Capes, estas foram somados a pesquisa.

Faz-se necessário destacar o fato de que alguns programas ainda não eram formados em 2004 ou não possuíam o curso de doutorado. Por exemplo, os programas de pós graduação em Cultura e Sociedade (PósCult) e em Estudos Étnicos e Africanos (PósAfro) foram criados em 2005, já o programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) foi criado em 2006. Em 2007 temos a criação do programa de pós graduação em Antropologia (PPGA), ainda que sua história seja mais antiga quando olhamos para a formação do curso de Ciências Sociais na universidade. Em contrapartida, outros programas se fizeram tradicionais devido sua longa trajetória de formação, como por exemplo os programas de pós graduação em Educação (mestrado em 1971 e doutorado em 1992), Direito (criação do mestrado a partir do ano de 1975 e o curso de doutorado em 2005⁶⁶) e Geografia (mestrado em 1993 e doutorado em 2011), Psicologia (primeira turma de mestrado em 2002 e de doutorado em 2007).

A pós-graduação em Ciências Sociais na UFBA remonta dos anos 1949 como curso de mestrado em Ciências Humanas, o qual incluía também o campo de estudos da História e da Antropologia. Em 1990, o programa se estabeleceu como Mestrado em Sociologia, neste mesmo ano foi criado o programa de pós-graduação em História, que se desmembrou das Ciências Sociais e se tornou o primeiro programa de História na Bahia. Só após a aprovação do doutorado em Ciências Sociais, em 1999, que o PPGCS passou a ser como conhecemos hoje, com os cursos de mestrado e doutorado em Ciências Sociais.

Já o Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC), criado em 2009, possui algumas especificidades: o programa não possui um curso de mestrado, contando apenas com a formação doutoral, e possui a característica de ser multi-institucional, ou seja, além da UFBA (sede do programa) possui mais cinco instituições de ensino superior associadas⁶⁷,

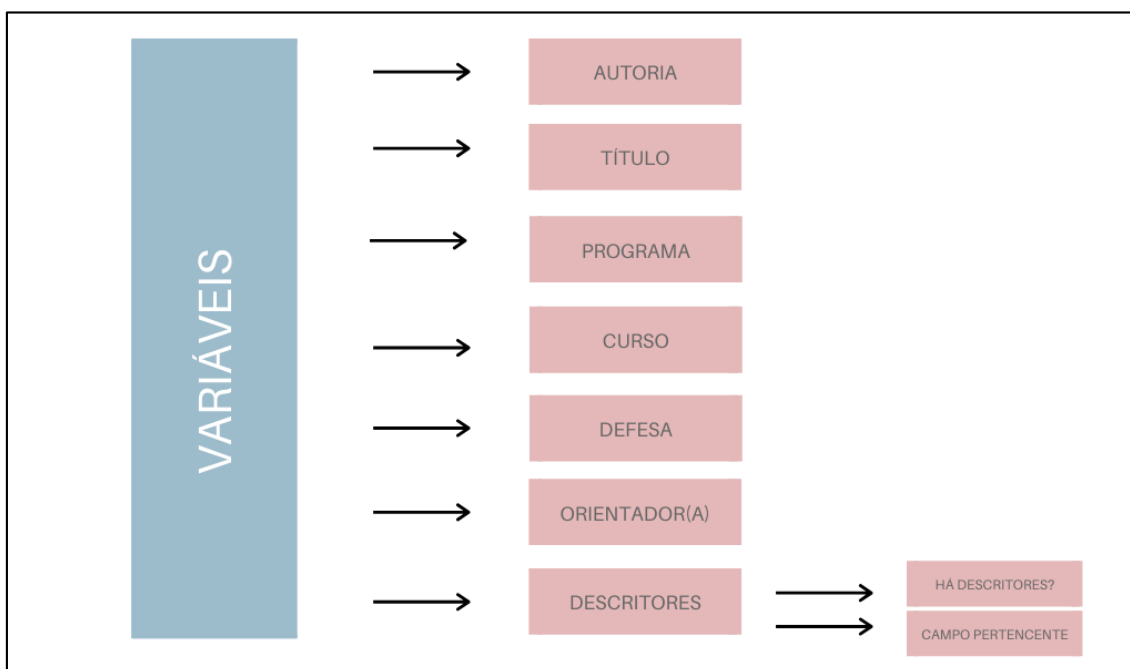
⁶⁶ A faculdade de Direito é uma das mais antigas do país, fundada em 1891. Anteriormente o título de Doutor em direito era concedido às pessoas que em sua graduação defendiam uma tese no final do curso. Com os anos e as diversas mudanças ocorridas na área da educação tal procedimento foi modificado.

⁶⁷ São elas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); Universidade

possibilitando a oferta de disciplinas e a participação de docentes de diferentes instituições. Neste sentido, o DMMDDC faz parte apenas do gráfico referente às teses encontradas pela pesquisa.

Devido a quantidade de dados levantados foi utilizado como ferramenta para sistematização e análise dos dados o programa *IBM SPSS Statistics 20* para uma melhor tabulação dos dados. Em cada produção foi separada/categorizada a autoria; o título; o programa pertencente; em qual curso foi defendida (mestrado ou doutorado); o ano de defesa; orientador/a do trabalho⁶⁸; a presença ou não de descritores; os descritores utilizados; e em qual campo os descritores pertenciam (gênero/mulheres/feminismos; relações raciais/raça/etnia; ou os dois universos). Feita as devidas ressalvas, partiremos para os dados totais encontrados.

Figura 01: Variáveis do levantamento de dados



Fonte: Elaboração própria.

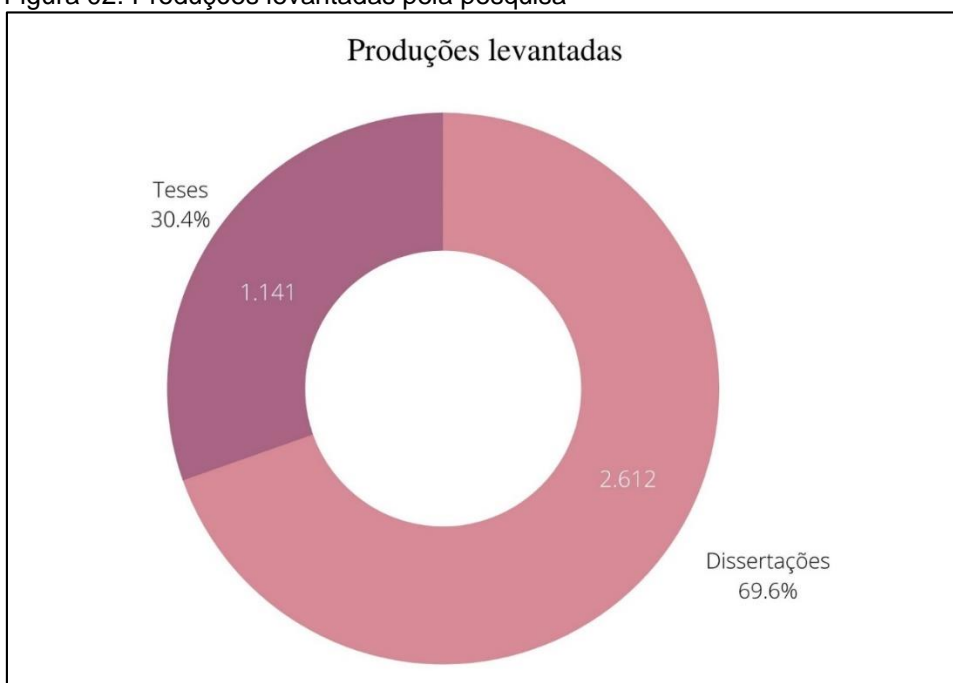
Estadual de Feira de Santana (UEFS); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (SENAI-CIMATEC).

⁶⁸ As orientações levantadas foram dos trabalhos selecionados para a segunda fase da pesquisa.

Números iniciais

O universo desta pesquisa compreendeu em um total de 3.753 (três mil, setecentas e cinquenta e três) produções levantadas entre teses e dissertações. Como demonstra o gráfico abaixo, grande parte das produções levantadas, 69,6%, eram dissertações enquanto 30,4% eram teses de doutoramento.

Figura 02: Produções levantadas pela pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

A expansão da Pós-graduação no país é um fator importante quando falamos das produções. De acordo com dados disponibilizados na plataforma online da Capes (GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas⁶⁹), em 2004 havia 69.190 discentes matriculados em cursos de mestrado e 41.261 discentes matriculados em cursos de doutorado no Brasil em instituições federais, estaduais e privadas. Estados como Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul não possuíam nenhum discente matriculado em curso de doutorado, já no curso de mestrado apenas o estado do Amapá não possuía nenhum discente. É possível verificar a concentração de cursos de pós-graduação no estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio grande do Sul. A Bahia possuía um total de 1.732 mestrandas/os e 701 doutorandas/os no ano de 2004.

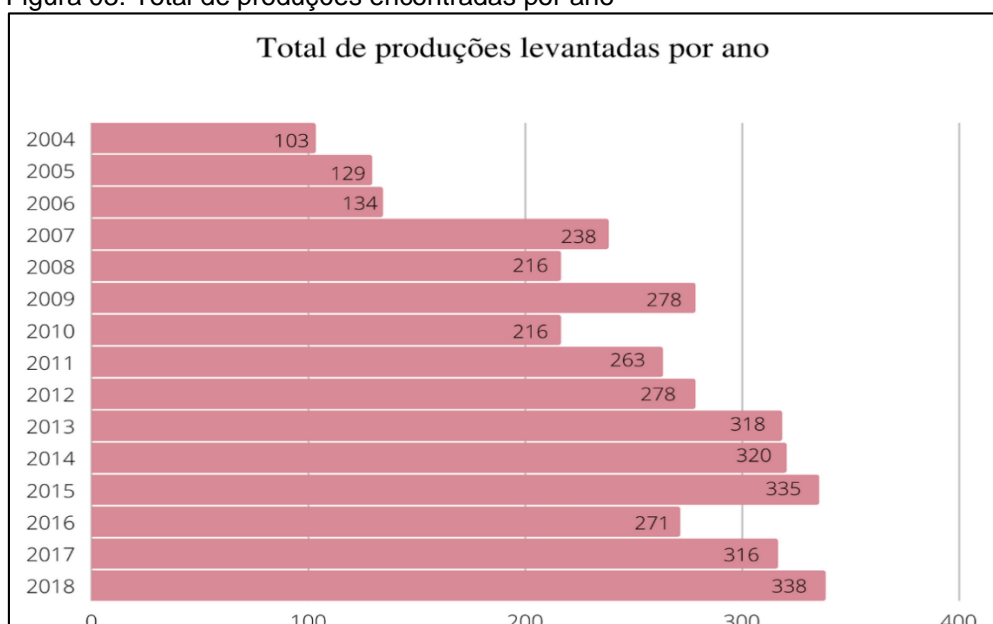
⁶⁹Ver <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>.

Quando observamos o ano de 2018, o número de discentes matriculados em cursos de mestrado no país quase é duplicado, subindo para 131.607 discentes, e todos os estados da federação já possuíam mestrandas/os. No doutorado, o número subiu para 114.867 discentes matriculados em todo o Brasil. Entretanto, a concentração de programas de pós graduação (mestrado e doutorado) em estados do sul foi mantida. A Bahia passou a ter 5.311 mestrandas/os matriculadas/os e 4.100 discentes matriculados em cursos de doutorado em 2018.

Outro dado importante fornecido pelo GeoCapes é a distribuição dos programas de pós-graduação pelo Brasil. Em 2004, o estado da Bahia possuía 55 cursos de pós-graduação distribuídos entre instituições federais, estaduais e privadas. Já em 2018, o estado possuía 180 programas de pós-graduação entre instituições federais, estaduais, municipais e privadas. Um aumento significativo. Em 2019, esse número subiu para 194 programas.

Quando observamos as produções levantadas pela pesquisa por ano de defesa é possível observar um crescimento a partir do ano de 2007, sendo o ano de 2018 o que possui a maior quantidade de produções. Entretanto, é preciso levarmos em consideração que muitos programas ainda não registraram ou disponibilizaram **todas** as suas produções no ambiente online.

Figura 03: Total de produções encontradas por ano



Fonte: Elaboração própria.

Logo abaixo podemos observar a distribuição dos trabalhos de acordo com o ano e o programa de pós graduação pertencente. Como mencionado anteriormente,

alguns programas ainda não tinham sido criados nos primeiros anos do recorte temporal desta pesquisa, por isso possuem o número “0” (zero) na tabela.

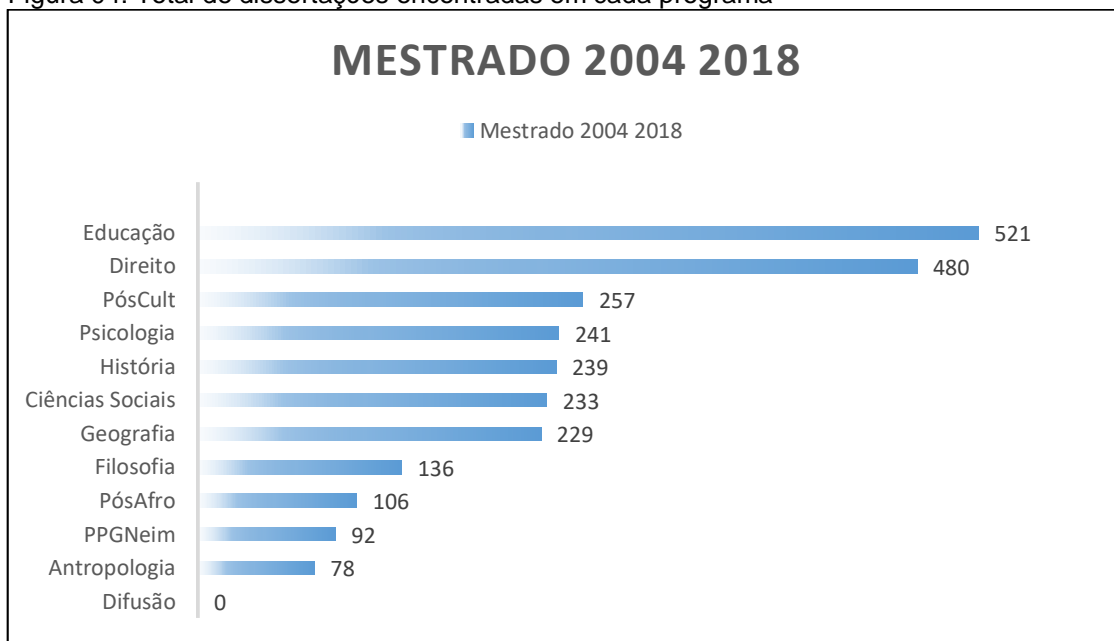
Tabela 01: Total de produções levantadas por Programa de Pós-Graduação e Ano de defesa

Programas de Pós-graduação	Ano de defesa															Total
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Antropologia	0	0	0	0	0	6	6	13	11	9	12	10	15	16	13	111
Ciências Sociais	8	19	15	32	29	33	27	25	19	23	27	28	21	39	29	374
Difusão do Conhecimento	0	0	0	0	0	0	0	2	8	15	12	18	17	17	34	123
Direito	8	13	25	30	30	38	23	40	51	48	39	57	35	35	71	543
Educação	47	47	49	70	65	76	40	69	62	84	90	81	42	55	52	929
Filosofia	5	10	5	11	9	10	10	10	6	10	18	15	16	22	8	165
Geografia	8	11	12	25	14	17	19	10	20	20	20	26	22	24	17	265
História	15	15	14	29	30	25	23	19	29	19	22	27	23	20	17	327
PósAfro	0	0	0	7	19	13	18	14	14	9	12	13	12	8	7	146
PósCult	0	0	0	17	0	35	22	28	24	41	32	17	29	39	47	331
PPGNEIM	0	0	0	3	7	7	9	12	13	12	10	13	14	12	12	124
Psicologia	12	14	14	14	13	18	19	21	21	28	26	30	25	29	31	315
Total	103	129	134	238	216	278	216	263	278	318	320	335	271	316	338	3753

Fonte: Elaboração própria.

Quando olhamos os cursos de mestrado separadamente temos um total de 2.612 (duas mil seiscentas e doze) dissertações quando somados todos os programas. O gráfico a seguir demonstra a quantidade de produções de mestrado separadas por programa de pós-graduação.

Figura 04: Total de dissertações encontradas em cada programa

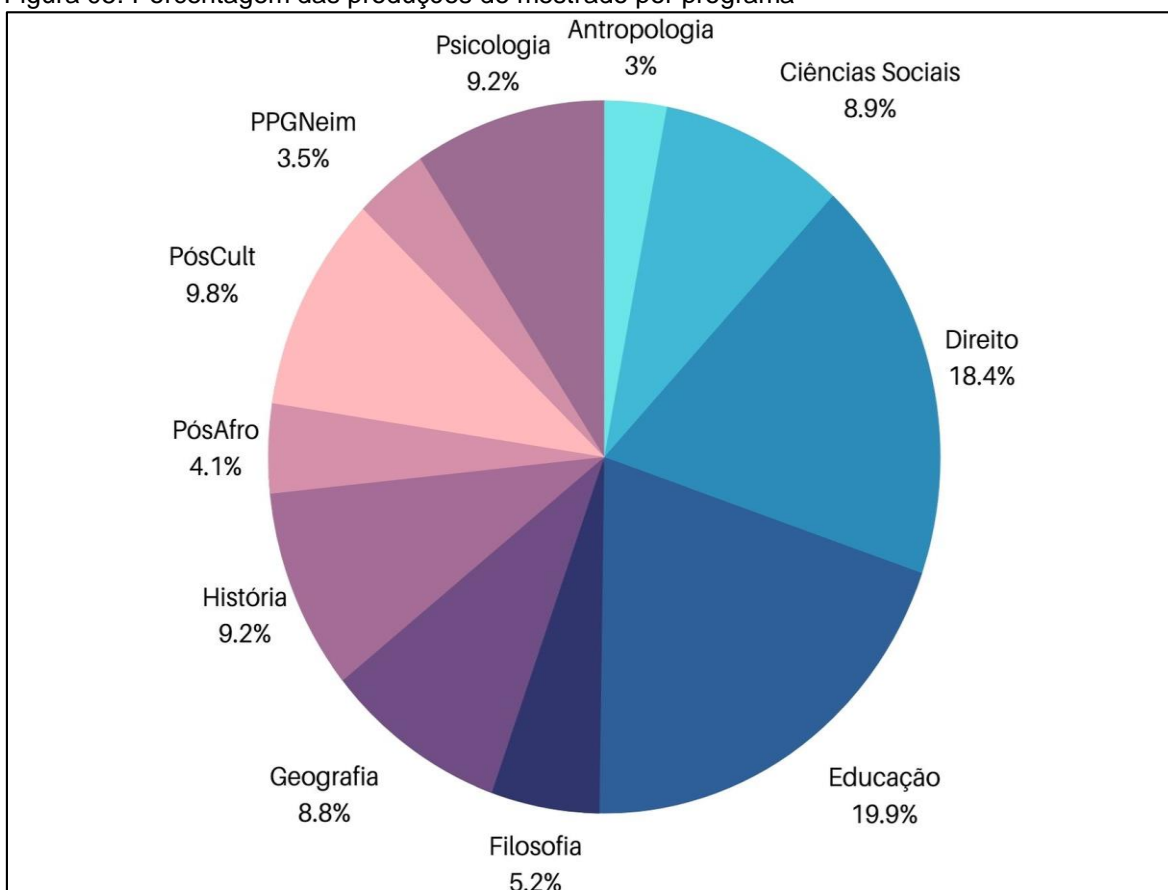


Fonte: Elaboração própria.

Neste gráfico podemos observar a disparidade entre a quantidade de dissertações encontradas nos cursos de mestrado em Educação e mestrado em Direito quando comparados aos demais programas. Tal fato pode ser explicado pela grande quantidade de vagas ofertadas durante as seleções para alunos regulares por tais cursos. Além do mais, os cursos de Cultura e Sociedade, Psicologia, História, Geografia e Ciências Sociais possuem uma média de 230 produções encontradas pela pesquisa. O programa de Antropologia foi o que apresentou a menor quantidade de dissertações encontradas.

No gráfico abaixo podemos ver a disposição das produções por programas de acordo com a porcentagem de cada um. O gráfico representa a porcentagem de cada programa de pós-graduação no universo das dissertações produzidas encontradas pela pesquisa. É possível observar, como foi abordado anteriormente, a liderança do programa de Educação (19,9%) e Direito (18,4%), seguida do programa de Cultura e Sociedade (9,8%); Psicologia (9,2%); História (9,2%); Ciências Sociais (8,9%) e Geografia (8,8%). Já os cursos de Filosofia (5,2%); Estudos Étnicos e Africanos (4,1%); Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (3,5%) e Antropologia (3%) apresentaram uma menor quantidade das dissertações levantadas.

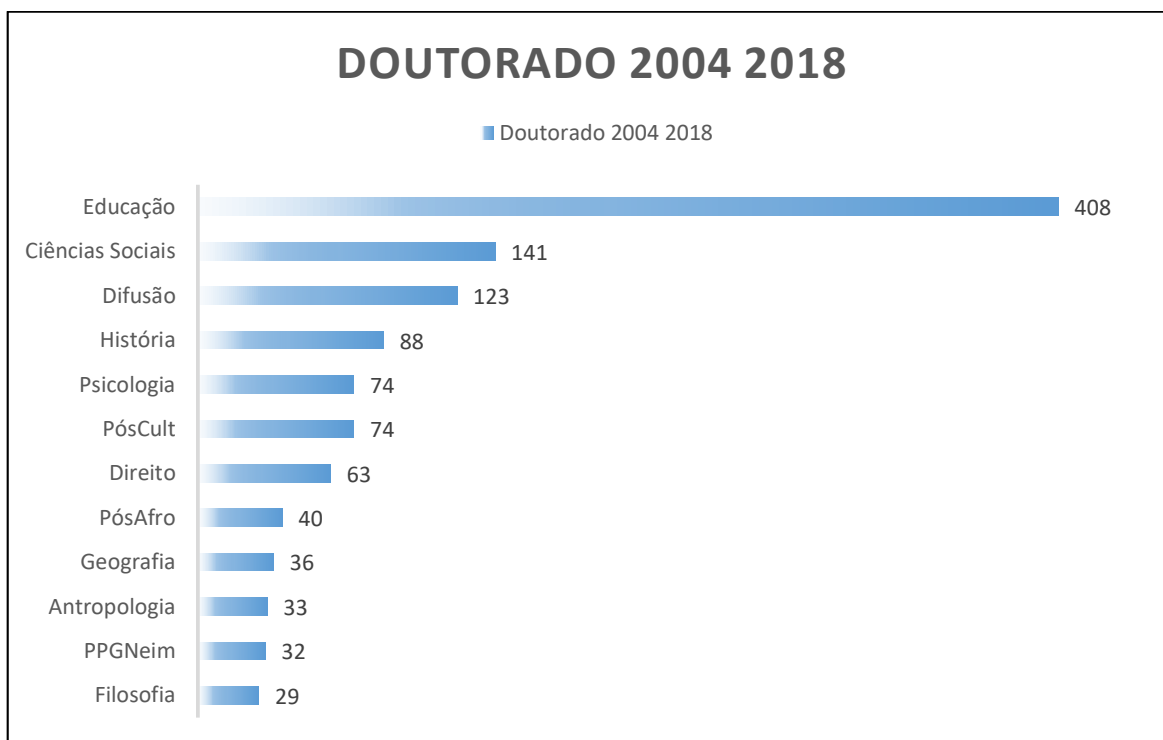
Figura 05: Porcentagem das produções de mestrado por programa



Fonte: Elaboração própria.

Quando analisamos a quantidade de teses levantadas pela pesquisa chegamos ao número de 1.141 (mil, cento e quarenta e uma) produções. No gráfico 05, logo abaixo, é possível visualizar como esses números estão separados por programa. Assim como no mestrado, o doutorado em Educação obteve um número expressivo de produções encontradas, 408 (quatrocentas e oito) teses, quase três vezes mais que o doutorado em Ciências Sociais, que vem logo atrás com 141 (cento e quarenta e uma) teses.

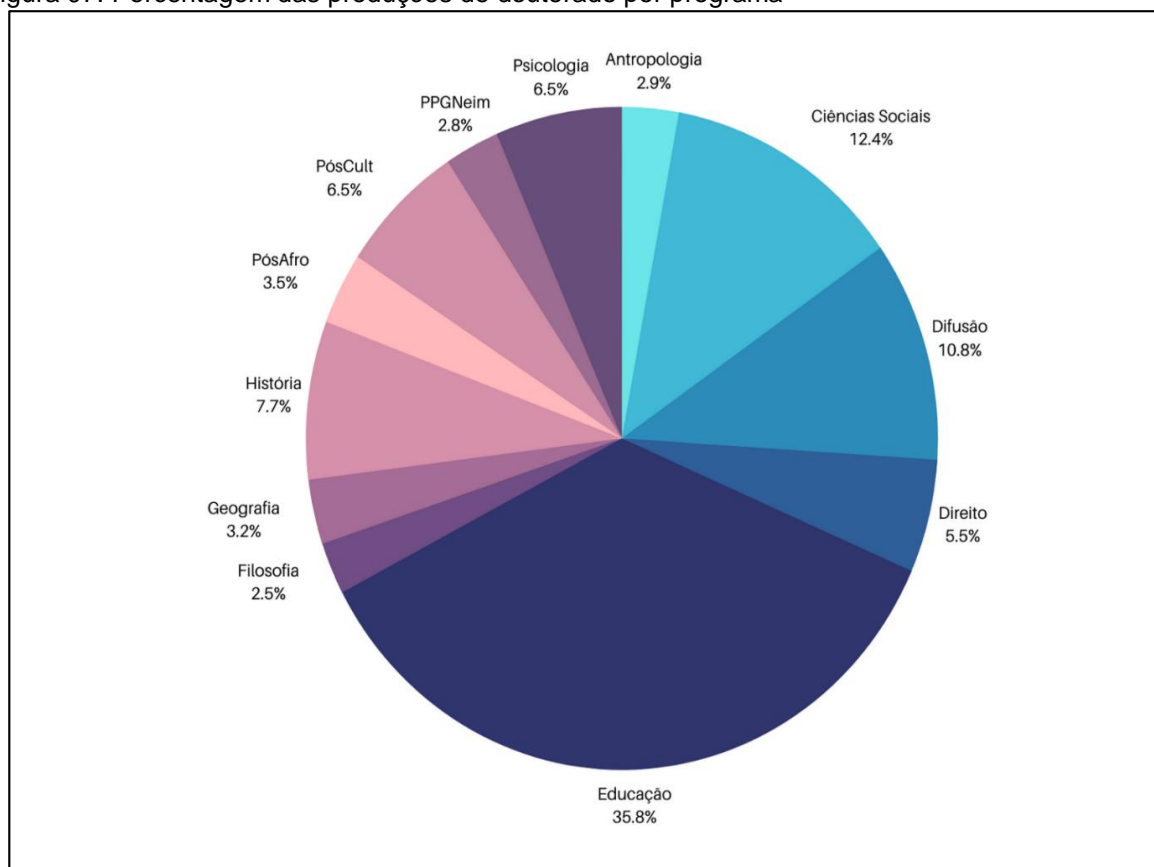
Figura 06: Total de teses encontradas de acordo com cada programa



Fonte: Elaboração própria.

Quando analisamos através da porcentagem é possível observar que o programa de Educação representa 35,8% do total das teses encontradas pela pesquisa. Diferente do que aconteceu com as dissertações, o curso de Direito representa apenas 5,5% das teses, enquanto o programa de Ciências Sociais ocupa a segunda posição com 12,4% das teses encontradas pela pesquisa. Quando somados os cursos interdisciplinares e multidisciplinares representam 23,6% das teses levantadas. Dentro dessa porcentagem temos o Programa de Difusão do Conhecimento com 10,8% do total de teses levantadas. Vejamos a imagem abaixo:

Figura 07: Porcentagem das produções de doutorado por programa



Fonte: Elaboração própria.

A segunda fase

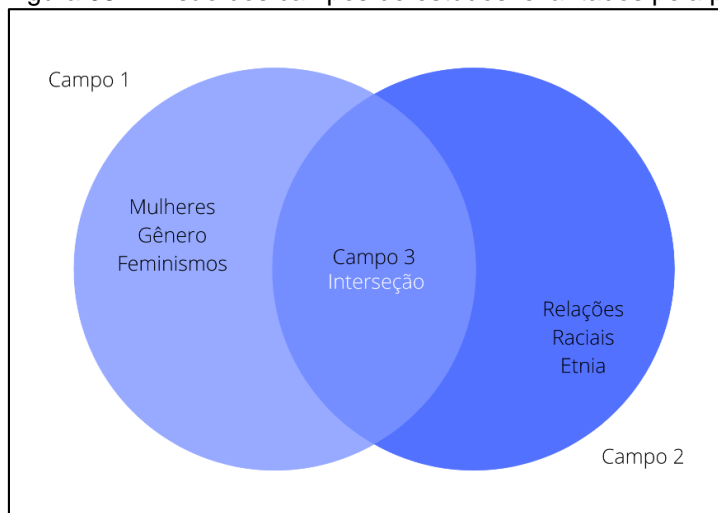
Após o levantamento inicial, foi realizado a segunda fase da pesquisa que consistiu na leitura dos títulos, palavras-chave e resumos dos trabalhos encontrados, afim de identificar e selecionar aqueles que possuíam alguma referência aos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e/ou raça e racismo.

Contudo, algumas ressalvas precisam ser feitas. Como dito anteriormente, os trabalhos defendidos até o ano de 2012 não possuem as informações completas no Catálogo de teses e dissertações da Capes, por isso recorri a sites de busca e ao repositório online da UFBA. No entanto, alguns trabalhos não foram encontrados durante o levantamento. Outros poucos trabalhos viraram livros e não foi possível encontrar o arquivo ou resumos de suas dissertações ou teses. Aqueles que possuíam os descritores em seus títulos foram considerados pela pesquisa.

Foi percebido também incongruências entre os dados do Catálogo da Capes e do repositório Online da UFBA em relação às datas de defesa e algumas palavras-chave⁷⁰. Quando foi possível verificar essas incongruências, optei por permanecer com a datação encontrada no catálogo online da Capes. Aqueles achados através do repositório online da UFBA e adicionados a pesquisa optei por manter a data da defesa quando houve divergências no documento⁷¹.

A sistematização dos trabalhos se deu através da **base**/existência de dois grandes campos que se interseccionam. São eles (1) o primeiro campo dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos o foco principal desta pesquisa; (2) o segundo campo dos estudos sobre raça e racismo; (3) e a interseção dos dois campos citados, que são aqueles trabalhos que apresentam descritores pertencentes às duas temáticas. Segue abaixo um exemplo visual:

Figura 08: Divisão dos campos de estudos levantados pela pesquisa



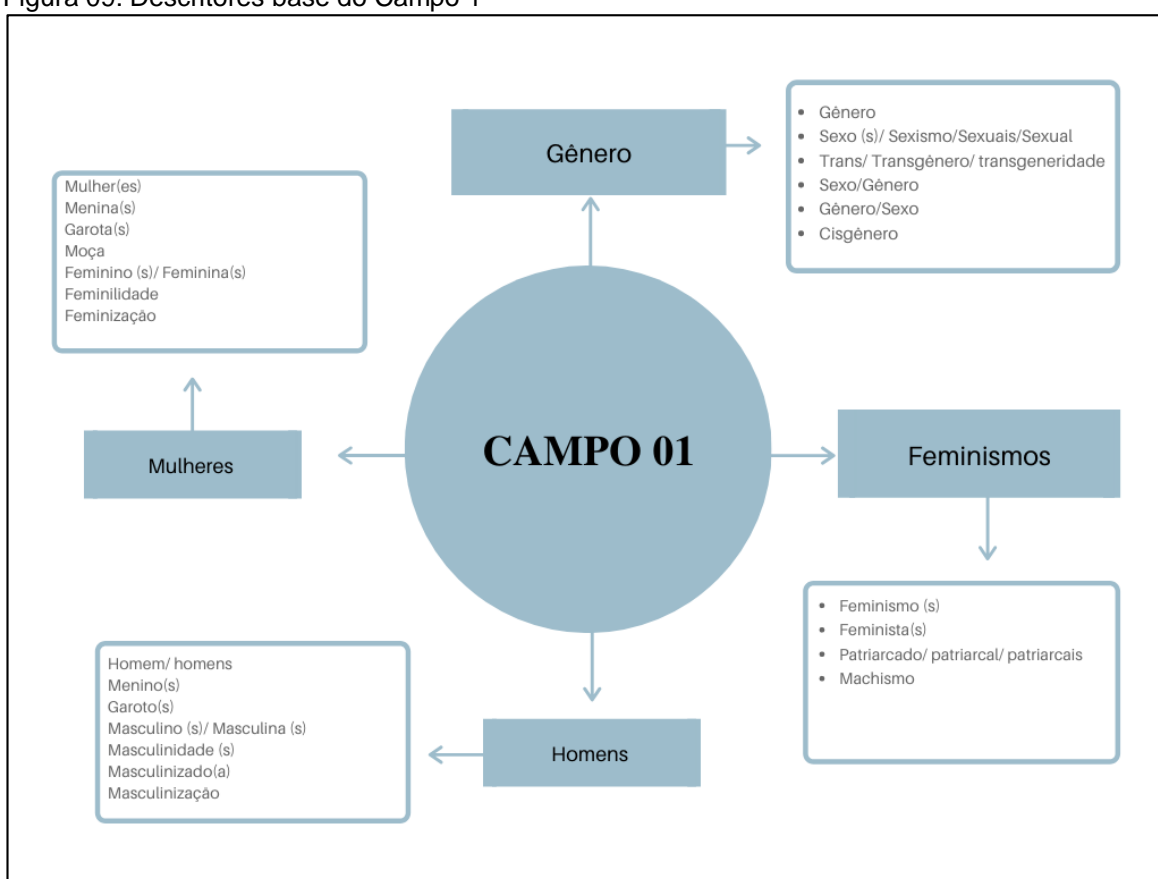
Fonte: Elaboração própria.

⁷⁰ Em algumas produções encontrei divergências referentes a datação entre as informações fornecidas pelo catálogo de teses e dissertações da Capes e o repositório e os documentos em anexo. Primeiro de acordo com o site da capes a data vinculada a cada produção é referente a data da defesa, já no repositório UFBA pode ocorrer de aparecer três datas, a “data do documento” que aparece juntamente com as informações da autoria, orientação, resumo e palavras-chaves, porém pode significar apenas a data do depósito online do documento, por exemplo dissertações defendidas no ano de 2006, mas que a data do documento consta 2009. A segunda e a terceira datas podem aparecer quando acessamos o arquivo do trabalho, a datação dos elementos pré-textuais (capa e contra capa), a ficha catalográfica e até mesmo o ano da defesa podem divergir. Por exemplo, os elementos pré-textuais e a ata da defesa constavam 2012, porém a ficha catalográfica indicava 2011. Ou então, a data de defesa constava o ano de 2017 e a ficha catalográfica o ano de 2018, data de depósito do trabalho na biblioteca da universidade. Contudo, tais casos não representam a maioria.

⁷¹ Alguns trabalhos não apresentaram resumo e palavras-chave em seus textos.

Alguns descritores serviram como base para a seleção dos trabalhos de ambos universos, como demonstram os gráficos abaixo. No decorrer das leituras o surgimento de variantes dos descritores ampliou a quantidade dos mesmos apresentando uma grande diversidade. Todos os descritores utilizados pela pesquisa encontram-se no **Anexo I**. Os descritores que vemos abaixo são os que chamo de “descritores base” da pesquisa. O primeiro gráfico remete-se ao campo dos estudos sobre Gênero, Mulheres e Feminismos.

Figura 09: Descritores base do Campo 1



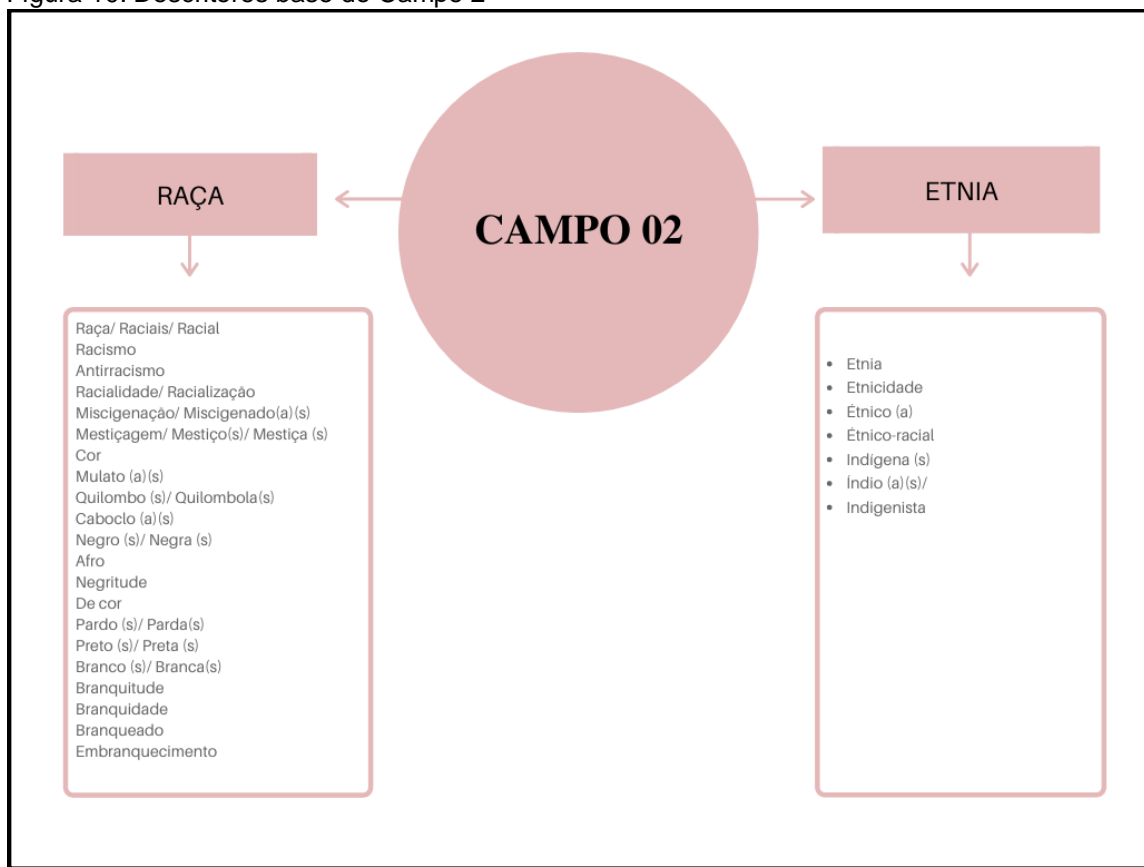
Fonte: Elaboração própria.

Durante a pesquisa alguns descritores apresentaram o “falso positivo” e foram eliminados do levantamento. A palavra “gênero”, por exemplo, pode remeter a diferentes significados dependendo do contexto em que está inserida. No português tal palavra pode significar um tipo textual, musical ou artístico, pode significar também um tipo ou espécie, ou ainda pode remeter a produtos e mercadorias. A palavra “homem”, muitas vezes apareceu nas produções levantadas sendo utilizada para

referir-se a pessoas, seres humanos e humanidade, no sentido de universalidade⁷². Tal utilização demonstra como o androcentrismo está presente na língua portuguesa brasileira. Outro falso positivo foi a palavra “sexo” que também pode remeter a outro sentido para além dos estudos de gênero, podendo referir-se a atividade sexual e sexualidade. O descarte dos falsos positivos só foi possível devido a leitura e análise qualitativa dos resumos e títulos dos trabalhos⁷³.

Logo abaixo temos os descritores base do Campo 2 – Raça e racismo.

Figura 10: Descritores base do Campo 2



Fonte: Elaboração própria.

Reconheço que os descritores contidos nesse universo não dão conta da totalidade dos trabalhos sobre raça, racismo e etnia. Há uma extensa produção sobre os estudos africanos e africanidade e também sobre manifestações culturais negras como capoeira, samba de roda e sobre religiosidade/religião como candomblé e

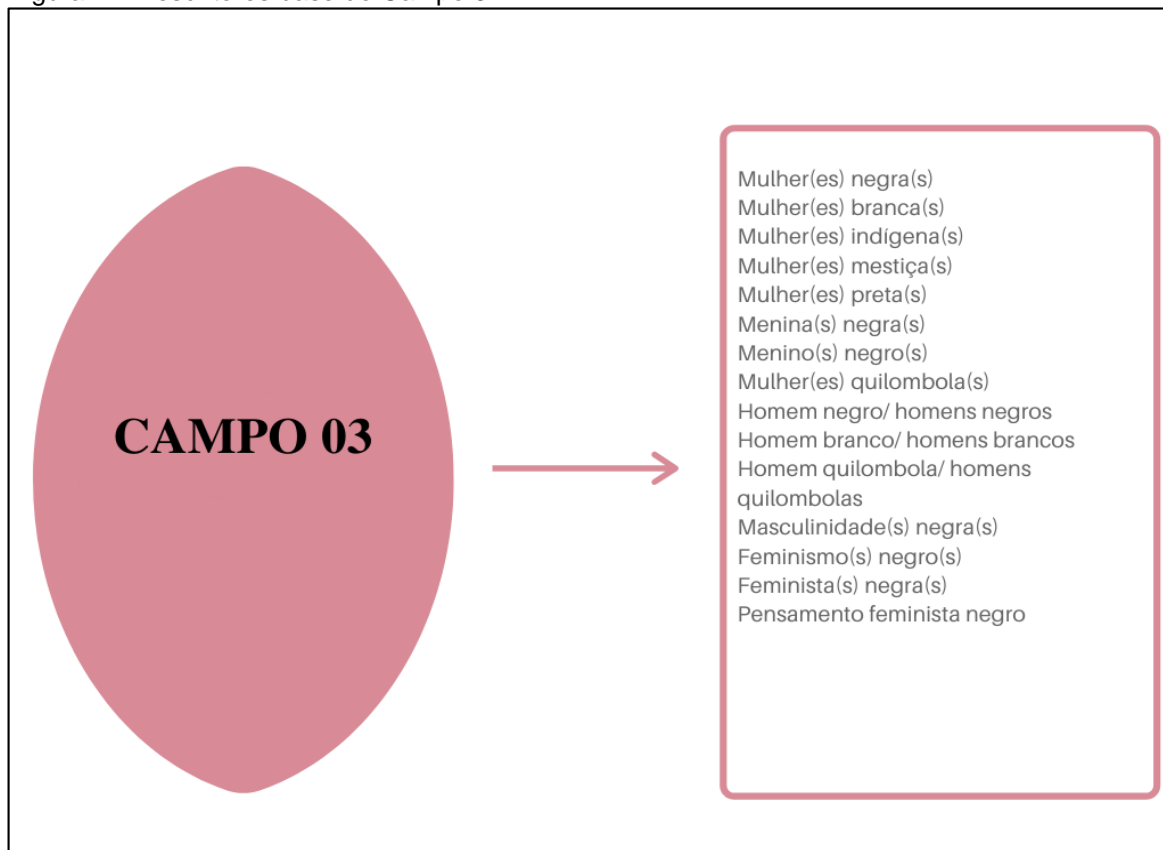
⁷² Tal sentido foi recorrente nas produções dos cursos de mestrado e doutorado em Filosofia, por exemplo.

⁷³ Nomes de instituições e organizações não foram considerados pela pesquisa.

umbanda⁷⁴. Além dos estudos sobre o período escravocrata e a escravização de povos africanos e seus descendentes. Tais indexadores não adentraram na pesquisa.

Já o campo 3 (a interseção) é composto por aqueles trabalhos que apresentam um ou mais descritores de cada campo, ou apresentam descritores base como os exemplificados logo abaixo.

Figura 11: Descritores base do Campo 3



Fonte: Elaboração própria.

Foram selecionadas pela pesquisa resumos, títulos e palavras-chave que continham pelo menos um descritor da pesquisa. Houveram trabalhos que utilizaram descritores apenas como citação de um exemplo, ou como variantes de um pesquisa empírica. Assim como houveram resumos que trabalharam os conceitos mais afundo e que continham os descritores como temas de suas pesquisas. Tal questão será abordada durante a análise qualitativa da pesquisa no próximo capítulo. Também fazem parte desse grupo, os trabalhos que, por não ser possível encontrar os seus

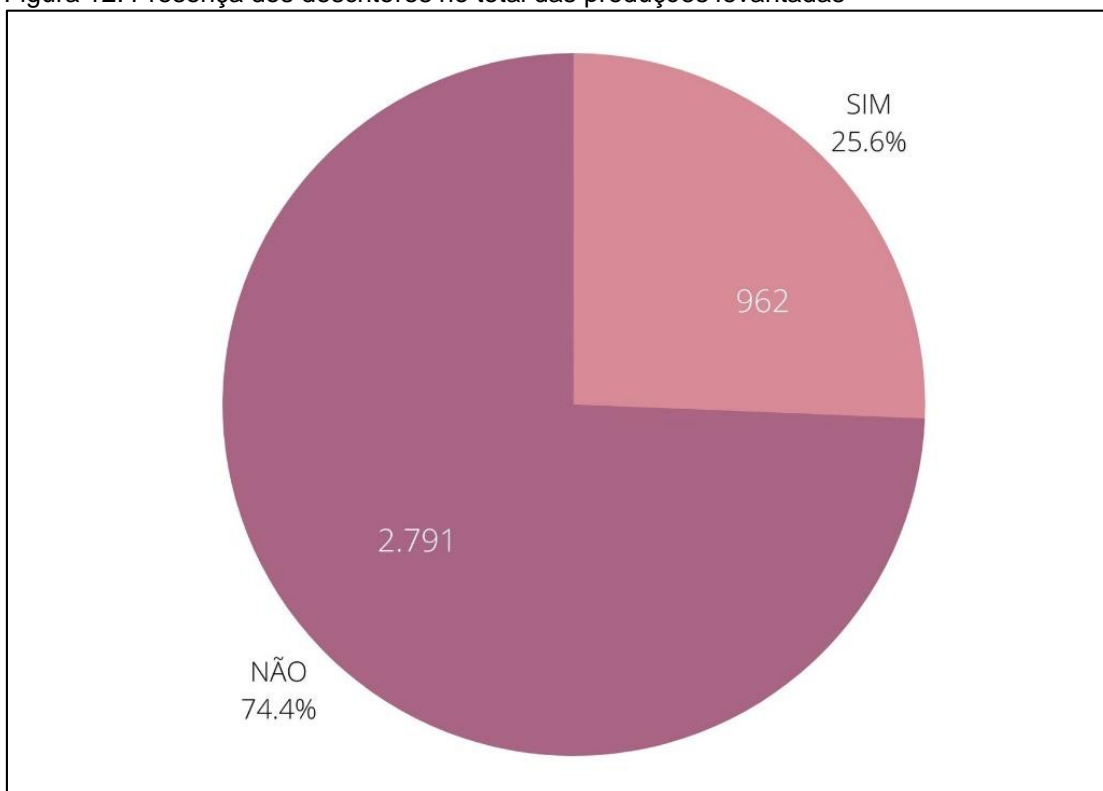
⁷⁴ Algumas produções sobre tais temáticas não possuíam nenhum dos descritores utilizados pela pesquisa por isso não adentraram no levantamento.

respectivos resumos ou palavras-chave, foram levados em consideração os títulos que apresentaram algum dos descritores selecionados.

Produções selecionadas

Do total de 3.753 (três mil, setecentas e cinquenta e três) produções encontradas pela pesquisa, 962 (novecentas e sessenta e duas) produções, entre dissertações e teses, possuíam pelo menos um dos descritores utilizados pela pesquisa dentro dos três campos. O que representa 25,6% das produções.

Figura 12: Presença dos descritores no total das produções levantadas



Fonte: Elaboração própria.

Logo abaixo podemos ver essa quantidade discriminada por curso de mestrado e doutorado. Com uma porcentagem próxima, 26,3% das teses de doutoramento e 25,3% das dissertações apresentaram pelo menos um descritor.

Possui descritores?	Curso de Pós-graduação		Total
	Doutorado	Mestrado	
Não	841	1950	2791
Sim	300	662	962
Total	1141	2612	3753

Fonte: Elaboração própria.

A tabela a seguir demonstra a presença de descritores de acordo com cada programa de pós graduação analisado. O programa de Pós graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) foi selecionado em sua totalidade. Ainda que o programa de Estudos Étnicos e Africanos (PósAfro) tenha como base os estudos sobre relações raciais e etnicidade (que foi incluído na pesquisa), sua não seleção total se deu pelo fato de que muitos de seus trabalhos utilizam conceitos e palavras-chaves não utilizadas pela pesquisa, como “Africanidade”; “Africanos”, “Africana”, como mencionado anteriormente.

Destarte, outros programas também merecem destaque como Antropologia, Psicologia, História, Ciências Sociais e Cultura e Sociedade (PósCult) que obtiveram respectivamente 45,9%; 43,2%; 42,2%; 30,2% e 28,7% de suas produções (mestrado e doutorado) com pelo menos um descritor. Já os cursos de Filosofia, Direito, Geografia, Educação e Difusão do Conhecimento obtiveram um percentual mais baixo: 1,2%; 5%; 7,2%; 13,2% e 17,9% de produções que continham pelo menos um descritor respectivamente.

Tabela 03: Presença de descritores por curso de acordo com o programa

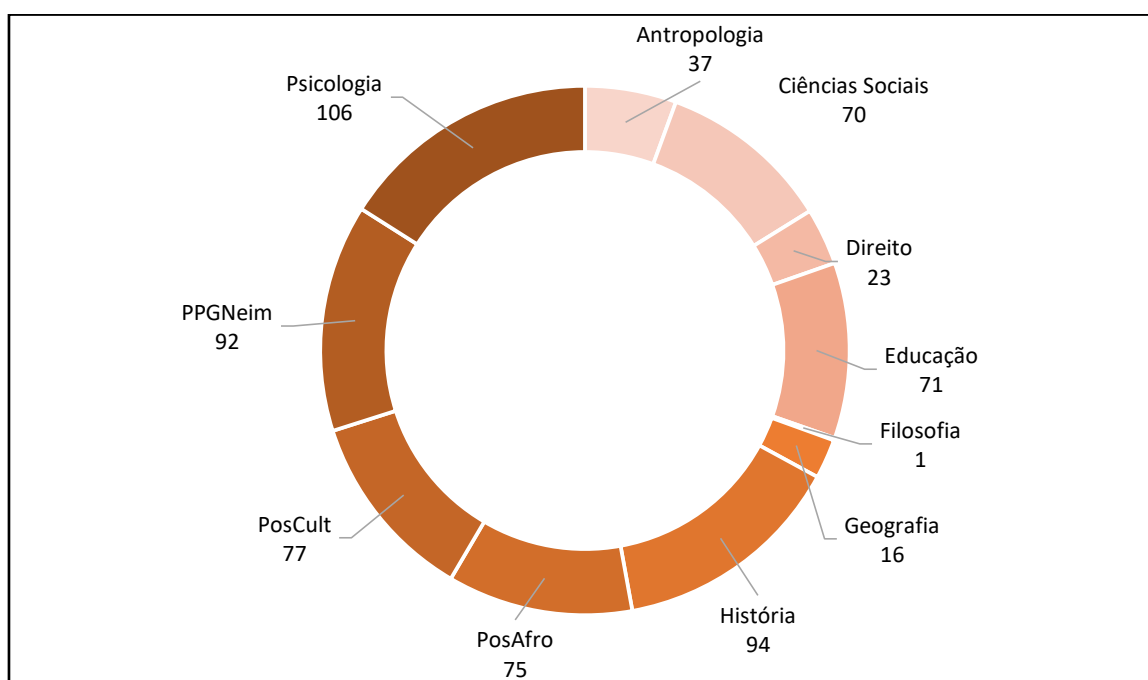
Programas de Pós-graduação	Possui descritores?		
	Não	Sim	Total
Antropologia	60	51	111
Ciências Sociais	261	113	374
Difusão do Conhecimento	101	22	123
Direito	516	27	543
Educação	806	123	929
Filosofia	163	2	165
Geografia	246	19	265
História	189	138	327
PósAfro	34	112	146
PósCult	236	95	331
PPGNEIM	0	124	124

Psicologia	179	136	315
Total	2791	962	3753

Fonte: Elaboração própria.

O levantamento e análise dos resumos, títulos e palavras-chave de cada produção resultou em 962 produções selecionadas, que dividem-se entre doze Programas de Pós graduação. Vejamos a disposição das produções por programa e curso de mestrado e doutorado.

Figura 13: Dissertações por selecionadas por programa com pelo menos um descritor



Fonte: Elaboração própria.

O programa de Psicologia foi o que mais apresentou dissertações selecionadas (106 produções), seguida de História (94) e do PPGNEIM (92). O programa de Filosofia foi o que menos apresentou produções selecionadas⁷⁵. Algumas observações são importantes para compreendermos os dados. Primeiro, é importante frisar que nem todos os programas tinham sido criados no início do período estudado (o ano de 2004), desta forma, programas como Educação e Direito por exemplo, possuem um maior período de tempo analisado quando comparado a programas

⁷⁵ O programa de Difusão do Conhecimento não possui curso de mestrado, por esse motivo não está presente no gráfico.

como o PPGNEIM que formou sua primeira turma em 2006 e teve a primeira defesa em 2007.

O número de vagas oferecidas pelos programas também influenciam no número de produções, a exemplo do Programa de Pós-graduação em Educação na seleção para a turma de 2020 ofereceu no curso de mestrado um total de 79 vagas⁷⁶ e para o doutorado o programa ofereceu um total de 69 vagas⁷⁷. Ao passo que no mesmo período o Programa de Ciências Sociais ofertou para o curso de mestrado 24 vagas⁷⁸ e 19 vagas para o doutorado⁷⁹.

Neste sentido, quando retornamos para pesquisa e analisamos de forma separada o Programa de Pós-graduação em Educação, do número total de suas dissertações apenas 13,6% delas estavam contidas em um dos campos analisados, em contrapartida, o Programa de Ciências Sociais – que teve menos produções encontradas pela pesquisa –do total de suas dissertações levantadas 30% delas estavam contidas em um dos campos de estudos. Ou seja, ainda que em números quantitativos os dois programas estejam com praticamente a mesma quantidade de dissertações, PPGE com 71 trabalhos e o PPGCS com 70, proporcionalmente o Programa em Ciências Sociais veem produzindo mais sobre a temática.

Vejamos agora as teses selecionadas discriminadas por programa de Pós graduação. Geralmente os cursos de doutoramento possuem uma oferta **menor** de vagas quando comparadas aos cursos de mestrado do mesmo programa, o que refletiu na quantidade total de produções levantadas e também das produções selecionadas.

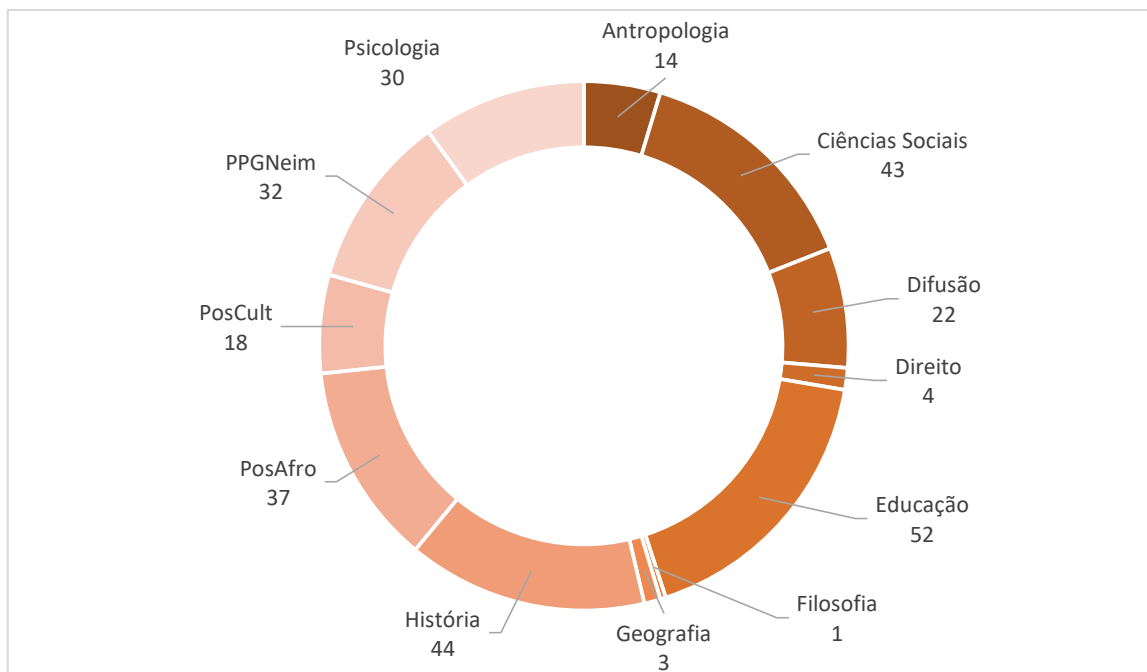
⁷⁶ Foram 43 vagas de ampla concorrência, 22 vagas reservadas para pessoas pretas e pardas, 10 vagas para estrangeiros sem visto e 04 vagas reservadas para pessoas quilombolas, indígenas, trans (transsexuais, transgêneros e travestis) e pessoas portadoras de deficiência.

⁷⁷ Foram 37 vagas para ampla concorrência, 18 vagas reservadas para pessoas pretas e pardas, 10 vagas para pessoas estrangeiras sem visto e 04 vagas reservadas para pessoas quilombolas, indígenas, trans e pessoas portadoras de deficiência. Não foi possível encontrar no site do Programa os editais para seleção de alunos/as regulares mais antigos.

⁷⁸ Foram 20 vagas sendo 30% delas reservadas para candidatos/as negros/as e mais 04 para pessoas quilombolas, indígenas, trans e pessoas portadoras de deficiência.

⁷⁹ Foram 15 vagas sendo 30% reservadas para candidatos/as negros/as e mais e 04 vagas para pessoas quilombolas, indígenas, trans e pessoas portadoras de deficiência.

Figura 14: Teses selecionadas por Programa de Pós graduação com pelo menos um descritor.



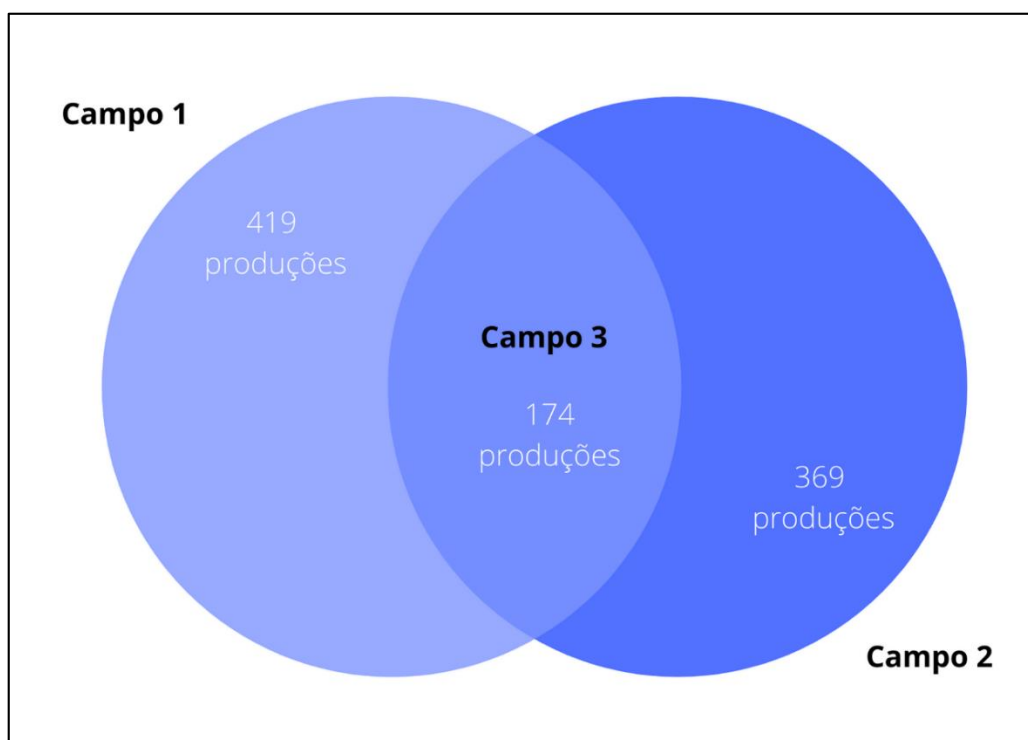
Fonte: Elaboração própria.

Como podemos observar na figura referente às teses que possuíam os descritores, os programas de Filosofia, Geografia e Direito obtiveram um número baixo de produções quando comparado aos cursos de Educação, História e Ciências Sociais. Nessa esfera o curso de doutorado em Educação foi o que mais teve produções selecionadas, diferentemente do que aconteceu no mestrado.

Os dois campos e sua interseção

Durante a análise, os trabalhos foram separados em dois grandes campos que denominei de Campo 1 – mulheres/gênero/feminismos e o Campo 2 – raça/racismo. Aqueles que apresentaram descritores tanto do campo 1 quanto do campo 2 foram classificados como Campo 3 – interseção. Como a presente pesquisa tem como foco principal as produções referentes ao campo de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos bastou apenas um descritor do primeiro campo para que aqueles trabalhos que apresentaram descritores referentes aos estudos sobre raça e racismo fossem classificados como Campo 3 e por tanto contidos também no campo dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos.

Figura 15: Quantidade de produções selecionadas por campo de estudos



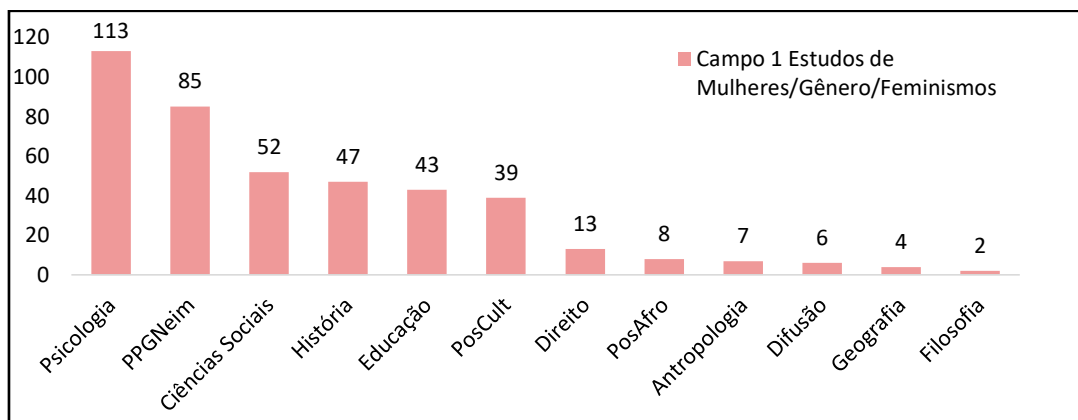
Fonte: Elaboração própria.

A figura pode ser lida através de duas perspectivas. Primeiro, através da perspectiva dos estudos de Mulheres, Gênero e Feminismos, na qual soma-se ao Campo 1 o Campo 3 (a interseção) e descartamos o Campo 2. E a perspectiva dos estudos sobre Raça e Racismo na qual somamos o Campo 2 com o Campo 3 e descartamos o campo 1. A perspectiva utilizada nesse trabalho é a primeira. Por tanto, a partir de agora o campo 1 e o campo 3 da interseção convertem-se em um único campo que chamarei de MGFI (Mulheres, Gênero e Feminismos e Interseção).

Quando somadas as produções agrupadas no campo 1 e no campo 3, chegamos ao total de 593 (quinhentos e noventa e três) produções no campo dos estudos MGFI⁸⁰. Isso representa apenas 15,8% de todas as produções levantadas pela pesquisa. Abaixo podemos conferir a quantidade de produções inseridas nos três campos de acordo com cada Programa de Pós-graduação.

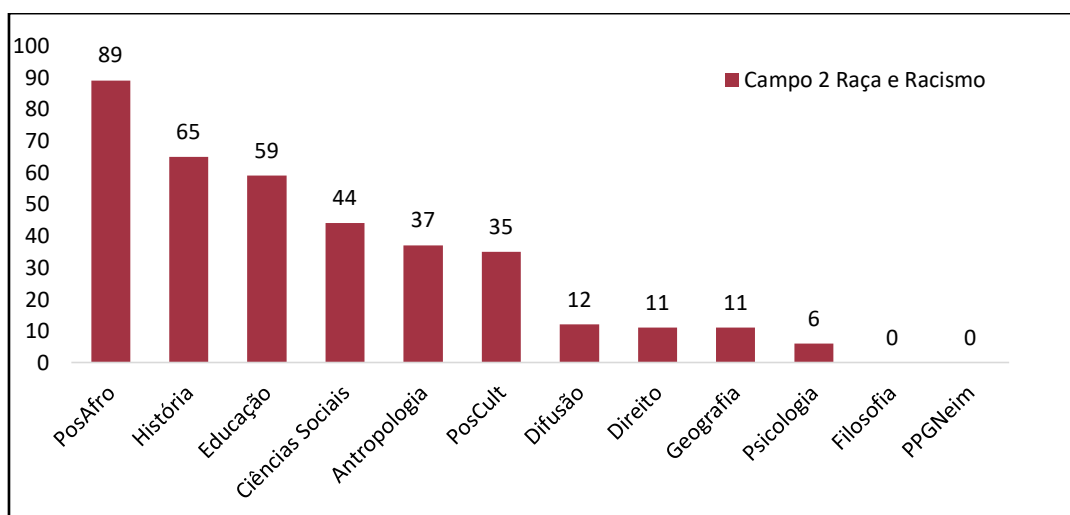
⁸⁰ Se adotarmos a perspectiva de Raça e Racismo chegamos ao total de 543 produções que representam 14,5% de todas as produções levantadas pela pesquisa.

Figura 16: Quantidade de produções selecionadas no campo 1



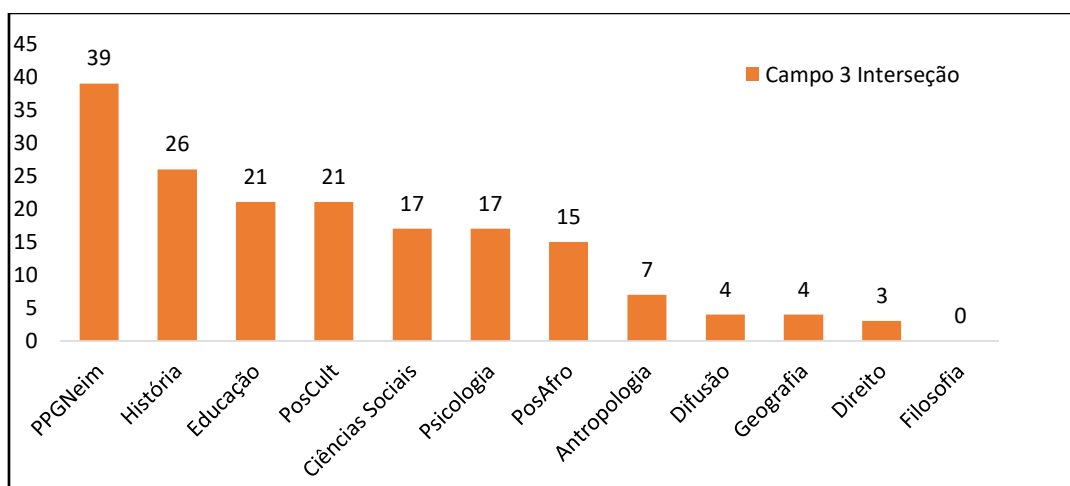
Fonte: Elaboração própria.

Figura 17: Quantidade de produções selecionadas no campo 2



Fonte: Elaboração própria.

Figura 18: Quantidade de produções selecionadas no campo 3

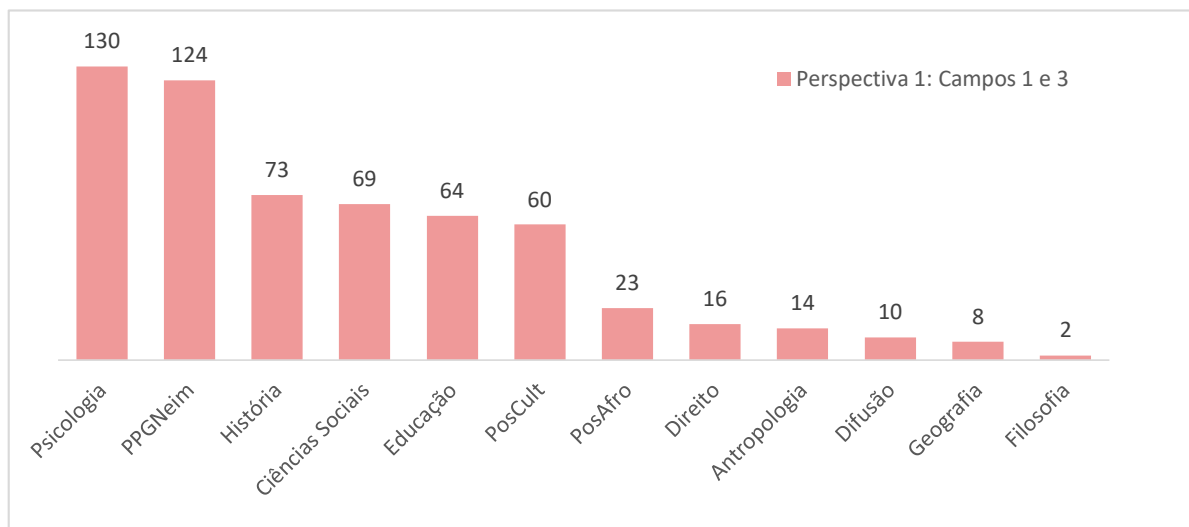


Fonte: Elaboração própria.

Notemos que cada gráfico acima possui um programa de pós-graduação diferente que se destaca com um maior número de produções. No primeiro gráfico, o Programa de Psicologia se destaca com cento e treze produções, entretanto o programa necessita de uma análise mais qualitativa⁸¹, pois muitos dos trabalhos selecionados utilizaram um ou dois descritores da pesquisa apenas como menção a variável de pesquisa realizada pela tese ou dissertação.

No segundo gráfico o PPGNEIM encontra-se com nenhuma produção. O programa conta com a particularidade de ter todas as suas produções contidas no campo de estudos MGF, sendo assim, aquelas que também trabalharam com o campo de estudos de raça e racismo estão contidas no campo 3 – Interseção. Já no gráfico abaixo temos o total de produções selecionadas por programa de acordo com as duas perspectivas mencionadas acima.

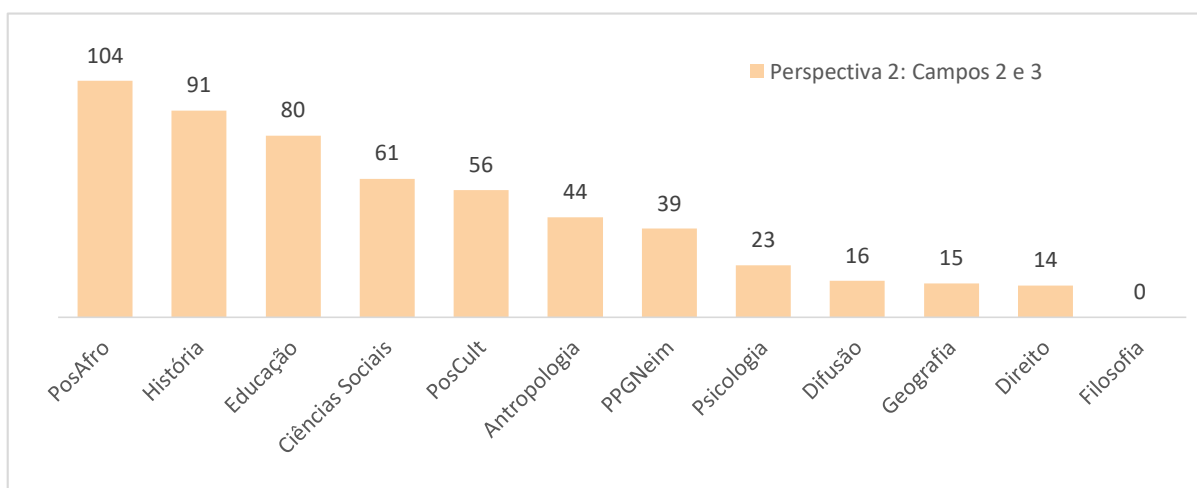
Figura 19: Total de Produções quando somados os Campos 1 e 3



Fonte: Elaboração própria.

⁸¹ Demonstrarei melhor tal questão ao trabalhar cada programa separadamente.

Figura 20: Total de Produções quando somados os Campos 2 e 3

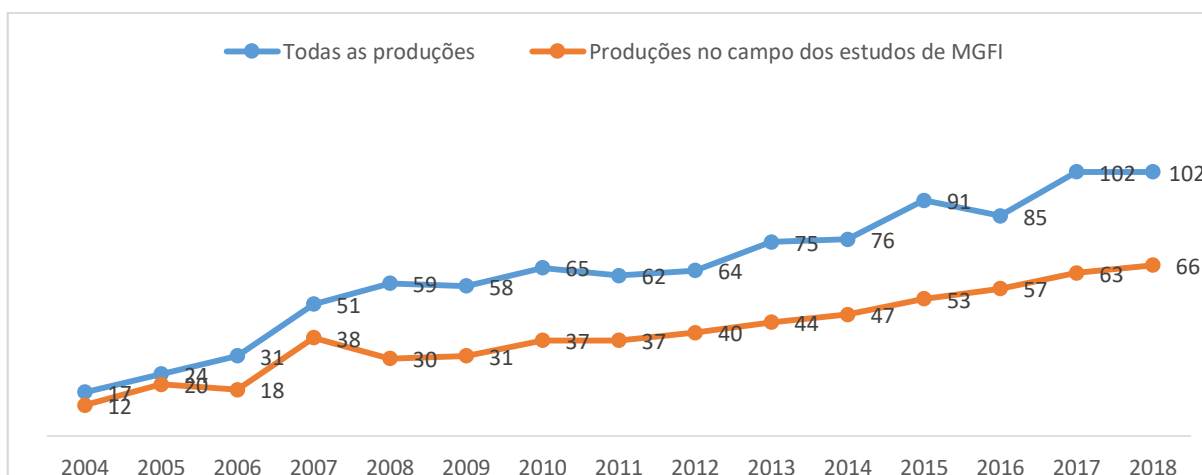


Fonte: Elaboração própria.

Observemos que os programas de Psicologia e de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) apresentaram um maior número de produções sobre MGFI quando comparados aos demais programas. Os programas de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, e Cultura e Sociedade (PósCult) apresentaram maior produção sobre MGF, porém com uma diferença pequena da perspectiva 2.

Na próxima imagem apresento o número de produções selecionadas por cada ano da pesquisa e para a comparação apresento também as produções no campo dos estudos de mulheres, gênero e feminismo por cada ano.

Figura 21: Progressão das produções durante o período analisado



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico acima é possível observar o avanço dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismo e sua interseção com os estudos sobre raça e racismo no

decorrer do período pesquisado. No intervalo de tempo de doze anos, saímos de um total de dezessete produções em 2004 para 102 produções somente no ano de 2018. Tal aumento é fruto de um conjunto de fatores, como por exemplo, as ações dos movimentos feministas e movimentos negros que têm adentrado cada vez mais o espaço acadêmico e fazendo deste também um espaço de luta política. Ao longo desse período o acesso à internet tem se tornado cada vez mais fácil o que possibilita um maior acesso a informação, a livros, artigos e discussões. Além do mais, como já foi abordado nos capítulos anteriores, a implementação da política de cotas na graduação vem produzindo mudanças significativas no perfil discente e docente das universidades brasileiras.

A seguir veremos as produções sobre os estudos de gênero, mulheres e feminismos separadas por cursos de mestrado e doutorado.

Separadas por mestrado e doutorado

Das 593 (quinhentas e noventa e três) produções contidas no grande universo dos estudos sobre gênero, mulheres, feminismos e a interseção, 424 (quatrocentas e vinte e quatro) eram dissertações de mestrado. Esse número representa 16,2% de todas as dissertações encontradas pelo levantamento inicial. Ainda é um percentual considerado baixo.

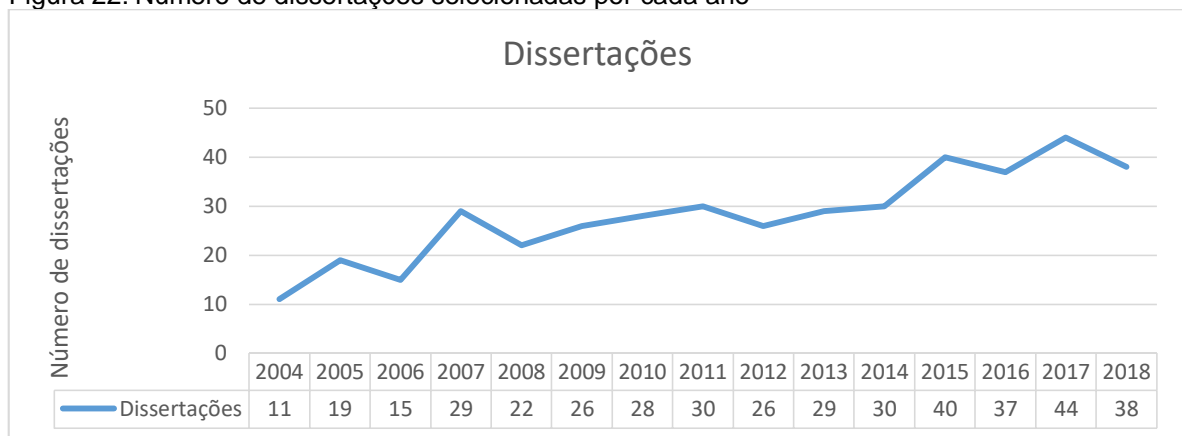
Tabela 04: Dissertações selecionadas por Programa de Pós-Graduação

Programas de Pós-graduação	Número de produções	Porcentagem
Antropologia	11	2,6
Ciências Sociais	40	9,4
Direito	12	2,8
Educação	40	9,4
Filosofia	1	0,2
Geografia	7	1,7
História	54	12,7
PósAfro	17	4,0
PósCult	48	11,3
PPGNEIM	92	21,7
Psicologia	102	24,1
Total	424	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Contudo, é possível notar um crescimento das dissertações no referente campo de estudos quando observamos os anos de defesa de cada trabalho como mostra o gráfico abaixo. A partir do ano de 2015 até o ano de 2018 o número de trabalhos defendidos no campo de estudos aumentou consideravelmente, principalmente quando comparamos com o ano de 2004 que teve apenas 11 produções.

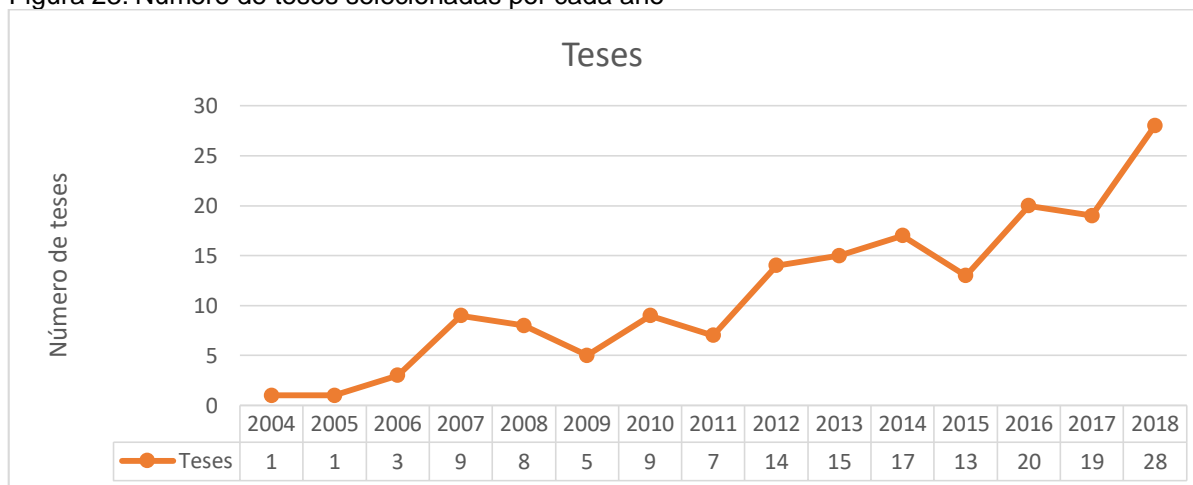
Figura 22: Número de dissertações selecionadas por cada ano



Fonte: Elaboração própria.

O mesmo aumento também pode ser verificado nas teses defendidas como mostra o próximo gráfico. Nos anos de 2004 e 2005, por exemplo, foi registrada apenas uma produção por cada ano. A partir do ano de 2012 é possível observar o crescimento do gráfico com 14 produções defendidas no referido ano, e em 2018 verificamos um aumento significativo com 28 teses defendidas.

Figura 23: Número de teses selecionadas por cada ano



Fonte: Elaboração própria.

Também podemos conferir a disposição das teses por programas de Pós-graduação na tabela abaixo. O PPGNEIM é o que mais possui teses defendidas, seguido do doutorado de Ciências Sociais, Psicologia e História. Já os curso de mestrado em Geografia, Filosofia, Antropologia e Direito são os que possuem menos teses na área dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e interseção.

Tabela 05: Teses selecionadas por Programa de Pós-Graduação

Programas de Pós-graduação	Número de produções	Porcentagem
Antropologia	3	1,8
Ciências Sociais	29	17,2
Difusão do Conhecimento	10	5,9
Direito	4	2,4
Educação	24	14,2
Filosofia	1	0,6
Geografia	1	0,6
História	19	11,2
PósAfro	6	3,6
PósCult	12	7,1
PPGNEIM	32	18,9
Psicologia	28	16,6
Total	169	100,0

Fonte: Elaboração própria.

A porcentagem de teses produzidas no grande campo de estudos MGFI foi ainda menor que as produções de mestrado, representando apenas 14,8% do total das teses encontradas pela primeira fase da pesquisa.

Podemos utilizar duas lentes para analisar os resultados encontrados pela parte quantitativa da pesquisa, a macro e a micro. Quando analisamos por uma perspectiva macro e comparamos o total de trabalhos levantados com o número de trabalhos selecionados pela pesquisa, chegamos a porcentagens relativamente baixas (16,2% das dissertações e 14,8% das teses). Entretanto, se analisarmos a partir de uma perspectiva micro tomando como base a produção dos trabalhos selecionados ao longo dos anos, podemos verificar um crescimento das defesas a partir do ano de 2007.

Olhando caso por caso

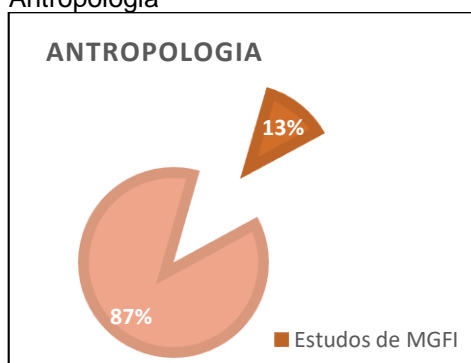
A partir de agora veremos cada programa de Pós-graduação separadamente. É possível observar em cada gráfico subsequente a porcentagem das produções selecionadas no grande campo dos estudos de mulheres, gênero e feminismos e interseção. Podemos perceber que alguns programas tiveram uma maior porcentagem de trabalhos selecionados de acordo com seu número total. Também será possível visualizar a nuvem de palavras composta pelos descritores utilizados pelas/os autoras/es em seus títulos, palavras-chave e resumos⁸² e identificar qual descritor foi mais utilizado pelos trabalhos de cada programa. Lembro que dentro deste grande campo de estudos de MGFI está destacado aqueles trabalhos que também abordam o campo de estudos sobre raça e racismo. Assim, nas nuvens de palavras aparecerão também os descritores do campo de estudo de raça e racismo, o que nos possibilita ver quais descritores deste campo foram utilizados na interseção. Além do mais, abordarei brevemente as produções de cada curso destacando àquelas que mais fizeram uso dos descritores da pesquisa.

Começemos pelo programa de Pós-Graduação em Antropologia.

• ANTROPOLOGIA

No programa de Antropologia do total de 111 (cento e onze) produções levantadas pela pesquisa, 14 delas apresentaram pelo menos um descritor do campo de estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismos. Foram 11 dissertações e 03 teses.

Figura 24: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Antropologia



⁸² Ressalto que na maioria dos casos um descritor pode aparecer mais de uma vez no texto.

Fonte: Elaboração própria.

O programa conta com uma maior produção no campo dos estudos sobre raça e racismo, porém com um maior foco nas discussões sobre etnia, etnicidade e povos indígenas como foi demonstrado no Figura 15.

Na nuvem de palavras com os descritores utilizados no programa, o descritor “mulheres” ganha destaque, seguido do descritor “gênero”, “mulher”, “homens” e “homens trans”. Também podemos conferir a presença de estudos sobre masculinidades. Ao que compete a interseção, temos a presença dos descritores raça, quilombo, quilombolas, indígenas, racismo e afro-religiosos, porém em menor quantidade.

Figura 25: Nuvem de palavras do Programa de Antropologia



Fonte: Elaboração própria.

Atualmente o programa conta com sete linhas de pesquisa, entre elas uma linha dedicada aos Estudos de Gênero, Sexualidade e Estudos Queer, como podemos observar abaixo.

1. Linha Etnologia e os Povos Originários das Américas
2. Linha Etnicidade, Raça e Diáspora Africana
3. Linha Religião, Corpo e Saúde

4. Linha Coletivos, Conflitos e Espaços Urbanos
5. Linha Patrimônio, Imagens e Memória
6. Linha Globalização, Poder e Ética
7. Linha Gênero, Sexualidade e Estudos Queer

Destaco algumas produções desse programa:

- Tese: “Revelação, profecia e trajetórias de mulheres na Assembleia de Deus” de autoria de Marcos Vinício de Santana Pereira, defendida em 2016.
- Tese: “São os olhos de quem vê”: narrativas e masculinidades no reino da Pomba-gira em Salvador – BA” de Mariana Mendes de Moura defendida em 2018.
- Dissertação: “Foco, Força, Fé”: uma etnografia sobre o fisiculturismo feminino em Salvador – BA” de Marília da Silva Lima defendida em 2017.
- Dissertação: “Homens que engravidam: um estudo etnográfico sobre parentalidades trans e reprodução” de autoria de Anne Alencar Monteiro, defendida em 2018.
- Dissertação: “Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política sobre drogas no centro de Salvador, Bahia” de Luana Silva Bastos Malheiro defendida em 2018.
- Dissertação: “Fazer banheiro: as dinâmicas das interações homoeróticas na Estação da Lapa e adjacências” de Tedson da Silva Souza defendida em 2012.

Abaixo temos a relação das/dos docentes que orientaram as produções selecionadas no programa de Antropologia.

Tabela 06: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Antropologia

Docentes	Trabalhos orientados
Jeferson Afonso Bacelar	1
Maria Rosário Gonçalves de Carvalho	1
Milton Júlio de Carvalho Filho	1
Edward John Baptista das Neves MacRae	2
Diego Ferreira Marques	1
Cecília Anne McCallum	2

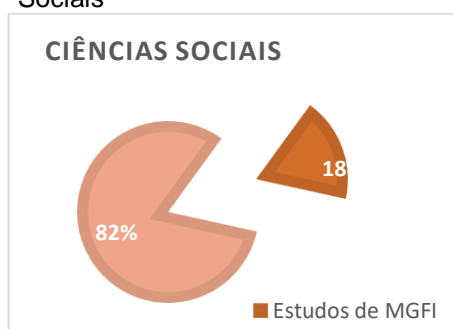
Nubia Bento Rodrigues	2
Jocélio Teles Santos	1
Moises Vieira de Andrade Lino e Silva	1
Fátima Regina Gomes Tavares	1
Urpi Montoya Uriarte	1
Total	14

Fonte: Elaboração própria.

• CIÊNCIAS SOCIAIS

No programa de Ciências Sociais do total de 374 produções encontradas pela pesquisa 69 produções continham pelo menos um descritor representando 18% das produções. Foram 40 dissertações e 29 teses.

Figura 26: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Ciências Sociais



Fonte: Elaboração própria.

Abaixo podemos observar a nuvem de palavras composta pelos descritores presentes nas produções selecionadas pela pesquisa. Diferentemente da nuvem de palavras do programa anterior, o programa em ciências sociais apresentou uma maior diversidade de descritores. O descritor “mulheres” foi o mais utilizado pelas autoras/autores, seguido do descritor “gênero”. Descritores como “feminista”, “feministas”, “feminismo”, “patriarcal” e “patriarcado” já aparecem nos estudos. Ocorreu também uma maior diversidade dos descritores sobre os estudos de raça e racismo e também etnia como por exemplo: indígenas, afrodescendentes, afro-brasileiras, cor, negras, negros, racismo, etnicidade, índios, etc.

- Tese: destaque o trabalho “Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM'S) em funcionamento no Estado da Bahia” de Silvia de Aquino, defendida em 2006;
- Tese: “Os novos tempos e vivências da solteirice em compasso de gênero: ser solteira/solteiro em Aracaju e Salvador” de Márcia Santana Tavares, defendida em 2008.
- Tese: “Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador” de Márcia dos Santos Macedo, defendida em 2008.
- Tese: “Elas são, mulheres desempregadas e mobilizadas entre a luta e a subsistência: o caso do Golfo San Jorge” de Martha Susana Diaz, defendida em 2015;
- Tese: “Gambiarra política e acomodações necessárias: gerencialismo neoliberal e políticas públicas para as mulheres em Petrolina – PE” de Paula da Luz Galvão, defendida 2017.
- Tese: “Experiências transmasculinas: o limiar entre corpo, gênero e desejo na constituição de um sentido de si” de Andressa de Freiras Ribeiro, defendida em 2018.
- Tese: “O ensino e aprendizagem da ginecologia: uma questão de gênero” de Ana Paula dos Reis, defendida em 2018.

Atualmente o programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais é formado por quatro linhas de pesquisa. São elas:

1. Linha Cultura, Identidade e Corporeidade
2. Linha Crimes, Punição e Direitos Humanos
3. Linha Democracia, Estado e Movimentos Sociais
4. Linha Trabalho e Desigualdades Sociais

Apenas a linha de pesquisa “Trabalho e Desigualdades Sociais” engloba em seu campo de pesquisa os trabalhos relacionados às temáticas de gênero, relações raciais e classe e suas interconexões, sendo “Gênero, gerações e raça” um dos eixos principais dessa linha.

Logo abaixo temos a relação das/dos docentes que orientaram as produções selecionadas. Ao lado de cada nome podemos ver também a quantidade de produções selecionadas por cada orientadora/orientador. Ganham destaque a Profa. Dra. Alda Britto da Motta, Profa. Dra. Cecília Sardenberg, Profa. Dra. Miriam Cristina Marcilio Rabelo, Profa. Dra. Maria Gabriela Hita e a Profa. Dra. Iracema Brandão Guimarães.

Tabela 07: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Ciências Sociais

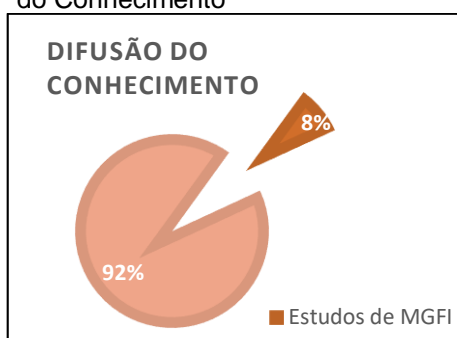
Docentes	Trabalhos orientados
Antônio Jorge F. Sanches Almeida	1
Paulo César Borges Alves	3
Paula Cristina da Silva Barreto	2
Elena Calvo-González	4
Antônio da Silva Câmara	2
Lídia Maria Pires Soares Cardel	1
Maria Rosário Gonçalves de Carvalho	3
Ana Alice Alcântara Costa	3
Maria da Graça de Faria Druck	2
Maria Victoria Espiñeira Gonzalez	2
Iracema Brandão Guimarães	5
Maria Gabriela Hita	5
Eduardo Paes Machado	2
Denise Vitale R. Mendes	1
Alda Britto da Motta	9
Milton Araújo Moura	1
Ceci Vitar Noronha	1
Mariana Thorstensen Possas	1
Miriam Cristina Marcilio Rabelo	5
Edward John Baptista das Neves Rae	2
Jocélio Teles dos Santos	1
Cecília Sardenberg	6
Jair Batista da Silva	2
Iara Maria de Almeida Souza	3
Clóvis Roberto Zimmermann	2
Total	69

Fonte: Elaboração própria.

• DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

No programa de Doutorado Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento do total de 123 produções encontradas pela pesquisa 10 produções continham pelo menos um descritor, representando assim 8% das teses. Foram 10 teses selecionadas.

Figura 28: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Difusão do Conhecimento



Fonte: Elaboração própria.

Abaixo podemos conferir a nuvem de palavras formada pelas produções selecionadas do programa em Difusão do Conhecimento. Notemos que o descritor “gênero” chegou a ser tão utilizado quando o descritor “mulheres”. A utilização do descritor “sexo” também chama a atenção. Poucos foram os descritores relacionados à temática racial que apareceram no campo da interseção, e nota-se a falta dos descritores sobre etnia e etnicidade.

Figura 29: Nuvem de palavras do programa de Difusão do Conhecimento



Fonte: Elaboração própria.

A seguir destaco alguns dos trabalhos selecionados que utilizaram uma maior quantidade de descritores.

- Tese: “As relações de sociabilidade e as (re)interpretações de gênero e masculinidades de jovens no contexto escolar” de Elisete Santana da Cruz Franca, defendida em 2018;
- Tese: ““Sapatão não é bagunça”: estudo das organizações lésbicas da Bahia” de Zuleide Paiva da Silva, defendida em 2016;
- Tese: “Enlaces entre governança universitária e gênero: trajetória de mulheres reitoras das universidades estaduais da Bahia” de Adriana dos Santos Marmorini Lima, defendida em 2018.
- Tese: “As experiências/aprendizagens com/sobre as crianças no cotidiano escolar: a infância e as relações de gênero narradas por uma hermenêutica” de Amanaiara Conceição de Santana Miranda, defendida em 2018.
- Tese: “Coletivo Cultarte: limites e possibilidades para autonomia e empoderamento de mulheres no antigo quilombo do Cabula” de Helaine Pereira de Souza, defendida em 2018.

Atualmente o programa é composto pelas seguintes linhas de pesquisa:

1. Linha Construção do Conhecimento: cognição, linguagens e informação
2. Linha Difusão do conhecimento informação. Comunicação e gestão
3. Linha Cultura e conhecimento: transversalidade, interseccionalidade e informação

Abaixo segue a relação das/dos docentes que orientaram as teses selecionadas no programa em Difusão do Conhecimento.

Tabela 08: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Difusão

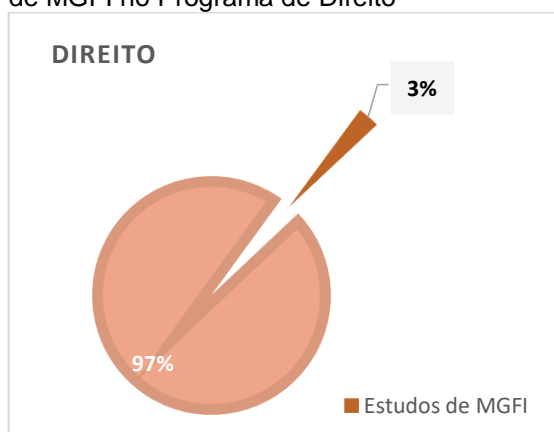
Docentes	Trabalhos orientados
Rosângela Janja Costa Araújo	2
Félix Marcial Diaz-Rodriguez	1
Dante Augusto Galeffi	2
Gustavo Bittencourt Machado	1
Suely Aldir Messeder	3
Francisca de Paula Santos da Silva	1
Total	10

Fonte: Elaboração própria.

• DIREITO

No Programa de Pós-Graduação em Direito do total de 543 produções encontradas pela pesquisa, apenas 16 produções continham pelo menos um descritor, o que representou apenas 3% dos trabalhos. Foi um dos programas que obtiveram a porcentagem mais baixa. Foram um total de 04 teses e 12 dissertações.

Figura 30: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Direito

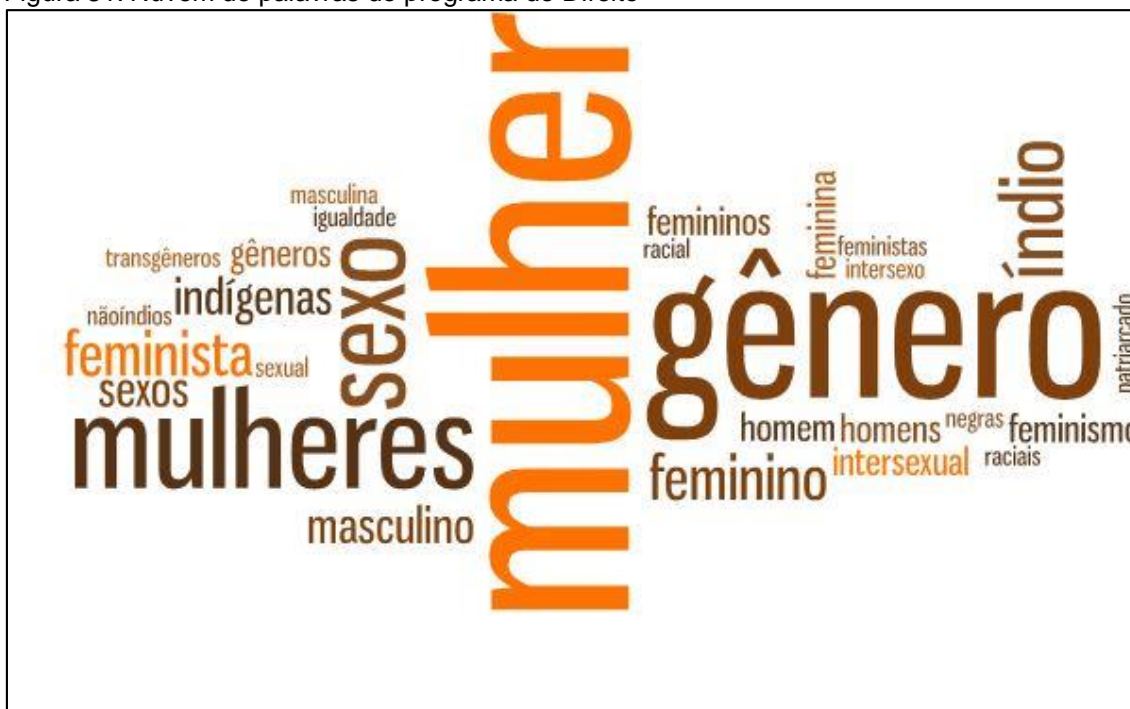


Fonte: Elaboração própria.

O programa de pós-graduação em Direito foi o segundo com o maior número de produções totais encontradas pela pesquisa, ficando atrás apenas do programa em Educação. No entanto, poucas foram as produções que citaram em seus resumos, palavras-chave ou títulos os descritores da pesquisa. Na nuvem de palavras abaixo

podemos verificar quais foram os descritores utilizados pelas teses e dissertações selecionadas.

Figura 31: Nuvem de palavras do programa de Direito



Fonte: Elaboração própria.

O descritor “mulher” vem em destaque na nuvem, seguida dos descritores “gênero”, “mulheres” e “sexo”. Diferentemente dos outros programas acima, a utilização da categoria “mulher”, no singular, nos chama a atenção. Relembro a discussão trazida no capítulo um desta tese sobre a utilização da palavra “mulher” e a noção de universalidade e hegemonia que carrega consigo, em contrapartida o termo “mulheres”, no plural, levantada pelos estudos feministas negros e latinos, abria espaço para a pluralidade das experiências e opressões sofridas pelas mulheres incorporando à discussão o debate racial e étnico.

Nos títulos das dissertações em destaque logo abaixo, é possível notar como tal categoria “mulher” vem sendo utilizada. A questão racial e/ou étnica apareceu pouquíssimas vezes sendo representada através de seis descritores (índio; indígenas; não-índios; negras; raciais; racial). Vejamos os trabalhos em destaque:

- Tese: “O paradigma de gênero na ciência jurídica: horizontes do feminismo na concretização dos direitos fundamentais da mulher” de Miriam Coutinho de Faria Alves, defendida em 2014;
- Tese: “O direito como instrumento protetor dos vulnerados na seara das sexualidades” de autoria de Urbano Felix Pugliese do Bomfim, defendida em 2015, trabalharam com mais descritores no campo de estudos em questão.
- Dissertação: “Reprodução assistida entre mulheres homossexuais” de Jaylla Maruza Rodrigues de Souza e Silva, defendida em 2011.
- Dissertação: “Justiça restaurativa: método adequado de resolução dos conflitos jurídico-penais praticados contra a mulher em ambiente doméstico” de Thaize de Carvalho Correia, defendida em 2012.
- Dissertação: “Direitos de conciliação entre trabalho e família e o trabalho da mulher” de Priscila Cunha Lima de Menezes, defendida em 2013.
- Dissertação: “Os Direitos da Personalidade e a Autonomia Privada: A Questão das Crianças em Situação de Intersexo” de Andrea Santana Leone de Souza, defendida em 2015.
- Dissertação: “Direito, Bioética E Transexualidade: Um estudo sobre os limites e as possibilidades de ampliação da tutela jurídica das experiências trans” de Carolina Grant Pereira, defendida em 2015.
- Dissertação: “Proteção constitucional à imagem-atributo e a questão do gênero na publicidade” de Igor Spock Silveira Santos, defendida em 2016.
- Dissertação: “Proteção constitucional transindividual à mulher vítima de violência” de Geraldo Calasans Da Silva Junior, defendida em 2016.
- Dissertação: “Choque de civilizações: A proibição do uso do véu Islâmico no ocidente sob as perspectivas da laicidade, da proteção da mulher e da segurança” de Jessica Fonseca Teles, defendida em 2017.

Os temas abordados pelas pesquisas no programa de Direito foram: direito e sexualidade; violência contra a mulher; mulher e trabalho e reprodução biológica. Apenas uma pesquisa trouxe em seu resumo descritores referentes ao campo de estudos das epistemologias feministas que foi a tese de Miriam Alves. Além do mais, somente três pesquisas abordaram o campo da interseção entre os estudos de

mulheres, gênero e feminismos e os estudos sobre raça e racismo, ainda assim utilizando poucos descritores.

Atualmente, o programa é composto pelas seguintes linhas de pesquisa abaixo. Nenhuma dessas linhas ou dos grupos de pesquisa inseridos em cada uma delas possui qualquer menção explícita aos estudos sobre Mulheres, Gênero e/ou Feminismos em seus nomes.

1. Linha Direito Penal e liberdades públicas.
2. Linha Estado democrático de direito e acesso à justiça.
3. Linha Direitos fundamentais, cultura e relações sociais.
4. Linha Direitos pós-modernos: bioética, cibernética, ecologia e direito animal.

Abaixo podemos ver a relação das orientadoras e orientadores dos trabalhos selecionados.

Tabela 09: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Direito

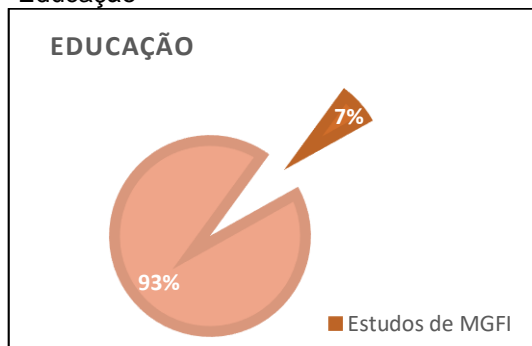
Docentes	Trabalhos orientados
Saulo José Casali Bahia	1
Roxana Cardoso Brasileiro Borges	2
Wálber Araújo Carneiro	1
Heron José de Santana Gordilho	1
Edilton Meireles	1
Sebastian Borges de Albuquerque Mello	1
José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes	1
Maria Auxiliadora de Almeida Minahim	1
Selma Pereira de Santana	1
Manoel Jorge e Silva Neto	2
Mônica Neves Aguiar da Silva	3
Ricardo Maurício Freire Soares	1
Total	16

Fonte: Elaboração própria.

• EDUCAÇÃO

No programa de Educação do total de 929 produções encontradas pela pesquisa 64 produções continham pelo menos um descritor. Foram 40 dissertações e 24 teses.

Figura 32: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Educação



Fonte: Elaboração própria.

Ao contrário das demais nuvens de palavras que vimos até o momento, a nuvem do programa de Educação tem o descritor “gênero” como o mais citado, passando à frente de “mulheres”. A maior utilização do termo “gênero” também é frequente nos títulos das produções selecionadas. Ocorre também que há uma maior diversidade dos descritores do campo de estudos de raça e racismo com o aparecimento de descritores como: racial; raça; negro; racismo; pardo; etnia; mulatos; cor; afro-brasileiras, etc. Além do mais, pela primeira vez apareceu os descritores referentes a classificação racial da branquitude como: brancos, branco, branca, em contrapartida não houve nenhuma citação do descritor “indígena(s)”.

- Dissertação: “Formação docente e concepção de gênero: um estudo sobre processos identitários de egressos da Faculdade de Educação da Bahia” de Karina Key Embirussu, defendida em 2007.
- Dissertação: “Identidades, currículos e formação docente: um estudo sobre implicações de gênero em práticas educativas de estudantes de pedagogia” de Tatiane de Lucena Lima, defendida em 2008.
- Dissertação: “Ser professora – entre os “ranços” da maternidade e a profissão” de Rosa Maria Neder, defendida em 2005;
- Dissertação: “Afinal, para que educar o Emílio e a Sofia? Rousseau e a formação do indivíduo” de Alexnaldo Teixeira Rodrigues, defendida em 2007;
- Dissertação: “Gênero em Biologia no Ensino Médio: uma análise de livros didáticos e discurso docente” de Maria José Souza Pinho, defendida em 2009;
- Dissertação: “Sinais de Gênero nas Diferentes Linguagens que Tecem o Discurso na Escola” de autoria de Rita De Cassia Costa Moreira, defendida em 2008;
- Dissertação: “A pedagogia do movimento sem-terra e a relação de gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento” de Djacira Maria de Oliveira Araújo, defendida em 2011;
- Dissertação: “Histórias e memórias de mulheres nadadoras: o que a travessia mar grande -Salvador revela sobre a educação das mulheres em Salvador-BA” Lygia Maria Dos Santos Bahia, defendida em 2017.

Atualmente o programa possui cinco linhas de pesquisa como podemos ver abaixo. Uma delas, a linha de Educação e Diversidade em sua ementa abre espaço para o debate sobre as diferenças de gênero em seu campo de pesquisa.

1. Linha Currículo e Informação
2. Linha Educação, Cultura Corporal e Lazer
3. Linha Educação e Diversidade
4. Linha Linguagem, subjetivações e práxis pedagógica
5. Linha Política e Gestão da Educação

Abaixo podemos observar a relação das/dos docentes que orientaram os trabalhos selecionados. Vinte oito docentes compõem a relação, sendo que doze destes orientaram apenas um trabalho no campo de estudos. Ganham destaque a Profa. Alessandra Santana Soares e Barros e o Prof. Robinson Moreira Tenório, ambos com seis orientações. Entretanto, algumas ressalvas precisam ser feitas, um número considerável dos trabalhos selecionados nos Programas de Educação e Psicologia, por exemplo, trouxeram um ou dois descritores (mulher, homem, sexo feminino, sexo masculino, sexos, meninos, meninas) em referência as suas variantes de pesquisa empírica, não adentrando especificamente no campo de estudos de Mulheres, Gênero e Feminismos. Esses trabalhos adentraram na contagem dos dados, porém seria necessário uma análise qualitativa de todos os trabalhos selecionados.

Por exemplo, quando analisamos a tabela abaixo podemos conferir que a Profa. Alessandra Santana Soares e Barros e o Prof. Robinson Moreira Tenório foram os docentes que mais orientaram trabalhos no campo de estudos tratado nessa tese. Porém, quando analisamos qualitativamente, as produções orientadas por eles utilizaram um ou dois descritores como referência a variantes de pesquisa, enquanto os cinco trabalhos orientados pela Profa. Sara Martha Dick por exemplo, demonstram através da composição de seus descritores um maior aprofundamento no campo de estudos de MGFI.

Tabela 10: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Educação

Docentes	Trabalhos orientados
Edvaldo Souza Couto	1
Tereza Cristina Pereira Carva Fagundes	1
Pedro Rodolpho Jungers Abib	2
José Wellington Marinho de Aragão	1
Mary de Andrade Arapiraca	2
Alessandra Santana Soares e Barros	6
Miguel Angel García Bordas	4
Ana Alice Alcântara Costa	1
Edvaldo Souza Couto	2
Sara Martha Dick	5

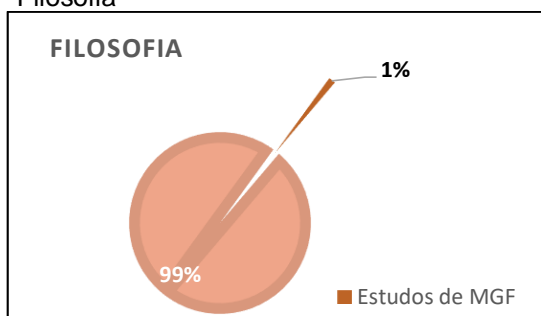
Tereza Cristina Pereira Fagundes	4
Rosilda Arruda Ferreira	2
Paulo Roberto Holanda Gurgel	2
Coriolano Pereira da Rocha Junior	1
José Albertino Carvalho Lordêlo	3
Roberto Sidnei Alves Macedo	2
Maria Ornélia Silveira Marques	1
Theresinha Guimarães Miranda	1
Dinea Maria Sobral Muniz	1
Elaine Cristina de Oliveira	1
Elizete Silva Passos	4
Álamo Pimentel	2
Maria Cecília de Paula Silva	1
Ângela Maria Freire de Lima e Souza	3
Cristina Maria D'Ávila Teixeira	1
Robinson Moreira Tenório	6
Maria Antonieta Campos Tourinho	1
Lygia de Sousa Viégas	3
Total	64

Fonte: Elaboração própria.

• FILOSOFIA

No programa de Filosofia do total de 165 produções encontradas pela pesquisa apenas 02 produções continham pelo menos um descritor. Foram 01 dissertação e 01 tese.

Figura 34: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Filosofia



Fonte: Elaboração própria.

O programa tem uma particularidade devido a quantidade de trabalhos selecionados pela pesquisa. Os únicos dois trabalhos que utilizaram pelo menos um descritor foram: a tese “Robert Filmer e a emergência da filosofia liberal” de Saulo Henrique Souza Silva, defendida em 2014 e orientada pelo Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos, e a dissertação “Tornar-se mulher: feminismo existencialista e performatividade de gênero” de autoria de Karla Cristhina Soares Sousa, defendida em 2016 e orientada pelo Prof. Dr. Rafael Lopes Azize.

Entretanto, na tese selecionada cita em seu resumo apenas o descritor “teoria patriarcal” para referir-se às obras de Robert Filmer estudadas pela pesquisa. A teoria patriarcal, por sua vez, pode ter outras interpretações além da debatida pelas epistemologias feministas, principalmente dentro da filosofia. Já na dissertação selecionada, a autora trabalhou com a afirmativa “não se nasce mulher, torna-se mulher” de Simone de Beauvoir contida no livro “O Segundo Sexo”. De acordo com a autora, a pesquisa trabalhou com duas teorias, a do feminismo existencialista de Simone de Beauvoir, e a performatividade de gênero de Judith Butler, e se propôs a pensar em que consiste o feminismo existencialista de Beauvoir (Sousa, 2016).

A diferença entre os dois trabalhos foi visível pela quantidade de descritores utilizados por cada um, e a centralidade que a temática ocupou no resumo da dissertação. Como consequência a nuvem de palavras formada para o programa de Filosofia refletiu em sua maioria os descritores utilizados por Karla Cristhina Sousa em sua dissertação.

O programa não apresentou nenhum trabalho que utiliza-se dos descritores do campo 2 – Raça e racismo – e nem do campo 3 – da interseção. Ou seja, não foi encontrado nenhum trabalho que fizesse referência ou trabalhasse com os estudos sobre raça e racismo. Durante a leitura dos resumos de todos os trabalhos encontrados inicialmente (na segunda fase) pude perceber a constância do descritor “homem” ou “homens” nas dissertações e teses de filosofia para referir-se a pessoas/seres humanos. Tal fator indica que ainda há um fechamento para os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e também sobre raça e racismo dentro do programa em questão.

Figura 35: Nuvem de palavras do programa de Filosofia



Fonte: Elaboração própria.

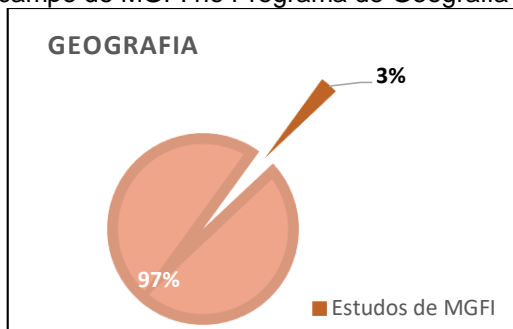
O programa de Pós-graduação em Filosofia é composto por três linhas de pesquisa como podemos ver a seguir:

1. Linha Epistemologia e Filosofia da Linguagem
2. Linha Filosofia e Teoria Social
3. Linha Problemas de Fenomenologia e Hermenêutica

• GEOGRAFIA

No programa de Geografia do total de 265 produções encontradas pela pesquisa apenas 08 produções continham pelo menos um descritor. Foram 07 dissertações e 01 tese.

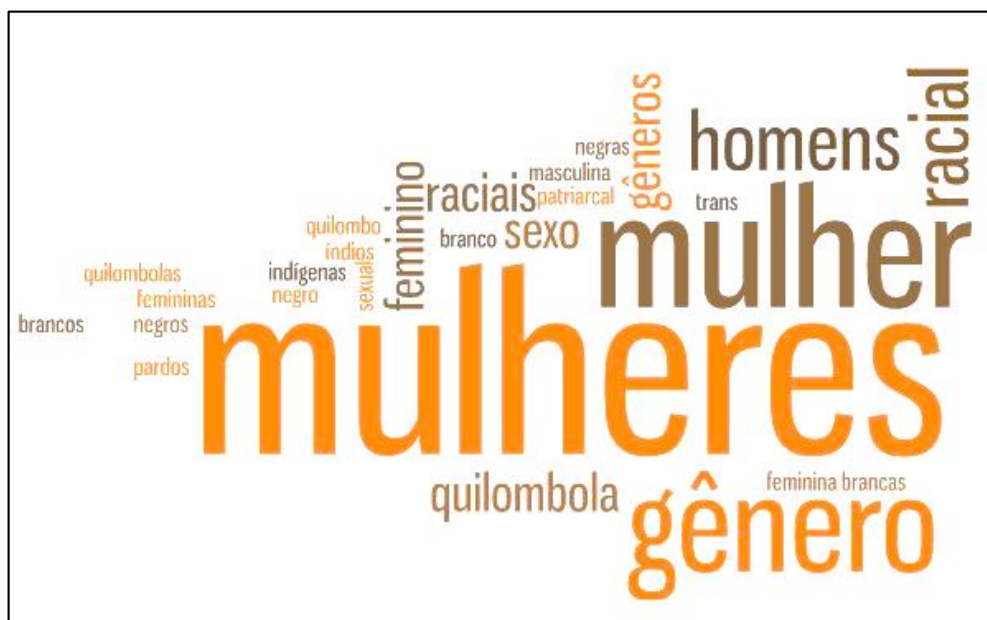
Figura 36: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Geografia



Fonte: Elaboração própria.

Na nuvem de palavras do programa, o descritor “mulheres” foi o mais citado, seguido de “mulher”, “gênero” e “homens”. Na interseção, os descritores do campo de estudos de raça e racismo aparecem em destaque os descritores “racial” e “quilombola”, e outros também chamam a atenção como os descritores: negras, negros, brancos, indígenas e pardos.

Figura 37: Nuvem de palavras do programa de Geografia



Fonte: Elaboração própria.

Entre os trabalhos selecionados do programa destaco cinco dissertações que mais utilizaram descritores, sendo que as duas últimas produções tiveram mais descritores referentes ao campo de raça e racismo do que ao campo de estudos de mulheres, gênero e feminismos. São elas:

- Dissertação “Princesas do sertão: o universo trans entre o espelho e as ruas de Feira de Santana-BA” de Matheus Freitas de Oliveira, defendida em 2010;
- Dissertação: “O trabalho das mulheres na produção do espaço agrário de Matinha dos Pretos - Feira de Santana – Bahia” de Maira Lopes dos Reis, defendida em 2013;
- Dissertação: “Trabalho e participação político-social das pescadoras da reserva extrativista (RESEX) Canavieiras / BA”, de Marina Morena Alves De Figueiredo, defendida em 2013.
- Dissertação: “Acesso dos grupos raciais, branco e negro, às técnicas no espaço de Salvador” de Roberto Rodrigues Evangelista, defendida em 2012.
- Dissertação: “Essa terra é para filh@s e net@s: Não vende e não pode trocar: a disputa entre o território tradicional quilombola-pesqueiro de Rio dos Macacos e o território militarizado da Marinha do Brasil” de Paula Regina de Oliveira Cordeiro, defendida em 2018.

O programa de Pós-Graduação em Geografia é composto por duas linhas de pesquisa. Nem uma delas aborda explicitamente qualquer referência ao campo de estudos de mulheres, gênero e feminismos ou ao campo de estudos de raça e racismo.

1. Linha Análise Urbana e regional
2. Linha Estudos Ambientais

Logo abaixo podemos conferir também a relação das orientações dos trabalhos selecionados.

Tabela 11: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Geografia

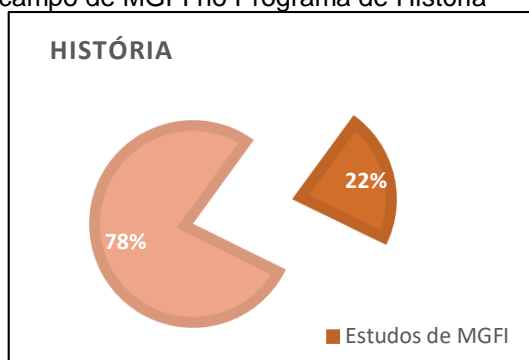
Docentes	Trabalhos orientados
Guiomar Inez Germani	1
Wendel Henrique	1
Gilca Garcia de Oliveira	1
Catherine Prost	2
Maria Auxiliadora da Silva	2
Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva	1
Total	8

Fonte: Elaboração própria.

• HISTÓRIA

No programa de Geografia do total de 327 produções encontradas pela pesquisa 72 produções continham pelo menos um descritor. O programa de História foi dos programas com a maior porcentagem de trabalhos selecionados dentro de seu todo com 54 dissertações e 19 teses.

Figura 38: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de História



Fonte: Elaboração própria.

Assim como as demais nuvens de palavras apresentadas até agora, a nuvem dos trabalhos do programa de História também apresentou “mulheres” como o descritor mais utilizado pelas/os autoras/es. Chamo também a atenção para a diversidade de descritores presentes na nuvem, principalmente daqueles que fazem referência ao campo dos estudos de raça e racismo. A maior variedade desses descritores demonstra que há um aprofundamento dos estudos nos debates raciais dentro do campo de estudos de mulheres, gênero e feminismos.

Figura 39: Nuvem de palavras do programa de História



Fonte: Elaboração própria.

Foi possível perceber também a frequente produção dos estudos sobre a história das mulheres no programa, que pode ser notada não somente nos resumos das produções, mas nos seus títulos que carregam os descritores “mulher”; “mulheres”, “feminino” ou “feminina” na maioria das vezes. Podemos ver abaixo alguns dos trabalhos que utilizaram mais descritores selecionados pela pesquisa.

- Tese: “As Damas de Branco na Biomedicina Baiana, 1879-1949: Médicas, Farmacêuticas E Odontólogas” de Iole Macedo Vanin, defendida em 2008.
- Tese: “Envelhecer em Salvador: uma página na história” de Kátia Jane Chaves Bernardo, defendida em 2010.
- Tese: “Resistência Cor-de-rosa-choque: militância feminina no Recife, nos anos 1960” escrita por Andréa Bandeira, defendida em 2012.
- Tese: “Dissonâncias nos discursos e práticas sobre a saúde e as doenças das mulheres em Belém do Pará (1890-1920)” de Elaine Cristina da Silva, defendida em 2017.
- Tese: “Esposas de Cristo: Santidade e Fingimento no Portugal seiscentista” de Leonardo Coutinho De Carvalho Rangel, defendida em 2018.

- Dissertação: “Construindo a Masculinidade na Escola: Colégio Antônio Vieira (1911-1949)” de Jorge Santana Bispo Júnior, defendida em 2004.
- Dissertação: “Equilíbrio distante: a mulher, a medicina mental e o asilo, Bahia (1874-1972)” de Vera Nathalia dos Santos, defendida em 2005.
- Dissertação: “Os homens da princesa do sertão: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1938)” escrita por Kleber José Fonseca Simões, defendida em 2007.
- Dissertação: “Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações sobre as mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)” de Vânia Nara Pereira Vasconcelos, defendida em 2006.
- Dissertação: “A imprensa e a norma para o bello sexo: o periodismo feminino na Bahia (1860-1917)” de Simone Ramos Marinho, defendida em 2010.
- Dissertação: “Com um fórceps na mão, há que parir uma nação: Ensino e prática da obstetrícia em Salvador (1876-1894)” de Caroline Santos Silva, defendida em 2011.
- Dissertação: “Por uma utopia realizável: o feminismo engajado e o socialismo utópico nas obras de Flora Tristan no século XIX” de Kalina Fernandes Goncalves, defendida em 2017.
- Dissertação: “Relações de gênero e sexualidades no confessionário sacramental: a solicitação como transgressão nos Cadernos do Promotor e Regimentos da Inquisição, século XVII” DE Joseane Pereira De Souza, defendida em 2018.

Atualmente o programa é composto por três linhas de pesquisa e todas elas fazem referência aos estudos de gênero e história das mulheres em suas ementas. Foi o único dos programas analisados que apresentou abertura para os estudos de Mulheres, Gênero e Feminismos em todas as suas linhas de pesquisa.

1. Linha Sociedade, Relações de poder
2. Linha Escravidão e Invenção da Liberdade
3. Linha Cultura e Sociedade

Logo abaixo podemos ver a relação das/dos docentes que orientaram os trabalhos selecionados. Em destaque para as docentes com um maior número de trabalhos orientados: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras; Profa. Dra. Lígia Bellini e Profa. Dra. Gabriela dos Reis Sampaio.

Tabela 12: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de História

Docentes	Trabalhos orientados
Wlamyra Ribeiro de Albuquerque	1
Lina Maria Brandão de Aras	11
Lígia Bellini	8
Lucileide Costa Cardoso	3
Maria Rosário Gonçalves de Carvalho	1
Ana Alice Alcântara Costa	2
Iraneidson Costa Costa	1
Edilece Souza Couto	2
Muniz Gonçalves Ferreira	2
Antônio Fernando Guerreiro de Freitas	2
Marcelo Pereira Lima	3
Iacy Mata Maia	1
Maria José Rapassi Mascarenhas	3
Luiz Mott	2
Milton Araújo Moura	1
Israel de Oliveira Pinheiro	1
João José Reis	4
Gabriela dos Reis Sampaio	8
Carlos Zacarias Sena Júnior	1
Elizete da Silva	3
Carlos Eugênio Líbano Soares	3
Evergton Sales Souza	2
Valdemir Donizette Zamparoni	7
Total	72

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos trabalhos que mais utilizaram descritores selecionados pela pesquisa, destaco os seguintes:

- Tese: “Eu me alimento, eu me alimento, força e fé das labás, buscando empoderamento!": expressões de mulheres negras jovens no Hip-hop baiano” de Lícia Maria De Lima Barbosa, defendida em 2013;
- Tese: “A ARTE DE COMERCIAR: gênero, identidades e emancipação feminina no comércio transatlântico das rabidantes em Cabo Verde” de Tatiana Raquel Reis Silva, defendida em 2012.
- Dissertação: “A presença da policial feminina com características afrodescendentes na Polícia Militar da Bahia” de Genivaldo Silva das Neves, defendida em 2008;
- Dissertação: “Meninos diferentes: construção e performance de masculinidades de homens negros gays em Salvador-BA” escrita por John Andrew Mundell, defendida em 2014;
- Dissertação: “Ciberativismo como estratégia política: um estudo sobre grupos de mulheres negras crespas e cacheadas no Facebook e em Salvador” de Dailza Araújo Lopes, defendida em 2017;
- Dissertação: “Quando mulheres se tornam capoeiristas. Um estudo sobre a trajetória e o protagonismo de mulheres na capoeira” de Daniela Sacramento de Jesus, defendida em 2017.

Atualmente o programa é composto por duas linhas de pesquisa. A linha de pesquisa em Estudos Africanos aborda em sua ementa que tem como foco a África com ênfase nas formulações sobre etnicidade, raça, identidade e gênero⁸³.

1. Linha de Pesquisa Estudos Étnicos
2. Linha de Pesquisa Estudos Africanos

Logo abaixo podemos verificar a relação de docentes que orientaram os trabalhos selecionados dentro do programa, destacando os professores Jocélio Teles, Valdemir Donizette e a professora Ângela Figueiredo.

⁸³ Ver: <https://posafro.ufba.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>.

Tabela 13: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Estudos Étnicos e Africanos

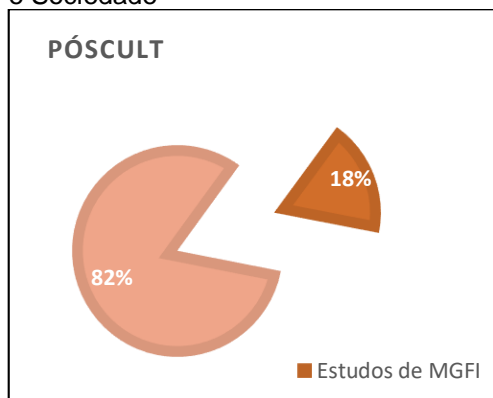
Docentes	Trabalhos orientados
Jeferson Afonso Bacelar	2
Paula Cristina da Silva Barreto	1
Maria Rosário Gonçalves de Carvalho	1
Marcelo Bernardo Cunha	2
Ângela Figueiredo	3
Luis Nicolau Parés	1
Osmundo Santos de Araujo Pinho	1
Lívio Sansone	2
Jocélio Teles dos Santos	5
Jamile Borges Silva	1
Valdemir Donizette Zamparoni	4
Total	23

Fonte: Elaboração própria.

• CULTURA E SOCIEDADE

No programa de Cultura e Sociedade, do total de 331 produções encontradas pela pesquisa 60 produções continham pelo menos um descritor, sendo 48 dissertações e 12 teses.

Figura 42: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Cultura e Sociedade



Fonte: Elaboração própria.

A nuvem de palavras de palavras do PósCult traz “gênero” como o descritor mais utilizado, seguido do descritor “mulheres”. Podemos observar a variedade de palavras e um certo equilíbrio entre os descritores dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e os descritores do campo de raça e racismo.

Figura 43: Nuvem de palavras do programa de Cultura e Sociedade



Fonte: Elaboração própria.

Destaco aqui também algumas teses que utilizaram mais descritores, são elas:

- Tese: “Continuidades e rupturas: as reelaborações das mulheres agricultoras familiares frente às novas ruralidades” de Claudia Cambruzzi, defendida em 2014;
- Tese: “Olhares e vozes da escola: elementos para a formação de políticas públicas para o respeito à diversidade sexual e de gênero” de Denise Bastos De Araújo, defendida em 2016;
- Tese: “Lésbicas, entendidas, mulheres viados, ladies: as várias identidades sexuais e de gênero que reiteram e subvertem a heteronorma em uma unidade prisional feminina da Bahia” de Simone Brandão Souza, defendida em 2018.

- Dissertação: “Cartas de Príapo: a construção da masculinidade via corpo na revista *playboy*” de Rafael Victor De Jesus Aragão, defendida em 2013;
- Dissertação “Dilma Rousseff: trajetória e imagem da mulher no poder” de Fernanda Argolo Dantas, defendida em 2014;
- Dissertação: “Tabuleiros e negociações: negras e mestiças nas ruas de Salvador” de Adriana Franca Souza, defendida em 2014;
- Dissertação: “Corpo-autobiográfico no processo criativo: por uma poética do mito de Ofélia.” de Yasmin De Freitas Nogueira, defendida em 2017;
- Dissertação: “(Des) Construindo Performances: o feminino como sujeito na Pornografia Feminista” de Thais Faria Castro, defendida em 2015.

O programa possui três linhas de pesquisa, apenas uma delas, a linha de Cultura e Identidade, cita em sua ementa “gênero” como uma das possibilidades de debate.

1. Linha Cultura e Arte
2. Linha Cultura e Desenvolvimento
3. Linha Cultura e Identidade

Logo abaixo segue a tabela com a relação das/dos docentes que atuaram na orientação dos trabalhos selecionados. Na relação nos chama a atenção a expressiva quantidade de trabalhos orientados pelo Prof. Dr. Leandro Colling e pela Profa. Dra. Linda Rubim, com quatorze e onze trabalhos respectivamente.

Tabela 14: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade

Docentes	Trabalhos orientados
Rita de Cássia Aragão	2
Messias Guimarães Bandeira	2
Leonardo Vincenzo Boccia	2
Carlos Alberto Bonfim	1
Simone Terezinha Bortollero	1
Renata Pitombo Cidreira	2
Leandro Colling	14
Fernando Costa Conceição	1
Eneida Leal Cunha	1

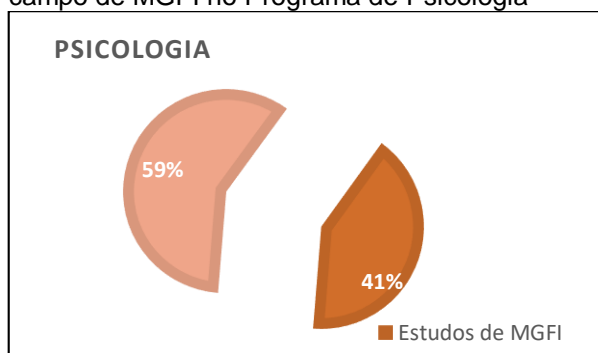
Júlio César Lobo	1
Edilene Dias Matos	1
Djalma Rodrigues Lima Neto	3
Marinyze das Graças Prates Oliveira	2
Annamaria da Rocha Jatoba Palacios	2
Mauricio Matos dos Santos Pereira	1
Linda Silva Oliveira Rubim	11
Adriano Sampaio	1
Adalberto Silva Santos	2
Jose Roberto Severino	1
Marilda de Santana Silva	1
Renato da Silveira	1
Licia Soares de Souza	1
Mauricio Nogueira Tavares	1
Djalma Thürter	4
Total	59

Fonte: Elaboração própria.

• PSICOLOGIA

No programa de Psicologia, do total de 315 produções encontradas pela pesquisa 130 produções continham pelo menos um descritor, dentre elas 102 eram dissertações e 28 eram teses.

Figura 44: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Psicologia



Fonte: Elaboração própria.

O Programa de Psicologia chama a atenção pelo o número elevado de trabalhos selecionados pela pesquisa, entretanto nem todas as produções de fato trabalharam

ou desenvolveram os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos. A particularidade desse programa foi percebida durante a leitura e sistematização dos dados. Muitas das dissertações e teses utilizaram o descritor “mulheres/mulher”, “homens/homem”, “ambos os sexos”, “sexo feminino”, “sexo masculino” ou “gênero” para referir-se a uma variável de pesquisa, ou à leitura dos seus dados de pesquisa, por exemplo: “foi constatado nessa pesquisa que a maioria das pessoas entrevistadas eram mulheres”, ou então, “na empresa analisada 35% das empregadas eram mulheres e 65% homens”, “ambos os sexos participaram da pesquisa”. Esses casos também ocorreram em alguns programas, porém em menor quantidade.

Desta forma, mais da metade dos trabalhos em psicologia utilizaram de um a três descritores do campo de estudos de MGFI para descrever suas variáveis de pesquisa, diferenciando assim de outros trabalhos que demonstraram em seus resumos um maior aprofundamento no campo de estudos, apontando conceitos e utilizando uma variedade de descritores. Tal particularidade também refletiu na relação das orientações, que destacou seis docentes com um número alto de trabalhos, porém quando olhamos de forma qualitativa a maioria desses trabalhos se encaixam na situação relatada. Também podemos conferir essa especificidade na nuvem de palavras gerada do programa logo abaixo.

Figura 45: Nuvem de palavras do programa de Psicologia



Fonte: Elaboração própria.

Percebam uma maior incidência dos descritores “sexo”, “feminino”, “masculino”, quando comparado à programas vistos anteriormente.

Abaixo destaco alguns trabalhos que tiveram uma maior quantidade de descritores. As dissertações:

- Dissertação: “Significados de maternidade para mulheres com trajetória reprodutiva marcada por perdas gestacionais recorrentes” de Vivian Volkmer Ponter, defendida em 2009
- Dissertação: “Significados da violência na assistência ao parto em narrativas de mulheres atendidas na rede privada” de Isa Patrícia Barbosa Cardoso, defendida em 2015
- Dissertação: “Significados da maternidade para mulheres que vivenciaram a violência obstétrica” de Patrícia Brito Ribeiro De Oliveira, defendida em 2017
- Dissertação: “Diferenças de Gênero nas Brincadeiras de Crianças em Sites e/ou Aplicativos: Segregação, Estereotipia e Tipificação” de Iris Araújo Dos Santos, defendida em 2018
- Dissertação: “O perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador no ano 2000” de Domingos Barreto de Araújo, defendida em 2004
- Dissertação: “Homens negros e brancos soropositivos para o HIV: representações e crenças na vivência da sexualidade” de Manuela Brito dos Santos, defendida em 2012
- Tese: “Trajetórias de mulheres que vivem com o HIV: um estudo a respeito de ideologia de gênero, autoestima e bem-estar subjetivo” de Dafne Andrea Vásquez Suit, defendida em 2012
- Tese: “Autoconceito, gênero e trabalho: mulheres em profissões masculinas” de Vanda Martins Dos Santos, defendida em 2014
- Tese: “Violência doméstica fatal contra crianças: narrativas construídas pelos agressores” de Luciana Melo E Souza, defendida em 2015

O programa atualmente é composto por quatro linhas de pesquisa, sendo que a segunda e a terceira linha em suas ementas abrem espaço para pesquisas sobre mulheres e gênero.

1. Linha Indivíduo e Trabalho Processos Micro organizacionais
2. Linha Cognição Social e Dinâmicas Interacionais

3. Linha Contextos de Desenvolvimento, Clínica e Saúde
4. Linha Transições Desenvolvimentais e Processos Educacionais

Na tabela abaixo podemos conferir a relação de docentes que orientaram os trabalhos selecionados e quantos trabalhos cada docente orientou.

Tabela 15: Docentes que orientaram os trabalhos selecionados no Programa de Psicologia

Docentes	Trabalhos orientados
José Neander Silva	4
Patrícia Alvarenga	12
Ana Cecília de Sousa Bitterncourt Bastos	17
Antonio Virgílio Bitterncourt Bastos	8
Ilka Dias Bichara	17
Ana Patrícia Vargas Borges	1
Antônio Marcos Chaves	9
Denise Maria Barreto Coutinho	1
Maria Virginia Machado Dazzani	2
Andréa Hortélio Fernandes	4
Sônia Regina Pereira Fernandes	3
Sônia Maria Guedes Gondim	12
Mônica Lima de Jesus	1
Eulina da Rocha Lordelo	4
Mauro de Oliveira Magalhães	3
Igor Gomes Menezes	4
Marcos Emanuel Pereira	13
Marilena Ristum	10
Sonia Maria Rocha Sampaio	4
Marcus Vinicius de Oliveira Silva	1
Total	130

Fonte: Elaboração própria.

Algumas considerações

Durante a leitura e classificação das produções por campo de estudos foi possível notar como cada área de conhecimento, a qual cada programa de Pós-graduação está inserida, possui uma maneira própria de desenvolver seus estudos no campo de Mulheres, Gênero e Feminismos, e também na utilização de determinadas terminologias, como por exemplo: “paradigma de gênero” em Direito e “estereotipia de gênero” em Psicologia. Como cada área do conhecimento utiliza e constrói esse grande campo de estudos que convencionou-se em chamar de estudos de gênero? Quais as particularidades do campo de estudos de gênero para cada área do conhecimento?

A composição das nuvens de palavras formadas pelos descritores dos resumos, títulos e palavras-chave das produções pode nos indicar de que forma o campo de estudos MGFI está sendo produzido nos programas. Através delas foi possível perceber que o descritor “mulheres” foi o mais citado entre os trabalhos, ficando em destaque em mais da metade dos programas analisados. Já o descritor “gênero” muitas vezes apareceu como o segundo mais citado. Então seria possível afirmar que ao invés de falarmos sobre um possível aumento nos estudos de gênero, na verdade estaríamos falando de um aumento nos estudos sobre mulheres? Bom, acredito que para responder tal questão teríamos que ler cada tese e dissertação em sua íntegra, coisa que é quase impossível de ser realizada em uma pesquisa de doutorado. Deixo essa reflexão para futuras pesquisas.

Os dados quantitativos por si só não dão conta da subjetividade presente nos descritores e nos sentidos/significados que são utilizados. Houve casos que um determinado trabalho utilizou uma maior diversidade e quantidade de descritores do campo dos estudos de raça e racismo e apenas um descritor do campo de estudos de mulheres, gênero e feminismos, e vice-versa. Tal dúvida poderia ser solucionada com uma leitura mais qualitativa das produções, ou também, poderíamos recorrer a leitura das referências bibliográficas utilizadas.

Assim como foi mencionado no caso do programa de psicologia, por exemplo, apareceram trabalhos que trouxeram descritores como “gênero”, “mulher(es)”, “homem”, “homens”, “sexo”, “negro(a)(s)”, “pardo(a)(s)”, como referência a uma variável de pesquisa não adentrando de fato a tais campos de estudos. Entretanto,

ainda que apenas sejam citados e/ou referenciados, acredito ser um passo a mais daqueles que não utilizaram nenhum descritor em seus resumos. Também foi notado que em alguns momentos tais grupos de trabalhos tinham orientadoras/es em comum. Aqui cabe destacar também que alguns/algumas docentes possuem uma dupla vinculação em programas de pós-graduação da universidade em questão e apareceram em mais de um quadro docente.

Para fins de conclusão desse capítulo, os números demonstraram que apesar das produções sobre mulheres, gênero e feminismos representarem uma pequena porcentagem quando levamos em consideração todas as produções levantadas pela primeira fase da pesquisa, é visível que a produção da temática tem avançado nos cursos de mestrado e doutorado dos programas de pós graduação analisados.

O próximo capítulo destina-se a análise qualitativa dos trabalhos do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo, PPGNEIM. Por ser um programa específico e todas as suas produções adentrarem esta pesquisa, veremos como a interseção entre o campo de estudos de mulheres, gênero e feminismos e o campo de estudos de raça e racismo vem sendo construído no programa. Através de suas produções podemos compreender em que momento e de que forma o campo dos estudos sobre raça e racismo converge com os estudos de mulheres, gênero e feminismos.

CAPÍTULO IV

Ao decorrer desta tese venho propondo olharmos o campo dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos como um grande campo teórico capaz de fazer-se presente em diferentes debates. Enquanto campo de estudos deve estar em constante atualização com as lutas antirracistas, decoloniais e pós-coloniais, queers, LGBTQIAP+ e em constante vigília para evidenciar a necessidade de estudos em determinadas áreas, como por exemplo, estudos sobre as mulheres indígenas, ciganas, idosas, sobre pessoas portadoras de deficiência, etc.

Essa perspectiva me permitiu visualizar em qual momento a interseção dos dois campos de estudos se fazia presente nos trabalhos encontrados pela pesquisa. Entretanto, a grande quantidade de trabalhos não me permitiu analisar todos de forma mais qualitativa e aprofundada, levando em consideração por exemplo, a autoria de cada trabalho e sua classificação racial, e em quais campos de estudos e linhas de pesquisa suas orientações pertenciam.

Por isso, tendo em vista a impossibilidade no momento de analisar todos os programas, escolhi o programa de Pós graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) para a última fase da pesquisa. Neste capítulo trarei de forma mais detalhada as produções do programa que trabalham no campo da interseção. Por ser um programa temático todas as suas produções analisadas do PPGNEIM trouxeram pelo menos um descritor referente ao campo de mulheres, gênero e feminismos, logo optei por destacar àquelas que em algum momento também utilizaram os descritores do campo de raça e racismo, e que desse modo foram inseridas no campo da interseção.

O PPGNEIM

O Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), foi o primeiro programa feminista de pós-graduação do Brasil dentro de uma universidade federal. O programa foi criado por iniciativa do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), fundado por Ana Alice

Alcântara Costa⁸⁴, Cecília Sardenberg⁸⁵ e Alda Motta⁸⁶ em 1983, sendo vinculado inicialmente ao Mestrado de Ciências Sociais da UFBA. A criação do Núcleo gerou frutos, que além do PPGNEIM com os cursos de Mestrado e Doutorado, também foram criados os cursos de extensão e especialização com temáticas referentes a Gênero, Raça e Políticas Públicas oferecidos pelo próprio programa de pós-graduação; e posteriormente a criação do primeiro Bacharelado de Estudos Sobre Gênero e Diversidade (BEGD) em uma universidade pública do país, que teve sua primeira turma em 2009. Antes vinculado ao Departamento de Ciências Políticas, atualmente o Bacharelado de Estudos Sobre Gênero e Diversidade faz parte do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo.

O PPGNEIM teve suas primeiras turmas de mestrado e doutorado no ano de 2006, ocorrendo a primeira defesa de uma dissertação em 2007. Ao longo dos anos o programa consolidou-se como um importante núcleo de produção e disseminação dos estudos feministas. Na última seleção, no ano de 2020, o PPGNEIM ofereceu quinze vagas para mestrado e dez vagas para doutorado para alunas brasileiras e uma vaga em cada curso para candidatas estrangeiras, além de quatro vagas a mais para cada curso reservadas para pessoas quilombolas, indígenas, trans. e pessoas portadoras de deficiência, totalizando assim em 20 vagas para o mestrado e 15 vagas para o doutorado.

A sede do NEIM fica localizada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) ou como carinhosamente chamamos de “São Lázaro”, por ser um campus

⁸⁴ Ana Alice Alcântara Costa, Pós Doutora em Estudos Feministas, Doutora em Sociologia Política e Mestre em Sociologia, Ana Alice foi uma das fundadoras do NEIM e foi também professora do PPGNEIM, do Programa de Pós graduação em Ciências Sociais e em História, ambos da UFBA. Atuava como pesquisadora na área da Ciência Política, voltada para temas como gênero, comportamento político e condição feminina e feminismos. Sua militância extrapolava os muros das academia e tornou-se uma importante figura, foi uma das fundadoras da REDOR e participou da criação da Rede Brasileira de Estudos Feministas (REDEFEM), foi conselheira do Conselho Municipal da Mulher de Salvador, além de participar ativamente das lutas feministas pela redemocratização do país na década de oitenta (VER: Sardenberg, Cecília, 2015). Sua tese, “As Donas do Poder: mulher e política na Bahia” é uma importante referência para a área dos estudos feministas. Ana Alice Costa faleceu em 2014.

⁸⁵ Cecília Sardenberg é antropóloga, Pós Doutora em Antropologia, Doutora e Mestre em Antropologia. Fundadora e Pesquisadora do NEIM, Professora do PPGNEIM e Professora Titular (aposentada) do Departamento de Antropologia. Cecília também é uma das fundadoras da REDOR (Rede Feminista Norte e Nordeste de estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero. Possui trabalhos nas áreas de antropologia feminista, feminismo e políticas públicas, violência de gênero contra as mulheres, entre outras.

⁸⁶ Alda Britto da Motta é socióloga, Doutora em educação e Mestre em Ciências Sociais. Professora do PPGNEIM e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Atua no campo de estudos sobre gênero, gerações e envelhecimento. Além de ser uma das fundadoras do Núcleo, Alda Motta também participou da criação do PPGNEIM, e mais tarde do BEGD, foi uma das criadoras da Coleção Bahianas.

próximo da comunidade e da Igreja de São Lázaro, no bairro da Federação. É na sede onde ocorrem as aulas da pós-graduação e onde a secretaria do programa está situada. Nesse *campus* encontram-se também outros cursos de pós-graduação e graduação (nos turnos matutinos e vespertinos) das ciências humanas, como os cursos de História, Ciências Sociais, Serviço Social, Museologia, Filosofia e Psicologia. Diferentemente dos demais *campus* da UFBA, a FFCH fica isolada de outros equipamentos institucionais (Restaurante Universitário, Biblioteca Central, etc.), além de não ser um espaço físico tão grande quanto outros *campus* da UFBA. Por esse e outros motivos, e sob a alegação de “problemas de segurança”, não possui qualquer atividade no período noturno, fazendo com que as aulas do curso do Bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade, que é noturno, ocorram em outro *campus* da universidade.

A minha experiência no PPGNEIM começou no ano de 2014 quando entrei como discente do mestrado para pesquisar violência conjugal contra as mulheres. Nesses (poucos) sete anos pude acompanhar mudanças e o surgimento de novos olhares dentro do programa, assim como pude notar o lugar que o Núcleo ocupa dentro da universidade em sua relação com os outros cursos.

O NEIM ocupa um simples prédio (com cor de acarajé) em São Lázaro (UFBA), não deixando de ser um local que provoca incômodos entre alguns/algumas docentes e discentes da universidade. O pequeno prédio localizado ao lado do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) e do Pavilhão Tales de Azevedo, possui uma dinâmica peculiar, sendo mesmo um espaço de envolvimento e aconchego.

Egressa de uma experiência de graduação em Ciências Sociais, num *campus* pequeno como o Centro de Artes, Humanidades e Letras, o CAHL da UFRB, na cidade de Cachoeira-Ba, já estava acostumada com a sensação que os pequenos espaços de produção de conhecimento propiciam, aquela onde todas/os/es se conhecem e as trocas de conhecimento não se restringem apenas as salas de aula, mas também aos corredores.

Bom, o corredor do PPGNEIM é pequeno e tão próximo das duas salas de aula existentes no prédio que é quase que impossível acomodar a todas, todas e todes. A peculiaridade do programa encontra-se em sua cozinha e no seus dois sofás lilás, presentes na pequena recepção do prédio. Frequentemente alunas/os/es,

professoras e servidoras/es se reuniam em torno de uma pequena e quadrada mesa e suas quatro cadeiras. Naquele espaço tive oportunidades de trocar ideias, projetos e também trivialidades. Por vezes, o sofá lilás do PPGNEIM viu nascer novas ideias, planejamento de cursos e também a ansiedade de novas/os/es alunas/os/es que se preparam para a seleção ou a ansiedade das/os veteranas/os/es para a defesa da tese ou dissertação. Infelizmente, com a pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo, tais encontros não puderam mais acontecer, as salas de aula, bibliotecas e todos os demais espaços da Universidade foram fechados.

Mas afinal, qual a importância de uma cozinha e dois sofás na recepção de um programa de pós graduação? A importância é a resignificação desses espaços como espaços também de letramento e aprendizado. O conhecimento não deve (e não é) passado somente entre as paredes de uma sala de aula, ou entre os muros de uma universidade. A proximidade propiciada pelo espaço da cozinha do NEIM entre discentes, docentes e servidoras/es faz parte do currículo de formação do programa.

Ao fazer parte de um programa de estudos feministas passamos a compor uma espécie de “reduto” na dinâmica da universidade. Os estudos de mulheres, gênero e feminismos ainda assustam e incomodam muitas pessoas, pois mexem nos privilégios, questionam e criticam o modo de produção do conhecimento, como também questionam as formas como as universidades se estruturam. Por vezes, as “*feministas do NEIM*” são tomadas como raivosas e muito radicais, ou àquelas que fazem muito barulho. Devido a isto, ao estudar no programa fui incluída em tal categoria, que carrega consigo a exposição a dois opostos: ou se é vista com olhares atravessados, de desconfiança ou lhe cobram demasiadamente posicionamentos constantes sobre todo e qualquer debate que envolva a temática.

O Núcleo foi um dos primeiros a sofrer ameaças após a mudança de governo no país para a extrema direita em 2018. Lembro-me como foi doloroso ver as portas do NEIM trancadas devido as ameaças contra professoras, alunas e de invasão ao prédio. Atuar nesse campo de estudos e pesquisa exige uma militância e vigilâncias constantes, inclusive para nossas próprias ações e discussões. De fato, desde a fundação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na UFBA, as mulheres que tiveram acesso aos seus cursos eram mulheres brancas com uma boa condição

econômica⁸⁷. Tal perfil que também compunha os grupos de mulheres feministas e militantes acadêmicas no país, que como vimos foi amplamente criticado por feministas negras.

Foi durante esses sete anos como discente do PPGNEIM que eu vi a sala de aula e os espaços do prédio enegrecerem. Assim como acompanhei também a mudança das bibliografias utilizadas pelas disciplinas e nas seleções para alunas/os/es regulares do programa. Se no início do meu mestrado em 2014 a bibliografia utilizada era composta em sua maioria por feministas europeias ou norte-americanas, durante meu doutorado pude perceber que as teóricas negras e latino-americanas estavam tão presentes nas salas de aula quanto as anteriores.

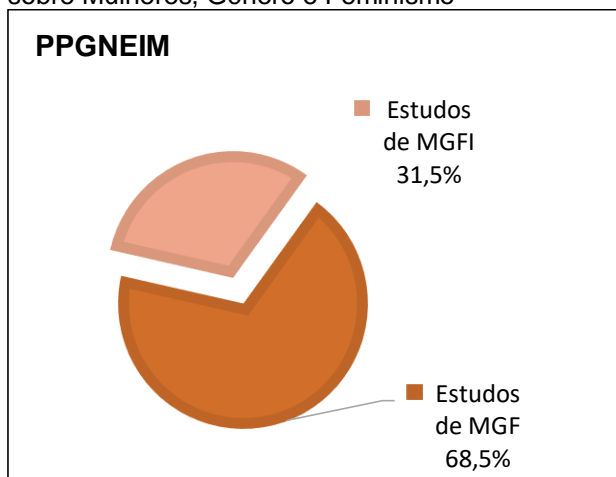
Teses e dissertações do PPGNEIM

Como mencionado anteriormente, o Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos possui a peculiaridade de ser um programa temático. Quero dizer que todos os seus trabalhos defendidos utilizam de pelo menos um descritor do campo de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos. Por isso, meu olhar para o programa se deu de uma forma diferenciada. Optei por destacar aqueles trabalhos que utilizaram de descritores que faziam parte da interseção do Campo 1 (MGF) com o Campo 2 (Raça e Racismo) que foram levantados por esta pesquisa. Assim, diferentemente dos demais programas apresentados acima, o gráfico do PPGNEIM traz a porcentagem dos trabalhos que se encaixam no Campo 3 (Interseção) e a porcentagem dos trabalhos que se encaixam apenas no Campo 1 (Mulheres, Gênero e Feminismo).

É possível observar então, na figura subsequente, que 31,5% dos trabalhos encontrados pela pesquisa estão inseridos na interseção. Uma porcentagem significativa quando comparamos aos outros programas de pós-graduação vistos aqui.

⁸⁷ Ver: PASSOS, Elizete. **Palcos e plateias: as representações de Gênero na Faculdade de Filosofia**, Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999, p.222.

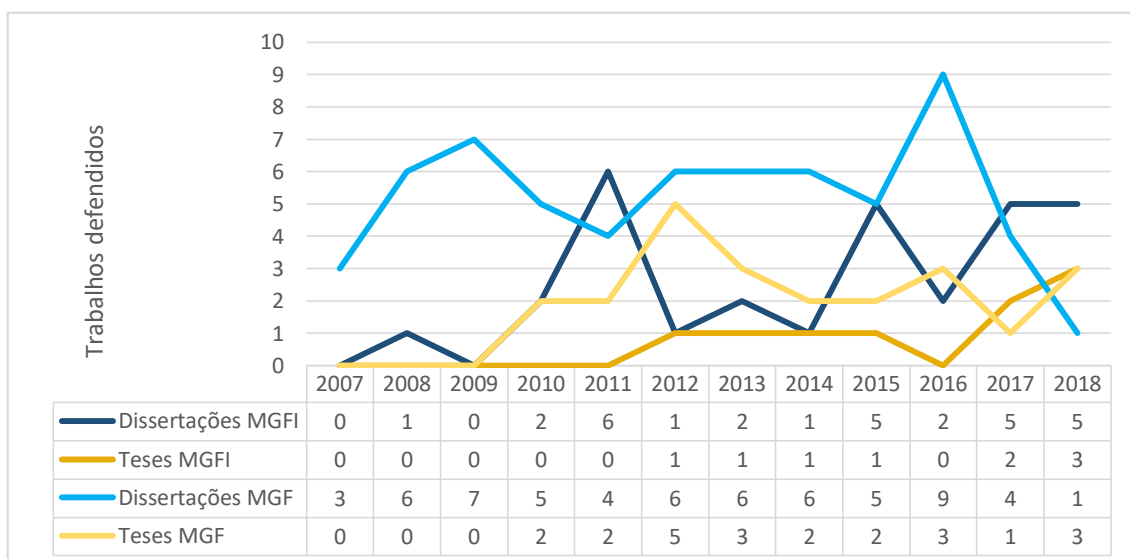
Figura 46: Produções selecionadas no campo de MGFI no Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo



Fonte: Elaboração própria.

Podemos acompanhar o processo referido acima através das produções de teses e dissertações defendidas que trouxeram pelo menos um descritor do campo de estudos de raça e racismo. No gráfico abaixo é possível comparar as produções de teses e dissertações sobre mulheres, gênero e feminismos que também trabalham com o campo de estudos de raça e racismo e as produções que trabalham apenas com mulheres, gênero e feminismos.

Figura 47: Progressão das produções selecionadas de acordo com ano, curso e campo



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o gráfico acima, as produções sobre MGFI (mulheres, gênero e feminismos e a interseção com os estudos de raça e racismo) tiveram um pico no

ano de 2011 com seis dissertações selecionadas. Posteriormente o número de trabalhos sofre um decréscimo voltando a subir no ano de 2015 ao somar 5 dissertações e uma tese. Nos anos de 2017 e 2018 obtiveram a maior produção com sete e oito trabalhos respectivamente⁸⁸.

Como já mencionado anteriormente, a utilização de um ou mais descritores sobre o campo de estudos de raça e racismo (ou sobre mulheres, gênero e feminismos em outros programas) não significa que necessariamente a autora ou autor trabalhe com o conceito durante toda a sua pesquisa, nem que trabalhe em uma perspectiva interseccional.

A nuvem de palavras formada pelas dissertações e teses do programa nos mostra que o descritor “mulheres” foi o mais utilizado nos trabalhos, seguido das palavras “gênero”, “feminista”, “feministas”, “feminismo”, “mulher”. É curioso notar também que entre os descritores do campo de raça e racismo o descritor “negras” foi o mais utilizado. Palavras como “racial”, “cor”, “racismo”, “étnico”, “negro”, “antirracista” também estão presentes na nuvem como podemos observar abaixo.

⁸⁸ Ao decorrer do meu doutoramento realizei alguns levantamentos preliminares sobre a produção do PPGNEIM e os apresentei nos congressos que participei. Inicialmente, afim de verificar como as teorias decoloniais estavam sendo produzidas dentro dos estudos feministas, utilizei as produções de mestrado e doutorado do programa como fonte de dados da pesquisa, observando a utilização de autoras e autores decoloniais, pós coloniais e teóricas/os da epistemologia negra e feminista negra. Nesta pequena pesquisa utilizei como referência a biblioteca online da GLEFAS (*Grupo Latinoamericano de Estudio, Formación y Acción Feminista*) para o levantamento e catalogação das autoras e autores encontrados. Em outro momento procurei quantificar a incidência de determinados indexadores nos resumos das dissertações e teses defendidas pelo programa. Entretanto, nas duas pequenas pesquisas não considerei a metodologia utilizada suficiente para a análise. A pesquisa preliminar apresentada no Seminário Internacional do Fazendo Gênero e no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) foram melhoradas para chegar na presente pesquisa. Nessas duas pesquisas, ainda com vista de analisar se houve ou não uma interferência das políticas de cotas da graduação nas pesquisas realizadas pela pós-graduação, analisei as produções defendidas entre os anos de 2007 e 2018 em busca de produções que trabalhassem com as teorias raciais, feministas negras e decoloniais. Foram analisados os títulos, resumos e palavras-chave de cada produção em busca das seguintes palavras: raça, racismo, relações raciais, negro/negra, branco/branca, branquitude, decolonial, indígena, índios, etnia, etnicidade.

Quadro 02: Dissertações que citam pelo menos um descritor do campo de raça e racismo no PPGNEIM

AUTORAS/ES	FORMAÇÃO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTAÇÃO	ANO DE DEFESA
Ana Regina Gomes Reis	Graduação em Medicina	Do segundo sexo à segunda onda: discursos feministas sobre a maternidade	Cecília Maria Bacellar Sardenberg	2008
Clebemilton Gomes do Nascimento	Graduação em Letras com Língua Estrangeira – Inglês UFBA	Entrelaçando corpos e letras: representações de gênero no pagode baiano	Ivia Iracema Alves	2010
Gustavo do Rego Barros Brívio	Graduação em Psicologia UFBA	Representações sobre a prostituição feminina na obra de Jorge Amado: em estudo estatístico	Cecília Maria Bacellar Sardenberg,	2010
Jalusa Silva de Arruda	Graduação em Bacharelado em Direito UNESC	“Para ver as meninas”: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na CASE/Salvador	Maria Gabriela Hita	2011
Silvana Santos Bispo	Graduação em Licenciatura Plena em História UNEB	Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do Movimento de Mulheres Negras em Salvador	Márcia Macêdo	2011
Ivani Almeida Teles da Silva	Graduação em Licenciatura em História Universidade Católica de Salvador	Porta adentro: formação e vivências das recolhidas do Santo Nome de Jesus de 1716 a 1867	Iole Macedo Vanin	2011
Rebeca Sobral Freire	Graduação em Ciências Sociais UFBA	Hip Hop feminista? Convenções de gênero e feminismos no movimento hip hop ‘soteropolitano’	Alinne de Lima Bonetti	2011
Fabiana Leonel Castro	Graduação em Ciências Sociais UFG	Negras jovens feministas: sexualidade, imagens e vivências	Cecília Maria Bacellar Sardenberg	2011
Luciene Assunção da Silva	Graduação em Ciências Sociais UNEB	Percepção de gênero e relações de gênero: o caso de uma ONG não feminista de Salvador-BA	Márcia Macêdo	2011
Carla Akotirene (Carla Adriana da Silva Santos)	Graduação em Serviço Social UFBA	Ó paí, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador	Cecília Maria Bacellar Sardenberg	2012
Rita de Cássia Camargo dos Santos	Graduação em Letras PUC-SP	Estudo das visões de mundo da narradora Carolina na produção literária Quarto de Despejo	Lina Maria Brandão de Aras	2013

Giselle Cristina dos Anjos Santos	Graduação em Bacharelado em História PUC-SP	Mulheres negras em Cuba: representações sociais em tempos de crise (1990-2012)	Lina Maria Brandão de Aras	2013
Maísa Maria Vale	Graduação em Bacharelado em Ciências Contábeis UFBA	Mulheres negras na política: trajetória social e política de mulheres negras às eleições municipais de Salvador (2008-2012)	Lina Maria Brandão de Aras	2014
Juliana Gonçalves Cáceres	Graduação em Filosofia UNB	À margem das fronteiras legais: trajetórias sociais de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas na Penitenciária Feminina do DF	Márcia Macêdo	2015
Anni de Novais Carneiro	Graduação em Psicologia Faculdade Ruy Barbosa Graduação BI Humanidades UFBA	Padrões de beleza e elementos identitários de mulheres negras da periferia de Salvador/Ba”	Silvia Lúcia Ferreira	2015
Julianin Araújo Santos	Graduação em Psicologia UFBA	Tornar-se velha: significados de velhice para mulheres idosas na cidade de Salvador	Alda Britto Motta	2015
Gilmara Lisboa Santos	Graduação em Serviço Social UCSAL	As mulheres negras e brancas no contexto da prostituição: reflexões sobre as relações étnico/raciais e de gênero no Centro Histórico de Salvador	Josimara Aparecida Delgado	2015
Alessa Montalvão Oliveira Denega	Graduação em Psicologia Faculdade Ruy Barbosa	A hora do intervalo: gênero e discurso na publicidade de automóveis	Ivia Iracema Alves	2015
Chirlene Oliveira de Jesus Pereira	Graduação em Serviço Social UFRB	Acesso e utilização de serviços de saúde por mulheres quilombolas para a promoção da saúde reprodutiva	Silvia Lúcia Ferreira	2016
Nzinga Mbandi (Dayane Nayara Conceição de Assis)	Graduação em Ciências do Estado UFMG	Dos navios negreiros aos porões da democracia: olhares de mulheres negras sobre a construção de uma agenda de políticas públicas no Brasil, de BH-MG a Salvador-BA	Márcia Macêdo	2016
Luisa Vilharquide Firmino	Graduação em Direito UNESP	Trabalhadoras domésticas em Salvador-Ba: primeiras impressões sobre a Emenda Constitucional nº 72/2013 e a Lei Complementar nº 150/2015	Alda Britto Motta	2017

Laila Raiana Santana Borges	Graduação em Desing UNEB	As formas que moldam os gêneros: o design como tecnologia de gênero no projeto de brinquedos infantis	Felipe Bruno Martins Fernandes	2017
Bianca Muniz Leite	Graduação em Direito UESC	"AUDÁCIA": a Emenda Constitucional 72/2013 a partir das narrativas sobre as condições de trabalho de mulheres do Sindoméstico Bahia	Janja Araújo	2017
Francimária Ribeiro Gomes	Graduação em Comunicação Centro Universitário CESMAC	TRÂNSITOS MUSICAIS E COMUNICAÇÃO POPULAR: experiências de protagonismo de mulheres negras em Cachoeira, BA	Laila Andresa Rosa	2017
Izadora Ribeiro Silva Costa	Graduação em Serviço Social UCSAL	Notificação De Violência Contra A Mulher Na Saúde Pública: uma questão de direitos e de gênero	Lina Maria Brandão de Aras	2017
Barbara Ferreira De Freitas	Graduação em Direito UFPB	Por que elas? Percepções sobre as vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual na Paraíba	Márcia Santana Tavares	2018
Maria Marta Pinto Argolo	Graduação em Pedagogia UFBA	Construções e deslocamentos nas relações de gênero das Mulheres/Mães Negras vitimadas pela violência policial contra jovens e adolescentes	Janja Araújo	2018
Doranei Alves De Jesus	Graduação em Serviço Social UCSAL	Colcha De Retalhos - Mulheres Negras E Trabalho Informal, Resistência Na Contramão Das Desigualdades: Experiência da Cooperativa Constelação das Artes	Janja Araújo	2018
Deise Sousa dos Santos	Graduação em Serviço Social UCSAL	"[...] BOTEI UMA CORAGEM NAS MINHAS COSTAS" contradições da política de assistência social a partir das trajetórias de vida de mulheres negras usuárias de um CRAS em Salvador	Josimara Aparecida Delgado	2018
Thais Meireles Santana	Graduação em Serviço Social UFBA	Mulheres em situação de rua e o acesso à saúde na cidade de Salvador	Josimara Aparecida Delgado	2018

Fonte: Elaboração própria.

O caráter interdisciplinar⁹⁰ do programa favorece a difusão das teorias feministas para diferentes campos de estudos. Assim, suas turmas contam com uma diversidade de discente advindas de variadas formações como ciências sociais, direito, serviço social, filosofia, biologia, matemática, história, música, etc. O corpo docente também é composto por profissionais de diferentes áreas do conhecimento dando seguimento assim ao caráter interdisciplinar do programa. Na tabela abaixo podemos conferir as teses que utilizaram pelo menos um descritor do campo de estudos de raça e racismo.

Quadro 03: Teses que citam pelo menos um descritor do campo de raça e racismo no PPGNEIM

AUTORAS/ES	FORMAÇÃO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTAÇÃO	ANO DE DEFESA
Cláudia Pons Cardoso	Graduação em Bacharelado em Ciências Contábeis UFRGS Graduação em Licenciatura em História PUC-RS Mestrado em História PUC-RS	Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras	Cecília Maria Bacellar Sardenberg	2012
Cláudia Andrade Vieira	Graduação em Licenciatura em História UCSAL Mestrado em História PUC-SP	Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade de Salvador	Ana Alice Alcântara Costa	2013
Gilberta Santos Soares	Graduação em Psicologia UEPB Mestrado em Sociologia UFPB	Sapatos tem sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no Nordeste do Brasil	Cecília Maria Bacellar Sardenberg	2014
Silvia Maria Silva Barbosa	Graduação em Filosofia UMESP Graduação em Teologia UMESP Mestrado em Ciências da Religião UMESP	Que poder é esse? Um estudo da constituição e das relações de poder no Ilê Asé Ogum Omimkayê	Maria Gabriela Hita	2015

⁹⁰ De acordo com Capes (2008, p.2) podemos entender interdisciplinaridade como “a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes [...]”. A interdisciplinaridade rompe as barreiras disciplinares e estabelece a relação entre os diferentes campos de conhecimento.

Sandro Augusto Silva Ferreira	Graduação em Ciências Sociais UFBA Mestrado em Sociologia UFPB	Um olhar de gênero sobre o programa de ações afirmativas na UFBA (2002-2014)	Iole Macedo Vanin	2017
Rebeca Sobral Freire	Graduação em Ciências Sociais UFBA Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	Orgulhosamente Feministas, Necessariamente Inconvenientes: Uma 'música feminista' ou o que cantam as feministas	Márcia Santana Tavares	2017
Maria Asenate Conceição Franco	Graduação em Serviço Social UCSAL Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania UCSAL	Será o homem a cumeieira da casa? ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia	Márcia Santana Tavares	2018
Viviane Menezes Hermida	Graduação em Psicologia UFBA Mestrado em <i>Anthropology and Development</i> – Universidade de Londres	POR NÓS, PELAS OUTRAS, POR MIM: A política feminista da Marcha das Vadias Recife	Cecília Maria Bacellar Sardenberg	2018
Sonia Maria De Souza Brito	Graduação em História UFBA Mestrado em <i>Pedagogia Profesional – Instituto Pedagógico para la Educacion Técnica y Profesional ISPETP</i>	Formação técnica, profissão professora: expressões identitárias das estudantes da ETFBA, na década de 1970	Iole Macedo Vanin	2018

Fonte: Elaboração própria.

Considero a escrita um ato político. A escolha de um título, ou as palavras-chave utilizadas afim de que seu trabalho seja facilmente encontrado por outras pessoas, não são escolhas desprovidas de intencionalidade (política). Assim, ainda que uma categoria seja brevemente citada significa que em algum momento da pesquisa ela foi considerada. Entretanto, também é necessário reconhecer a importância daqueles trabalhos que utilizam da categoria como tema central da pesquisa.

Com a leitura dos títulos trazidos pela tabela podemos perceber por exemplo, a recorrência dos estudos que trouxeram as “mulheres negras” como sujeitas de pesquisa, principalmente entre as dissertações. A importância desses estudos se

deve ao fato do apagamento histórico e acadêmico das mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira.

A crítica da epistemologia feminista à ciência moderna expôs o androcentrismo racista científico e a forma que as mulheres eram invisibilizadas e por vezes tratadas como objetos de pesquisa. A figura universalista do homem branco, superior e dotado do conhecimento validado pela ciência negou a existência de qualquer outro ser dele diferente. Por “ironia” o movimento feminista cometeu o mesmo erro com a universalização do ser “mulher”, “esquecendo” à diversidade destas e as outras formas de opressão existentes socialmente.

Lélia Gonzalez (1988) propôs um interessante debate que ajuda na nossa reflexão ao retomar à categoria lacaniana “infante”. Segundo a autora, tal categoria refere-se àquelas/es sujeitas/os que não são sujeitas/os do próprio discurso, são infantilizadas e tratadas na terceira pessoa, ainda que estejam presentes, sua presença não é notada e nem mencionada, são destituídas de sua humanidade e tratadas como objeto. Àquela/àquele que é negada/o reproduz o discurso que a/o invisibiliza. Para a autora, agindo em conjunto com essa categoria está a categoria de sujeito-suposto-saber, também lacaniana, essa atribui conhecimento à figuras que não o detém, são identificações imaginárias. Neste sentido, confere-se uma superioridade à figura do colonizador, do homem e de pessoas brancas, como se esses/as sujeitos/as fossem detentores de todo e qualquer tipo de conhecimento.

A luta dos movimentos de mulheres negras, indígenas, latino-americanas, e também das mulheres brancas, rompem com essas duas categorias. O “nós por nós”, como gosto de pensar, é sobre desenvolver estudos sobre a nossa realidade e para que outras de nós identifiquem-se, falem sobre suas experiências, denunciem e problematizem as opressões vivenciadas.

O problema é que ainda que o feminismo acadêmico brasileiro rompa com as categorias abordadas por Gonzalez, a construção da racialização em nosso país, e com ela o apagamento das opressões raciais muitas vezes confundidas com opressões de classe, reproduziu a invalidação dos conhecimentos e vozes (silenciamento) de mulheres racializadas e as opressões por elas sofridas. Na verdade, esses escritos falam de um lugar racial, o lugar dá branquitude, mas como o ser “branco/a” não é por nós questionado, sua racialidade aparece ocultada e livre de questionamentos.

Nos anos 2000, Kia Caldwell (2000) chamava a atenção para a baixa produção feminista sobre a relação entre gênero e raça no Brasil que, diferentemente de outros países como Estados Unidos e a Inglaterra, não tivera causado tanto impacto. Para a autora, tal fenômeno podia ser causado, em partes, pela forma como o campo de estudos sobre as mulheres tinha se desenvolvido no país.

Embora as feministas negras brasileiras tenham tentado trabalhar com as especificidades das mulheres negras pelo menos desde o começo dos anos 80, seus insights relativos à interseção entre raça e gênero não se tornaram prioridades de pesquisa nos estudos sobre mulheres (CALDWELL, 2000, p.95).

Em 1994, Sandra Azeredo afirmava que (1994, p.204) “até hoje, entre nós feministas no Brasil, a questão racial tem geralmente ficado a cargo das mulheres pretas, como se apenas estas fossem marcadas pela raça”. Passados quase trinta anos, a crítica realizada por Azeredo ainda continua válida. A autora chamava a atenção para a falta de debate racial dentro do movimento feminista brasileiro. Hoje, apesar dos movimentos feministas estarem cada vez mais atuais nas discussões raciais são poucas as mulheres brancas que adentram ao debate teórico nas suas produções e criticam a própria branquitude.

Se olharmos mais de perto para a crescente produção sobre raça e racismo dentro dos estudos feministas e de gênero notamos que tais estudos escancaram o racismo presente no movimento feministas através das mulheres negras como sujeitas de pesquisa e que são agentes de sua própria ação, sempre falando em primeira pessoa. Tal configuração também é fruto do racismo velado no país e nos movimentos feministas.

Desde a década de 2010 que o debate sobre a problemática racial tem invadido os espaços e discussões. As recentes publicações dos livros “Lugar de Fala” da filósofa e feminista negra Djamila Ribeiro, publicado em 2017 e “Quem tem medo do feminismo negro?”, publicado em 2018; o livro Interseccionalidade de Carla Akotirene em 2019; as publicações dos livros traduzidos de Ângela Davis, em destaque o “Mulheres, Raça e Classe” em 2016; a coletânea dos livros traduzidos da escritora bell hooks, em especial o livro “Teoria Feminista: da margem ao centro”, em 2019; e o livro “Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento” de Patrícia Hill Collins, em 2019. Assim como a recuperação dos escritos de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Matilde Ribeiro, Luiza Bairros, Nelza

Santos, pelo movimento feminista negro tem fomentado o debate dentro das teorias feministas sobre a necessidade e urgência da temática racial.

Portanto, destaco os trabalhos que trouxeram a referência à discussão racial em seus títulos, a porta de entrada de seus escritos, e tiveram tal discussão como tema de sua tese ou dissertação.

Começo por Silvana Santos Bispo, mulher negra, e sua dissertação “Feminismos em Debate: Reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1997)”, orientada pela Profa. Dra. Márcia Macêdo. Defendida em 2011, o trabalho buscou refletir sobre as experiências das mulheres negras dentro do Movimento Negro Unificado e a construção do movimento de mulheres negras em Salvador. A pesquisa entrevistou cinco ativistas negras integrantes do MNU de Salvador como Luiza Bairros, Ana Célia da Silva, Valdecir Nascimento, Vilma Reis e Lindinalva Barbosa, mulheres que são referência na luta contra o racismo e o sexismo (BISPO, 2011).

Ainda em 2011, Fabiana Leonel de Castro⁹¹, mulher negra, defendeu a dissertação “Negras Jovens Feministas: Sexualidade, Imagens e Vivências”, orientada pela Profa. Dra. Cecília Sardenberg, discutindo o discurso proferido pelo senso comum e por intelectuais sobre a sexualidade das mulheres negras brasileiras. O trabalho foi elaborado através da observação participante do I Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas realizado em Salvador e de entrevistas com nove participantes baianas do evento (CASTRO, 2010).

A dissertação de Carla Akotirene (Carla Adriana Santos da Silva), mulher negra, defendida em 2012 e intitulada “Ó pa í, prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando o bonde no Conjunto Penal Feminino”, orientada pela Profa. Dra. Cecília Sardenberg, procurou identificar e analisar a intersecção entre racismo e sexismo no Conjunto Penal Feminino de Salvador por meio do estudo de campo de cunho etnográfico durante dois meses na instituição. O estudo revelou, segundo a autora, a predominância de mulheres pobres, negras e semianalfabetas em privação de liberdade e as situações de constrangimento e violências vivenciadas por essas mulheres. O trabalho aborda também a intolerância às religiões afro-brasileiras e a presença da lesbofobia dentro da instituição (SILVA, 2014). Akotirene tem se tornado

⁹¹ Aqui ocorreu divergências entre as datas de defesa, tanto o catálogo de Teses e Dissertações da Capes e o Catálogo de Dissertações e Teses do PPGNEIM informam que a defesa ocorreu no ano de 2011, já a dissertação disponibilizada no repositório online da UFBA é datada como 2010.

uma importante referência nas discussões sobre feminismos negros e interseccionalidade no Brasil.

Em 2013, destaca-se a dissertação de Giselle Cristina dos Anjos Santos, mulher negra, intitulada “Mulheres Negras em Cuba: representações sociais em tempos de crise (1990 – 2012)”, orientada pela Profa. Dra. Lina Aras. Através da análise da obra “Trilogia Suja de Havana” do escritor Pedro Juan Gutiérrez e de fontes orais, a pesquisadora buscou discutir as representações atribuídas as mulheres negras no contexto da crise econômica vivenciada por Cuba no início da década de 1990 até 2012 (SANTOS, 2013).

A dissertação de Maísa Maria Vale, mulher negra, defendida no ano de 2014 com o título “Mulheres negras na política: trajetória social e política de mulheres negras candidatas às eleições municipais de Salvador (2008 – 2012)” com a orientação inicial da Profa. Dra. Ana Alice Costa e posteriormente com a orientação da Profa. Dra. Lina Aras, o trabalho analisa a experiência de dez mulheres negras candidatas às eleições municipais da cidade de Salvador afim de compreender “as implicações sociopolíticas de acesso ao poder” e as experiências de opressão (VALE, 2014).

Com a discussão sobre padrões de beleza a dissertação “Padrões de beleza e elementos identitários de mulheres negras da periferia de Salvador/Ba” defendida em 2015 por Anni Novais Carneiro, mulher negra, e orientada pela Profa. Dra. Silvia Lúcia Ferreira, também merece destaque. Nesta dissertação, Carneiro entrevistou 16 mulheres negras participantes do Bloco do Bacalhau⁹² e moradoras do bairro de Plataforma e analisou os discursos dessas mulheres sobre seus corpos e os padrões de beleza vigentes. A autora concluiu que apesar das resistências aos padrões impostos, há mulheres que se encontram no “entre-lugar”, há também investimentos de tempo e dinheiro das mulheres para alcançar o padrão de beleza colocado pela televisão e que a não adequação a tal padrão deixa tais mulheres suscetíveis a interdições e violências simbólicas (CARNEIRO, 2015).

No mesmo ano Gilmara Santos Lisboa, mulher negra, defendeu a dissertação “As mulheres negras e brancas no contexto da prostituição: reflexões sobre as relações étnico/raciais e de gênero no centro histórico de Salvador”, orientada pela Profa. Dra. Josimara Delgado. A autora discute a prostituição feminina no centro

⁹² O Bloco do Bacalhau é um bloco de carnaval tradicional de Salvador.

histórico de Salvador a partir de sua experiência de trabalho no Projeto Força Feminina, instituição religiosa que trabalha e oferece assistência para as mulheres que se prostituem. A autora realizou coleta de depoimentos orais e entrevistas em profundidade com sete mulheres que se prostituem no local. Gilmara Lisboa concluiu que o racismo estruturante dá suporte para que as mulheres ingressem no mundo da prostituição e também é responsável pelas desigualdades vivenciadas nesse trabalho (SANTOS, 2015). Tal trabalho é um dos poucos que traz a categoria [mulheres] brancas como descritor.

“Acesso e utilização dos serviços de saúde por mulheres quilombolas para a promoção da saúde reprodutiva” foi a dissertação defendida em 2016 por Chirlene Oliveira de Jesus Pereira, mulher negra quilombola, e orientada pela Profa. Dra. Sílvia Lúcia Ferreira. Neste trabalho, a autora entrevistou dezoito mulheres quilombolas da comunidade de Porto da Pedra da cidade de Maragogipe, na Bahia, afim de analisar o acesso e a utilização dos serviços de saúde por essas mulheres. Chirlene Pereira identificou as dificuldades enfrentadas por essas mulheres na utilização dos serviços de saúde reprodutiva na comunidade, como por exemplo a distância dos serviços e a localização da comunidade e a ausência de meios de transportes rápidos e adequados (Pereira, 2016). A autora foi a única discente a trabalhar com mulheres quilombolas dentro das dissertações e teses levantadas pela pesquisa no PPGNEIM.

Destaco também a dissertação de Nzinga Mbandi (Dayane Nayara Conceição de Assis) intitulada “Dos navios negreiros aos porões da democracia: olhares de mulheres sobre a construção de uma agenda de políticas públicas no Brasil, de Belo Horizonte – MG a Salvador – BA”, defendida em 2016 e orientada pela Profa. Dra. Márcia Macêdo. No trabalho a autora discute a participação de mulheres negras nas três primeira conferências nacionais de políticas públicas para as mulheres no Brasil, analisando os discursos realizados pelas participantes. A autora aponta para a “necessidade da construção de um olhar gendrado e racializado sobre a participação social” (MBANDI, 2016).

Em 2017, Francimária Ribeiro Gomes, mulher não-branca, defendeu a dissertação “Trânsitos musicais e comunicação popular: experiências de protagonismo de mulheres negras em Cachoeira, Ba”, orientada pela Profa. Dra. Laila Rosa e co-orientação da Profa. Dra. Francisca Marques. O trabalho estudou as experiências de mulheres negras do Samba de Roda Suerdieck e de jovens negras

do rap da cidade de Cachoeira, na Bahia afim de investigar como a música perpassa as relações sociais e de gênero (GOMES, 2017).

A dissertação de Maria Marta Pinto Argolo, mulher negra, defendida em 2018 e intitulada “Construções e deslocamentos nas relações de gênero das mulheres/mães negras vitimadas pela violência policial contra jovens e adolescentes”, orientada pela Profa. Dra. Janja Araújo, trabalhou com a experiência de mulheres/mães negras que tiveram seus filhos mortos pela violência policial militar (ARGOLO, 2018).

Também no mesmo ano, a dissertação “Cocha de retalhos: mulheres negras e trabalho informal, resistência na contramão das desigualdades” defendida por Doranei Alves de Jesus, mulher negra, e orientada pela Profa. Dra. Janja Araújo, abordou o tema do trabalho informal. A pesquisa realizou um estudo de caso com a Cooperativa de trabalho Constelação das Artes e teve como objetivo analisar a relação das mulheres negras artesãs e costureiras de tal Cooperativa com o mercado de trabalho informal e as estratégias utilizadas por tais para o enfrentamento das desigualdades de gênero, classe e raça (JESUS, 2018).

Finalizando o ano de 2018, destaco a dissertação de Deise Sousa dos Santos, mulher negra, intitulada “Botei uma coragem nas minhas costas”: contradições da política de Assistência Social a partir das trajetórias de vida de mulheres negras usuárias de um CRAS em Salvador” e orientada pela Profa. Dra. Josimara Delgado. A pesquisa entrevistou seis mulheres negras do bairro Calabetão, em Salvador, tendo como objetivo investigar a trajetória de vida dessas mulheres usuárias da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) através da perspectiva interseccional (SANTOS, 2018).

Entre as teses selecionadas e relacionadas na tabela acima, destaco a tese de Cláudia Pons Cardoso, mulher negra, intitulada “Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras”, defendida em 2012 e orientada pela Profa. Dra. Cecília Sardenberg. A tese investigou as trajetórias de mulheres negras ativistas brasileiras através de entrevistas com 22 ativistas integrantes dos movimentos de mulheres negras no Brasil. O argumento central da tese, segundo a autora,

[...] está na afirmativa de que as mulheres negras ativistas elaboraram/desenvolveram um pensamento feminista próprio, à luz de saberes, práticas e experiências históricas de resistência aos processos de

opressão que as submete, em função de raça, gênero, classe e sexualidade (CARDOSO, 2012, p.15).

E por fim, a tese de Gilberta Santos Soares, mulher branca⁹³, intitulada “Sapatos tem sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil” defendida em 2014 e orientada pela Profa. Dra. Cecília Sardenberg. Inspirada na metodologia etnográfica, a pesquisadora realizou observação participante em uma organização lésbica feminista, a GAMI, da cidade de Natal no Rio Grande do Norte e entrevistas com vinte mulheres buscando compreender “a produção de sentidos e subjetividades na intersecção de gênero e sexualidade mediada pela identidade de gênero, considerando a vivência da lesbianidade em mulheres negras, de idades variadas e de camadas populares urbanas [...]” (SOARES, 2016).

Podemos constatar que a maioria dos trabalhos destacados que tiveram as mulheres negras como sujeitas de suas pesquisas foram realizados por mulheres negras. A escrita feminista negra, decolonial, latino-americano nos ensina a identificar o lugar de onde falamos/escrevemos, falar sobre nossas trajetórias como uma maneira daquelas/es que acessam nossos escritos possam identificar a/o sujeita/o que realizou tal produção. Assim, a maioria dessas mulheres autoras trouxeram em seus trabalhos a auto identificação racial para suas narrativas.

A única mulher branca a trazer a categoria [mulher] negra em seu título foi por mim classificada racialmente, pois não foi possível encontrar sua auto identificação racial em seus escritos. Ainda é difícil encontrar a autoclassificação de pessoas brancas devido a não racialização dessa identidade. Assim, a brancura acaba por ficar subentendida na sua ausência de identificação.

Quadro docente

Para compreender as produções também é importante sabermos como o quadro docente do programa está composto. Atualmente vinte e sete docentes compõem o

⁹³ Heteroidentificação.

PPGNEIM, sendo que cinco são professoras/es colaboradoras/es⁹⁴. As/os docentes estão distribuídas/os por quatro linhas de pesquisa⁹⁵, são elas:

- Gênero, Alteridades e Desigualdades (possui 11 docentes cadastradas/os)
- Gênero, Arte e Cultura (possui 04 docentes cadastradas)
- Gênero, Ciência e Educação (possui 04 docentes cadastradas)
- Gênero, Poder e Políticas Públicas (possui 09 docentes cadastradas/os)⁹⁶

As linhas de pesquisa nos ajudam a compreender quais temas são trabalhados pelo programa, fator que também influencia nas dissertações e teses produzidas. Assim, podemos constatar que o programa em questão possui áreas de pesquisa diversas como desigualdades, cultura, arte, políticas públicas, relações de poder, educação e ciência.

A pesquisa realizada Ivya Alves, Sílvia Lúcia Ferreira, Maíra Kubik Mano (2016) buscou analisar as teses produzidas no período de 2006 e 2016 no PPGNEIM. As autoras levaram em conta os títulos, ano de entrada no programa e ano de defesa da tese, a orientação e linha de pesquisa que cada trabalho estava inserido, além da bibliografia utilizada. Das 24 teses levantadas, as autoras constataram que onze delas pertenciam a linha de pesquisa de “Gênero, Poder e Políticas Públicas” e oito da linha de pesquisa “Gênero, Ciência e Educação”.

A seguir podemos conferir a relação de docentes que fazem parte do programa, suas respectivas formações e a área de atuação de acordo com as linhas de pesquisa do PPGNEIM.

⁹⁴ A Profa. Dra. Janja Araújo participa de duas linhas de pesquisa (Gênero, Arte e Cultura e a linha Gênero, ciência e educação)

⁹⁵ De acordo com Ivya Alves, Sílvia Lúcia Ferreira e Maíra Kubik Mano (2016), o programa teve inicialmente três linhas de pesquisa: “Gênero, Identidade e Cultura”. “Gênero, Saúde e Trabalho” e “Gênero, Poder e Políticas Públicas” que foram repensadas e reformuladas no ano de 2010 compondo assim a atual divisão.

⁹⁶ No site do programa o nome da fundadora e professora do programa, em homenagem à memória de Ana Alice Alcântara, seu nome permanece compondo a linha de pesquisa “Gênero, Poder e Políticas Públicas” a qual fazia parte.

Quadro 04: Quadro de docentes PPGNEIM

DOCENTE	FORMAÇÃO	ÁREA DE PESQUISA
Alda Britto da Motta	Doutorado em Educação (UFBA) Mestrado e Graduação em Ciências Sociais (UFBA)	Gênero, Alteridades e Desigualdades
Ângela Lúcia Silva Figueiredo	Doutorado em Sociologia (IUPERJ) Mestrado e Graduação em Ciências Sociais (UFBA)	Gênero, Alteridades e Desigualdades
Ângela Maria Freire de Lima e Souza	Doutorado em Educação (UFBA) Mestrado em Biologia (UFBA) Graduação em Ciências Biológicas, Licenciatura (UFBA)	Gênero, Ciência e Educação
Catarina Alessandra Rea	Doutorado em Filosofia pela <i>Université Catholique de Louvain</i> – Bélgica Mestrado em <i>Clinique du corps et anthropologie psychanalytique</i> pela <i>Université Paris Diderot</i> Mestrado em <i>Diplome d'études approfondies</i> pela <i>Université Catholique de Louvain</i> – Bélgica Graduação em <i>Lettere e filosofia</i> pela <i>Universita Cattolica del Sacro Cuore di Milano</i> , UCSC, Itália	Gênero, Alteridades e Desigualdades
Cecília Maria Bacellar Sardenberg	Graduação em Antropologia Cultural pela <i>Illinois State University</i> , EUA Mestrado em Antropologia Social pela <i>Boston University</i> , EUA Doutorado em Antropologia Social pela <i>Boston University</i> , EUA	Gênero, Poder e Políticas Públicas
Darlene Silva Vieira Andrade	Doutorado PPGNEIM Mestrado PPGNEIM Graduação em Psicologia, Faculdade Ruy Barbosa	Gênero, Alteridades e Desigualdades
Felipe Bruno Martins Fernandes	Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC) Mestrado em Educação Ambiental (FURG) Graduação em Ciências Biológicas (PUC-Minas)	Gênero, Alteridades e Desigualdades
Iole Macedo Vanin	Doutorado e Mestrado em História (UFBA) Graduação em História (UCSAL)	Gênero, Ciência e Educação
Josimara Aparecida Delgado Baour	Doutorado e Mestrado em Serviço Social (UFRJ) Graduação em Serviço Social (UFJF)	Gênero, Poder e Políticas Públicas
Laila Andressa Cavalcante Rosa	Doutorado e Mestrado em Música (UFBA) Graduação em Licenciatura em Música	Gênero, Arte e Cultura
Lina Maria Brandão de Aras	Doutorado em História Social (USP) Mestrado em História (UFPE) Graduação em História (UFBA)	Gênero, Ciência e Educação
Maíra Kubík Taveira Mano	Doutorado em Ciências Sociais (UNICAMP) Mestrado em Ciências Sociais (PUC-SP) Graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo (PUC-SP)	Gênero, Poder e Políticas Públicas
Márcia dos Santos Macedo	Doutorado e Mestrado em Ciências Sociais (UFBA) Graduação em Bacharelado em Sociologia (UFBA)	Gênero, Alteridades e Desigualdades
Marcia Santana Tavares	Doutorado em Ciências Sociais (UFBA) Mestrado em Sociologia (UFS) Graduação em Serviço Social (UFS)	Gênero, Poder e Políticas Públicas

Paula Cristina da Silva Barreto	Doutorado em Sociologia pela (USP) Mestrado em Sociologia pela (UFBA)	Gênero, Alteridades e Desigualdades
Rosângela Janja Costa Araújo	Doutorado e Mestrado em Educação (USP) Graduação em História (UFBA)	Gênero, Arte e Cultura Gênero, Alteridades e Desigualdades
Saete Maria da Silva	Doutorado PPGNEIM Mestrado em Direito (UFC) Graduação em Direito (URCA)	Gênero, Poder e Políticas Públicas
Sílvia Lúcia Ferreira	Doutorado em Enfermagem (USP) Mestrado em Enfermagem (UFSC) Graduação em Enfermagem e Obstetrícia (UFBA)	Gênero, Poder e Políticas Públicas
Teresa Sacchet	Doutorado em <i>Government, University of Essex</i> Inglaterra Mestrado em <i>Politics and Sociology, University of London</i> , Inglaterra Graduação em Bacharelado em Serviço Social (UFSC)	Gênero, Poder e Políticas Públicas
Valéria dos Santos Noronha Miranda	Doutorado em Serviço Social (UFRJ) Mestrado em Serviço Social (UERJ) Graduação em Serviço Social (UFF)	Gênero, Poder e Políticas Públicas
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	Doutorado em História <i>Universidad de Leon</i> Espanha Mestrado em História (PUC-SP) Graduação História e Licenciatura em História (PUC-SP)	Gênero, Poder e Políticas Públicas
Iracema Guimarães (colaboradora)	Doutorado em Sociologia (USP) Mestrado e Graduação em Ciências Sociais (UFBA)	Gênero, Alteridades e Desigualdades
Leandro Colling (Colaborador)	Doutorado e Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA) Graduação em Comunicação Social (UNISINOS)	Gênero, Alteridades e Desigualdades
Linda Rubim	Doutorado em Comunicação (UFRJ) Especialização em Jornalismo Comparado pela Fundação Cásper Líbero e em Arte e Comunicação (USP) Graduação em Comunicação (UFBA)	Gênero, Arte e Cultura
Maria Gabriela Hita	Doutorado em Ciências Sociais (UNICAMP) Mestrado em Ciências Sociais (FLACSO) Graduação em Sociologia (UFBA)	Gênero, Alteridades e Desigualdades
Nancy Rita Ferreira Vieira	Doutorado e Mestrado em Letras (UFBA) Graduação em Licenciatura em Letras (UCSAL)	Gênero, Arte e Cultura
Cloves Luiz Pereira Oliveira	Doutorado em Ciência Política (IUPERJ) Mestrado em Sociologia <i>University of Pittsburgh</i> EUA Graduação em Ciências Sociais (UFBA)	Gênero, Poder e Políticas Públicas

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o currículo Lattes de cada docente cadastrada no programa e presentes nas linhas de pesquisa, apenas 07 colocam como interesse a questão racial⁹⁷ em seus currículos. A Profa. Dra. Ângela Figueiredo, Profa. Dra. Maria Gabriela Hita (colaboradora), Profa. Dra. Paula Barreto, Profa. Dra. Laila Rosa, Profa.

⁹⁷ No site do programa é fornecido informações sobre as/os docentes e suas áreas de pesquisa. Ver: <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>.

Dra. Janja Araújo, Prof. Dr. Cloves Pereira, Profa. Dra. Valéria Noronha, Profa. Dra. Teresa Sacchet (professora visitante) (1/4 das docentes). Entretanto, isso não exclui a possibilidade das demais docentes orientarem trabalhos que utilizem dos estudos sobre raça e racismo.

A militância, não apenas discente, mas também por parte das/os docentes é um fator fundamental para a difusão dos debates antissexistas e antirracistas nas universidades. A formação de grupos de estudo e pesquisa, as propostas de projetos de pesquisa e iniciação científica, e de disciplinas, ainda que optativas, são fundamentais para os estudos feministas antirracistas, enegrecidos e descolonizados, assim como são fundamentais para os estudos sobre as relações raciais gendradas. Tomo como exemplo a disciplina oferecida como optativa no PPGNEIM denominada “Dinâmicas das Relações de Gênero, Raça e Classe” e tradicionalmente ofertada pela Profa. Dra. Janja Araújo que, pessoalmente, me possibilitou adentrar de uma maneira mais ativa nas discussões sobre raça e racismo nos estudos feministas⁹⁸.

Nilma Lino Gomes (2017) em seu livro “O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação”, explícita como o movimento negro no Brasil foi essencial para a construção de uma educação antirracista não somente nas universidades como também na educação básica. A criação de leis e políticas afirmativas, a ressignificação da negritude e da beleza negra, o combate ao racismo presente nos materiais didáticos e na estrutura social e política, entre tantas outras ações, tem escancarado o racismo brasileiro e cobrado medidas mais efetivas contra o genocídio e epistemicídio da população negra.

Por fim, as feministas negras chamaram a atenção para a importância da experiência e do lugar situado. Assim como as teorias decoloniais criticam o fazer científico das universidades ocidentais e ocidentalizadas. Romper com os padrões, ouvir novas vozes, aprender outros conhecimentos, fugir da **universalidade**. Quando os movimentos feministas romperam as grades e adentraram as universidades trouxeram (e trazem) consigo a possibilidade de enxergar e ler a realidade de um outra forma, de uma maneira diferente daquela vista por homens, brancos, burgueses e

⁹⁸ Outras disciplinas com a temática de Gênero e Relações Raciais vieram a ser ofertada como por exemplo a disciplina “Gênero, racismo e saúde” ministrada pela professora Silvia Lucia Ferreira, em 2019, na escola de Enfermagem, mas com acesso às discentes do PPGNEIM. A disciplina “Estudos de Gênero na África Negra” ministrada pela professora Ângela Figueiredo, também em 2019, no Centro de Estudos Étnicos e Africanos, e a disciplina “Estudos Feministas Pensamento do Feminismo Negro” ministrada pela professora Marcia Macedo, em 2015. Márcia Macedo também ministra disciplina com temática semelhante no Bacharelado de Gênero e Diversidade do Neim.

ocidentais. Apontaram (e apontam) para as relações de poder presentes na construção do gênero. Mas não foi, e não é, suficiente.

Não quero com isso dizer que discentes negras/os necessariamente estudem e pesquisem sobre a temática racial. O que venho afirmar é que o lugar da branquitude vem sendo questionado e **destruído/enfrentado** por novas sujeitas/os que acessam o ambiente acadêmico e criticam a norma vigente. A promoção de debates intra e extraclasse, os grupos de estudos e pesquisas formados sobre a temática racial, sobre etnia, gênero e feminismos são fundamentais. No entanto, ainda temos uma baixa produção de estudos sobre a branquitude ou que tragam a/o sujeita/o branca/o racializada/o. No levantamento focado no PPGNEIM apenas um trabalho abordou mulheres brancas, a dissertação de Gilmara Santos Lisboa, e apenas um trabalho sobre mulheres quilombolas, a dissertação de Chirlene Pereira, que é mulher quilombola, assistente social e professora. Além do mais, nenhum das produções chegou a abordar a categoria de mulheres indígenas em seus resumos, títulos ou palavras-chave.

Outro ponto interessante é a utilização do conceito de interseccionalidade presente entre boa parte dos estudos que compõem a interseção dos campos de mulheres, gênero e feminismos e do campo de estudos de raça e racismo, o qual convencionei chamar de MGFI durante esta tese, principalmente no PPGNEIM. Como foi abordado no primeiro capítulo, a difusão do artigo de Kimberlé Crenshaw nos anos 2000 no Brasil levou o conceito de interseccionalidade para dentro da academia com uma grande aderência de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros. À Crenshaw foi atribuída a criação do conceito, entretanto como nos lembra Patricia Hill Collins, os movimentos sociais negros, chicanos e latinos das décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, já traziam em seus discursos e ideias a interseccionalidade embora ainda que não o nomeasse.

Assim, “interseccionalidade” não é apenas mais um conceito acadêmico, é um conceito que carrega um significado político dos movimentos feministas negros e que fornece suporte metodológico para as pesquisas. Pensar interseccionalmente não é somar as mais diversas formas de opressões, como bem nos lembra Carla Akotirene (2019) ao citar Patricia Hill Collins.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou corporativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por

e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (AKOTIRENE, 2019, p.27).

Nova geração

O PPGNEIM tem se tornado uma importante referência para a interseção dos campos de estudos de gênero, mulheres e feminismos e do campo de estudos de raça e racismo. Aponto que cada vez mais o perfil discente e docente tem se modificado e com eles modifica-se também as linhas de pesquisas, as ementas disciplinares, a oferta de debates para o público externo do programa. Acredito que estamos compondo um grande e importante referencial de estudos feministas antirracistas e de estudos antirracistas genderados dentro da universidade.

Podemos ver um exemplo dessa mudança através dos títulos dos projetos de mestrado e doutorado submetidos durante a Seleção de Aluna/o Regular do programa no ano de 2020 para as turmas de 2021. Levando em consideração os descritores selecionados por esta pesquisa para o campo de estudos de raça e racismo, dos cento e vinte três projetos submetidos para o mestrado no PPGNEIM, quarenta e dois possuíam algum descritor em referência a tal campo de estudos, representando assim 34% dos trabalhos. Porcentagem semelhante ocorreu entre os projetos para doutorado, dos trinta e cinco projetos submetidos à seleção, onze apresentaram algum descritor do campo de estudos de raça e racismo, totalizando assim 31,4% dos projetos.

As “mulheres negras” e “mulheres pretas” são as que mais aparecem como sujeitas de pesquisa no campo de MGFI, não só nos projetos submetidos, como também nas dissertações e teses já defendidas no PPGNEIM e analisadas acima. Isso indica que o campo de estudos tem sido construído através das discussões dos feminismos negros, em especial nos estudos e pesquisas referentes as experiências e demandas das mulheres negras, pretas e quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meu propósito nesta tese foi verificar como os campos de estudos sobre gênero, mulheres e feminismos e sua interseção com os estudos de raça e racismo estavam sendo produzidos dentro da academia tomando como base os cursos de Pós-graduação da UFBA.

Durante esta pesquisa enfatizei a perigosa homogeneidade contida na terminologia “estudos de gênero” para referenciar-se a um campo tão vasto como o campo de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos. A utilização das categorias mulheres e feminismos em referência a um campo teórico carregam consigo as lutas pela inserção das mulheres nos espaços de ensino e pesquisa, não só como pesquisadoras, mas também como **sujeitas** de pesquisa. A escrita também é um ato político e devemos ser responsáveis por ela.

No primeiro capítulo vimos uma explanação teórica sobre a entrada das mulheres nos espaços de ensino e a formação do campo de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos no país, como também a formação do campo de estudos sobre raça e racismo. A entrada das mulheres, e posteriormente uma maior entrada das pessoas negras através da política de reserva de vagas nas universidades, possibilitou uma mudança do perfil discente, trouxe novos olhares e possibilidades de pesquisas.

Esta tese faz coro aos levantamentos já realizados e confirma, ainda que tímido, um crescimento na produção dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos, dos estudos sobre raça e racismo e sua interseção. Como vimos, 25,6% de todos os trabalhos encontrados pela primeira fase da pesquisa possuíam pelo menos um dos descritores pertencentes aos campos de estudos analisados. Também foi possível identificar um aumento das produções dos campos um, dois e três a partir do ano de 2007, principalmente dos campos 1 e 3 (MGFI). Os anos de 2017 e 2018 apresentaram também um avanço considerável de tais produções nos programas de Pós graduação.

Podemos atribuir tais aumentos não somente a política de reserva de vagas aplicada no ano de 2005 para os cursos de graduação da UFBA e a entrada de pessoas negras e de classe baixa na universidade, como também ao aumento

gradativo das vagas para os cursos de Pós-graduação e a concessão de financiamento para a realização de pesquisas.

A inserção de novos sujeitos políticos em tais espaços de conhecimento fomenta a construção de grupos de pesquisa e de movimentos sociais que questionam o modelo positivista da ciência moderna e abrem espaço para novas epistemologias e perspectivas de mundo. Assim, com outros olhares e outras vozes que identificam um lugar de fala e trazem consigo a importância de se pensar interseccionalmente, a produção de conhecimento torna-se também um ato político pautado em críticas antirracistas e antissexistas.

Entretanto, também foi possível notar a discrepância de produções entre os cursos de pós-graduação analisados. Foi constatado que há uma grande produção principalmente dos estudos sobre as mulheres nos cursos de Ciências Sociais, História e Psicologia. Ao mesmo tempo, tais estudos sobre mulheres e os estudos de gênero ainda são pouco produzidos em determinadas áreas como os programas de Filosofia, Geografia e Direito, por exemplo. Por qual motivo tais programas ainda possuem poucas produções dos campos de estudos analisados? O que faz por exemplo o curso de Direito com 543 produções totais encontradas pela pesquisa apresentar apenas 16 trabalhos selecionados? Assim como o curso de Filosofia, das 165 produções totais encontradas pela pesquisa, apenas uma dissertação trabalhou de fato com o campo de estudos de mulheres, gênero e feminismos, e nenhuma das produções encontradas citou o campo dos estudos de raça e racismo.

Questiono então como são constituídos os corpos docentes e discentes dos programas que tiveram poucas produções selecionadas por esta pesquisa? Quais são as barreiras que impedem os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos, raça e racismo adentrarem tais espaços? Acredito que seja necessário atentarmos também para as bibliografias base dos cursos e para as disciplinas ofertadas. Por outro lado, convenho pensar que em 2016 a Pós-graduação em Filosofia teve sua primeira defesa sobre os estudos MGF, considero um avanço.

Outro ponto que me chamou a atenção durante a sistematização das orientações dos trabalhos selecionados foi a presença de docentes que compõem o Programa de Pós graduação do NEIM como orientadoras dos trabalhos selecionados em outros programas, como por exemplo em Ciências Sociais e História. As

professoras Alda Motta, Lina Aras, Cecilia Sardenberg, Ana Alice Costa foram as que mais apresentaram trabalhos selecionados em outros programas.

Compreendo então que o trabalho docente também é fundamental para a disseminação dos estudos antissexistas e antirracistas, principalmente das docentes-ativistas que por vezes são sobrecarregadas, porém essenciais para a formação de novas/os pesquisadoras/es engajadas/os. O posto também ocorre cada vez mais com a chegada de discentes-ativistas nas salas de aula, de pessoas com a experiência da militância social, que educam suas/seus docentes e colegas de curso ao trazer novos conhecimentos, literaturas e propostas de pesquisa. O movimento negro educador, como aborda Nilma Lino Gomes, e coloco os movimentos feministas educadores também, são peças principais nesse jogo. Além do mais, é importante notar que cada vez mais mulheres de meia idade (entre quarenta e cinquenta anos) estão retornando às salas de aula nos cursos de mestrado e doutorado, inclusive no PPGNEIM⁹⁹.

Durante o quarto capítulo foi possível observar como o Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos foi o programa que mais produziu dissertações e teses na **interseção** dos campos de estudos de mulheres, gênero e feminismos e dos estudos sobre raça e racismo. Constitui-se assim um importante espaço de geração de pesquisas antissexistas e antirracistas dentro da Universidade Federal da Bahia.

Por fim, gostaria de ter as respostas para todas as indagações que ocorreram durante a produção desta tese, porém sei que tal trabalho não acabará por aqui. Espero que o levantamento realizado sirva como alento para que novas pesquisas sejam realizadas. A promoção dos estudos sobre os campos aqui trabalhos é fundamental para pensarmos uma sociedade cada vez mais crítica para suas opressões e privilégios em um país que está no topo do ranking dos que mais mata mulheres negras, mulheres brancas e jovens negros no mundo.

O espaço universitário, como qualquer outro espaço de poder, é marcado por disputas internas entre aqueles que são privilegiados por uma sociedade baseada em hierarquias de gênero, raça, classe e sexualidade, e por aqueles que foram excluídos e marginalizados da produção de conhecimento científico e que estão na base dessas hierarquias, os dissidentes. Essa tese surgiu através da inquietação sobre o androcêntrismo e o racismo velado presente nas instituições universitárias que

⁹⁹ Agradeço a Márcia Paim sempre perspicaz em suas observações.

reverberam nas produções de conhecimento e no fazer científico, mas também, da esperança sob uma nova geração disposta a mudar.

Precisamos descolonizar nossos pensamentos e nossas universidades. Precisamos de uma educação libertadora, antirracista e antissexista. Permitir que as **universidades** se tornem **pluriversidades**. Que toda e qualquer forma de conhecimento seja bem-vinda e respeitada como tal. A educação e o conhecimento deve ser um direito de todos e todas nós.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Para uma revisão das ciências humanas no Brasil desde a perspectiva das mulheres. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 9-29.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019, p. 152.

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos Latinoamericanos. **Estudos Feministas**. Ano 6, 2 semestre 1998, p.265-284.

ALVAREZ, Sonia et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.2, p.541-575, jul./dez. 2003.

ARGOLO, Maria Marta Pinto. **Construções e deslocamentos nas relações de gênero das mulheres/mães negras vitimadas pela violência policial contra jovens e adolescentes**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.179. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28015/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20F%20INAL%20-%20vers%c3%a3o%20enviada%20para%20o%20reposit%c3%b3rio.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

ARTES, Amélia; MENA-CHALCO, Jesús. Expansão da temática relações raciais no banco de teses e dissertações da Capes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n.4, pp. 1221-1238.

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**, ano 2, 2º semestre, 1994, pp. 203-216

BAIRROS, Luiza. Mulher Negra e o Feminismo. In: SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice A (orgs.). **O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**, 2008, p.139-146.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 16, Brasília, jan/abr de 2015, pp. 39-64.

_____; RIOS, Flávia; NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SANTOS, Dyane Brito Reis. A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. **BIB**, São Paulo, n.94, 2020, pp. 1-35.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, jan./abr. 2009, pp.125-156.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e Poder: a questão das cotas para negros. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao**

Racismo nas Américas, Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005, pp.165-178.

BISPO, Silvana Santos. **Feminismos em debate: Reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 – 1997)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 204. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6302/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20final.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013, p.114.

BRUSCINI, Cristina. O trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Estudos Feministas**, ano 2, 1 semestre 1994, p.17-32.

Carta pública ao Congresso Nacional. Todos têm direitos iguais na República Democrática. 2006. Disponível em https://www.nacaomestica.org/abaixo_assinado_contra_cotas.htm. Acesso em agosto de 2020.

CAMPOS, Luiz Augusto; GOMES, Ingrid. Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar na produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994 – 2013). **Sinais Sociais**. Rio de Janeiro, v.11, n.32, set-dez 2016, p. 85-116.

CANDIDO, Marcia Rangel; JÚNIOR, João Feres; CAMPOS, Luiz Augusto. Raça e Gênero nas Ciências Sociais: um perfil da pós-graduação no Brasil. **Boletim OCS**, n.1, set. 2018, p. 1-11.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Feminismos**, ano 8, 2º semestre, 1992, pp. 91-108.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). CAInter (Comissão de Área Interdisciplinar). Documento de Área Interdisciplinar Triênio 2007 – 2009. Brasília, 2008.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro 2014, p. 965-986.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra/Centro de estudos Sociais, Coimbra, p.232. 2008.

CARNEIRO, Anni de Novais. **Padrões de beleza e elementos identitários de mulheres negras da periferia de Salvador/Ba**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.124. 2015.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p.339. 2005.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, 17(49), p. 117-132, 2003.

_____. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002, p. 169-193.

CASTRO, Fabiana Leonel de. **Negras jovens feministas: sexualidade, imagens e vivências**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.131. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7782/1/fabiana.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021

CFEMEA. **Jornal Fêmea**. Ano X, nº 113, Brasília/DF, junho 2002.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu** (51), 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução Bianca Santana. **Parágrafo**, v.5, nº1, jan/jun 2017, p. 6-17.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, Durban. Declaração e Programa de Ação, 2001. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/03/durban-2001.pdf>. Acesso: agosto de 2020

COSTA, Albetina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Estudos Feministas**, ano 2, 2º semestre 1994, p.401-409

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1 sem. 2005.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SADENBERG, Cecília Maria B. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos Feministas**, ano 2, 2 semestre 1994, p. 387-400.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico de gênero. **Cadernos Pagu**, 11, 1998, p.127-140.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p.260-285.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p.171-188, 1º semestre 2002.

CURIEL, Ochy. La red de mujeres afrolatinoamericanas y afrocaribeñas: Un intento de acción política transnacional atacado por la institucionalización, **CEPI**, 2006, p. 1-18.

DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Ângela. Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo. Conferência na Universidade Federal da Bahia no dia 25 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6CdrOqPE7Rs> .

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], vol.12, n.23, 2007, pp. 100-122. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ª ed. Editora Globo: São Paulo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FIGUEIREDO, Ângela. Conferência na Universidade Federal da Bahia no dia 25 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6CdrOqPE7Rs> .

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

GOMES, Francimária Ribeiro. **Trânsitos musicais e comunicação popular: experiências de protagonismo de mulheres negras em Cachoeira, Ba**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.159. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29100/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20FRANCIM%c3%81RIA%20RIBEIRO%20GOMES%20-%20TR%c3%82NSITOS%20MUSICAIS%20E%20COMUNICA%c3%87%c3%83O%20POPULAR%20%28PPGNEIM%29-convertido%20%282%29.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, ano 38, nº151, jul/set 2001, p.129-152.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol.31, nº 1, janeiro/abril 2016, pp. 25-49.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 3ª ed, 2009, 256p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2ª ed. rev., 2012, 240p.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020

JESUS, Dorane Alves. **Cocha de Retalhos**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.104. 2018.

LEITE, Rosalinda de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun. 2003.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colombia, nº9, p.73-101, julio-diciembre, 2008.

KARAWAJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan/jun. 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropologia. Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**. 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência, Brasília, 2000.

MATTOS, Bianca; SANTOS, Heloisa Helena de Oliveira; MATTOS, Suzana. Os estudos sobre mulheres negras no Brasil: levantamento quantitativo sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema no país. In: JOHAS, Bárbara; AMARAL, Marcela; MARINHO, Rossana (orgs). **Violências e resistências**. Teresina: EDUFPI, 2020, pp. 181 – 202.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. **Gênero**. Niterói, v.4, n.2, p. 149-169, 1º sem. 2004.

MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A.,2003.

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. **Soc. Estado**, 34(1), jan-abr, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010007>.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida descente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004, p.667-710.

MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. Do original em inglês: “Understanding sex and gender”, In: Tim Ingold (ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1997, p. 813-830. Tradução de Júlio Assis Simões (exclusivamente para uso didático). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/269229/mod_resource/content/0/henrietta%20moore%20compreendendo%20sexo%20e%20g%C3%AAnero.pdf

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988, 250p.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol.8, n.2, p. 9-41, 2000.

NOVELLINO, Maria Salete Ferreira. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras. **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, 2006, Caxambú-MG.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise (orgs.). **A Mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.95-120.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272, 2006.

_____. O feminismo de “Segunda Onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.238-259.

PEREIRA, Chirlene Oliveira de Jesus. **Acesso e utilização dos serviços de saúde por mulheres quilombolas para promoção da saúde reprodutiva**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 113. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23866/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20CHIRLENE%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3), setembro-dezembro, 2008, p.887-896.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas da Perspectiva dos Direitos Humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, nº 124, jan/abr 2005, p. 43-55.

PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) mulher?”. In: ALGRANTI, Leia (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002, p. 7-42.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). **Psicologia Social do Racismo**, 5ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012, pp.59-90.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade e modernidade/racionalidade”. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. In: BONILLO, Heraclio (Comp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo; FLACSO, 1992. p. 437-449.

RIOS, Francisco Welton Silva; SOUZA, Maria Naires Alves de. Gênero e Sexualidade como temas de teses e dissertações, **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, 2017, pp. 1923-1938. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/941/917#> Acesso: dezembro de 2021.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negra Brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**, ano 3, 2º semestre 1995, p.446-457.

RICOLDI, Arlene Martinez. Trabalho, Família e Política: os estudos de gênero e os Grupos de Trabalho da Anpocs. 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017, p.1-17. RIOS, Francisco Welton Silva; SOUZA, Maria Naires Alves de. Gênero e sexualidade como temas de teses e dissertações: levantamento quantitativo nos repositórios do IBICT e da CAPES. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v.13, n. esp. CBBB, 2017. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28754/1/2017_art_fwsrios.pdf Acesso: dezembro de 2020.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95 p. Acesso em: 20 de junho de 2020.

ROMÉRO, Sylvio. **História da Literatura Brasileira: tomo primeiro (1500-1830)**. 2. ed., Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.

ROSALDO, Michelle. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise (orgs.). **A Mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.33-64.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS. n.1. p.11-36, 2005 (1980).

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.1, p. 47-68, jan./jun. 2001.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução Cristina Rufino Dabat; Edileusa Oliveira da Rocha; Sônia Correa. Recife: Edição SOS Corpo, 1993. SANTOS, Émerson Silva; SALES, Ronaldo Laurentino de. Produção do conhecimento em sexualidade e gênero nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil: um estudo a partir das pesquisas socializadas nos encontros anuais da ANPOCS. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, ano 2, v. 2, nº5, jan/abr 2019

SANTOS, Deise Sousa dos. “[...] **Botei uma coragem nas minhas costas**” **Contradições da política de assistência social a partir das trajetórias de vida de mulheres negras usuárias de um CRAS em Salvador**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018, 141f

SANTOS, Gilmara Lisboa. **As mulheres negras e brancas no contexto da prostituição: reflexões sobre as relações étnico/raciais e de gênero no centro histórico de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 118. 2015.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. **Mulheres negras em Cuba: representações sociais em tempos de crise (1990 – 2012)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.232. 2013.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele, Mascarenhas. As cotas na Universidade Federal da Bahia: história de uma decisão inédita. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**, Salvador: CEAO, 2012, pp. 41-76.

_____. O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**, Salvador: CEAO, 2013, pp.37-66.

SARDENBERG, Cecilia. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque. **Cadernos Pagu**, 52, 2018:e185201

_____. Migrações Perigosas: as (des)aventuras semânticas do conceito de gênero nos projetos e políticas para mulheres no Brasil. In: E. Gonçalves et alia (orgs.). **Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais**, Goiânia: PUC Goiás, 2014, p.19-48.

_____. História e Memória do feminismo acadêmico no Brasil: o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA (1983-2020). **Revista Feminismos**, vol. 8, n.3, set-dez 2020, p.82-121.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Carla Ariana Santos da. **Ó Pa Í, Prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando o bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.200. 2014. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18987/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20de%20Carla%20Adriana%20da%20Silva%20Santos.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

SILVA, Salete Maria da. **A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.322. 2011.

SILVÉRIO, Valter Roberto; MEDEIROS, Priscila Martins. Ação Afirmativa para negros e indígenas: um ensaio sobre a crise do discurso civilizacional e a reorientação nas políticas públicas de inclusão no Brasil. In.: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter (orgs.). **Ações Afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, v.2, 2016, p. 61-92.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 218-237.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUSA, Karla Cristhina Soares. **Tornar-se mulher: Feminismo existencialista e Performatividade de gênero**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasilidade, 1999.

_____. O protagonismo de mulheres na ditadura militar. **RIDH**. Bauru, v.2, n. 2, p. 9-18, um. 2014.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Genealogias Dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.201. 2019.

UERJ em Questão. *Jornal Bimestral*, jan./fev. 2013, ano XIX, n. 97. Disponível em: <https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2019/01/uerjemquestao97.pdf>. Acesso: agosto de 2020.

VALE, Máisa Maria. **Mulheres negras na política: trajetória social e política de mulheres negras às eleições municipais de Salvador (2008 – 2012)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.185. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18291/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20Ma%c3%adsa%20Maria%20Vale.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

ANEXO I - DESCRITORES

Abordagens de gênero Adolescente negro Adolescentes negros Adolescentes-
meninas Afeminadxs Afeminamento dos costumes Afirmação étnica Afirmação negra
Afro Afro-baiana Afrobaianidade Afro-baianos Afro-barroca Afro-brasileira Afro-
brasileira Afro-brasileiras Afro-brasileiro Afro-brasileiros Afro-carnavalesca Afro
cubana Afro descendência Afrodescendente Afrodescendentes Afrodescendentes
brasileiros Afrodiaspórico Afro empreendedorismo Afroepistemológica Afro
epistemologia Afroidentitário Afro indígenas Afro jamaicano Afro perspectivas Afro
pessimistas Afro religioso Afro-sacra Agencia feminina Agencias indígenas Agentes
indígenas Aldeamento indígena Aldeamentos indígenas Aldeia indígena Alunos
negros e brancos Alunos negros e negras Alunos negros ou afrodescendentes Ambos
os sexos Ansiedades raciais Anti-índio Antirracistas Antirracismo Antirracista
Antissexista Antropologia feminista Apelos raciais Arte afro-brasileira Arte indígena
Artista afro-brasileiro Artista visual afro-brasileiro Artistas indígenas Ascendência
negra Aspecto racial Aspectos raciais Assimetria sexual Associação civil negra
Associativismo negro Ativista feminista Ativistas negras Atlântico negro Atributos
femininos Atributos masculinos Autonomia feminina Auto representações sociais de
gênero Autoria feminina Autoridade feminina Autoridades masculinas Bairro negro
Beleza negra Bigamia feminina Bloco afro Blocos afros Boneca negra Bonecas negras
Bonecas/os negras/os Branca Brancas Branco Branco-europeia Brancos Brancos e
negros Brancura Branqueada Branqueamento Branqueamento social Branquidade
Branquitude Cabocla Caboclada Caboclo Caboclos Candidatas negras Capoeira
feminista Capoeiristas brancas Características masculinas e femininas Carnaval
negro Carreira feminina Cartografia negra Categoria de gênero Categoria gênero
Categorias étnicas Categorias raciais Chefia familiar feminina Chefia feminina
Ciberfeminismo Ciberfeministas Cidade-negritude Cinema indígena Cinema negro
Circuncisão feminina Circuncisão masculina Cisgeneridade Cisgênero Classe
trabalhadora negra Classificação racial Classificações raciais Clivagem étnica
Clivagens raciais Codificação racial Coletividade masculina Coletividades de gênero
Coletivo de mulheres Compartimentalização sexual do trabalho Comportamento
feminino Comportamentos femininos Composição étnico-racial Comunidade afro
religiosa Comunidade étnica Comunidade indígena Comunidade indígena e não-

indígena Comunidade negra Comunidade negra rural Comunidade quilombo
Comunidade tradicionais indígenas Comunidades brancas Comunidades indígenas
Comunidades negras Comunidades quilombolas Comunidades rurais negras
Conceito de gênero Conceitos raciais Concepção racial Concepções feministas
Condição de sexo Condição étnica Condição feminina Conduta feminina Confeção
feminina Conhecimento afro-brasileiro Conhecimento étnico-referenciado Conjunto
penal feminino Conotação racial Consciência negra Consciência racial Considerações
raciais Constituição feminina Construção indenitária afrodescendente Conteúdo
feminista Contexto étnico Contexto racial Contrato sexual Contribuição feminina
Contribuições multiétnicas Convenções de gênero Cor Cor branca Cor da pele Cor de
pele Cor de pele negra Cor negra Cor preta Corpo feminino Corpo masculino Corpo
negro Corpo negro afro-brasileiro Corpos femininos Corpos indígenas Corpos negros
Cosmo concepção afro-brasileira Cosmovisão afro-brasileira Cotas de gênero Cotas
étnico-raciais Cotas raciais Cozinha afro-baiana Crenças raciais Criança branca
Criança intersexual Criança negra Crianças afrodescendentes Crianças brancas
Crianças indígenas Crianças negras Criminologia feminista Crioulo Crioulos Critérios
étnico-raciais Critérios raciais Crítica feminista Culinária afro-baiana Culto afro Culto
afro-brasileiro Cultos afro-brasileiros Cultura afro Cultura afro-brasileira Cultura
afrodescendente Cultura afro religiosa Cultura do índio Cultura do negro Cultura
indígena Cultura negra Cultura patriarcal Cultura popular afro-brasileira Cultura
quilombola Cultural afro-brasileiro Culturas indígenas Culturas negras Cultura/práxis
indígena Curandeiro branco Daltonismo racial Dança afro Danças afro-brasileiras De
cor Definição do sexo Desigualdades raciais Demandas femininas Demandas
indígenas Democracia racial Departamento feminino Descaboclição Descendentes
indígenas Desigualdade de gênero Desigualdade racial Desigualdades de gênero
Desigualdades de raça Desigualdades raciais Díades femininas Díades masculinas
Díaspóra negra Dicotomia sexual Diferença de gênero Diferença étnica Diferença
sexual Diferenças de gênero Diferenças étnicas Diferenças étnicas e raciais
Diferenças intragênero Diferenças raciais Diferenciação sexual Dignidade feminina
Dimensão de gênero Dimensão racial Dimensões de gênero Dimensões racial
Dinâmicas de gênero Dinâmicas Inter étnicas Discurso indígena Direito das mulheres
Direito quilombola Direitos da mulher Direitos das mulheres Direitos femininos Direitos
indígenas Discriminação racial Discriminação de sexo Discriminação racial

Discriminações de gênero Discurso feminino Discurso feminista Discurso identitário negro Discurso masculino Discurso misógino Discurso patriarcal Discursos feministas Dissidências sexuais e de gênero Distribuição sexual Diversidade étnica Diversidade étnico-cultural Diversidade racial Diversidades étnicas Divisão racial Divisão sexual Divisão sexual do trabalho Domésticas negras, brancas e mestiças Dominação masculina Domínio masculino Economia quilombola Educação antirracista Educação escolar indígena Educação étnico racial Educação étnico-racial Educação feminina Educação indígena Educação quilombola Educadores negros Elemento negro Elementos afro-brasileiros Elementos étnicos Elite feminina Elite negra Emancipação feminina Emancipação racial Emergência étnica Empoderamento feminino Enegrecer Enfoque feminista Entico-raciais Entidade negra Epistemologia feminista Epistemologias feministas Epistemológico feminista Equidade de gênero Escola indígena Escola quilombola Escolas indígenas Escolas não índias e índias Escravas brancas Escravidão negro-africana Escrevivências negras Escrita conventual feminina Escritoras afrodescendentes Escritoras afro-latinas Escritores afro-brasileiros Escultores afrodescendentes Espaço feminino Experiência racial Epistemologias feministas Estereotipia de gênero Estereótipos de gênero Estereótipos femininos Estereótipos masculinos Estereótipos raciais Estereótipos sexistas Estética negra Estrutura patriarcal Estruturas patriarcais Estudantes indígenas Estudantes negros Estudos afro-brasileiros Estudo do negro Estudos afro-brasileiros Estudos críticos feministas Estudos das mulheres Estudos etnicidade Estudos de gênero Estudos étnico-raciais Estudos étnicos Estudos feministas Estudos sobre gênero e feminismo Estudos transgêneros Etnia Etnia afrodescendente Etnia cor ou raça parda Etnia indígena Etnia negra Etnia/raça Etnias Etnias africanas Etnias indígenas Étnica Etnicamente pretos e pardos Étnicas Etnicidade Etnicidade indígena Etnicidade negra Etnicidade virtual Etnicidades Étnico Étnico identitárias Étnico raciais Étnico-ecclesial Étnico religioso Étnico nacional Étnico-raciais Étnico-racial Étnicos Étnico-social Etnificação Étnolinguístico Etnologia indígena Experiência cultural negra Experiência feminina Experiência negra Experiências de gênero Experiências transmasculinas Expressividades negras Expressões de gênero Faces brancas e negras Família negra Família patriarcal Famílias indígenas Famílias quilombolas Fatores raciais Feminilidade Feminilidades Feminilização Feminilizados Feminina Femininas Feminino Femininos Feminismo Feminismo bolchevista/feminismo

socialista Feminismo brasileiro Feminismo camponês Feminismo da diferença interseccional Feminismo existencialista Feminismo interseccional Feminismo materialista francófono Feminismo negro Feminismo radical Feminismos Feminismos negros Feminismos plurais Feminista Feministas Feministas negras Feminização Ferramentas ou tecnologias de gênero Fiéis negros Figura feminina Figura masculina Figuras masculinas Filosofia da equação antirracista Filtro racial Formação racial Fotos masculinas Fraternidade racial Fronteiras étnicas Funções tradicionais femininas Garota Garoto Gênero Gênero feminino Gênero masculino Gênero patriarcal Gênero/sexo Gênero-raça Gêneros Genocídio Genocídio da população negra Gente negra Geografia racial Gestão feminina Grupo étnico Grupo étnico-racial Grupo racial branco Grupo racial negro Grupos étnico-raciais Grupos étnicos Grupos feministas Grupos indígenas Grupos negros Grupos raciais Grupos raciais brancos e negros Hegemonia feminina Hegemonia masculina Herança negra Heranças negras Heróis afro-brasileiros Heteropatriarcal Heterossexismo Hierarquias raciais Hierarquização étnica Hip hop feminista Hipermasculinidade História das mulheres História do gênero História do negro História e cultura afro História e cultura afro brasileira História e cultura afro-brasileiras História e cultura negras História indígena História institucional do gênero Homem Homem branco Homem de cor Homem negro Homem público Homem trans. Homens Homens biológicos Homens brancos Homens e mulheres negros Homens livres Homens médiums Homens miscigenados Homens negros Homens soropositivos negros Homens trabalhadores Homens trans. Homossexualidade masculina Homossexuais femininos Homossexualidade masculina Ideias racistas Identidade afro Identidade afro-brasileira Identidade afrodescendente Identidade de gênero Identidade do negro Identidade e sexualidade feminina Identidade étnica Identidade étnica do negro Identidade étnica e de gênero Identidade étnico social Identidade etnoquilombola Identidade feminina Identidade feminista Identidade indígena Identidade masculina Identidade negra Identidade negra baiana Identidade negra grupos negros Identidade quilombola Identidade racial Identidade sexual Identidades de cor Identidades de gênero Identidades étnicas Identidades étnico-raciais Identidades femininas Identidades masculinas Identidades negras Identidades transgêneras Ideologia de gênero Ideologia patriarcal Ideologia racial Ideologias de gênero Igualdade de gênero Igualdade de gêneros Igualdade entre os sexos Igualdade racial Imagem da mulher Imagem do negro Imagens

indígenas Imaginário racial Imaginário racista Imprensa feminina Imprensa negra
Inclusão étnico-racial Inconformidade de gênero Índias Indicação étnico-racial
Indígena Indígenas Indigenismo Índio Índios Indivíduos de cor Indivíduos negros
Indumentária afro religiosa Infância negra Infâncias negras Inferioridade racial
Insanidade feminina Inserção feminina Instituições femininas Instituições penais
femininas Intelectuais negras Intelectuais negros Intelectual afro-brasileiro Intelectual
negra Intelectual negro Intelectualidade negra Interesses raciais Inter étnico Inter
étnicos Inter-racial Inter sexo/intersexual Intolerância racial Intolerância sexual
Intragênero Irmandades negras Jogos indígenas Jovem negro Jovens
afrodescendentes Jovens brancos Jovens homens negros Jovens indígenas Jovens
negras Jovens negros Jovens quilombolas Justiça sócio racial Juventude feminina
negra Juventude negra Legado afrodescendente Legislação indigenista Leitoras
quilombolas Lentes de gênero Lésbica masculina Lesbofeminismo Liberdade sexual
feminina Lideranças masculinas Lideranças negras Líderes afro religiosos Líderes
masculinos Liga feminina Língua indígena Literatura afro Literatura afro-brasileira
Literatura negra Loucura feminina Luta antirracista Lutas feministas Lutas indígenas
Machismo Machismos Machista Machistas Macho Maioria negra Manuscritos
femininos Mão de obra feminina Mão de obra indígena Mapa racial Marcador étnico
Masculina Masculinas Masculinidade Masculinidade hegemônica Masculinidades
Masculinidades femininas Masculinidades negras Masculinização Masculinizado
Masculinizados Masculino Masculinos Masculização Matriarcado afro-baiano Matriz
afrodescendente Matrizes afro religiosas Memória feminina Meninas Meninas negras
Menino Menino imperador Meninos Meninos negros Mercado afro-americano Mestiça
Mestiçagem Mestiças Mestiço Mestiços Militantes feministas Militantes negras
Minorias raciais Miscigenação Miscigenadas Miscigenados Misoginia Mística feminina
Mistura racial Mito da democracia racial Mitologia afro-brasileira Mitos afro-brasileiros
Moça Moças Moda afro Moda feminina Modelo feminino Modelos femininos Morenos
Movimento feminino Movimento feminista Movimento feminista radical Movimento
feminista-lésbico Movimento indígena Movimento negro Movimento negro gaúcho
Movimento negro unificado Movimento social negro Movimentos feministas
Movimentos feministas e de mulheres Movimentos heterofeministas Movimentos
indígenas Movimentos negros Movimentos sociais negros Mulata Mulato Mulatos
Mulher Mulher agricultora Mulher de cor Mulher escrava Mulher escravizada Mulher

feminista Mulher idosa Mulher mãe Mulher negra Mulher pobre Mulher professora Mulher quilombola Mulher trabalhadora rural Mulheres Mulheres adultas Mulheres africanas Mulheres agricultoras Mulheres baianas Mulheres batistas Mulheres brancas Mulheres camentsá Mulheres cineastas Mulheres cotistas Mulheres da elite Mulheres de cor Mulheres e homens idosos Mulheres fisiculturistas/mulher fisiculturista Mulheres fumageiras Mulheres homossexuais Mulheres idosas Mulheres indígenas Mulheres integralistas Mulheres japonesas Mulheres lésbicas Mulheres lésbicas masculinizadas Mulheres marisqueiras Mulheres metropolitanas Mulheres militantes Mulheres miscigenadas Mulheres moçambicanas e senegalesas Mulheres nadadoras Mulheres negras Mulheres nordestinas Mulheres pentecostais Mulheres pobres Mulheres políticas Mulheres pretas Mulheres professoras Mulheres quilombolas Mulheres racializadas Mulheres reitoras Mulheres rurais Mulheres sertanejas Mulheres sindicalistas Mulheres solteiras Mulheres terceirizadas Mulheres trabalhadoras Mulheres trabalhadoras rurais Mulheres trans. Mulheres transexuais Mulheres/mães negras Multiétnico Multirracial Mundo feminino Mundo masculino Mundo não-indígena Música feminista Música negra Músico branco Nação negra Não negro Não-indígena Não-indígenas Não-índio Não-índios Não-negros Narrativas étnicas Narrativas feministas Naturalização de gênero Necessidade sexual masculina Negra Negras Negritude Negro Negro africano descendente Negro encantado Negro maranhense Negro-baiana Negro-mestiços Negros Negros cearenses Negros escravos Negros quilombolas Negro-diaspórica Norma sexual Núcleo feminino Olhar branco Opressão de gênero Opressão patriarcal e racista Ordem de gênero Organização indígena Organizações negras Origem afro Origem afro-brasileira Origem étnica Origem negra Origens raciais Ótica feminista Padrões de masculinidade Padrões patriarcais e machistas Pan-negrismo Papéis de gênero Papéis sexuais Papel da mulher Papel das mulheres Papel do negro Papel feminino Papel masculino Paradigma de gênero Paradigma de gênero pós-estruturalista Pardas Parda Pardo Pardos Participação feminina Patriarcado Patriarcado coronelista Patriarcais Patriarcal Patriarcalismo Patrimônio afro-brasileiro Pedagogia crítica feminista Pedagogias feministas Pedagogias quilombolas Pele negra Penitenciária feminina Penitenciárias feminina e masculina Pensamento afro-brasileiro Pensamento feminista Pensamento feminista negro Pensamento indígena Percepções femininas Performance de gênero Performances de gênero Performatividade de gênero

Performidade de gênero Periodismo feminino Perspectiva feminista Personagens femininas Personagens negros Personalidades negras Perspectiva de gênero Perspectiva do gênero Perspectiva feminina Perspectiva feminista Perspectivas feministas Pertencimento étnico Pertencimento indígena Pertencimento racial Pesquisadoras negras Pessoas brancas Pessoas de cor Pessoas negras Pessoas trans.**/identidades trans.** Pirâmide étnica Pluralidade étnica Pluralidade étnico/religiosa Poder feminino Poder masculino Poderes femininos/representações femininas Policial feminina Policial feminino Política feminista Política indígena Política indigenista Política neo-indigenista Políticas antirracistas Políticas indígenas Políticas indigenistas Ponto de vista sexual População afro-brasileira População afrodescendente População indígena População negra População negra quilombola Populações indígenas Populações negras Pornô feminista Pornografia feminista Pós-feminismo Postos indígenas Povo afrodescendente Povo indígena Povo negro Povoados negros Povos afrodescendentes Povos indígenas Povos indígenas Prática feminista Práticas afro-brasileiras Práticas culturais negras Práticas femininas Práticas indigenistas Práticas racistas Práticas religiosas afro-brasileiras Práticas sexistas Práxis pedagógica indígena Preconceito e discriminação racial Preconceito racial Presença feminina Presença masculina Presidente negro Pressupostos feministas Pretas Preta Preto Pretos Prisões femininas Problemas de gênero Problemática racial Processo étnico Processo quilombola Produção literária negra ou afrodescendente Professor homem Professor negro Professoras indígenas Professores indígenas Profissionais negros Profissionalização feminina Pró-índio Projeto racial Prostituição feminina Protagonismo feminino Protagonismo negro Protagonista negra Protagonistas femininas Protesto negro Público feminino Público indígena Públicos indígenas Questão afro Questão étnico racial Questão étnico-racial Questão indígena Questão quilombola Questão racial Questão racial negra Questões afrodescendentes Questões de gênero Questões étnico-raciais Questões raciais Quilombo Quilombo urbano Quilombola Quilombolas Quilombolas matonenses Quilombos Raça Raça branca Raça negra Raça/cor Raça/etnia Raças Raças diversas Raciais Racial Racialidade Racialização Racializada Racializar Racialmente Racismo Racismo ambiental Racismo anti-negro Racismo científico Racismo e sexismo institucionais Racismo institucional Racismo institucionalizado Racismo moderno Racista Racistas Recorte racial Referenciais negro-africanos Rei negro Relação racial Relações de

gênero Relações de gênero e raça Relações de gênero patriarcais Relações étnicas
Relações étnicas e raciais Relações étnico-raciais Relações étnico raciais Relações
étnico racial Relações Inter étnicas Relações patriarcais Relações patriarcais de
gênero Relações pedagógicas de gênero Relações raciais Relações raciais e de
gênero Relações sexistas Relações sociais de gênero Relações sociais patriarcais
Religião afro-brasileira Religiões afro-alagoanas Religiões afro-brasileiras
Religiosidade afro-baiana Religiosidade afro-brasileira Religiosidade negra
Remanescente de quilombo Remanescente de quilombos Remanescente quilombola
Remanescentes de quilombo Remanescentes de quilombos Representação étnico-
racial Representações de gênero Representações sexistas Representações sociais
de gênero Representantes indígenas Reprodutividade masculina Representações
sociais de gênero Resistência étnica Resistência feminina Resistência indígena
Resistência masculina Resistência negra Resistência quilombola Resistências negras
Ressurgência étnica Rituais afro religiosos Roupas femininas Saberes
afrodescendentes Sacerdócio feminino Santidade feminina Santo negro Saúde
indígena Segregação de gênero Segregação racial Seleção de sexo Self feminino
Sentidos étnicos Ser masculino Ser menina Sexismo Sexismo institucional Sexismos
Sexista Sexistas Sexo Sexo biológico Sexo feminino Sexo frágil Sexo humano Sexo
masculino Sexo/gênero Sexos Sexuais Sexualidade feminina Sinais de gênero
Sistema patriarcal Situação feminina Sociedade indígena Sociedade multirracial
Sociedade patriarcal Sociedades indígenas Sociedades quilombolas Sociedades
racistas Solidariedade racial Sublevações negras Submissão feminina Subversão
sexual e de gênero Sujeito afrodescendente Sujeitos masculinos e femininos Teatro
negro Tecnologia de gênero Temática racial Tensões raciais Teólogas feministas
Teologia feminista Teologia negra/comunidade negra Teologias feministas Teológico-
feminista Teoria de gênero Teoria feminista Teoria feminista negra Teoria patriarcal
Teoria queer negra Teorias de gênero Teorias feministas Teorias feministas afro
americanas Teorias raciais Teorias racialistas Teóricas feministas Termos étnicos
Terra indígena Terras de preto Terras indígenas Territorialidade indígena
Territorialidade negra Territorialidade negra quilombola Territorialidade quilombola
Território étnico Território indígena Território quilombola Territórios indígenas
Territórios negros Territórios quilombolas Tipificação de gênero Trabalhadores
indígenas Trabalhadores/as negros/as Trabalho feminino Trabalho feminista Traços

femininos Tradição africana Trajetória do negro Trajetórias femininas Trajetórias negras Trans. Transfeminismo Transfeministas Transgênera Transgeneridade Transgênero Transgêneros Transição de gênero Transmasculinidades Transmulheres Transexuais Travestir Travestis Tropa feminina Turismo étnico Turismo étnico afro Unidade étnica Uniões femininas Universo feminino Universo religioso afro-brasileiro Universos feminino e masculino Universos femininos Valorização étnica Variável étnica Vida indígena Vida masculina Viés feminista Viés racial Violência de gênero Violência de gênero e raciais Violência simbólica de gênero Visão indígena Visibilidade étnica Vivência étnica/racial Vivências femininas Vivências quilombolas Vozes femininas Vozes negras Vulnerabilidade feminina